



TEXTOS & DEBATES

Nº 8

TEXTOS & DEBATES

Publicação Semestral do Centro de Ciências Humanas da Universidade
Federal de Roraima

ISSN 1413-9987

REITOR

- Roberto Ramos Santos

DIRETORA DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

- Maria Luiza Fernandes

COMISSÃO EDITORIAL

- Ana Lúcia de Sousa
- Raimundo Nonato Gomes dos Santos

Conselho Editorial

- Prof^a Dra. Ana Lúcia de Sousa (UFRR)
- Prof^o Dr. Antonio Emílio Morga (UFAM)
- Prof^o Dr. Antônio Paulo Rezende (UFPE)
- Prof^a Dra. Carla Monteiro de Souza (UFRR)
- Prof^o Dr. Carlos Alberto Marinho Cirino (UFRR)
- Prof^o Dr. Durval Muniz de A. Júnior (UFRN)
- Prof^o Dr. Erwin Frank (UFRR)
- Prof^a Dra. Hilda Maria Freire Montysuma (ISE-RR)
- Prof^o Dr. José Ribamar Bessa Freire (UERJ)
- Prof^a Dra. Madalena Vange M. C. Borges (UFRR)
- Prof^o Dr. Manoel Luiz Salgado Guimarães (UFRJ)
- Prof^a Dra. Maria Denise Guedes (UFSCar)
- Prof^a Dra. Maria Luiza Fernandes (UFRR)
- Prof^o Dr. Nelvio Paulo Dutra Santos (UFRR)
- Prof^o Dr. Nilson Cortez Crócia de Barros (UFPE)
- Prof^o Dr. Roberto Ramos Santos (UFRR)

CAPA: R. C. Caleffi

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

Textos e Debates/Universidade Federal de Roraima,
Centro de Ciências e Humanas – v.1, n. 1 (ago.-dez. 1995).
Boa Vista : UFRR, CCH, 1995- .

Periodicidade semestral.
ISSN 1413-9987

1 – Periódicos. 2- Ciências Sociais. 3- História I –
Universidade Federal de Roraima. Centro de Ciências Humanas.

CDU 0 (05)

Textos & Debates Revista do CCH da Universidade Federal de Roraima	Boa Vista RR	Nº 8	Janeiro a Julho de 2005
---	-----------------	------	----------------------------

SUMÁRIO

Apresentação	05
1. A Árvore da Fortuna I, na confluência entre a História e o Cinema. Maria das Graças S. D. Magalhães	07
2. A Busca de uma nova forma do agir humano: o MST e seu ato teleológico. Marlene Grade. Idaleto Malvezzi Aued	16
3. A Cidade moderna: vitrine das multidões. Luciana Nascimento	36
4. Modernização da FAB pelo SIVAM. Paulo Gustavo Falconi	43
5. A Modernização urbana de Santa Bárbara D'Oeste na primeira república: o papel da administração municipal. Osana Almeida	60
6. A "Sociedade do Conhecimento", âncora teórica da ideologia da modernização. Cezar Luiz de Mari	74
7. Dilemas da globalização. Linoberg Almeida	91
8. É mesmo confiável a tradução venezuelana de Theodor Koch-grünberg: "Vom Roroima Zum Orinoco"? – comparação crítica entre o original e a edição de Caracas, 1979-82. Erwin H. Frank	105
9. Entre a maloca e a civilização: os indígenas no processo de colonização de Roraima no Século XX . Raimundo Nonato Gomes dos Santos	118
10. Medicina popular em Curitiba (1899 – 1912): curandeirismo ou feitiçaria? Maria Alejandra Rosales Vera	129
11. O Mito do paraíso perdido (Amazônia) como elemento na construção do discurso do desenvolvimento sustentável e da divisão ecológica internacional. Francilene dos Santos Rodrigues	152

12. Política, Estado e Ideologia no Capitalismo.

Ana Lúcia de Sousa

163

13. Potencialidades de turismo ecológico – um estudo de caso: serra do Tepequém – RR.

Elinalva Rodrigues Sousa.

Maria Ecilene Nunes da S. Meneses

José Augusto Vieira Costa

176

14. Representações do gênero feminino: o sagrado, o tradicional e o feminismo em Boa Vista/RR nas décadas de 1070 e 1980.

Raimunda Gomes da Costa

192

15. Trabalhador terceirizado expressa sua realidade: uma análise crítica do trabalho na Gradiente Eletrônica S. A. do Distrito Industrial de Manaus.

Zânia Maria Rios Aguiar Vieira

199

APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação que apresentamos mais um número da Revista **Textos & Debates**, o de número 8, com a certeza de que o compromisso de estimular a produção acadêmica e garantir à toda a comunidade universitária um espaço adequado para o debate encontra sua expressão nesta revista.

O presente volume está composto de artigos com assuntos diversos, abrangendo temas relacionados à região amazônica, a questões políticas e movimentos sociais de grupos indígenas, MST, questões de gênero, entre outros. A revista conta com autores de lugares e filiação acadêmica diversas.

Lembrando, ainda, que este é o primeiro número dentro da proposta de periódico acadêmico semestral, lhes desejamos uma boa leitura.

Os editores

A Árvore da Fortuna I, na confluência entre a História e o Cinema

Maria das Graças S. D. Magalhães
Professora Adjunta do Departamento de História da UFRR

Introdução

Já não constitui nenhuma novidade para historiadores a utilização de filmes como fonte para a pesquisa e para a análise históricas. A título de exemplo, podemos citar Cardoso e Mauad (1997), que corroboram Marc Ferro, o qual concebe o filme como um produto, uma imagem – objeto, cujas significações não são restritas apenas ao campo cinematográfico. Para Ferro, o filme é, antes de tudo, um testemunho.

Desde já torna-se importante salientar que o trabalho do historiador nem sempre se apoia na totalidade ou no conjunto de uma obra fílmica: às vezes, pode-se usar apenas seqüências de filmes ou mesmo imagens selecionadas e destacadas. Entretanto, não se deve perder de vista que não se pode deixar de integrar o filme ao contexto social em que surgiu, o que torna necessário o confronto da obra cinematográfica com elementos não-cinematográficos, tais que autor, produção, público, regime político, com suas diferentes formas de censura, etc.

O objeto da análise que ora propomos é o filme **A Árvore da Fortuna I**, um documentário que narra os acontecimentos históricos ocorridos no período do “ciclo da borracha” na Amazônia brasileira, no fim do século XIX e início do XX.¹ Foi produzido pela T.V Cultura, de São Paulo, em 1992, com o objetivo de promover a cultura amazônica. Como já deve ter ficado evidente, a nossa análise será feita sob o ângulo da historiografia. Para tanto, torna-se importante ressaltar a união da história com o cinema, a partir da junção da escrita e da imagem, o que propicia ao historiador utilizar os filmes como fontes históricas.

O presente artigo tem por objetivo estabelecer uma relação entre a realidade criada pelo cinema e a realidade histórica do ciclo da borracha. Assim, buscamos apoio em Flores (2002), para quem o cinema facilita a criação de uma época passada, dos costumes antigos, bem como da reprodução de técnicas esquecidas, de uma maneira rápida e econômica. O filme é, ainda segundo o autor, capaz de desenvolver o futuro e apreender as lacunas existente sobre a cultura de épocas passadas. Esse é o pressuposto básico que dá suporte à análise.

¹ Como se percebe, também comungo do pressuposto de que os filmes são testemunhos das épocas que retratam.

O Filme

Iniciaremos a análise do documentário **A Árvore da Fortuna I** levando em conta seu caráter narrativo. Para tanto, recorreremos, primeiramente, a Cardoso e Mauad (1997), que adotam a definição de Robert Scholes, para quem a narrativa:

[...] repousa na presença de um narrador ou de um Medium narrativo (atores, livro, filme, etc.) e na ausência dos eventos narrados. Tais eventos estão presentes como ficção mas ausentes como realidades. Dada esta situação, é possível distinguir diferentes tipos de modalidades de narrativa segundo o grau variável em que se enfatiza, seja o processo narrativo imediato (um ator pode chamar a atenção para si mesmo como aquele que representa, ou um escritor para si mesmo como estilista), sejam aqueles eventos imediatamente apresentados. Usando nossa terminologia crítica habitual, pode-se dizer que uma narrativa é mais ficcional na medida em que enfatiza eventos narrados, mais lírica se enfatizar sua própria linguagem e mais retórica se usar a linguagem ou os eventos para algum fim persuasivo.

Como já afirmamos, o documentário, objeto de nossa análise, narra a história do ciclo da borracha na Amazônia. As imagens que abrem a narrativa do filme registram seringalistas fumando grossos charutos, acendidos com notas de quinhentos mil réis. São imagens que registram ricos comerciantes usufruindo dos lucros oriundos do "ouro negro", se entregando ao deleite propiciado pela sensação de fortuna. Diante dessa imagem, uma primeira pergunta nos ocorre: a Amazônia seria o paraíso da abundância, como mostra a imagem da queima das notas pelo seringalista, ou seria o inferno, tal qual foi tantas vezes descrita por anônimos?

A borracha é uma resina que revolucionou o mundo e é própria da região amazônica. Os portugueses aprenderam, com os índios, as diversas utilidades do látex, que era utilizado para o preparo de sapatos, de seringas e de bolas para jogos. A partir do domínio da técnica do processo de vulcanização, que assegurou sua elasticidade, ela tornou-se mais resistente. Logo depois, o uso do produto para fins industriais se estendeu por toda a Europa e Estados Unidos, e daí para o mundo.

Cabe salientar que foi a invenção do pneumático que fez com a industrialização da borracha tomasse um grande impulso, aumentando sua cotação

no mercado internacional. No decorrer de toda a segunda metade do século XIX, e durante os primeiros 12 anos do século XX, a Amazônia produzia, em média, mais da metade da produção mundial de borracha. Para que isso se tornasse possível, foi preciso aumentar a oferta de mão-de-obra na região. Para tanto, promoveu-se uma grande migração, oriunda sobretudo do Nordeste brasileiro.

Atento a isso, o documentário retrata que a região Amazônica possuía baixa densidade demográfica, insuficiente para produzir o látex de que necessitava o mercado internacional. As imagens mostram os "navios gaiolas" chegando a Manaus com os migrantes nordestinos e como eles eram proibidos de desembarcar na capital, tendo de ir diretamente para os seringais estabelecidos às margens dos rios.

Cabe aqui registrar a situação social do nordestino que, fugindo da seca, tinha esperança de melhorar de vida na Amazônia e voltar para o Nordeste. O filme revela que o seringueiro vinha sem a família e logo que chegava era considerado "brabo" por não conhecer a floresta e nem as seringueiras. Mulher nos seringais era coisa rara. Os seringueiros as encomendavam aos patrões como se fossem objetos. Dentre os estados nordestinos que migraram intensamente para a Amazônia, destacam-se: Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

As levas de nordestinos e estrangeiros de diversas procedências foram atraídos para a Amazônia pela falsa expectativa de enriquecimento rápido, no trabalho de extração da borracha. Vieram, também, investidores externos, que se fixaram nas duas principais cidades da região: Belém do Pará e Manaus. Calcula-se que, entre 1870 e 1920, cerca de trezentos mil migrantes teriam provindo do nordeste. Cabe registrar que, contrastando com as expectativas, grande parte dessa população foi vitimada por epidemias e por diversas doenças adquiridas a partir de avitaminose, mas também pelas condições inumanas dos isolados seringais. Desse modo é que muitos desses brasileiros vieram a falecer na Amazônia.

A organização do trabalho era cruel para os seringueiros, uma vez que o aviamento², ou seja, um sistema de crédito em que o dinheiro não aparece e não circula, ocorrendo apenas o fornecimento de mercadorias a crédito, correspondia a uma verdadeira cadeia de dependências. A falta de capitais obrigava as casas aviadoras a se subordinarem ao capital estrangeiro e, por conseqüência, o seringalista a tornar-se devedor da casa aviadora e, de um modo mais comprometedor, o seringueiro a sujeitar-se ao seringalista por meio de dívidas impagáveis. De acordo com Santos (1980), no cume da cadeia de aviamento,

² Convém esclarecer que este termo **Aviamento** é uma derivação de aviar, que significa preparar, executar; o aviamento é, em seu sentido mais amplo, o conjunto dos utensílios ou dos gêneros necessários à realização de um objetivo. Na Amazônia, o termo aviamento refere-se ao sistema econômico que dá base ao extrativismo. Nesse sistema os termos aviado e aviador referem-se à estrutura hierarquizada do sistema tal qual é praticado desde o final do século XIX, quando se falava de casa aviadora para designar as casas de comércio especializadas no extrativismo. Os termos **freguês** e **patrão**, às vezes utilizados, evidenciam não só as relações econômicas, mas também sociais que se dão no extrativismo. In: AIBERTIN, Catherine. et al. *A Floresta em Jogo: o extrativismo na Amazônia central*. São Paulo: UNESP, 2000.

estavam as casas exportadoras, principais beneficiárias do regime de concentração de renda por via do engenhoso mecanismo dos "juros extras" e do rebaixamento do preço local da borracha.

As referidas casas aviadoras encarregavam-se, também, do transporte da borracha, da distribuição das mercadorias e dos migrantes nordestinos, nos seringais. Financiavam, ainda, expedições exploratórias da borracha. Não obstante, o mais comum era a casa aviadora servir como representante de grandes companhias compradoras de borracha, de Liverpool ou de Nova Iorque.

Convém registrar que o seringalista era o proprietário do seringal e a autoridade máxima, civil e militar. Impunha-se pela força, perseguia e punia brutalmente, tal como se fazia com os escravos, aqueles que o ofendiam, sobretudo os trabalhadores da coleta do látex. Ainda contava com uma estrutura de pessoal para controlar as atividades no seringal. Eis aqui os principais tipos sociais que povoavam essa cena:

- a) Gerente – atuava como subpatrão e dirigia tudo no seringal, sobretudo quando o seringalista viajava ou passava a morar em Belém ou Manaus;
- b) Guarda-livro – encarregava-se da escrituração comercial do estabelecimento: registro, contas, talões de vendas e outros;
- c) caixeiro – responsável pelo barracão da borracha, pela pesagem do produto, pelo depósito de víveres e pelo abastecimento do centro do seringal;
- d) Homens do campo – ocupavam-se com a conservação das benfeitorias do seringal, em geral trabalhando no plantio e retirada de madeira, além do conserto das barracas;
- e) mateiro – fazia o reconhecimento prévio das árvores para o corte, bem como a identificação das espécies vegetais;
- f) Toqueiro – encarregado de adentrar na mata para abrir estradas.

Essa galeria de personagens do seringal completa-se com os tipos sociais que apresentamos a seguir:

- g) Seringueiro – representa o trabalhador que se inseriu no interior da floresta para extrair o látex e produzir a borracha. O seu melhor retrato era o nordestino despossuído e fugitivo da seca daqueles sertões. Trabalhava em média 16 h/dia. Vivia isolado na beira da mata. A solidão era sua única companheira no dia-a-dia da saga do seringueiro. Porém endividado desde a chegada, não conseguia vencer as dívidas. Frágil diante da mal alimentação e das epidemias, ficava apenas no sonho o retorno impossível, onde muitos iam e não acordavam mais.

h) Comboeiro – incumbido de transportar comboios (lotes de burros com carga, na ida, de mantimentos para o seringueiro, na volta, de borracha para o barracão) da margem para o centro do seringal e vice-versa.

Como se percebe, as funções são definidas por uma forte hierarquia. Para Souza (1994), Euclides da Cunha foi um pioneiro ao denunciar a condição de vida aberrante desse pobre migrante seringalista, como se depreende nos passos que seguem:

“Nas paragens exuberantes das heveas e castilhões, o aguarda a mais criminosa organização do trabalho que ainda engendrou o mais desacomodado egoísmo”.

Contra esse estado de coisas, ele pede:

“urgência de medidas que salvem a sociedade obscura e abandonada: uma lei do trabalho que nobilize o esforço do homem; uma justiça austera que cerceie os desmandos; uma forma qualquer de *homestead* que o consorcie definitivamente à terra”.

É nesse contexto que Euclides da Cunha desvela e se enternece com o seringueiro explorado, tal como se pode depreender nessa outra passagem:

“[...] são admiráveis. Vimo-los de perto, conversamo-lo [...] considerando-os, ou revendo-lhes a integridade orgânica a ressaltar-lhes das musculaturas inteiriças ou a beleza moral das almas varonis que derrotam o deserto”.

Em razão da sua visão crítica e da franca denúncia que veiculou, Euclides da Cunha passou a ser considerado pelos “coronéis da borracha” como um pobre demente que não sabia o que dizia com sua literatura intrincada. Não obstante, Plácido de Castro, comandante do Exército Acreano, que conquistou o território cobiçado por um consórcio imperialista, também criticou o poder dos coronéis. Esse gaúcho, combatia a monocultura cega da borracha, vislumbrava sua futura decadência e preocupava-se com o sistema arcaico dos seringais.

No documentário, o antropólogo Darcy Ribeiro dá um depoimento em que faz uma dura crítica à escravização da mão-de-obra indígena na extração do látex. A política voltava-se para a integração dos índios à sociedade nacional

h) Comboeiro – incumbido de transportar comboios (lotes de burros com carga, na ida, de mantimentos para o seringueiro, na volta, de borracha para o barracão) da margem para o centro do seringal e vice-versa.

Como se percebe, as funções são definidas por uma forte hierarquia. Para Souza (1994), Euclides da Cunha foi um pioneiro ao denunciar a condição de vida aberrante desse pobre migrante seringalista, como se depreende nos passos que seguem:

“Nas paragens exuberantes das heveas e castilhões, o aguarda a mais criminosa organização do trabalho que ainda engendrou o mais desacomodado egoísmo”.

Contra esse estado de coisas, ele pede:

“urgência de medidas que salvem a sociedade obscura e abandonada: uma lei do trabalho que nobilize o esforço do homem; uma justiça austera que cerceie os desmandos; uma forma qualquer de *homestead* que o consorcie definitivamente à terra”.

É nesse contexto que Euclides da Cunha desvela e se enternece com o seringueiro explorado, tal como se pode depreender nessa outra passagem:

“[...] são admiráveis. Vimo-los de perto, conversamo-lo [...] considerando-os, ou revendo-lhes a integridade orgânica a ressaltar-lhes das musculaturas inteiriças ou a beleza moral das almas varonis que derrotam o deserto”.

Em razão da sua visão crítica e da franca denúncia que veiculou, Euclides da Cunha passou a ser considerado pelos “coronéis da borracha” como um pobre demente que não sabia o que dizia com sua literatura intrincada. Não obstante, Plácido de Castro, comandante do Exército Acreano, que conquistou o território cobijado por um consórcio imperialista, também criticou o poder dos coronéis. Esse gaúcho, combatia a monocultura cega da borracha, vislumbrava sua futura decadência e preocupava-se com o sistema arcaico dos seringais.

No documentário, o antropólogo Darcy Ribeiro dá um depoimento em que faz uma dura crítica à escravização da mão-de-obra indígena na extração do látex. A política voltava-se para a integração dos índios à sociedade nacional

mediante o aliciamento das mais variadas etnias. O filme retrata a imagem dos cientistas estrangeiros percorrendo os diversos rios da Amazônia em busca de plantas que dessem lucros e poder, ou seja, pesquisando a biodiversidade amazônica. Em 1866, D. Pedro II franquia a Amazônia para a navegação internacional. Foi nesse momento que o nobre inglês, Sir Henry A. Wickham, levou da foz do Tapajós as sementes da *Hevea brasiliensis* para o Jardim Botânico de Kew, em Londres. Posteriormente a Inglaterra e Holanda iniciaram a plantação de seringueiras em suas próprias colônias com as sementes oriundas da Amazônia brasileira.

O filme mostra que, no final do século XIX, o mundo vivia o início de uma nova era nas relações internacionais. Registra também que a revolucionária alemã, Rosa de Luxemburgo, em seu livro, cita a Amazônia, como uma região explorada pelo capital internacional, principalmente o inglês. É interessante dizer brevemente, que no final do século XIX, com o aumento das exportações da borracha, a acumulação de capital, a urbanização das cidades eram inevitáveis. Principalmente a urbanização de Manaus e Belém.

Nos primeiros tempo da República, o governador do Amazonas, Eduardo Ribeiro, transformou Manaus em quatro anos; fez da cidade a mais nova *Paris brasileira*, tendo como emblema o teatro Amazonas. A cada dia surgiam novos palacetes com peças importadas da Inglaterra e de Portugal. Registre-se que o poderio econômico da borracha foi capaz de elevar o nível educacional da região, propiciando a criação da Universidade do Amazonas.

O documentário ainda faz interessante comparação entre o ciclo da borracha, no momento do seu apogeu, em 1912, em que produziu e exportou 42.410 toneladas de borrachas, o que representava 40% das divisas brasileiras, com o ciclo do café, em São Paulo, que era o principal produto na pauta das exportações brasileira.

O filme mostra a imagem do cultivo das seringueiras plantadas nas colônias da Inglaterra e da Holanda no Oriente. O capital inglês, nesse momento, encontrou uma maneira "honrosa" de sair da Amazônia, considerando que a mídia internacional criticava a organização social, ou seja, a forma de trabalho na Amazônia, por causa do elevado número de mortos na produção do látex. No ano de 1913, a produção da borracha brasileira foi suplantada pela produção Asiática. Tal plantação fora organizada de forma racional, dispondo de mão-de-obra abundante, barata e de fretes reduzidos. O custo da produção na Ásia era inferior ao da Amazônia, que continuava com técnicas primitivas e imutáveis na extração do látex. Enfim, a borracha nativa entrou em crise e não se pensava no seu cultivo. A partir daí, a produção brasileira, desamparada, caiu e nunca mais conseguiu alcançar os patamares de produção do começo do século XX.

O documentário retrata, ainda, que o atual Estado do Acre foi conquistado para o Brasil, à medida que os migrantes adentravam fugindo da seca nordestina para o interior da região, rumo ao Ocidente, em busca de seringueiras para a

extração do látex. As autoridades bolivianas reagiram contra a presença de brasileiros na região. Tal disputa somente chegou ao término com o acordo firmado entre Brasil e Bolívia, em 1903, chamado Tratado de Petrópolis, no qual concordaram em vender um território de 191.000 km², para o Brasil, pelo preço de dois milhões de libras esterlinas.

Considerações Finais

Em síntese, reafirmamos que o documentário objeto de nossa análise, **A Árvore da Fortuna I**, é um testemunho que retrata parte da história da extração comercial da borracha (*Hevea brasiliensis*), na Amazônia. Para nós, na qualidade de historiadora, trata-se de estabelecer um confronto entre a realidade construída pelo documentário cinematográfico e a realidade histórica. Desta perspectiva, o filme se imbuí de caráter de testemunho de uma época.

É com base na nova perspectiva documental dos *Annales*, que ocorre uma grande transformação da ótica tradicional da história. A partir dessa nova concepção, tanto a noção de documento quanto a de texto continuaram a ampliar-se e todos os vestígios do passado são considerados matéria para o historiador. Assim, novas modalidades textuais, tais que o cinema, a fotografia, dentre outros, tiveram seus *status* elevados à categoria de fontes dignas de fazer parte do esforço de análise de reconstrução histórica e, desse modo, tornaram-se passíveis de leitura por parte do historiador. Nesse contexto, é indiscutível a importância do cinema ou das fontes cinematográficas como marca cultural de uma época.

Conforme Gaskell (1992), alguns historiadores têm proporcionado valiosas contribuições à nossa visão do passado – e do local em que nele está inserido o material visual, usando as imagens de uma forma sofisticada e especificamente histórica.

Em relação à película objeto de nossa análise, podemos concluir que a **Árvore da Fortuna I** apresenta uma visão desdenhosa dos ricos coronéis da borracha, que desdenhavam da possibilidade de cultivo do *Hevea brasiliensis* em outra parte do mundo, considerando que o seu habitat natural era a região Amazônica. Por isso, acreditavam ingenuamente na exclusividade de seu cultivo. Os lucros com a exportação do látex eram fáceis; uma grande euforia dominava a região durante o “boom” da borracha; os coronéis entregavam-se ao deleite.

O filme evidencia que a partir do momento que a produção asiática suplantou a produção silvestre da Amazônia, veio a derrocada da economia regional, o que se deu juntamente com a saída do capital internacional. Esse processo atingiu a classe política e a vida, o cotidiano das pessoas da região. A ruína chegou rapidamente, registrando a falência: famílias inteiras em mudança, palacetes abandonados e os que permaneceram foram contaminados pela miséria.

A história do fim do ciclo da borracha na Amazônia não pode ser atrelada

apenas à concorrência asiática, mas também a fatores internos, uma vez que os representantes políticos da região não consolidaram uma política de defesa. Os lucros advindos do látex, foram canalizados para o consumo, não houve uma preocupação para transformar as condições existentes da produção do látex. Tomando esses dados, é possível fazer uma analogia, com a região sul do Brasil, que amadurecia promovendo a instalação de uma economia competitiva. Os empresários extrativistas da região norte viviam mergulhados na monocultura com uma estrutura antiga, incapaz de reagir à concorrência asiática. A elite amazônica não possuía alcance ideológico para tentar uma aliança com as classes hegemônicas, semelhante ao fenômeno sulista. A borracha, ao contrário do café, precisava de uma estrutura dinâmica (indústria de bens duráveis, como a automobilística, que o Brasil não possuía na época). A região Amazônica ficou, dessa forma, no marasmo sócio-econômico, sem perspectivas no futuro. De positivo, ressalte-se a incorporação do atual estado do Acre, ao território brasileiro. Conclui-se, ainda, que a pirataria na Amazônia é um fato antigo, haja vista que as sementes da *Hevea brasiliensis* foram contrabandeadas para a Inglaterra. Desse modo é que pesquisadores estrangeiros permanecem até a presente data vasculhando a região Amazônica, que é possuidora da maior biodiversidade do planeta, na busca de produtos que lhes dêem riqueza e poder. A nós, amazônidas, somente resta somar esforços a fim de administrar racionalmente o uso dos recursos naturais da floresta amazônica, para que a partir deles ocorram os avanços sociais, o desenvolvimento econômico, com respeito pela preservação ambiental. Nesse contexto, o filme torna-se um importante instrumento no processo de conscientização, considerando que a força da imagem é mais eloqüente do que palavras, levando dessa forma a discussão para a sociedade.

Bibliografia

- AIBERTIN, Catherine. et al. *A Floresta em Jogo: o extrativismo na Amazônia central*. São Paulo: UNESP, 2000.
- BIANCO, Bela Feldman e LEITE, Míriam L. Moreira (Orgs.). *Desafios da Imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais*. Campinas, SP: Papirus, 1998.
- BLOCH, Marc. *Introducción a la Historia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1987.
- BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da história: novas perspectivas*, tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da USP, 1992.
- CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARDOSO, Ciro F. & MAUAD, Maria. História e Imagem: os exemplos da fotografia e do cinema In: *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. Lisboa: editorial Presença, 1985.
FLORES, Moacir. (Org.). *Cinema: imagens da história*. Porto Alegre: Evangrof, 2002.

_____, *Dicionário de história do Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

GASKELL, Ivan. História das Imagens. In: BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da história: novas perspectivas*, tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da USP, 1992.

PRADO, Maria Ligia Coelho & Capelato, Maria Helena. A Borracha na economia brasileira da primeira republica In: *História geral da civilização brasileira (O Brasil republicano: estrutura do poder e economia (1889/1930))*. São Paulo: Difel, Tomo III, 1985.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *O Seringal e o seringueiro*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1977.

SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SOUZA, Márcio, *Breve história da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994.

WEINSTEIN, Barbara. *A Borracha na Amazônia: expansão de decadência (1850-1920)*. São Paulo: HUCITEC : Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

Documentário: A ÁRVORE DA FORTUNA I. Produção: T.V Cultura, São Paulo, 1992.

A busca de uma nova forma do agir humano: O mst e seu ato teleológico

Marlene Grade¹
Idaleto Malvezzi Aued²

Resumo

Ao apresentarmos o ato teleológico do capital como característica singular do modo de produção capitalista, o que buscamos destacar, primeiramente, neste artigo, é que o comportamento humano burguês é determinado pelo futuro e não mais pelo passado ou pelo presente. O pressuposto de nossa argumentação é de que essa forma consciente de produzir a vida presente pela expectativa do futuro, teleologia, é o que há de mais avançado no modo de produção capitalista. Não obstante, à medida em que esse processo burguês vai se explicitando, os homens vão se desvalorizando abaixo do nível do ser bruto. O MST apresenta-se em nossa sociedade como a efetivação da alma, da razão burguesa sem que em seu ato teleológico valorize-se a riqueza em si e para si. O ato teleológico do MST pode ser concebido como uma tentativa de superação da ordem vigente, da sociedade burguesa. Apesar disso, o MST ainda não construiu o seu elemento teleológico, ele sabe o que não quer ser, mas não sabe o que será.

Palavras chaves: Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra, ato teleológico, vir-a-ser.

Abstract

What we aim presenting the teleological act of capital as a unique characteristic of the capitalist production model is that the bourgeois human behavior is determined by the future; no longer by past or present. The pretext of our reasoning is that this conscious form of producing the present life by most advanced in the capitalist production model. As this bourgeois process gets clear, the human being gets devaluated reaching a level under the rough being. The Landless Workers Movement (MST) comes up in this society as an act that renders affect to the soul, to the bourgeois reason, not having in its teleological act richness valued in it and for it. The MST teleological act is to move ahead the current order, the one played by the bourgeois society; the movement, however, has not built its teleological element yet. It knows what it does not want to be, but does not know

¹ Professora do Departamento de Economia da UFRR e Doutoranda em Geografia pela UFSC. E-mail: mcmarlene@uol.com.br

² Professor Titular do Departamento de Economia da UFSC. E-mail: Idaleto@cse.ufsc.br

what will be.

Key words: Landless Workers Movement, Teleological Act, might-be.

APRESENTAÇÃO

O modo de produção capitalista (MPC) pode ser caracterizado por diversas singularidades, tais que: a) pela existência de duas classes sociais que se relacionam antagonicamente na busca pela produção e apropriação da riqueza social, burguesia e proletariado; b) pela constituição de um Estado que expressa a necessidade de acumulação do capital em benefício da classe proprietária dos meios de produção; c) pela produção de riqueza na dimensão e diversidade que a humanidade até então não conhecera; d) pela miséria de milhares e milhares de seres humanos (humanos?), decorrente de condições eminentemente sociais e não mais naturais como o fora outrora; e) pela universalização dos nexos e das mediações sociais pelas quais o tempo e o espaço são comprimidos numa velocidade medida em ano luz, pois o segundo e o metro dão mostras de não mais serem capazes de se manter como unidades padrão de medidas universalmente aceitas e aptas a quantificarem os percursos da mobilidade dos homens e das coisas no processo mundial ou global de valorização do capital. Porém, e para o propósito de nossa argumentação, o elemento engendrado pelo modo de produção capitalista que o faz específico, e que o situa como momento histórico singular desvelador da essência universal do homem, é o ato teleológico dos capitalistas engendram a produção da própria sociedade burguesa em si e para si.

O ato teleológico, no modo de produção capitalista em sua fase madura, isto é, quando o processo material da produção dos homens se configura como maquinaria e grande produção industrial, fenômeno verificado inicialmente na Europa Ocidental a partir do fim do século XVIII, ou como se convencionou chamá-lo, Revolução Industrial Inglesa, manifesta-se na ação consciente dos capitalistas na busca da valorização de sua propriedade privada, ao ser produzida a mais-valia.

Ao se moverem pela valorização do capital, os capitalistas têm no futuro seu ponto de partida, ele só atua no presente na medida em que este futuro lhe condiciona os atos que efetivam e certificam sua razão. Assim é que, quando da transmutação de sua riqueza em forma abstrata, dinheiro em capital, os capitalistas compram força de trabalho e meios de produção. Mas ao comprarem estas mercadorias, o fazem não porque são valores-de-uso que lhes dão prazer e gozo (*jus utendi et abutendi*), mas sim porque são elementos materiais necessários à valorização da sua propriedade privada. A valorização, embora seja um ato teleológico, já está materializada na magnitude dos elementos adquiridos pelos capitalistas, pois a quantidade de meios de produção comprados é adequada à materialização da magnitude do trabalho, previamente acordado entre os capitalistas e os trabalhadores, por ocasião da contratação da força de trabalho.

O ato da produção de mercadoria, ou seja, a materialização da força de trabalho nos meios de produção, nada mais é do que a efetivação do ato teleológico dos capitalistas na valorização do capital. A mercadoria produzida é a concretização deste processo, que é certificada por ocasião da sua venda aos consumidores, isto é, o dinheiro transformado em dinheiro acrescido de mais dinheiro.

A teleologia se efetiva como ato social acabado, completo, no comportamento dos capitalistas que aplicam não mais sua própria riqueza, mas, sim, a riqueza de outros proprietários, para valorizar a sua propriedade privada no mercado, o qual tem o dinheiro como mercadoria. Muitos teóricos chamam a este ato econômico de especulação financeira.

Assim sendo, a teleologia se explicita com toda sua pureza quando a natureza do modo de produção capitalista se humaniza no comportamento do capitalista financeiro. Humanizar aqui entendido como o comportamento imposto pela valorização do capital, visto que o capital não dispõe de braços, pernas e cabeça, ainda que seja cheio de vontades. Desse modo, o capital se apropria dos homens para se constituir como ser social. A valorização do capital na sua plenitude é a produção de mais dinheiro com dinheiro. Entretanto, o dinheiro previamente adiantado para engendrar mais dinheiro é de propriedade de miríades de proprietários privados e não de quem o aplica diretamente no mercado financeiro especulativo.

Ao apresentarmos esta característica singular do modo de produção capitalista, buscamos chamar a atenção para o fato de que, no ato teleológico do capital, é que o comportamento humano burguês é determinado, condicionado e influenciado pelo futuro e, não mais, pelo passado ou pelo presente. O comportamento humano motivado pelo passado e pelo presente é uma característica dos povos pré-capitalistas, razão pela qual admitimos que a sociedade capitalista é aquela na qual é engendrada a característica primeira do homem produzir sua existência conscientemente (teleologia), ainda que seu produto seja a valorização da propriedade privada como capital.

A título de exemplificação, lembremos que quando o capitalista se propõe a produzir um carro, ele já sabe que carro que ele quer obter. As atividades de transformar e controlar a natureza são determinadas pelo carro que ele deseja produzir. A matéria prima, a matéria secundária e as matérias auxiliares serão engendradas para produzir o carro que se quer no futuro. Então, o nexa, a mediação, isto é, as forças produtivas, a razão burguesa, a alma burguesa, a natureza burguesa, que é o produto mais acabado do modo de produção capitalista, é a atividade consciente no presente para efetivar, passo a passo, o futuro. A efetivação do futuro no presente, a partir de um futuro idealizado, esperado, programado, desejado, prospectivo, é o produto mais desenvolvido legado à humanidade pela sociedade burguesa. Esta característica é explicitada de forma cabal no fazer científico, quando o homem burguês tem que dominar e controlar as leis naturais

em seu benefício, isto é, visando a valorização de seu capital.

Resumindo a discussão: o pressuposto de nossa argumentação é de que essa forma consciente de produzir a vida presente pelo futuro, que estamos definindo em termos de teleologia, é o que há de mais avançado no modo de produção capitalista. O salto histórico do modo de produção capitalista para uma forma superior de sociedade é que, nesta forma de produzir a vida os homens se objetivam em capital, em coisa material e palpável, enfim, em riqueza como produto consciente (teleológico) do agir dos próprios homens.

Mas, ao se objetivar conscientemente como capital, os homens valorizam a riqueza em si e para si. Essa valorização, porém, é feita em detrimento da valorização dos trabalhadores diretos. Assim, enquanto de um lado, a riqueza material é concentrada e centralizada num pólo, de outro, os homens são deixados à própria sorte da lei econômica do capital, cujo produto é a sua desvalorização. Tal desvalorização ocorre porque os produtores diretos são vendedores de sua mercadoria, força de trabalho, e tal como toda mercadoria historicamente determinada, a força de trabalho, é, também, regida pelo princípio da economia política, qual seja, pela redução do seu valor em razão do aumento da produtividade do trabalho social. Conseqüentemente, a valorização da riqueza, de um lado, pressupõe a desvalorização dos assalariados, do outro. É por esse motivo que o desenvolvimento do modo de produção capitalista engendra a centralização do capital e a conseqüente miséria do proletariado, processo a que se pode chamar de "desumanização do homem".

À medida que esse processo burguês vai se explicitando, vai se tornando aparente, externalizando-se, fazendo-se aparência, os homens vão se desvalorizando abaixo do nível do ser bruto, do ser natural, nem comer como animal ele consegue mais. Prova disso é a disputa por comida que têm de manter com os urubus e ratos nos lixões ou mesmo o lento minguar nos asilos de pobres a que tantos são submetidos, tal a desvalorização posta atualmente

À proporsão que o processo de valorização da riqueza se faz pela centralização do capital e que, ao mesmo tempo, produz a desumanização do homem, a história evidencia que o modo de produção capitalista não mais consegue engendrar as condições sociais para a reprodução dos seres humanos, como o vinha ocorrendo até então. Em assim sendo, restam aos homem duas alternativas: ou retornar às formas antigas de se produzir vida humanamente aceitável, tais como camponeses, artesões, escravos ou, então, construir uma outra que seja capaz de os homens nela viverem adequadamente.

A primeira das alternativas não tem sido aquela que o homem tem buscado para solucionar as contradições engendradas pelo modo de produção capitalista, visto que os meios de produção materiais da vida já se constituem em propriedade privada dos capitalistas, além de que, com o desenvolvimento da base técnica, eles só podem ser operados em comum, coletivamente, e não mais individualmente.

É o caso da eletricidade na atualidade, ela é produzida em grandes unidades industriais (hidrelétricas, termelétricas, etc.) que só podem ser operadas em comum (coletivamente), e cuja propriedade é privada.

A segunda solução ainda se encontra aberta à ação humana, isto é, constitui uma possibilidade à disposição daqueles que não mais encontram na sociedade burguesa as condições para viver adequadamente, ou seja, humanamente.

É neste ponto que situamos o nexos e a mediação entre o modo de produção capitalista e uma sociedade que a substituirá, que é a sociedade do vir-a-ser. O nexos e a mediação estão no ato teleológico engendrado pela sociedade burguesa, porém com uma modificação em seu conteúdo. Enquanto na sociedade burguesa o ato teleológico se objetiva na valorização do capital, na transição para uma outra sociedade, o ato teleológico será o de objetivar o homem no próprio homem, isto é, o homem como produto consciente do próprio homem, tal como fica explicitado nesse passo, que aqui reproduzimos:

La dependência total, forma natural de la cooperación histórico-universal de los individuos, se convierte, gracias a la revolución comunista, em el control y la dominación consciente sobre estos poderes, que, nacidos de la acción de unos hombres sobre otros, hasta ahora han venido imponiéndose a ellos, aterrándolos y dominándolos, como potencias absolutamente extranas. (Marx e Engels, 1973: 39)

El comunismo se distingue de todos los movimientos anteriores em que echa por tierra la base de todas las relaciones de producción y de intercambio que hasta ahora han existido y por primera vez aborda de um modo conciente todas las premisas naturales como creación de los hombres anteriores, despojándolas de su carácter natural y sometiéndolas al poder de los individuos asociados. (Marx e Engels, 1973: 82)

Do exposto, emerge uma questão que temos de enfrentar: de que maneira os homens desvalorizados, no e pelo modo de produção capitalista, adquirem a consciência para a construção teleológica de uma outra sociedade, na qual o produto será o próprio homem, o ser social.

Não basta somente que a desumanização ocorra para que o homem adquira automática consciência da impossibilidade de produzir vida nas condições historicamente dadas. É necessário que a força produtiva do trabalho social tenha alcançado um grau de desenvolvimento tal que não mais pode ser operada individualmente ou localmente, que ela somente possa se manifestar como universalidade histórica, pondo todos os homens em contacto uns com os outros

de tal forma que a vida de cada um passe a ser questão de todos e que a vida de todos dependa da práxis de cada um.

Quando esta universalidade histórica é alcançada, a riqueza material para satisfazer as necessidades de todos os homens é um fato histórico que molda a vida dos seres humanos. Nesta condição, a riqueza material universal se defronta com o próprio homem, e ele não pode dispor dela porque não lhe é possível contrapô-la como proprietário privado. Ato contínuo, ele se rebela contra sua condição de não poder usar e abusar da riqueza universalmente produzida. Sem vínculo com o produto do trabalho da sociedade, não pode reproduzir-se, mesmo como animal. Desprovido de toda externalidade, material e espiritual, sobra-lhe a vida a ser efetivada. Porém, para efetiva-la, é necessário alimentar-se, habitar algum lugar, vestir-se, enfim, reproduzir-se biologicamente, para se igualar a qualquer animal. Desse modo, mesmo para conseguir estas condições mínimas para reproduzir-se, a vida torna-se um tormento. É por se defrontar com esta impossibilidade de efetivação de sua vida que ele reivindica a participação ao direito à existência. Ao reivindicar esse direito o homem somente poderá fazê-lo modificando as condições dadas.

Como vimos afirmando, no modo de produção capitalista há o processo de se fazer homens desumanizados em vista de que ele se move pela valorização do capital. Ao reivindicar o direito à existência social, esse homem desumanizado apenas pode fazê-lo movido pela razão que é a produção de sua própria vida, e não mais a do capital. O ato teleológico para ele é que a ação do presente é criar esse processo de engendrar-se como homem vivente.

No dizer de Marx, o homem gravitará em torno de si próprio tendo por base a ação consciente (teleológica) da projeção do que se quer construir, condicionando a efetivação do futuro no presente. O que se quer construir no presente, com base no futuro são homens humanizados, e não homens desumanizados.

A mudança, pois, está no que se deseja produzir. No modo de produção capitalista o desejo humano é a valorização do capital, a produção e apropriação da mais-valia, na sociedade do vir-a-ser, o desejo humano é a produção consciente de seres humanos plenamente desenvolvidos, e, com o perdão da redundância lingüística, produção de homens humanizados.

Não se trata de desenvolver a máquina, nem a técnica, nem de desenvolver o capital ou as trocas, o mercado mundial, as cooperativas, os fundos de pensão, os fundos de investimento, as empresas estatais ou a produção de valor-de-uso. Trata-se, antes, de desenvolver essas condições materiais para o homem se emancipar de sua desumanização, quando o homem produz tudo para satisfazer as suas necessidades (o reino da abundância), para então entrar no reino da liberdade.

O MST e a busca por sua afirmação

O MST é a efetivação da alma, do espírito, da natureza, da razão pura do capitalismo que é pegar dinheiro (D) no capital financeiro e aguardar a sua cria, ou seja, o mais dinheiro (D'), o futuro é que move o capitalista no processo de valorização, O MST é esta razão burguesa sem que, entretanto, seu ato teleológico se torne valorização da riqueza em si e para si. Antes o ato teleológico do MST propõe a superação da ordem vigente, da sociedade burguesa. É a melhoria das condições de vida das pessoas, trata-se da construção de um movimento em que coloca no centro de suas próprias preocupações, não a inserção do homem na sociedade vigente, mas a busca por criar formas novas de produção da vida, ainda que ele não saiba exatamente qual seja. Ainda lhe falta, nesse processo, o elemento teleológico, ou seja, ele sabe o que não quer, ser mas não sabe, ainda, o que será. Por isso ele não tem o ato teleológico completo como o tem o capitalista, que tem o lucro como finalidade única.

Assim, o MST não se constitui na construção do homem pelo homem, ainda não é o reino da liberdade. Ele ainda não sabe com precisão em que esferas ele gravita, aí terras, políticas públicas, ecologia – produção agroecológica, etc. ou seja, o homem ainda não está no seu centro. Assim, como ele realiza experimentações constantemente, o que está no seu centro é o seu próprio movimento e é esse movimento que lhe confere vida. Sabe-se o que não se quer ser – portanto não se trata de uma empiria, mas de um ato consciente, embora ainda não se saiba o que será. Portanto não é o vir a ser, não é, ainda, uma teleologia.

O MST vai se legitimando paulatinamente enquanto agente social. A partir do seu próprio movimento, ele passa a se constituir como uma síntese, como um absoluto, que pressupõe o desenvolvimento de uma força produtiva universal que não está nele mesmo e que é própria do modo de produção capitalista. O MST vai aparecendo, então, como consciência de uma força produtiva, que é do modo de produção capitalista, ele então se descola de sua base material local. A dinâmica do novo é o MST como consciência, como idéia.

Pensando na Alemanha do seu tempo, Hegel defendia que a filosofia (como hoje o é o MST, enquanto idéia operante) era a mais avançada força produtiva do modo de produção capitalista, no sentido de ser uma consciência que ainda não dispunha de uma base material apropriada. A base material estava na Inglaterra e em França. Na Alemanha da época de Hegel, essa força ainda era pura idéia, era a filosofia. Por seu turno, o MST não é idéia – é movimento – ou antes, a proposição de construir uma nova sociedade na sua base. Assim, o MST é idéia operante que, por sua vez, é igual a movimento. E, como idéia operante, ou seja, como movimento, ele tem se mostrado como o que há de mais avançado no modo

de produção capitalista, na sua possibilidade e necessidade de auto-superação. Segundo nosso ponto de vista, o MST já é essa idéia hegeliana de uma nova sociedade.

Para que seus "pés" – os assentamentos – se firmem enquanto MST ("idéia" mais avançada) faz-se necessário desenvolver no interior deles as forças produtivas, ou seja a base material. Mas uma base material que corresponda ao MST. E qual é essa base?

O meu presente já é o futuro, que se está concretizando, se efetivando. Não se trata de um plano que se deva esperar para ver se vai ou não se confirmar. O presente já é o futuro – quando o capitalista compra força de trabalho e meios de produção o futuro já se concretiza nesse ato, embora ainda esteja em processo. Para o MST, o ato teleológico, significa produzir vida, homens humanizados. Como esse processo ainda não se efetiva, o MST é ainda consciência em germinação – ato teleológico em germinação.

O MST fazendo-se em experimentos

O início dos anos 80, do século passado, marca uma novidade histórica brasileira, a qual parece ser indício da construção de um caminho possível à humanização dos homens desvalorizados pelo capital: os expulsos do campo, os desempregados nas cidades etc. No campo, a união consciente dos homens sob a forma de MST, rasga o espesso véu da impossibilidade de superação da ordem burguesa.

A primeira forma desta manifestação teleológica ainda em processo de germinação, deu-se em diversas lutas para a conquista de terras por trabalhadores rurais sem terra em vários estados brasileiros. A mais emblemática delas ocorreu em 1979, nas fazendas Macali e Brilhante, relacionadas com a reserva indígena de Nonoai, no estado do Rio Grande do Sul, que data a origem do acampamento Encruzilhada Natalino, no município de Ronda Alta, também estado do Rio Grande do Sul. Nesse mesmo período vem à luz a luta dos agricultores que perderam a terra com a construção da barragem de Itaipu, no estado do Paraná. Essas lutas é que vão, paulatinamente, delineando e estruturando a organização do MST. Esses homens explicitam a desumanização criada pelo modo de produção capitalista no Brasil, mostrando a desnecessidade desses homens para a reprodução ampliada do capital.

O primeiro Encontro Nacional ocorreu no município de Cascavel no estado do Paraná em janeiro de 1984, esse momento representa a fundação e a organização da união consciente de homens desumanizados em busca da sua humanização, muito embora, gravitando ainda, em torno de um constante movimento de experimentos, sob a forma de MST, nos seus acampamentos, nos seus assentamentos e outras formas de manifestações que ocorrem no campo e

nas cidades.

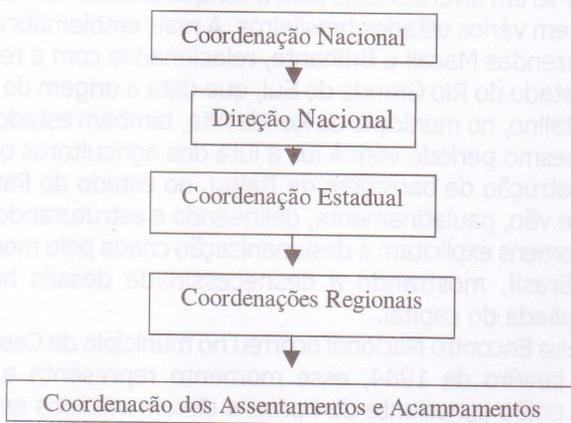
Este ato é similar ao ato teleológico do capitalista, cuja diferença é que enquanto o segundo busca valorizar o seu capital, o primeiro através das suas experimentações busca construir condições de vida de um novo tipo, para além da desumanização.

Constrói-se, então, nesse processo, a estrutura e os objetivos gerais desta luta, os quais foram sendo elaborados e modificados em cada encontro, frutos de mais de 20 anos de organização. De tal forma, que uma das suas características é esse movimento constante tanto dos objetivos quanto da estrutura e da própria organização, que se vêem constantemente transformados, no dia-a-dia, por força da experimentação.

Seus objetivos gerais estão hoje, assim sintetizados:

1. Construir uma sociedade sem exploradores e onde o trabalho tem supremacia sobre o capital.
2. A terra é um bem de todos. E deve estar a serviço de toda a sociedade.
3. Garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas.
4. Buscar permanentemente a justiça social e igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais.
5. Difundir os valores humanistas e socialistas nas relações sociais.
6. Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher³.

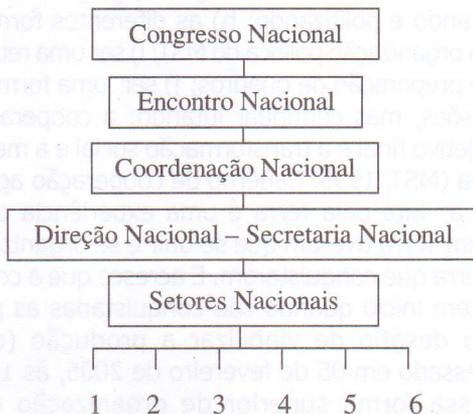
Sua forma de organização apresenta a seguinte configuração⁴:



³ disponível em <http://www.mst.org.br>, acessado em 21 de outubro de 2003, às 18:45 horas.

⁴ (MST, 1996. Caderno de Formação n. 23)

Esta forma de organização é à base de sustentação da estrutura do MST⁵



Esses setores atualmente são: 1. Produção, Cooperação e Meio Ambiente; 2. Direitos Humanos; 3. Educação; 4. Gênero; 5. Saúde; 6. Cultura.

Estando o MST já estruturado, com inúmeros assentamentos e acampamentos espalhados por todo o território nacional, constata-se que a condição de homens desumanizados de sua base, não havia sido erradicada com a posse da terra. Nascia, assim, no MST, a preocupação com a manutenção do homem no campo, mas com condições de existência humanizadas. Para isso, passa-se a construir um processo de cooperação na organização da produção, nos assentamentos.

A cooperação, no entendimento do MST, é o ato de juntar ou somar esforços de cada assentado para fazer coisas em conjunto, tais como: a compra de ferramentas, de máquinas, de animais, a produção de lavouras, até chegar ao momento em que toda a terra, todo o capital e todo o trabalho serão geridas em conjunto, o que fará surgir o agricultor familiar cooperado (MST, 1998. Caderno de Cooperação agrícola n. 5).

Os objetivos dessa cooperação agrícola, nos assentamentos, devem estar voltados para: a) o desenvolvimento da produção e progresso econômico dos assentados, isto é, a garantia de se ter acesso a capital e tecnologias; b) aumento da produtividade do trabalho e criar condições para a agroindústria e indústria; c) desenvolvimento social e melhoria das condições de vida das famílias, habitação, luz elétrica, cultura, educação; d) cultivar a política do MST e os valores do homem novo: humanistas e socialistas; e) vincular-se a um projeto estratégico de mudança

⁵ (MST, 1996. Caderno de Formação n. 23; <http://www.mst.org.br>, acessado em 21 de outubro de 2003, às 18:40 horas).

da sociedade e, portanto de luta; f) servir de exemplo e de alianças na sociedade para que ela se una na luta pela reforma agrária; g) garantir a organização dos assentados, massificando e politizando; h) as diferentes formas de cooperação têm um vínculo com a organização política do MST; i) ser uma retaguarda econômica do MST e liberação e preparação de quadros; j) ser uma forma de resistência ao capitalismo. Sem ilusões, mas continuar lutando; a cooperação deve ser vista como um meio; o objetivo final é a transformação social e a melhoria permanente das condições de vida (MST, 1995. Caderno de cooperação agrícola n.4).

Para o MST a luta pela terra é uma experiência de cooperação. No sentido de que os Sem Terra tiveram que se unir e se organizar para a obtenção de cada pedaço de terra que conquistaram. E acresce que a cooperação agrícola, propriamente dita, tem início quando são conquistadas as primeiras áreas de terra e com elas o desafio de viabilizar a produção (disponível <http://www.mst.org.br>, acessado em 05 de fevereiro de 2005, às 18:30 horas).

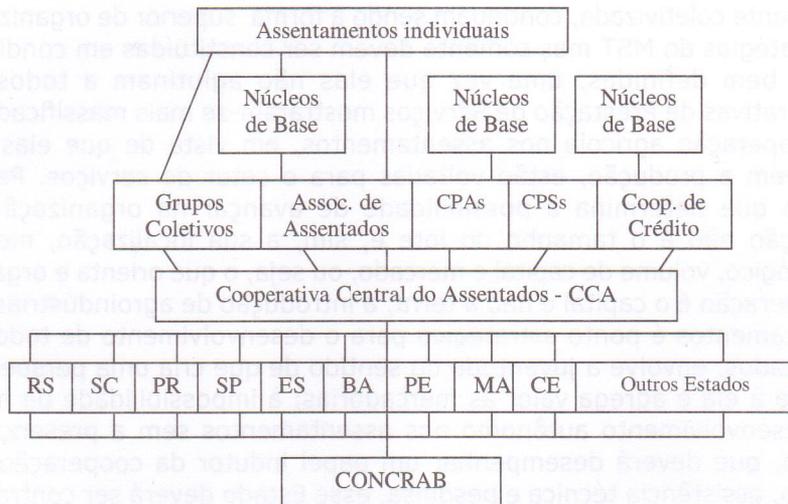
Para que essa forma superior de organização da produção nos assentamentos, a cooperação, como ato teleológico do MST, seja implementada, foi construído o SCA (Sistema Cooperativista dos Assentados), no ano de 1989 e mais tarde, em 1992, foi fundado a Concrab (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil).

O SCA é uma das formas que expressam a busca do MST pela teleologia na sua constituição. Corresponde ao setor de produção e comercialização; articula as diversas formas de cooperação e contribui na construção e implantação da estratégia geral do MST. Constitui a retaguarda econômica para a formação e liberação de militantes e dirigentes do MST, criando condições materiais para a luta. Contribui para o desenvolvimento da consciência política da base social e para o relacionamento com outros segmentos da sociedade, auxiliando-os na sua organização. Possibilita aos assentados vivenciar novos valores; elabora políticas para a organização da produção nos assentamentos; atua na formação de quadros organizadores da cooperação; busca aumentar a produtividade do trabalho para garantir melhorias nas condições de vida das famílias assentadas. Frente à estratégia do MST, o SCA deverá alimentar a esperança de que a transformação da sociedade é possível (MST, 1998, Caderno de Cooperação Agrícola n.5).

Outra ação do MST, a Concrab, em sua teleologia, representa juridicamente o SCA, e tem como funções: coordenar políticas gerais e de planejamento para o desenvolvimento das cooperativas nos assentamentos; organizar uma escola nacional para suprir necessidades de técnicos nas áreas administrativas, financeiras e agrônômica; manter um departamento de projetos de maior escala, estudo de mercado e de agroindústrias; atividades de exportação e importação; representar cooperativas frente a organismos públicos e internacionais; articular-se com outras Confederações agrícolas (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, n. 116, maio-junho de 1992, MST, 1998, Caderno de Cooperação Agrícola n.5).

Os princípios para a cooperação agrícola desenvolvidos pela SCA são: gestão democrática; neutralidade religioso, racial e partidária; ser mais uma ferramenta de luta da classe trabalhadora contra o capitalismo; distribuir sobras; direção coletiva; organização da base social via núcleos; massificar a cooperação entre os assentados (disponível www.mst.org.br, acessado em 05 de fevereiro, às 18:30 horas).

Organograma do SCA busca incorporar toda a forma de organização da produção nos assentamentos (www.mst.org.br, acessado em 20 de outubro de 2004, às 18:00 horas):



Nesse movimento constante, razão de sua existência, o MST vai se fixando enquanto idéia operante (experimentações) na busca pela humanização dos homens. O ponto culminante é agora a cooperação agrícola. No período de 1989 à 1993 estruturaram-se e ampliam-se, através do SCA, todas as suas formas de organização da produção, tais como: Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA); Cooperativas de Produção, Comercialização e Prestação de Serviços (as CPS, CPPS, CPSR); Cooperativas de Crédito e também as Cooperativas Centrais de Reforma Agrária (CCAs) e outros tipos de associações, tais como os condomínios. O ato teleológico que vai consolidando o MST está, ainda nesse momento, recheado pela valorização da riqueza que se materializa na construção de cooperativas; de agroindústrias; de espaço para os jovens em empresas promissoras como técnicos especializados; liberação de alguns poucos militantes, não todos; na agregação de valor aos produtos; no acesso a tecnologias etc. A busca pela humanização dos seus homens ainda não se faz de um novo tipo, reproduz as formas advindas do

modo de produção capitalista.

Tanto o SCA como a Concrab buscam objetivar o MST, enquanto ato teleológico na produção da vida dos homens assentados, fazem só desvelar o limite da forma histórica capitalista. A partir de 1993, esse sistema entra em crise, alguns passam a acreditar que a sua implantação foi um equívoco, outros afirmam que se trata de uma crise de crescimento, para supera-la, segundo o MST, se faz necessário avançar no entendimento da cooperação nos assentamentos, em dominar avançadas técnicas administrativas burguesas. Esse modelo passa a sofrer mudanças significativas: as CPAs, que são a forma de organização da produção totalmente coletivizada, continuam sendo a forma superior de organização e estratégias do MST mas somente devem ser constituídas em condições muito bem definidas, uma vez que elas não aglutinam a todos; as Cooperativas de Prestação de Serviços mostraram-se mais massificadoras da cooperação agrícola nos assentamentos, em vista de que elas não envolvem a produção, estão voltadas para o setor de serviços. Para o MST o que determina a possibilidade de avançar na organização da produção não é o tamanho do lote e, sim, a sua localização, modelo tecnológico, volume de capital e mercado, ou seja, o que orienta e organiza a cooperação é o capital e não a terra; a introdução de agroindústrias nos assentamentos é ponto estratégico para o desenvolvimento de todos os assentados, envolve a juventude no sentido de que cria uma perspectiva de vida à ela e agrega valor às mercadorias; à impossibilidade de haver um desenvolvimento autônomo nos assentamentos sem a presença do Estado, que deverá desempenhar um papel indutor da cooperação, via crédito, assistência técnica e pesquisa, esse Estado deverá ser controlado e dirigido pela classe trabalhadora (MST, 1998. Caderno de Cooperação Agrícola n.5).

A despeito da crise o MST prossegue no seu movimento de auto-criação. Seu ato teleológico em germinação ainda não é suficiente para a produção de homens humanizados desprovidos de singularidades capitalistas.

O MST, na sua busca, passa a construir um cooperativismo alternativo ao modelo cooperativista tradicional capitalista. Um cooperativismo organizado sobre outras bases e valores, que possibilite a apropriação dos instrumentos de gestão pelos trabalhadores e a constituição de mercado popular entre o campo e a cidade; que respeite as diferenças regionais e aponte para um novo modelo tecnológico, a representante desse modelo é a Concrab e não a OCB (Organização Cooperativista Brasileira) (MST, 1997. Caderno de Formação n. 21). Os seus princípios são⁶:

⁶ MST, 1997. Caderno de Formação n. 21.

	Cooperativismo Alternativo
1. Caráter da Sociedade	Político (visa à transformação da empresa econômica, busca melhorar a condição de vida dos assentados).
2. Finalidade	Produção (organização da produção, da roça até a industrialização).
3. Organização do trabalho	Produção familiar e cooperativada (visa incentivar e desenvolver a cooperação).
4. Base da Cooperativa	Trabalha com todos os associados.
5. Valorização do associado	Visa ser massiva. Trabalha para não perder os associados. Por isso, busca formas de incluí-los.
6. Classe dos associados	Uniclassista (só pequenos). Alguns colocam estatutariamente limite de terra para se associar.
7. Distribuição das sobras	Deve ser distribuída para o associado em dinheiro ou em serviços.
8. Direção	Coletiva e de responsabilidade pessoal. A direção legal fica em segundo plano.
9. Poder dos associados para defender seus interesses	Através dos núcleos.
10. Organização cooperativista	Construir um espaço alternativo.
11. Método	Dar condições para os associados descobrirem, perceberem.
12. Núcleos	Ferramenta para construir a organicidade. Funciona de baixo para cima.
13. Acesso às informações	Alto.
14. Participação dos associados	Alta.
15. Planejamento	De baixo para cima.
16. Formação	Política, ideológica e técnica.
17. Associado	A mulher, o homem (casal) e os filhos maiores que trabalhem.
18. Desenvolvimento	Conforme projeto de desenvolvimento regional.
19. Participação na luta	Política e econômica.
20. Projetos ou planos	O associado participa da elaboração.
21. Rotação de dirigentes	Deve ser investido na formação de novos dirigentes.
22. Preocupação com a viabilidade	Do conjunto dos associados.

Em suas ações teleológicas, o MST, a partir de 2000 passa a construir um Projeto Popular para o Brasil através da Consulta Popular, a qual que envolve a participação de todos os segmentos sociais que lutam por uma nova ordem sócio-política. A construção desse Projeto Popular continua, hoje, sendo um dos objetivos políticos do MST. E com o Governo Lula, através de políticas públicas, e da esperança de realização efetiva da reforma agrária, vê-se vinculado ao Governo, entretanto vêm, também, aos poucos perdendo essa ilusão. Para o MST,

A eleição de Lula, em 2001, representou a vitória do povo brasileiro e a derrota das elites e de seu projeto. Mas, mesmo essa vitória eleitoral não foi suficiente para gerar mudanças significativas na estrutura fundiária e no modelo agrícola. Assim, é necessário promover, cada vez mais, as lutas sociais para garantir a

construção de um modelo de agricultura que priorize a produção de alimentos e a distribuição de renda. (disponível www.mst.org.br, acessado em 06 de abril de 2004 às 21:00 hs)

Organizar todos os trabalhadores da sociedade da mesma forma como que se organizaram os assentamentos e os acampamentos é a mais recente teleologia do MST. Alguns dos experimentos objetivando a construção desse caminho tem sido implementados em alguns estados brasileiros, como foi o realizado na Grande Florianópolis nos anos de 2002 e 2003, e agora em abril de 2005 em Pernambuco, onde acampam trabalhadores desempregados urbanos em conjunto com os rurais.

Intensificar a organização dos pobres para fazer lutas massivas em prol da Reforma Agrária; articular-se com os trabalhadores e setores sociais da cidade para fortalecer a aliança entre o campo e a cidade, priorizando as categorias interessadas na construção de um projeto político popular; Desenvolver com os trabalhadores desempregados a ocupação das áreas ociosas nas periferias das cidades e organizar atividades produtivas; realizar atividades de formação política em conjunto com jovens da classe trabalhadora; apoiar os movimentos de luta pela moradia; buscar unidade entre as organizações do campo e da cidade; fazer lutas massivas; intensificar a organização dos pobres. (disponível www.mst.org.br, acessado em 06 de abril de 2005 às 21:00 hs.)

Da luta por um lote de terra, como base da vida, os sem-terra transformam-se em lutadores pela modificação da estrutura social brasileira, cujo resultado é a elaboração da proposta de um Projeto Popular para o Brasil. O mecanismo para elaborá-lo é a participação da população em todas as etapas desse projeto, pois, ao participar, a população se mobiliza tal qual os trabalhadores rurais sem-terra o fazem nas ocupações, nos acampamentos e nos assentamentos. A finalidade desse projeto é que esta práxis fortalece a organização dos trabalhadores assalariados e dos excluídos da sociedade e, em consequência disso, constituir-se-ão em cidadãos participativos e conscientes de seus direitos sociais.

Destarte, por volta de 2000, o MST compreende que uma nova vida para os trabalhadores rurais sem-terra no Brasil só pode se reproduzir e se consolidar se houver uma profunda mudança na sociedade como um todo e não somente nas formas de produção nos seus assentamentos, principalmente na forma de cooperativas. A luta para resolver os problemas na agricultura brasileira deve estar atrelada à luta por um novo projeto sócio-político e econômico para o Brasil. Porém, a elaboração deste projeto deve percorrer o mesmo caminho histórico

vivenciado pelos integrantes do MST, desde os primeiros passos da luta pela terra até às reivindicações por mudanças nas políticas agrária e agrícola do governo nacional. Esta estratégia de ação política objetiva ampliar a participação de camadas cada vez maiores da população brasileira, fundamentalmente dos desempregados e dos excluídos socialmente. Esta práxis tem sido conhecida e implementada como Consulta Popular. Projeto este que deveria ser discutido e implementado pelo Governo Lula, todavia, até o momento, não tem havido sinais de tal realização. Entretanto, neste movimento de experimentações, sua teleologia, o MST vem construindo a sua condição de ser.

No entendimento do MST, a construção do Projeto Popular para o Brasil é o salto histórico que o vincula à sociedade, ao urbano e a todas as outras organizações sociais populares, como sindicatos e partidos políticos de esquerda, além de se constituir em uma proposta de novo modelo de desenvolvimento para o Brasil.

Este Projeto deve:

- a) produzir uma análise científica da realidade brasileira, destacando a natureza das questões econômicas e sociais para resolver problemas como: desemprego, terra, alimentação, educação, saúde e moradia, isto é, produzir uma proposta para um desenvolvimento com justiça social.
- b) Propor que estas soluções de desenvolvimento se transformem em bandeiras populares;
- c) Estimular, apoiar e fortalecer as lutas de massa, pois somente grandes mobilizações casadas com a proposta do projeto é que poderão alterar a correlação de forças e ir forjando esse novo modelo de desenvolvimento nacional e, assim, produzir, a partir das necessidades e experiências concretas, novas formas orgânicas de acumulação de forças em torno deste projeto. (MST, 2001:26)

A construção teórica desse Projeto deve levar em conta, fundamentalmente: a reorganização da economia voltada para as necessidades básicas da população, distribuição de renda e de riqueza; democratização da propriedade dos meios de produção, acesso homogêneo aos bens de consumo básicos; democratização do Estado e desenvolvimento de novas formas de exercício do poder; desenvolvimento de novos valores sociais e culturais que coloquem a vida humana e o bem estar de todos no centro dos objetivos da sociedade; garantia da soberania nacional e da possibilidade de construir uma nação moderna, desenvolvida, independente do capital internacional e de sua dominação cultural e ideológica; garantir a participação popular em todos os aspectos do governo e da vida na sociedade (MST, 2001:26-28).

Assim, tem-se de discutir e implementar mecanismos concretos, os quais

eduquem e organizem o povo para este novo Projeto. Esses mecanismos poderiam ser: construção de conselhos populares como exercício do poder popular de fato; estimular, quando necessário, campanhas contra leis e projetos impostos que são contrários aos interesses populares; promover campanhas nacionais para que os trabalhadores entendam sua força tal qual a Marcha a Brasília e o plebiscito contra a dívida externa e interna. (MST, 2001:28)

Esse projeto popular para o Brasil tem subdivisões. Uma delas é o projeto popular para a agricultura que está em debate em movimentos e entidades que se articulam na via campestre, tais como: Associação Brasileira da Reforma Agrária (ABRA), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), Pastoral da Juventude Rural (PJR) e Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB).

Seus objetivos são: reforma agrária; reorganização da produção e do uso da terra em benefício de toda a sociedade; estímulo à cooperação agrícola como forma de desenvolvimento social das forças produtivas; um novo modelo tecnológico; a agroindústria cooperativada; desenvolvimento integrado do meio rural; soberania alimentar e mercado interno; a distribuição de renda e o desenvolvimento agrícola; o desenvolvimento do meio rural como base para enfrentar o desemprego; a democracia popular (MST, 2001:2-43). As pressões junto ao Governo Lula para essa implementação tem trazido respostas tênues que não implementam as condições propostas pelo MST, entretanto este tem conseguido alguns projetos de políticas públicas que permitem a sua reprodução, não diferentes do efetivado por outros governos. O MST, neste ano, volta-se para seu interior e vem realizando novamente ocupações como forma de pressão, chamando trabalhadores desempregados urbanos para aglutinar-se à luta, mostrando-se assim, com vigor, para toda a sociedade, apesar da perda da ilusão de realização de sua forma de ser, através do Governo Lula.

Nesse sentido, o MST vai caminhando e nessa construção tece a si mesmo enquanto agente social na busca por uma sociedade superior a capitalista, embora ainda gire em torno de um constante movimento, e não em torno da própria existência humana. Ou seja, seu centro gravitacional é o movimento e não o homem (a vida).

O MST vai se legitimando como agente social a partir de seu próprio movimento, que pode ser definido resumidamente em alguns períodos históricos:

<p>Período: 1979 à 1984</p> <p>Lema: "Terra para quem nela trabalha"</p> <p>Processo organizativo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Lutas isoladas; - Primeiro Encontro Nacional de Fundação do MST em janeiro de 1984; - Resolução de problemas concretos e mobilização contra o regime militar e ocupações de terra locais. - 1983 primeira experiência de organização coletiva do trabalho e da terra no MST a "Associação de Agricultores de Nova Ronda Alta" no estado do Rio Grande do Sul. - Busca da superação da "forma artesanal"⁷ de organização do trabalho por organizações coletivas como associações, cooperativas etc.
<p>Período: 1985 à 1988:</p> <p>Lema em 1985: "Sem Reforma Agrária não há democracia"</p> <p>Lema a partir de 1986: "Ocupação é a única solução"</p> <p>Processo organizativo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ocupações articuladas e massivas de terras e de órgãos públicos acompanhadas por greves de fome; - incentivo a organização da produção totalmente coletiva; - I Congresso Nacional do MST em janeiro de 1985; - Implementação da cooperação⁸ na produção.
<p>Período: 1988 à 1990</p> <p>Lema: "Ocupar, Resistir, Produzir"</p> <p>Processo organizativo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - expansão do MST; - criação do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) e 1989; - Implantação do MST na região nordeste com pequenas ocupações; - Desenvolve-se a resistência de massas; - II Congresso Nacional do MST em maio de 1990.
<p>Período: 1990 à 1992</p> <p>Lema: "Ocupar, Resistir, Produzir"</p> <p>Processo organizativo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - levar a luta pela terra para a cidade através de jornadas nacionais conjuntas; - continuidade das ocupações de terras e órgãos públicos; - principal forma de luta: as caminhadas. - Aberturas de diversas cooperativas por todo território nacional; - Fundação da Concrab (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil).
<p>Período: 1993 à 1994</p> <p>Lema: "Ocupar, Resistir, Produzir"</p> <p>Processo organizativo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - jornadas massivas; - construção do "Fórum dos trabalhadores rurais" com ações nas capitais e principais centros urbanos; - Grito da Terra Brasil I

⁷ É a forma de organização da produção simples, com pouca ou nenhuma divisão do trabalho. O MST busca a superação do que ele chama de "vícios" impostos por essa forma artesanal de trabalho na qual, segundo ele, a auto-suficiência prescinde da análise; o espontaneísmo exclui o planejamento como é o processo produtivo individual, em que o camponês desenvolve uma visão personalista como uma das características de seu universo cultural e das superestruturas sociais que abarca. O que ele chama de vícios são o individualismo, o personalismo, o espontaneísmo, o anarquismo, o imobilismo, o comodismo, a auto-suficiência.

⁸ Cooperação para o MST é a aglutinação de pessoas buscando a ajuda. Na produção a utilização da cooperação traz a divisão técnica do trabalho. "Através da divisão social [na verdade, divisão técnica] do trabalho, cada trabalhador se especializa em uma linha de produção ou tarefa. Assim começaram a fazer as coisas cada vez melhor, aumentando a produção, diminuindo custos, diminuindo o tempo de trabalho" (MST, 1998:21, Caderno de Cooperação Agrícola n. 5).

Período: 1995 à 1999

Lema: "Ocupar, Resistir, Produzir"

Processo organizativo:

- III Congresso Nacional em julho de 1995;
- Marcha nacional pela reforma agrária e pelo emprego em abril de 1996;
- Aumentam as ocupações, duplicando a base social dos que lutam pela terra;
- Multiplicam-se as experiências de cooperação agrícola e de agroindústrias nos assentamentos;
- Marcha nacional em 1999;
- Crise nas formas de organização coletiva da produção e em menor proporção nas formas semi-coletivas;
- Reestruturação do Sistema Cooperativista dos Assentados e da Concrab;
- Desenvolvimento de princípios para a cooperação agrícola;
- Estruturação de um cooperativismo alternativo;
- Massificação das Cooperativas de Prestação de Serviços;
- Incentivo a qualquer forma de organização coletiva da produção nos assentamentos.

Período: 2000 à 2005

Lema: "Por um Brasil sem latifúndio"

Processo organizativo:

- IV Congresso Nacional em agosto de 2000;
- Luta contra a ALCA (Acordo de Livre Comércio nas Américas);
- Segue com sua luta pela Reforma Agrária por um Brasil justo, soberano, igualitário e por um continente livre da Alça;
- Construção de um Projeto Popular para o Brasil;
- Buscar a unidade entre as organizações do campo e da cidade;
- Ações contra os transgênicos

O processo da constituição do MST pode ser sistematizado na afirmação e superação dos conteúdos de lema e marcam cada período de sua existência: Período: 1979 à 1984, Lema: "Terra para quem nela trabalha"; Período: 1985 à 1988, Lema em 1985: "Sem Reforma Agrária não há democracia", Lema a partir de 1986: "Ocupação é a única solução"; Período: 1988 à 1990, Lema: "Ocupar, Resistir, Produzir"; Período: 1990 à 1992, Lema: "Ocupar, Resistir, Produzir"; Período: 1993 à 1994, Lema: "Ocupar, Resistir, Produzir"; Período: 1995 à 1999, Lema: "Ocupar, Resistir, Produzir"; Período: 2000 à 2005, Lema: "Por um Brasil sem latifúndio".

A superação do modo de produção capitalista na forma de MST ainda tem como teleologia, a posse da terra, a reforma agrária, a constituição de acampamentos e assentamentos, a constituição de um cooperativismo alternativo ao modelo tradicional e o fim do latifúndio.

Após lutas e lutas contra as forças conservadoras da ordem vigente, o MST admite que sua reprodução como movimento social e político ocorrerá na medida em que os trabalhadores brasileiros se unam e construam um Projeto Popular para o Brasil. Este Projeto é teleologia norteadora das ações de todos os trabalhadores que não mais conseguem encontrar respaldo material e social para sua reprodução como seres sociais, mesmo que na forma burguesa.

Para além de nossas reflexões e da teleologia norteadora das ações do MST é a história que certificará os caminhos de se colocar o ser social no centro de sua própria gravidade.

Bibliografia:

AUED, Idaletto Malvezzi. GRADE, Marlene. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra: fabricando uma nova sociedade. **IV Encontro da Sociedade de Economia Política**, São Paulo, 2001.

CONCRAB. **Caderno de Cooperação Agrícola n. 08**. A Evolução da Concepção de Cooperação Agrícola do MST (1989 a 1999). São Paulo, Concrab: agosto de 1999.

GRADE, Marlene. AUED, Idaletto Malvezzi e. Sistema Cooperativista dos Assentados: dilemas e avanços por uma produção coletiva. **III Encontro da Sociedade de Economia Política**, Fortaleza, 2000.

GRADE, Marlene. **MST: luz e esperança de uma sociedade igualitária e socialista**. Dissertação de Mestrado em Economia, Florianópolis, 2000.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

———. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Tradução, apresentação e notas: Jesus Ranieri. – São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K. e ENGELS, F. **La ideologia alemana**: Trad. Wenceslao Roces. Buenos Aires: Pueblos Unidos, 1973.

MST. **Construindo o Caminho**. São Paulo: MST, julho de 2001.

A Cidade Moderna: vitrine das multidões

Luciana Nascimento

Doutora em Teoria e História Literária
pela UNICAMP - Coordenadora da
FADILESTE

A cidade seduz a compreensão.
Ela é feita de finitudes, linhas curvas,
agudas, matemáticas, todas calculáveis.
É repleta de variedades, de sucessões,
de dispositivos. (...) É a Escola da Razão.
Emerson

Resumo:

Este trabalho objetiva traçar um estudo panorâmico sobre a organização da cidade moderna no século XIX e suas implicações na vida social.

Palavras-chave: modernidade, espaço urbano, século XIX

Abstract:

This work aims to draw a relative study about the modern city organization in the 19th century as well as its implications on the social life.

Key Words: Modernity, urban space, 19th century

A existência de núcleos citadinos não é um fenômeno apenas contemporâneo. Na verdade esse núcleos começaram a surgir quando o homem iniciou seu processo de sedentarização e de sociabilidade mais complexa. Esses primeiros núcleos tinham como origem a organização política, na Antiguidade, as questões religiosas e comerciais, na cidade medieval, e a industrialização, na cidade moderna. Podemos perceber, ao longo da História, que houve cidades nascidas com os cursos d'água e também fundadas pela expansão dos grandes impérios europeus: a configuração, as características e as funções das cidades organizadas pelo homem modificaram-se no curso do tempo e elas assumiram diversas imagens e facetas ao longo da História, nas diferentes sociedades.

O século XIX, marcado pelo signo da modernidade que já vinha sendo forjada desde o século anterior, é representado pela imagem do turbilhão, (BERMAN, 1988: 16) evidente nas representações do moderno neste século, atingindo todos os países do mundo.

As cidades modernas representaram uma possibilidade de conhecimento e civilização. Prescindindo dos esquemas representativos da ordem antiga, a

moderna *urbs* representa uma ruptura radical com tudo o que dizia respeito à ordem antiga, fazendo nascer o urbano como o conhecemos hoje. Esta ruptura foi também concretizada na edificação e reforma das cidades, no uso que seus habitantes passaram a fazer do seu espaço e, também, pela utilização de novos materiais empregados nas construções que expressaram o binômio arte-técnica e demonstraram as incontáveis possibilidades de realização humana. Este binômio é muito bem representado pela imagem das exposições universais, que exibiram a combinação de novos materiais e o poderio industrial e burguês.

Dentre os novos materiais usados, podemos destacar o ferro e o vidro, que aparecem sob várias formas nas modernas edificações e artefatos. O ferro, quando fundido, é moldável, possibilitando a decoração das peças pré-fabricadas em série – escadas, painéis, balcões, grades etc. Ele também racionaliza a construção, substituindo os materiais tradicionais nas peças de sustentação e cobertura:

Com o ferro aparece, pela primeira vez na história da arquitetura, um material artificial. A isto subjaz uma evolução cujo ritmo se acelera no decorrer do século. (...) Simultaneamente se amplia o campo de aplicação arquitetônica do vidro. (BENJAMIN, 1985: 31-32)

A nova arquitetura metálica afirma-se como característica do estilo do século, tanto pela sua dimensão técnica e construtiva, nos edifícios, quanto por seus aspectos decorativos, nas vitrines – nova invenção do luxo industrial-burguês, harmonizando o ferro e vidro. Além disso, esses materiais apresentavam facilidades e vantagens econômicas para sua reprodução. O ferro, portanto, se inscreveu como uma matriz, que permitiu muitas reproduções. Seu uso expressou o encontro, nem sempre harmonioso, que marcou a época, ou seja, o encontro entre o engenheiro e o arquiteto, a beleza e a utilidade, anunciando um novo espaço urbano. Sobre esse encontro, observa Walter Benjamin quando discorre sobre a arquitetura do II Império Francês: “Começa a se impor o conceito de engenheiro, do engenheiro oriundo das guerras de revolução, começando então as lutas entre construtor e decorador, École Polytechnique e École des Beaux-Arts.” (BENJAMIN, 1985: 32)

Já o uso do vidro, na vitrine, em consonância com o ferro, representou uma nova perspectiva para a arquitetura urbana moderna. Esta última teve como preocupação primordial as partes interna e externa do ambiente. O vidro evidencia a fluidez e a visibilidade da imagem e do espaço, conferindo um poder de exposição e exibição às vitrines, às exposições universais e às galerias surgidas neste fim de século:

As tensões interior/exterior ficam aqui aguçadas pelo caráter diáfano do vidro. Curiosa ironia dos materiais: ao contrário dos muros de pedra, dos gonzos de ferro, dos postigos maciços, a vitrine é a maneira mais cinica através da qual o luxo se deixa

entrevier, assinalando ao mesmo tempo, seu preço e seu dono. (HARDMAN, 1988: 37)

Essa união entre o vidro e o ferro configura um caráter funcional, monumental e simbólico à arquitetura moderna, muito bem representado nas imagens das galerias e das exposições universais, verdadeiros cenários das mercadorias de luxo, onde a burguesia exibe a força de seu armamento, ou seja, o poder do capital. Foram esses "verdadeiros centros de peregrinação ao fetiche mercadoria", (BENJAMIN, 1985: 35) que uniram o capital, a arte e a técnica, inspirados no ideal saintsimoniano de "aliança dos povos", que caracterizou o cosmopolitismo, a difusão de idéias, formas e produtos industriais, inaugurando um novo imaginário social e transformando a mercadoria em fetiche. (SENNET, 1988:35)

As galerias representaram, segundo Benjamin, a possibilidade de eternizar as exposições universais. Em Paris, foi a crença na perenidade da indústria, do comércio de tecidos, do capital e da tecnologia que norteou a edificação de verdadeiros templos de consumo, o que proporcionou o surgimento e a rápida expansão das galerias de comércio, a partir de 1822. Um *Guia Ilustrado de Paris* (BENJAMIN, 1985:30-31) assim descreve as galerias:

[As galerias são uma] nova invenção do luxo industrial, são vias cobertas de vidro e com o piso de mármore, passando por blocos de prédios, cujos proprietários se reuniram para tais especulações. Dos dois lados dessas ruas, cuja iluminação vem do alto, exibem-se as lojas mais elegantes, de modo tal que uma dessas passagens é uma cidade em miniatura, é até mesmo um mundo em miniatura.(BENJAMIN, 1985:31)

O espaço urbano deixou de ser apenas um conjunto de edificações, passando a significar a união da beleza e da funcionalidade. A predominância da cidade sobre o campo vai colaborar na determinação de um novo modo de vida das populações – "a cidade era, sem dúvida, o mais impressionante símbolo exterior do mundo industrial", como afirmou o historiador inglês Eric Hobsbawm. Nesse novo espaço outra literatura entra em cena – a literatura panorâmica, produzida pelo "flâneur", o artista deambulante. O panorama é, inclusive, um dos símbolos desta nova situação:

Mesmo do ponto de vista social, essa [nova] literatura é panorâmica. (...) Os panoramas anunciam uma revolução no relacionamento da arte com a técnica e são ao mesmo tempo, a expressão de um novo sentimento de vida. (...) Nos panoramas, a cidade se abre em paisagem [também] para o flâneur.(BENJAMIN,1985:33-34)

É, portanto, o artista deambulante quem vai captar a cidade subterrânea, entrecortada por múltiplas imagens, tanto do luxo como das mazelas sociais, como podemos observar nesta passagem de Dostoievski:

Percorri a perspectiva, fui ao jardim, errei através do cais, e não vi sequer um dos rastros que encontrava habitualmente nesses mesmos locais. Na paisagem dos arredores de Sampetersburgo quando à aproximação da primavera, manifestando subitamente toda a sua violência, todas as forças que recebeu do céu, se cobre de viçosa verdura. (...) Regressei muito tarde à cidade. (...) Na realidade moro num bairro bastante afastado. Caminhava cantando. (...) Num recanto estava uma mulher. A rapariga caminhava apressadamente (...) [um] sujeito cambaleante (...) desatou a correr em perseguição de minha desconhecida (...)
(DOISTOIEWSKI,1988:6-12)

Em Oscar Wilde, também é possível observar a mesma percepção da vida urbana com todas as suas contradições:

Estava eu, numa tarde, sentado no terraço do Café de la Paix, observando o esplendor e a miséria da vida parisiense, e meditando, diante do meu vermute, no estranho panorama de orgulho e de pobreza que desfilava à minha frente...
(WILDE,1988:17)

Durante o século XIX, o crescimento urbano mundial sofreu um processo sem volta. A população mundial, de um modo geral, cresceu de maneira significativa no campo, mas, principalmente, nas cidades. A industrialização exerceu um duplo papel na movimentação da população que crescia nas cidades: determinou a expulsão dos lavradores do campo, em razão da concentração de propriedade, da produção em larga escala e da relativa mecanização da lavoura, fazendo com que as cidades exercessem uma forte atração sobre as pessoas. O espaço deixa de estar em conformidade com quem o habita em virtude da perda da identidade e dos elos comuns que antes uniam os homens a uma tradição cultural.

A afluência de pessoas à cidade vai instaurar, neste século, um fenômeno inusitado, o surgimento da multidão. Pelo seu caráter de incontrollabilidade, a multidão comporta, contraditoriamente, a produtividade e a violência, o fascínio e o medo. É a "massa compacta, local de múltiplas trocas, individualidades que se fundem (...)". (FOUCAULT, 1997:177). Maria Stella Bresciani ressalta que "as multidões das cidades parecem surgir do nada no último quartel do século XVIII para ocuparem as fábricas e o espaço público como operários e povo" (BRESCIANI,

1994:11) e seus antecedentes remontam à turba comandada pelos demagogos em Atenas e Roma. A cidade, a partir de então, passou a configurar o local de exibição e fluxo ininterrupto de pessoas, convertendo-se em vitrine a seduzir quem a atravessa, como nos mostra Baudelaire em seu poema "A Uma Passante":

A rua em torno era um frenético alarido.
Toda de luto, alta e sutil, dor majestosa,
Uma mulher passou, com sua mão suntuosa
Erguendo e sacudindo a barra do vestido. BAUDELAIRE,
1995:179)

Através da passante, o poeta insinua a figura urbana dos olhares que se cruzam na multidão, o olhar momentâneo da mulher que se exhibe na multidão do bulevar.

Ao lado do binômio cidade-multidão, encontramos, ainda, outras imagens emblemáticas do advento do moderno – a estação e o trem-de-ferro – que vão compor a nova paisagem citadina:

O trilho se torna a primeira peça montável de ferro, sendo precursor da viga de sustentação. Evita-se o ferro nas moradias, mas ele é empregado nas galerias, salas de exposições e estações de trem – construções que serviam para fins de trânsito.(BENJAMIN, 1985:32)

O trem-de-ferro significou a possibilidade de transporte muito mais rápido e em grande quantidade de homens, matérias-primas e alimentos para abastecer as cidades. As estações se convertem em vitrines, teatros de exibição e catedrais do século XIX, lugar de afluência das multidões, e se revestem de um valor simbólico e pragmático. Elas faziam circular mais rapidamente as idéias, a cultura e as mercadorias. E como se verá mais adiante, o trem-de-ferro teve sua imagem – aparição fugaz – recorrentemente apropriada pelas artes em geral e pela literatura. Sua presença é construída nas narrativas de viagens, nas imagens fugidias de narradores que invocam um novo referencial ótico, já que muitas vezes encontram— se em movimento, dentro de um trem, observando a paisagem dos caminhos de ferro, fragmentando-se enquanto sujeitos em movimento.

Apesar de toda a expansão e evolução da tecnologia, o crescimento urbano foi repleto de contradições, apresentando um lado perverso e caótico, que, com o crescente aumento das populações, acarretava falta de moradia, problemas de abastecimento de água, falta de esgotos e a decorrente insalubridade. O aumento da pobreza e da miséria ameaçava a "paz social" da burguesia, que passou a ver os segmentos sociais mais pobres como uma "classe perigosa", (CHALHOUB, 1996:8) que precisava ser domesticada. Essa visão burguesa é uma marca perversa da pólis gerada pela modernidade. No dizer de Foucault:

O desenvolvimento das cidades, o aparecimento de uma população operária pobre que vai tornar-se, no século XIX, o proletariado, aumentará as tensões políticas no interior da cidade (...) [ocorre] uma espécie de afrontamento entre rico e pobre, plebe e burguês, que se manifesta através de agitações e sublevações urbanas cada vez mais numerosas e freqüentes.(FOUCAULT, 1996:86)

Laboratório das novas formas sociais inventadas, as cidades profundamente modificadas pela industrialização enfrentam a necessidade de uma reelaboração radical de sua imagem e, para ordenar essa situação de caos, necessitam de reformas, planejamentos e construções. São estas as palavras de ordem para modernizar e modificar o espaço urbano, cada vez mais desordenado e confuso. A urbanística de fins do século XIX apresentou-se como uma ciência¹ que pretendeu solucionar os problemas das cidades atormentadas pela insalubridade e pelo inchaço populacional. Com medo de que o agravamento das mazelas urbanas conduzissem a uma situação de ingovernabilidade, o poder interagiu no espaço das metrópoles com o intuito de controlá-lo.

Outro esforço ordenador foi a cidade "planejada no papel". Segundo Angel Rama,(RAMA, 1985:27-28), tal plano urbanístico, moldado por uma concepção racional, fez das cidades planejadas um sonho de ordem transposto para o papel. No mais das vezes, estes projetos não corresponderam à realidade efetivada. Nesse sentido, trata-se de um urbanismo utópico, de uma cidade "pensada", ou seja, desenvolvida pela apropriação de correntes filosóficas do pensamento. Tal apropriação tinha o intuito de moldar uma sociedade "ideal", estabelecendo uma "ordem social" adaptável ao novo meio urbano, recusando-se a barbárie e o "atraso" da cidade medieval. Foi a negação das antigas cidades, consideradas anacrônicas para a nova ordem social, o que leva o poder a adaptar esse espaço para atender à nova organização humana, empreendendo as famosas reformas. Essa nova concepção de espaço urbano decorre, então, de mudanças profundas que alteraram o pensamento da humanidade. A idéia do coletivo medieval cede lugar ao individualismo moderno. A moradia e a produção coletivas são substituídas pela indústria, sob o princípio do trabalho fragmentado, e a moradia, passou a ser destinada a cada família, de acordo com o espaço que ela ocupa na sociedade. Sem dúvida. As cidades de ontem nos dizem muito das cidades de hoje, espaços do "avesso do avesso do avesso", do stress, da fragmentação e da *bricolage*.

¹ CHOAY, 1994. p.13. A palavra *urbanismo*, de acordo com Françoise Choay, consagra o aparecimento de um discurso específico sobre o urbano.

Referências Bibliográficas

- BAUDELAIRE, Charles. *Obra Poética*. Trad. Ivo Barroso. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995.
- BENJAMIN, Walter. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1985.
- BERMAN, Marshal. *Tudo o que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- BRESCIANI, Maria Stella. As Cidades modernas: faces do mostro urbano. São Paulo: *Revista Brasileira de História*, v. 8, 1994
- CHALHOUB, Sidney. *A cidade febril*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CHOAY, Françoise. *O urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 1994.
- HARDMAN, Franciso Foot. *Trem fantasma*. A modernidade na selva. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1994.
- _____. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- NASCIMENTO, Luciana Marino do. *A cidade de papel*. Varginha: Alba, 2000
- RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- WILDE, Oscar. *Contos de natal*. São Paulo: Biblioteca de Ouro, 1988

A modernização da FAB pelo SIVAM

Paulo Gustavo Falconi

Mestre e doutorando em História Política pela Universidade Estadual Paulista – UNESP/Campus de Franca/São Paulo. Membro do Grupo de Estudos da Defesa e Segurança Internacional (GEDES) e do Centro de Estudos Latino Americanos (CELA), ambos localizados na UNESP – Franca. A pesquisa da qual se originou este artigo, sob orientação da Doutora em História Suzeley Kalil Mathias, contou com o apoio do CNPq.

Resumo

As origens do SIVAM/SIPAM remontam ao ano de 1990, quando o Ministério da Aeronáutica apresentou ao governo a Exposição de Motivos n.º 194. O Projeto SIVAM é definido como infra-estrutura de meios técnicos para possibilitar o emprego das ações propostas pelo SIPAM, este encarregado de agrupar os diversos planejamentos, de todas as instituições e órgãos que se preocupam com as dificuldades ecológicas, econômicas, políticas, antropológicas e sociais da Amazônia Legal, para que sejam cumpridos de forma integrada. A hipótese desse breve estudo consiste no fato da Aeronáutica ter criado o Projeto SIVAM como pretexto para modernizar parte de seus equipamentos bélicos, além de ter aumentado a sua presença na política e ampliado o seu funcionalismo militar.

Palavras Chaves: Amazônia Legal, SIVAM, SIPAM e Aeronáutica

Abstract

The origins of SIVAM/SIPAM remount to the year of 1990, when the Ministry of the Aeronautics presented to the government the Exhibition of Reasons n.º 194. The Projeto SIVAM is defined as infrastructure of technical means to make possible the employment of the actions proposed by SIPAM, this person in charge of containing the several plannings, of all the institutions and organs that worry about the difficulties ecological, economical, politics, anthropological and social of the Amazonian Lawful, so that they are accomplished in an integrated way. The hypothesis of that brief study consists of the fact of the Aeronautics to have servant the Projeto SIVAM as excuse to modernize part of your armaments, besides having increased your presence in the politics and enlarged your military functionalism.

Key words: Amazonian Lawful, SIVAM, SIPAM and Aeronautics

Antecedentes Históricos

No período que compreende a Guerra Fria, o alvo das atenções do Estado brasileiro, pelo interesse da estratégia, era o Sul de seu território, em especial, a extremidade do lado fronteiriço com a Argentina, traduzida como outro país forte candidato a conquistar hegemonia regional na América do Sul e, por isso, percebido como *inimigo*.¹ Assim, a faixa de fronteira internacional passou a ser local de precipitação estratégica determinado. (SAINT-PIERRE.; MATHIAS, 1997)

Com o fim da bipolarização do mundo (marcado pela dissolução do Pacto de Varsóvia, pela reunificação da Alemanha e pelo desaparecimento da União Soviética) e com o clima de integração e cooperação que se instaurou (exemplo disso foi o fato das iniciativas denominadas de Comunidade Comum Européia e Mercado Comum do Sul terem sido ainda mais impulsionadas), principalmente no que diz respeito às relações internacionais entre Brasil e Argentina, as regiões Sul e Sudeste do Brasil não mais merecem prioridade estratégico-militar, ao menos sob o mesmo ângulo de antes.

Dessa maneira, estas preocupações dirigiram-se fundamentalmente para a região Norte, consubstanciadas em especial no controvertido projeto de inspiração militar conhecido como Calha Norte (seu título completo é *Desenvolvimento e Segurança na Região ao Norte das Calhas dos Rios Solimões e Amazonas*) e nos seus desdobramentos, o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) e Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM).²

O Projeto Calha Norte, que veio a público em 1986 com a preocupação do governo de assegurar que a Amazônia continuaria sob controle nacional, abarca o Projeto SIVAM, braço operacional do SIPAM, que consiste na instalação de radares fixos e móveis, aviões bandeirantes, Super-Tucanos, etc. Certamente, os principais motivos que explicam e viabilizam essa conduta do governo brasileiro são a prática de ilícitos (contrabando, narcotráfico, etc.) e o interesse internacional pela região amazônica.³

De modo singular, ou até mesmo alheio, sob a égide da democracia, foi no período pós-autoritarismo, nos anos que sucederam a década de 70, que uma política mais concreta de resguardo da base geográfica do Estado foi concebida, sobre a qual procurá ele sempre exercer sua soberania, como o comprova o

¹ Neste caso entendemos como inimigo Estados que buscam o mesmo interesse e que, portanto, representam ameaça política um para o outro. O objetivo não é eliminar o outro, mas atingir interesses e procurar subordinar o interesse do outro ao nosso, eliminando sua capacidade de fazê-lo. Assim, Carl Schmitt fala em *distinção* (a essência do político), querendo com isto informar a capacidade de ser político de estabelecer a diferença de amigo e inimigo. "Se deixa de existir esta diferenciação, deixa de existir então a vida política em geral ...". (SCHMITT, 1992)

² "O fim da Guerra Fria ocasionou o surgimento de uma nova temática nos textos militares brasileiros. No plano das idéias, o Almirante Mário César Flores tem sido o mais sonoro dos novos intelectuais militares. Flores foi ex-ministro da Marinha e chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) [- órgão responsável, entre outras tarefas, pela implantação do Serviço de Vigilância da Amazônia (Sivam) -] no período Itamar Franco." (ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS, 1995)

³ "Recentemente, o governo francês propôs criar uma estrutura supranacional de defesa do meio-ambiente que (...) teria o direito de intervir em nossos assuntos internos (...). Atualmente, as tentativas de ingerência na Amazônia apoiam-se na ecologia. O "choro ecológico" esconde a tutela internacional..." (VIDAL, 1992)

desenvolvimento de vários projetos, sobretudo o Projeto Calha Norte, com o Sistema de Proteção da Amazônia/Sistema de Vigilância da Amazônia;⁴ a definição da Política de Defesa Nacional redundando, nos anos 90, na criação do Ministério da Defesa.

Durante o governo Sarney, que para Maria Celina D' Araújo, "...foi um laboratório para a redefinição das relações civis-militares no país, para alguns caracterizou-se como uma situação de *tutela*, ou seja, como um período em que os militares deram os limites das ações do governo e tiveram amplos espaços para projetos próprios..." (D'ARAUJO, 2000), a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional da Presidência da República apresentou a Exposição de Motivos (EM) n.º 18/85 que deu origem ao Projeto Calha Norte,⁵ liderado pelo Gabinete Militar da Presidência da República e pelo referido conselho. Essa EM sugeria,

"...a criação de um Grupo de Trabalho Interministerial [isto é, que envolvia o antigo Ministério do interior, o Ministério das relações exteriores e as Forças Armadas] destinado a subsidiar a ação governamental na região ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas, que proporcione meios para a superação das grandes dificuldades impostas pelo meio ambiente ao desenvolvimento, promovendo a sua efetiva integração no contexto nacional..." (Congresso Nacional, 1996)

E o que veio a ser, então, este projeto para a Amazônia?

O Projeto Calha Norte é um planejamento integrado de ação governamental. Tem em vista (...) o desenvolvimento sócio-econômico da área considerada e sua conseqüente integração ao restante do País. (VIDAL, 1992)

O "desenvolvimento integrado" diz respeito a uma série de objetivos básicos descritos no projeto tais como: aumento da presença brasileira na área, ampliação das relações com os países vizinhos, expansão da infra-estrutura viária complementando o transporte fluvial, intensificação das campanhas demarcatórias de fronteira e fortalecimento da ação dos órgãos governamentais de Justiça, Polícia Federal, Receita Federal e Previdência Social para combater a prática de ilícitos (contrabando, narcotráfico e guerrilhas). Enfim, o papel do Projeto Calha Norte é reforçar toda a fronteira Norte do país sustentando-se na premissa fundamental

⁴ Admitimos que as atenções dedicadas pelo governo brasileiro à Amazônia eram anteriores aos anos 80. Por exemplo, em 1977 o Brasil propôs o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA). Entretanto, esses três projetos de inspiração militar (Calha Norte, SIPAM/SIVAM) carregam consigo uma política mais eficiente de proteção territorial do que a levada a cabo com a criação do TCA. (MIYAMOTO, 2000)

⁵ O termo projeto é inadequado, uma vez que seu planejamento envolve um conjunto de projetos especiais. Todavia, para simplificar e para seguir a própria linguagem dos atores envolvidos, o utilizamos aqui.

da vulnerabilidade da soberania nacional.

No início de 1990, ano marcado pela passagem do governo Sarney para o de Collor, que na ótica de Maria Celina D' Araújo, "[mudou] abruptamente as relações do governo com a comunidade militar que ainda se mantinha posicionada em torno do sistema de informações"⁶ (D'ARAÚJO, 2000), – o Ministério da Aeronáutica, em conjunto com Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) e com o Ministério da Justiça, apresentou ao governo a Exposição de Motivos n.º 194, na qual eram indicados os problemas da Amazônia Legal,⁷ e apresentadas as soluções. A Exposição de Motivos foi aprovada em 21 de setembro de 1990.⁸ Daí resultou o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), da qual uma parcela – o Sistema de Vigilância da Amazônia – ficou a cargo da Aeronáutica.

O período de criação e de implantação de tal projeto (1990-2002) se viu incluído, além do governo Collor, a outros mandatos presidenciais. Seguramente, o processo de "impeachment" assinalou a derrocada do governo Collor e se manifestou como situação aflitiva para os militares na nova democracia, pois o relacionamento pessoal entre o então Presidente da República e os que seguem a carreira das armas, notadamente no início de seu governo foi bastante instável. Exemplo: o presidente Collor hostilizou os projetos nucleares das três Forças e, como era de praxe, numa manifestação súbita e agressiva, ofendeu a sociedade castrense no caso "programa paralelo".

Dando seguimento ao processo de "impeachment", passou a exercer o cargo de presidente da República, o então vice-presidente Itamar Franco que, surpreendentemente, opondo-se a Collor, em decorrência de seu passado político, perfilhou-se aos militares "...não apenas com nomeações para postos civis mas com verbas que permitiam recompor salários e orçamentos..." (D'ARAÚJO, 2000). Perseguindo os passos de Maria Celina, "em 1995 já no governo Fernando Henrique, a primeira atividade, a de inteligência, foi transferida para uma nova instituição, a Agência Brasileira de Informações (ABIN), criada por medida provisória e subordinada ao Gabinete Militar da Presidência da República" (D'ARAÚJO, 2000). Buscava-se com essa conduta destituir o estigma de atividade de informação militarizada gerado na ditadura.

Segundo Celso Castro e Maria Celina, "[existiu uma] tensão entre os

⁶ Durante o governo Collor, no que concerne aos interesses das Forças Armadas, caracterizando uma de suas primeiras medidas, foi extinto o Serviço Nacional de Inteligência (SNI) e criada a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), constituída por duas repartições: inteligência e estratégia. Ou seja, perderam "...prestígio político na medida em que voltam a se reportar à cadeia técnica de comando (comandante de área) e ao Estado Maior em vez de se subordinar diretamente ao ministério..." (D'ARAÚJO, 2000).

⁷ "Em decorrência do art. 199 da carta de 46, regulamentado pela Lei 1.806, de 1953, o Congresso Nacional criou o Território da Amazônia Legal, fundado em critério misto – político, fisiográfico e geográfico -, envolvendo os territórios dos Estados do Pará e Amazonas, e os territórios do Acre (Estado desde 1962), Amapá, Guaporé (Rondônia) e Rio Branco (Roraima) e ainda as partes do Estado de Mato Grosso ao norte do paralelo 16º, a do Estado de Goiás ao norte do paralelo 13º, e do Estado do Maranhão a oeste do meridiano de 44º." (MATTOS, 1980)

⁸ "O contrato entre a Comissão para Coordenação do Projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia (CCSivam) [que é presidida por aeronautas da FAB] - Raytheon - Fundação Atech - Embraer entrou em vigor no dia 28 de julho de 1997 e os eventos contratuais de implantação do Projeto Sivam começaram a ser cumpridos..." (Fonte: Histórico SIVAM)

militares durante o primeiro governo FHC, o que certamente contribuiu para explicar a demora na criação do MD [Ministério da Defesa]...” (D'ARAÚJO e CASTRO, 2001).⁹ Essas pelezas ocorreram porque o Exército, no plano político, configurou-se como força preponderante durante o regime militar (21 anos consecutivos de Presidência da República), assim, por um lado, temia-se a sua privação de força superior, e, por outro, a Marinha e a Aeronáutica recebavam não poderem dividir com ele a supremacia na nova democracia.

Em detrimento do Exército, ambas as Forças (Marinha e Aeronáutica) foram beneficiadas pela Política de Defesa Nacional do no novo período, diminuindo, dessa forma, o fosso em relação a esta instituição no que diz respeito à presença na política. Exemplificando, a criação do Projeto SIVAM, liderado e pensado pela Aeronáutica, corrobora essa hipótese e a de que se mantiveram em geral os serviços militares vinculados a informação e a defesa nacional.

Traços Gerais do SIVAM/SIPAM

Historicamente, os planejamentos, programas ou projetos de desenvolvimento regional a que se referiam a atual Amazônia Legal sempre foram permeados e determinados por condutas de ordem estratégica e militar. Por exemplo, durante o regime militar, inúmeros projetos enfatizando a ocupação e o desenvolvimento da região foram executados. Embora não seja uma preocupação nova,¹⁰ o foco sobre a Amazônia, se tornou mais ativo nas últimas décadas, sendo o Projeto SIVAM o mais recente episódio dessa história.

Os resultados de nossas investigações revelam que a partir de 1990 (origens do Projeto SIVAM) até 2002 (inauguração do Sistema), os principais órgãos que participaram da formulação e instituição do Serviço de Vigilância da Amazônia – exceto o Congresso Nacional, em particular a Comissão de Defesa do Senado – foram as Forças Armadas, com destaque para a Aeronáutica; o Poder Executivo Federal, especialmente a Presidência; a área econômica e a antiga Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) e a comunidade internacional (governamental e não -governamental), notadamente o governo dos Estados Unidos da América do Norte.

Conforme os proponentes do SIVAM, que “...envolve atividades de Vigilância Ambiental, Planejamento e Controle Operacional, Vigilância Aérea e de Superfície, Monitoração de Comunicação, Controle de Tráfego Aéreo e Monitoração

⁹ Pelo curso da história, movendo-se com menos presteza ou velocidade que a normal, a criação do MD, por medida provisória em dezembro de 1998 (governo FHC), significou a cristalização de providências referentes a maior confiança entre militares e civis. Ainda conforme estes autores: “Em toda a sua história o Brasil nunca teve um Ministério da Defesa. O comandante de cada força era o ministro, e não os civis, que ocuparam essas funções. [Assim,] com o Ministério da Defesa (...) os comandantes das três forças perderam o status de ministros, ficando subordinados ao Ministro da Defesa e, em última instância, ao Presidente da República, que continua sendo constitucionalmente o comandante - em - chefe das Forças Armadas.” (D'ARAÚJO.; CASTRO, 2001)

¹⁰ Para Samuel Alves Soares parafraseando Wendy Hunter: “...os militares tem demonstrado, em diversas ocasiões, que não pretendem abdicar de seu papel de guardião, de acordo com a prerrogativa constitucional de mantenedores da lei e da ordem.” (SOARES, 2001)

Meteorológica...”,¹¹ tal Sistema de fabricação, armazenamento e disseminação de dados e informações “indubitáveis”, valendo-se de recursos tecnológicos atuais (satélites, radares fixos e móveis, aeronaves radar e de sensoriamento remoto etc.), consiste na união do que estava disperso pelo SIPAM. Ou seja, pretende juntar em um só corpo, órgãos governamentais e de outras instituições (por exemplo, do universo acadêmico e organizações não governamentais) que participam de programas de desenvolvimento, controle e fiscalização da Amazônia Legal.

Para os arquitetos do projeto, planejam-se evitar esforços excessivos, mediante planejamentos singulares, cumpridos de forma integrada e adequados às condições regionais. O propósito desta congregação ostenta-se, portanto, como norma ou regra básica do estabelecimento de políticas apropriadas à integração econômica, política e social da Amazônia Legal às demais regiões do espaço político brasileiro. Ou ainda, a multiplicidade de informações pode causar estados propícios para uma nova concepção de administração, convertendo-se em proveitos sociais.¹²

No que se refere, especificamente, ao SIPAM, porque pouco se falou desse programa, como atestou o então (1998) Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Ronaldo Mota Sardenberg, o Sistema de Proteção da Amazônia “...[tem] a finalidade de integrar, avaliar e difundir (...) dados e informações que permitam ações globais e coordenadas dos órgãos governamentais na Amazônia Legal para o desenvolvimento sustentado da região...”. (I Seminário do Projeto SIVAM, 1998)

O SIVAM nada mais é do que infra-estrutura de meios técnicos, ao passo que o SIPAM, agora com o SIVAM quase totalmente implantado, aspira a por meio deste, integrar os diversos órgãos e instituições envolvidas na problemática amazônica, isto é, em projetos e planejamentos de categorias diversas, para utilizarem as informações e imagens, sob a forma de produtos personalizados, fornecidas pelo SIVAM, além de dados contraídos pelo Sistema, através de convênios com algumas das referidas instituições que também fabricam informação primária e com um amplo sistema facilitador de telecomunicações. Como declarou o aviador Paulo Esteves: “...o SIPAM (...) é, em tese, o colegiado de todos os órgãos do Governo com responsabilidades na região amazônica...”. (ESTEVES, 2002)

Consoante com a Secretaria de Assuntos Estratégicos,

"Os meios técnicos do SIVAM viabilizam a integração entre o Centro de Coordenação Geral (CCG), localizado em Brasília, os três Centros Regionais de Vigilância (CRV) [estruturados em subcentros de operações], em Belém, Manaus e Porto Velho, e os órgãos remotos, espalhados pela região amazônica [constituindo, assim,

¹¹ (Fonte: Histórico SIVAM)

¹² Ver Histórico SIVAM.

Completando a perspectiva geral do SIVAM/SIPAM, os mais eminentes órgãos e instituições governamentais e não governamentais, que utilizam os recursos de processamento e visualização de dados e imagens que vão sendo disponibilizados são: “...Inpa, IBGE, Inpe, Embrapa, Ibama, Sudam, Incra, CPRM, Petrobrás, Museu Emílio Goeldi, Ministério do Meio Ambiente, Polícia Federal, Exército, Marinha, Aeronáutica, Funai, DNPM, FNS, UFV, USP...”; (Fonte: Histórico SIVAM) Universidades Federais da Amazônia, entre outros; esses dados também revelam que “o Sipam é composto por uma ampla coordenação política (...), mas o ‘cérebro’ do sistema é o Sivam.” (PEREIRA, 1995). Desse modo, foram instalados os Centros Estaduais de Usuários (CEU), cuja finalidade, enquanto unidades do SIPAM, é a disponibilização do banco de dados do SIVAM às Secretarias de Estado. (Revista Dois Pontos, 2002)

Caracterizamos o Sistema de Vigilância da Amazônia como um conjunto de elementos, entre os quais haja alguma relação, onde a Aeronáutica, desempenhando papel militar e, paradoxalmente, ao mesmo tempo, espalhando-se pela alçada civil da Polícia Federal (PF) – no combate ao contrabando e ao narcotráfico – e do Ministério do Transporte – na questão do tráfego aéreo – é protagonista.¹³

Como ator político que executa parte das faculdades concedidas pelo Sistema a um grupo de instituições respeitantes ao governo e não governamentais relacionadas, – geralmente adjacentes do ponto de vista da distribuição das informações geradas pelos radares, aeronaves de sensoriamento remoto, satélites, etc – a Força Aérea dirige o Centro de Vigilância Aérea (CVA) localizado na cidade de Manaus.

Logo, a Aeronáutica reforçou o seu funcionalismo militar através do referido Centro de Vigilância e das Unidades de Vigilância, que empregam numerosos aeronautas alistados nas fileiras da Força ou na hierarquia militar. Para isso, lançando mão do SIVAM, a Força Aérea ainda ergueu vilas (caserna) para acomodar os militares e suas famílias.

A Aquisição de Meios Aéreos

Nos dias de hoje a criação de programas de políticas públicas que destacam a relevância do combate ao narcotráfico, da preservação ambiental e da unidade territorial, sem ainda descaracterizar as Forças Armadas, enquanto instituições permanentes e regulares do Estado brasileiro, convertendo-as em corpos policiais,

¹³ Para maiores instruções sobre a distorção dos papéis militares tradicionais da FAB no caso SIVAM, ver: FALCONI, Paulo Gustavo. **FAB: Modernizando-se pelo SIVAM?**. Dissertação de Mestrado disponível na biblioteca da Universidade Estadual Paulista, UNESP – Campus de Franca. A referência completa está grafada no final deste artigo.

mas que apenas distorcem alguns de seus papéis em determinadas localizações, parece ser um dos poucos meios concretos à aquisição de armamentos e tecnologias militares condizentes à guerra contra inimigos equivalentes no peso e na força.¹⁴

Deduzimos, pois, que pelo Projeto SIVAM, foi possível que a Aeronáutica comprasse aeronaves modernas para a realidade dos países do terceiro mundo e modernizasse aviões já considerados obsoletos, com isso pretendendo amenizar o estado lastimável verificado em grande parte de seus aeroplanos, além de ter planejado a criação do quarto Centro Integrado de Defesa e Controle do Tráfego Aéreo (CINDACTA IV),¹⁵ completando definitivamente a questão da fiscalização do trânsito aéreo no país.

Como disse o Tenente Coronel Aviador Álvaro Luiz Pinheiro da Costa, por intermédio do SIVAM, a FAB até novembro de 2003 adquiriu as seguintes aeronaves: "quatro aeronaves de vigilância aérea R-99A," ainda restando uma para compor o número de cinco aviões solicitados pelo programa, "três aeronaves de sensoriamento remoto R-99B" (denominação dos aeronautas da FAB), "quatro aeronaves-laboratório e a revitalização de cinco C-130 Hércules" (cargueiro). (Depoimento Álvaro, 2003).¹⁶ Aderindo a esses equipamentos de defesa e segurança foram entregues à Aeronáutica:

"...19 radares fixos, 06 radares transportáveis, 11 estações de telecomunicações, 13 estações meteorológicas de altitude, 70 estações meteorológicas de superfície, 03 sistema de monitoramento das comunicações, 06 sistema de pouso por instrumento, 04 estações de recepção de satélites, 14 detectores de raios, 10 radares meteorológicos [e] 150 equipamentos de radiodeterminação..." (SISCEAB.; DECEA.; CISCEA, 2002)

¹⁴ O fato de os militares em 1994, como em outras ocasiões, terem chamado atenção para o descometimento de participarem sem rodeios de ações nos morros da cidade do Rio de Janeiro, não inviabiliza nossa hipótese, afinal, o Projeto SIVAM, contrariamente, consistiu numa proposta tecnológica que se representou como pretexto para a modernização da Força Aérea Brasileira. Já para a subida de morros, para segurança preventiva de eventos internacionais (etc.), em termos de equipamentos bélicos, as Forças Armadas nada ganham, e, distintamente do caso SIVAM, parece ser quase unânime, ou seja, muito maior a relutância dos militares referente à prática de tais atividades, além de serem estas, ações vexatórias, pois relevando o espaço físico e aéreo amazônico, respectivamente, o exército utiliza de suas técnicas de guerra na selva atendendo ao Calha Norte e à FAB, ao menos, combate um infrator atípico para as polícias, porque pratica ilícitos por via aérea.

¹⁵ Os CINDACTAS I, II, III e IV (este parte do SIVAM) são os órgãos que constituem o Sistema de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (SISDACTA). Configurando uma rede integrada de radares e centros de controle distribuídos pelo território brasileiro para monitoramento do espaço sobrejacente, eles são responsáveis pela segurança dos vôos comerciais e pela defesa aérea. Em 1973 foi implantado o CINDACTA I, com sede em Brasília, encarregado pelo controle do tráfego aéreo das rotas mais congestionadas do Brasil, na região sudeste e em boa parte da centro-oeste. O CINDACTA II, cujo Centro de Controle de Área (CCA) está baseado em Curitiba, foi instituído na década de 80 para cobrir por meio de radares, o tráfego aéreo da região sul do país. Pouco depois, foi criado o CINDACTA III, com sede em Recife, ampliando a cobertura radar para a região nordeste em sua totalidade.

¹⁶ Veja também FONTOURA, A. A FAB no Século 21. **Segurança & Defesa**. Rio de Janeiro, n. 75, p. 28-35, 2002. Especialmente a página 32.

Começando pela aeronave de vigilância aérea (R-99A),¹⁷ o então presidente da CCSIVAM, Marcos Antônio de Oliveira que, em 1998, afirmou:

"...a Aeronáutica, contará (...) com cinco aeronaves de Vigilância Aérea, baseadas no EMB RJ 145, dotadas de radares aerotransportados e de consoles de comando e controle. Elas poderão deslocar-se rapidamente, e com sigilo (...) suprimindo as necessidades de detecção à baixa altura..." (I Seminário do Projeto Sivam, 1998)

Todavia, do ponto de vista técnico, de acordo com o membro da CCSIVAM Paulo Esteves, "...para nós mantermos vinte e quatro horas todo o espaço aéreo da Amazônia sendo olhado por aviões radares de cima para baixo precisaríamos de uma "penca" (sic) desses aviões (cerca de cinquenta dessas aeronaves). Só Deus tem um olho tão grande assim...". (Depoimento Esteves, 2002)

Sem dúvida, para a localização de aviões que sobrevoam a Amazônia Legal à baixa altitude, nos dias de hoje, a aeronave R-99A é a mais apropriada e eficiente. Por outro lado, a dificuldade para o combate ao narcotráfico e contrabando realizados por via aérea, como disse Esteves, consiste no fato de a porção da Amazônia, localizada em território nacional, atingir proporções gigantescas.

O papel da R-99A, derivação do jato de transporte regional ERJ-145, que carrega em sua parte posterior estações móveis de radar "...Ericson PS-890 Erieye [e no seu interior] equipamentos para monitorização de emissões eletromagnéticas e sistemas de comando e controle..." (ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO PROJETO SIVAM, 2001) assim pode ser descrito: "[as] Estações Fixas e Móveis de Radar [fazem] uma vigilância mais completa, ou seja, rastreando alvos de baixo para cima e de cima para baixo...". (PENTEADO, 2002). Em outras palavras, instalou-se no Brasil, pela primeira vez, um sistema de vigilância baseado no ar.

Quanto à aeronave de sensoriamento remoto (R-99B ou EMB RJ 145 RS), como declarou, em 1998, no primeiro seminário do Projeto SIVAM, o Brigadeiro Marcos Antônio de Oliveira: "...[É voltada] para a cartografia e levantamento de dados para o meio ambiente...". E na seqüência ainda focalizando sua suposta qualidade, disse:

"...Esse avião disporá de radares de abertura sintética (SAR) e imageadores multiespectrais (MSS), varrendo bandas de frequência do visível ao infravermelho termal, que lhe permitirão criar cartas [térmicas] e modelos de elevação do terreno em toda a região..." (I

¹⁷ Nas origens do Projeto SIVAM a EMBRAER foi contratada pela CCSIVAM para fabricar o ERJ-145, "... jato regional de 50 passageiros (...) utilizado como base plataforma para desenvolver as duas versões requeridas [radar-alerta e sensoriamento remoto] para (...) missões [na Amazônia Legal]. No Programa (...) dos aviões de vigilância a Embraer assinou parcerias com empresas (...) de renome para trabalhar em conjunto nesses novos produtos. [Notadamente], a sueca Ericsson, com seu sistema de missão AEW&C, a Raytheon, Elit Systems e outras...". (BARRROS, 2002)

De acordo com o Brigadeiro Oliveira, a tecnologia MSS proporciona resultados mais satisfatórios do que os próprios satélites *utilizados pelo Sistema*, permitindo, dessa maneira, aquisição profusa de dados inéditos, mormente no tocante a mapas e cartas geográficas. Entretanto, acreditamos que as receitas das operações executadas por tais aeroplanos não se abreviam a informações para fins ambientais, o valor estratégico, que proporciona caráter confidencial aos dados coletados, bem assim, também deve ser considerado.

Salvo a sua capacidade para acusar e localizar, com significativa precisão, movimentos na superfície e de projetar modelos de elevação de áreas delimitadas, este avião, para as eventuais operações *táticas* desempenhadas pela Aeronáutica, em conformidade com os objetivos do Serviço de Vigilância da Amazônia, priva-se de outras qualidades exclusivamente militares; merece, portanto, a classificação genérica de tecnologia de vigilância ambiental. O que, especialmente para a conservação da autoridade suprema no espaço aéreo sobrejacente, é totalmente irrelevante.

Resta-nos ainda descrever a aeronave laboratório (EU-93A). Para determinar a sua ação própria (aferição e inspeções periódicas dos auxílios à navegação, aproximação e pouso), escreveu a Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo: "...[as aeronaves- laboratório] incorporam um sistema automatizado de inspeção em vôo, podendo ajustar os equipamentos sem a necessidade do apoio de terra (operadores de teodolito), bastando que o mantenedor do auxílio esteja conectado com o avião, via rádio." (SISCEAB.; DECEA.; CISCEA, 2002)

Diferente das aeronaves de sensoriamento remoto, torna-se vital a importância desses aviões para papel legítimo e integral da Força Aérea, porque conferem maior segurança às operações aéreas realizadas. Mais precisamente, oferecem uma gama maior de serviços de inspeção, melhorando a performance das manobras táticas. Não obstante, tal tecnologia, em simetria com as diretrizes e princípios do Sistema DACTA brasileiro, foi empregada para atender tanto o lado militar (defesa aérea) quanto o civil (tráfego aéreo) do SIVAM.

O Projeto ALX, Radares e Satélites

No campo tecnológico, o SIVAM ainda absorveu para as operações que sugere, aeronaves obtidas pela Força Aérea, através de outros projetos de modernização que estão em andamento. O maior exemplo desses aeroplanos talvez seja o avião leve de ataque ALX, chamado pelos oficiais da Aeronáutica de Super-tucanos, cujas atribuições, enquanto meio mecânico concedidas pelo SIVAM, consistem no combate ao contrabando e ao narcotráfico efetuados por via aérea

e, no plano nacional, no treinamento avançado dos pilotos da Força.

Em suma, relevando as necessidades bélicas do país e a fragilidade das condições do material aeronáutico brasileiro, o ALX "...é uma aeronave (...) turboélice, dotada de avançados e precisos sistemas de navegação e ataque, [que] opera com um sistema de visão noturna, possui blindagem e [pode] carregar (...) armas e bombas." (VALENTE, Eduardo. Documento não datado produzido pela Secretaria de Finanças da Aeronáutica).

Apesar disso, juntamente com a FAB, é incongruente no campo das manobras desenvolvidas para cumprir as finalidades do SIVAM, porque em vez de interromper, no seu curso, aeronaves militares, é utilizada para "interceptar" aeroplanos de *qualificação civil* - usualmente, pequenos aviões monomotores (conhecidos popularmente como "teco-teco").

Dois avanços tecnológicos conquistados pela Força por intermédio dos Super-tucanos são notáveis: o fortalecimento da variável *dinâmica* no combate, visto que foram planejadas especialmente para exercer atividades em regiões com pouca infra-estrutura aeroportuária; e a elevação da qualidade dos treinamentos especiais. Entretanto, a aspiração à maior sintonia operacional entre as aeronaves da FAB limita os conhecimentos técnico-profissionais dos pilotos, criando-se, pois, independente de os aviões serem, em termos mundiais, modernos ou ultrapassados, condutores de aeroplanos bitolados em suítes semelhantes, como é o caso, numa comparação recíproca, das cabinas dos ALX, F-5 BR, A-1M. Relativizando um pouco, afora o fato de a FAB estar invadindo competências de áreas civis ou ao revés, o SIVAM, enquanto fiscalizador de trânsito aéreo funciona eficazmente, assim como os outros CINDACTAS gerenciados pela Aeronáutica que compõem o Sistema de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo brasileiro (SISDACTA). No entanto, na perspectiva de Clóvis Brigagão, para a Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), "...um novo sistema de vigilância, FANS, com tecnologia de satélites, vem sendo desenvolvido e estará disponível dentro de 15 anos, tornando o sistema da Raytheon 'artigo de museu'" (BRIGAGÃO, 1996). De fato, Brigagão tem razão, pois as vicissitudes tecnológicas nesse setor, em harmonia com a lógica do mercado capitalista, são regulares e necessárias – os satélites encerram possibilidades que, mesmo hoje, ainda não foram exploradas. O complexo sistema da Raytheon de tecnologias aeroespaciais, se não for atualizado no intervalo de tempo referido por Brigagão (quinze anos), naturalmente tornar-se-á de "penúltima" geração, porém, não podemos deixar de ressaltar que proporcionou e consumou salto tecnológico qualitativo ao SISDACTA no tempo presente.

Numa correspondência de idéias, como relata o Tenente Coronel Steven Suddarth, da United State Air Force (Usaf), "...as duas últimas décadas testemunharam um crescimento sem precedentes na tecnologia da informação (...). A confluência das tecnologias aeroespaciais com os sistemas de informação

de alta tecnologia permite modos (...) novos de combater..." (SUDDARTH, 2002). Assim sendo, "uma palavra-chave se destaca nesse novo período: 'informação' ou, mais precisamente, 'guerra de informação.'" (Reportagem disponível em: URL: <http://www.comciencia.br/reportagens>. Acesso em: 27 Dez. 2003)

Se o inimigo desenvolver capacidade de infiltrar e desestabilizar, utilizando métodos furtivos de medidas eletrônicas, os sistemas informatizados do adversário, pode até mesmo vencer uma guerra. As estratégias e múltiplas táticas militares na atualidade são totalmente dependentes da tecnologia da informação. Aqui nesse conceito se encaixa a telemática, ou seja, a combinação das tecnologias de telecomunicações e informática – a qual se configura hoje como uma poderosa "arma" quando mal administrada; também pode traduzir-se como vulnerável e, por extensão, se tornar como "trunfo estratégico de guerra".¹⁸

Do ponto de vista militar, primeiramente os satélites controlados pela Aeronáutica e os radares fixos e móveis do SIVAM são, indubitavelmente, de suma importância para o alcance de melhores resultados à promoção da Guerra. Exemplificando:

"As imagens captadas por satélites são informações estratégicas preciosas, que se tornam cada vez mais imprescindíveis nas operações de defesa internacionais, bem como nas decisões táticas da guerra moderna. É tal a dependência, que esses artefatos passaram a ser conhecidos como os olhos e ouvidos da inteligência militar..."(BRIGAGÃO, URL: <http://www.comciencia.br/artigos>. Acesso em: 25 Dez. 2003)

Se eventualmente, por quaisquer razões, a hipótese teórica de guerra sustentada pelas Forças Armadas brasileiras na Amazônia for efetivada, os satélites do SIVAM poderão desempenhar papel substantivo para o propósito da arte da guerra. Para isso, o sigilo das informações de interesse militar fornecidas, necessariamente, deve ser preservado, assim como os dados gerados pelos radares fixos e móveis do Sistema com valores táticos ou estratégicos.

Como amostra da importância da tecnologia da informação, cogita-se hoje na existência do Echelon (palavra de procedência francesa usada na terminologia militar dos países anglo-saxões), um sofisticado sistema de satélites – com o qual o SIVAM, independente da participação dos militares brasileiros ser espontânea ou indireta, partilha as informações que coleta (radiofrequência,

¹⁸ Para o Capitão do Exército Português Paulo Fernando Viegas Nunes: "...O conceito de guerra de informação pode ser descrito pela utilização da informação e do equipamento que a manipula como ferramentas (armas) contra adversários (...). A guerra de informação abrange tudo o que se possa efetuar para preservar os nossos sistemas de informação da exploração, corrupção ou destruição, enquanto simultaneamente se exploram, corrompem ou destroem os sistemas de informação inimigos, conseguindo, assim, obter a necessária vantagem de informação se tivermos de enfrentar um conflito armado." (NUNES, 2000)

telefonias, transmissão de dados que utilizam a *Internet* – todos os tipos de informações que circulam via satélite) – traduzidos como “sentinelas” ou espiões eletrônicos de todo o globo terrestre.

Segundo o correspondente da revista *Cadernos do Terceiro Mundo* na França, Edoard Bailby, existe desde 1948 um pacto secreto denominado UKUSA, cujos países que o constituem são: Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, Austrália e Nova Zelândia. A finalidade desse acordo é a prática da espionagem, liderada pelos norte-americanos, em todo o mundo. Conforme Edoard, no tocante a América do Sul e do Norte: “...as comunicações do continente americano, inclusive do Brasil, são vigiadas a partir de Segar Grove, a 200Km de Washington...”. (EDOARD, 1999)

Considerações Finais

Na história política brasileira, os militares sempre se destacaram na formulação de políticas de defesa para o país. Em tal processo sintomático, o mais recente fenômeno provocado atinente ao Estado, foi o Projeto SIVAM “da FAB”, que tentamos descrever e analisar de um ponto de vista tecnológico e estratégico.

Mas antes de falarmos do Sistema de Vigilância da Amazônia, é preciso recordar que ele é parte do Projeto Calha Norte. Conforme a agenda internacional, na aproximação do fim da Guerra Fria, mais precisamente na década de 80, põe em evidência o seu caráter, como produto da causa capitalista no mundo.

Ou seja, os anos 80 assistiram à necessidade progressiva da concretização de um contexto cooperativo para a conservação da “paz total”, já que foi atribuído ao conceito de zonas de influência novos sentidos. De tal maneira que, a dinâmica das relações internacionais foi transfigurada, firmando-se os Estados Unidos da América como nação mais poderosa no que se refere aos relacionamentos políticos, econômicos e militares.

Parafraseando John Hall e T.V. Paul, dispositivos foram gerados para a permanência da nova ordem internacional, na qual a intensificação da conexão ou relação imediata entre os Estados, pode, através de um processo multilateral, colaborar para a efetiva adoção de um conceito de segurança comum a todos, contanto que honrado pelas grandes potências. (HALL e PAUL, 1999)

Por essa forma, os países do mundo pós-bipolar se esforçam para promover encontros e compromissos políticos (convenções) que enaltecem os temas vinculados à promoção dos direitos humanos, à não-proliferação de armas de destruição de massa, ao desenvolvimento sustentável e resguardo ambiental. Logo, o Projeto SIVAM veio a propósito desta agenda mínima.

Projetos de inspiração militar, assim como o SIVAM, hoje em dia participam da dinâmica político-estratégica do país, a qual se esforça para garantir a autoridade suprema do Estado nacional no mundo. Nas palavras de Humberto José Lourenção,

"...o tema da política de defesa não é freqüente no debate parlamentar; até porque também não mobiliza os ânimos dos eleitores. Some-se a isso o fato de que a Constituição de 1988 não dotou o Congresso da prerrogativa de definir a política de defesa, como ocorre na maior parte dos países democráticos, fazendo, assim, com que a política de defesa seja tratada ao sabor das circunstâncias ou se constitua num tema reservado exclusivamente à área militar."
(LOURENÇÃO, 2003)

Relevando a definição do novo contexto político, econômico, social e militar que se fixou no mundo Pós-guerra Fria, com referência a uma eventual intensificação da precedência dada à diplomacia nas relações internacionais pelo Estado, com preterição ao poder estratégico-militar, Geraldo Lesbat Cavagnari Filho, advertiu:

"...Privilegiar a solução pacífica dos conflitos não significa renúncia definitiva ao uso da força na defesa do interesse nacional. Ou seja, potência pacífica não é potência desarmada. Aliás, potência desarmada é sinônimo de antipotência. Com certeza, não é o que se deseja para o Brasil do futuro." (<http://www.unicamp.br/nee/art12.htm>. Acesso em: 29 de junho de 2004)

Na agenda estratégica, o atual discurso do resguardo da soberania nacional está tomando o lugar da doutrina de segurança nacional do vintênio 1960/1970, no qual, de acordo com nossas convicções, as alegações e justificativas militares que apontam a relevância da defesa da Amazônia Legal sobressaem. Por esta nova maneira de focalizar o assunto, os projetos Calha Norte e SIVAM, reunindo todas as qualidades concebíveis, podem ser mencionados na forma de exemplos.

Considerando que as unidades de combate brasileiras preparadas para guerra prolongada, ainda não têm capacidade operacional de pronta resposta à insurgência estrangeira promovida por uma grande potência, para a defesa efetiva da Amazônia – típico cenário de batalha de longa duração – não bastam tecnologias militares; o SIPAM, complementarmente ao inconcluso Projeto Calha Norte, precisa mover-se bem e com regularidade, exercendo suas respectivas funções, pois a integração da região ao restante do país também se afigura como uma maneira de protegê-la.

Como é notório, a questão da salvaguarda da Amazônia transpõe os limites militares, pois esta é uma região que demanda dificuldade ecológica, econômica, política, antropológica, social, entre tantas outras. Nesse sentido, a confluência de

políticas públicas afins é uma necessidade determinada pelo fado amazônico. Mas que uma coisa fique bem clara, o que constitui a essência dos órgãos relacionados não pode ser deformado. A Aeronáutica não deveria executar papéis policiais.

A hipótese que deu razão a este artigo consiste na modernização tecnológica da Aeronáutica pelo Sistema de Vigilância da Amazônia. Neste caso, a representamos como certa melhora dos equipamentos bélicos da Força Aérea, adquirida com o advento do Sistema, mediante quantidade expressiva de produtos finais da indústria bélica – excluindo a funcionalidade da referida parafernália militar para os propósitos do SIVAM. Isto é, a aquisição de novos equipamentos que carregam consigo inovações tecnológicas, propiciou à FAB certa adaptação aos usos ou necessidades de tecnologias militares, traduzidas como mais compatíveis com os tempos atuais – mais especificamente, com a moderna guerra.

Em outras palavras, sustentamos a suposição de que a FAB aproveitando-se do Serviço de Vigilância da Amazônia, renovou parte da tecnologia de seus instrumentos de guerra. Acreditamos, além disso, que na medida em que os ativos militares de defesa e segurança comprados pelo SIVAM e “próprios” para os seus preceitos, tornam-se obsoletos, novas tecnologias adequadas para a guerra podem ser conquistadas pela Força Aérea, afora os ordinários reparos ou consertos e atualizações da infra-estrutura técnica e das aeronaves do Sistema. Quer dizer, o SIVAM se apresenta como centro de captação de tecnologias militares.

Enfim, pelo interesse da Força Aérea Brasileira, procede **Autor: Paulo Gustavo Falconi** com lógica ou incongruência, o propósito da criação do Projeto SIVAM é fácil de entender. O Sistema de Vigilância da Amazônia não está incluído na folha de pagamento do orçamento geral da Força, o que amplia suas receitas e despesas, nas quais, a compra de tecnologias bélicas, dispostas para funcionar na Amazônia Legal, foi privilegiada. A Aeronáutica “voou” por fora dos cálculos dos gastos militares exclusivos para a defesa nacional.

Referências bibliográficas:

BRIGAGÃO, Clóvis. **Inteligência e Marketing: O Caso Sivam**. Rio de Janeiro: Record, 1996.

D'ARAÚJO, M.C.; CASTRO, Celso (org). **Militares e Política na Nova República**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

FALCONI, Paulo Gustavo. **FAB: modernizando-se pelo SIVAM?**. 2004. 164 f. Dissertação (Mestrado em História Política) – Faculdade de História, Direito, Relações Internacionais e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, SP, 2004.

HALL, John; T.V. PAUL.. **International Order and the Future of World of Politics**. Cambridge: Cambridge University, 1999.

LOURENÇÃO, Humberto José. **A Defesa Nacional e a Amazônia: o sistema de vigilância da Amazônia (Sivam)**. 2003. 250 f. Dissertação (Mestrado em Ciências

Políticas) – Universidade Estadual de Campinas, SP, 2003.
MATTOS, Carlos de Meira. **Uma Geopolítica Pan-Amazônica**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.
MIYAMOTO, Shiguenoli. **A Política de Defesa Brasileira e a Segurança Regional**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2000.
SCHMITT, Carl. **O Conceito do Político**. Petrópolis: Vozes, 1992.

Artigos acadêmicos e de revistas especializadas:

BARROS, R.M. Produtos de Defesa - A Saga de Uma Capacidade Tecnológica Invejável. **Revista Techno**. Rio de Janeiro, não numerado, p. 58-61. Mar. 2002.
D'ARAÚJO, M.C. Ainda em Busca da Identidade: Desafios das Forças Armadas na Nova República. **Texto Cpdoc**, Rio de Janeiro, n. 36, 2000. Não Paginado.
EDOARD, Bailby. EUA: Sem Licença para Espionar. **Cadernos do Terceiro Mundo**. Rio de Janeiro, n. 210. 60-63. Jun. 1999.
FONTOURA, A. A FAB no Século 21. **Segurança & Defesa**. Rio de Janeiro, n. 75, p. 28-35, Ago. 2002.
MIYAMOTO, Shiguenoli. Segurança e a nova ordem internacional. **Premissas**, Campinas, caderno 14, p. 1-61, Dez. 1996.
NUNES, V, P. F. Impacto das Novas Tecnologias no Meio Militar. **Aerospace Power**. São Paulo, n. 2, 39-53, 2º trimestre. 2000.
PEREIRA, Maurício Broinizi. Projeto Sivam: entre a natureza, a história e o futuro. **Premissas**, Campinas, caderno 10, p. 64-85, Ago. 1995.
SAINT-PIERRE, H.L.; MATHIAS, S.K Reflexos sobre o Mercosul: unidade estratégica e cooperação militar. **Revista História**. São Paulo, v. 16, 69-105, 1997.
SOARES, Samuel Alves. Um Novo Profissional Militar no Brasil Pós-Autoritário. **Estudos de História**. Franca, v. 8, n. 1, p. 275-299, 2001.
SUDDARTH, Steven (Usaf). Resolver a Grande Contradição de Sistemas da Força Aérea. **Air & Space Power**. São Paulo, n.11, p. 6-15, 3º trimestre. 2002.

Documentos:

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO PROJETO SIVAM. **Amazônia: Special Report - Technology and Preservation**. 2001. 14 p.
CCSIVAM. **HISTÓRICO SIVAM**. Material produzido pela CCSIVAM. 45 p.
CONGRESSO NACIONAL.. **Relatório Final Da Comissão Especial Mista Destinada a Reavaliar O Projeto CALHA NORTE**. Brasília, 1996.
ESTEVES, Paulo. A Decisão Sensata. **Revista Questão**. Rio de Janeiro, n. 4, p. 17, 2002.
PENTEADO, Telma. Como Funciona o Sistema de Radar. **Revista Dois Pontos**. Rio de Janeiro, edição número 11, p. 15, 2002. (Informativo da CISCEA/CCSIAMV).
REVISTA DOIS PONTOS. Os Centros Estaduais de Usuários Já são Realidade. **Revista dois Pontos**. Rio de Janeiro, edição número 11, p. 4, 2002. (Informativo

da CISCEA/CCSIAMV)

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS. **Sistema de Vigilância da Amazônia**. 2001. Não paginado.

SISCEAB.;DECEA.;CISCEA. **Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro Inicia Operação do CINDACTA IV o CINDACTA da Amazônia**. 2002. 14 p.

VALENTE, Eduardo. **Na Prôa do Futuro: O Programa de Fortalecimento da FAB**. Documento produzido pela Secretaria de Finanças da Aeronáutica. Não datado. 8 p.

VIDAL, E.B. Projeto Calha Norte: Importância para a Amazônia e Reflexos na Segurança Nacional. **A Defesa Nacional**. Brasília, n. 757, 1992.

Eventos com temas específicos

ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS, 2., 1995, São Paulo. **O debate sobre a função das Forças Armadas no Brasil pós-guerra fria:** texto escrito e apresentado pelo cientista político, João Roberto Martins Filho, depositado no Arquivo Ana Lagôa, UFSCar. São Carlos: UFSCAR, 1995. Não paginado.

SEMINÁRIO DO PROJETO SIVAM, 1., 1998, Manaus. **Amazônia: Atualidades e Perspectivas:** anais. Manaus: Ministério da Aeronáutica - Comissão para Coordenação do Projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia (CCSIVAM). 549 p.

Entrevistas:

COSTA, Álvaro Luiz Pinheiro da. **Modernização da FAB pelo SIVAM**. [nov. 2003]. Entrevistador: Paulo Gustavo Falconi, Rio de Janeiro: Terceiro Comando Aéreo Regional (COMAR III), CCSIVAM, 2003. 2 cassetes sonoros (60 min).

ESTEVES, Paulo. **O Projeto SIVAM**. [out. 2002]. Entrevistador: Paulo Gustavo Falconi, Rio de Janeiro: Terceiro Comando Aéreo Regional (COMAR III), CCSIVAM, 2002. 2 cassetes sonoros (60 min).

Referências eletrônicas:

BRIGAGÃO, Clóvis. Disponível em: URL: <http://www.comciencia.br/artigos>. Acesso em: 25 dez. 2003.

FILHO, Cavagnari. Disponível em: <http://www.unicamp.br/nee/art12.htm>. Acesso em: 29 jun. 2004.

Reportagem disponível em: URL: <http://www.comciencia.br/reportagens>. Acesso em: 27 Dez. 2003

A modernização urbana de Santa Bárbara D'Oeste na primeira república: o papel da administração municipal

ALMEIDA, Osana.

Doutoranda em História pela Unesp/Franca. Franca/SP/Brasil.

Resumo:

Este trabalho pretende analisar o processo de modernização urbana de Santa Bárbara d'Oeste durante os últimos anos do século XIX e os primeiros do XX, a partir de uma perspectiva centrada na administração municipal de José Gabriel. Político destacado, participou direta e ativamente da transformação urbana da cidade idealizando projetos modernizadores que procuravam desenvolver uma sociedade "civilizada, livre da "barbárie".

Palavras-chave: Urbanização, moderno, arcaico, poder local.

Abstract:

This present work intends analyzing the urban modernization process in Santa Bárbara d'Oeste during the last years of the XIX century and the first ones of the XX century, starting from a centered perspective in the city administration of José Gabriel. Great politician, took part direct and actively of the transformation of the urban city idealizing modernizing projects to develop a "civilized" society, free of "barbarie".

KEY WORDS; Urbanization, modern, archaic, local power.

As cidades do dezenove, as que são frutos de uma nova era que se construiu sob o signo da *moda-cadáver* (Bolle, 1994), uma era obcecada pelo novo, um novo sempre desvalorizado por um novo *novo* que é deferido pelo simples fato de ser novo, transformaram-se em um depósito de acessórios que tinha como tarefa essencial acolher os ícones destinados a representar esse seu tempo gerador denominado modernidade.

No Brasil, a expansão da economia cafeeira e a instalação do Regime Republicano, experiências deste *novo tempo*, foram os componentes essenciais da fórmula que provocou as diversas mudanças que atingiram a concepção de ocupação e de organização/reorganização das cidades brasileiras.

Desde os tempos do Império a França teve lugar privilegiado junto às

elites brasileiras nos campos da cultura, da política e da técnica, e o modelo francês de modernidade sempre esteve presente no Brasil, ao longo do século XIX até as primeiras décadas do XX. O alcance dessa relação entre os dois países chegou, sem dúvida, até as formas de tratamento dos problemas urbanos (Ribeiro, 1996).

Dentro de um projeto republicano que ansiava forjar um Estado-Nação moderno no Brasil, eficaz em todas as suas múltiplas atribuições diante do mundo dito civilizado, os primeiros administradores republicanos brasileiros consideraram necessário que um contraste com a administração anterior se estabelecesse, e que os ideais de progresso e modernidade os identificassem.

Muitos discursos foram usados ao perseguirem esse objetivo, e o discurso republicano manifestou-se, também, através da linguagem urbanística. Dessa forma, seus projetos de renovação do espaço urbano procuraram, a partir de então, conferir à cidade uma imagem que rejeitasse lembranças de um passado imperial recente (Reis Filho, 1994).

A cidade do Rio de Janeiro, capital do país e *locus* principal do projeto político republicano, representa um exemplo significativo desta dinâmica. A cidade carioca tinha que ser capaz de representar eficientemente, para o mundo exterior, a nova nação que emergia. Para cumprir tal tarefa ela passou por uma compulsória reforma em sua estrutura físico-espacial.

Uma *suite carioca* emergiu das ruínas da 'velha' cidade que foi posta abaixo e se transformou então num palco ilusionista montado para representar os tempos modernos com todos os seus aparatos.

O Rio "civilizou-se" tendo como paradigma o mundo europeu. Sua reforma urbana, uma releitura das reformas urbanas de Paris, promovidas pelo barão Haussmann (Ver: Sevckenko, 1985, Carvalho, 1987, Needell, 1993), durante a segunda metade do século XIX, colaborou para o ritual de aceitação de um país que procurava inserir-se na economia de comércio internacional.

Esse processo de remodelamento urbano que alcançou o Rio de Janeiro e outros grandes centros urbanos transportou-se para o interior paulista e realizou-se exibindo uma releitura própria.

Os estudos sobre Bento de Abreu, em Araraquara (Vargas, 2000), e sobre Washington Luís, em Batatais (Pereira, 1999), são exemplos de trabalhos que discutem as possibilidades de surgimento de experiências urbanísticas num interior paulista onde a economia cafeeira pululava de um local a outro.

A intenção deste trabalho é analisar alguns aspectos da modernização urbanística de Santa Bárbara, uma cidade localizada também no interior de São Paulo, de 1892 a 1918. Tal período se justifica pela notada mudança no espaço físico e estrutural da cidade, marcada pela contribuição da administração pública.



Figura 1-Praça Rio Branco, (1925?) com seus canteiros geométricos, respeitando as condições de possibilidades, é um jardim tipicamente haussmanniano. Fonte: Arquivo Histórico da Fundação ROMI -Santa Bárbara d'Oeste.

Santa Bárbara d'Oeste não foi uma cidade com produção significativa de café, sendo sua cultura principal a cana-de-açúcar, transformada em açúcar e em aguardente. Localizada na região de Campinas, a cidade não contou com a força de grandes agricultores de café para ligá-la ao complexo cafeeiro. Foi o complexo cafeeiro que se projetou, por meio da ferrovia, em Santa Bárbara. Inaugurado em 1873, o ramal da Companhia Paulista, através do trem ferroviário, ligou a cidade a Campinas, São Paulo, Rio Claro, Santos, Jundiaí; logo depois a Piracicaba e Nova Odessa. Assim, introduzida dentro do complexo cafeeiro, não poderia deixar de ser afetada pelos padrões que o caracterizava.

Ao privilegiarmos, em nossa reflexão, a administração municipal como principal condutora do processo de modernização urbana barbareense, estaremos nos centrando na figura de José Gabriel de Oliveira e Souza, pois naquele momento, era ele quem monopolizava o poder da administração pública local.

A política barbareense contava com representantes de dois partidos: o Partido Republicano Histórico (P.R.H.) e o Partido Republicano Governista (P.R.G.), ambos lutando pelo controle político local e ligados ao Partido Republicano Paulista. Fundado em 1886, o P.R.H. de Santa Bárbara detinha o controle político sendo que seus maiores representantes eram os membros da família Oliveira, participantes do mandonismo local.

José Gabriel de Oliveira e Souza, líder reconhecido da família Oliveira, da elite local, e fundador do P.R.H., acabou ocupando um lugar de destaque ao tomar a dianteira dos atos que se referiam à administração pública do município. Exerceu

grande influência, sendo vereador, juiz de paz, presidente da Câmara, intendente e, posteriormente, prefeito. José Gabriel despontou no cenário político barbarenses na década de 80 do século XIX, e somente na década de 30 do século XX, foi que o abandonou.

A escolha da década de 1890, para o início da análise, não é aleatória. É a partir deste período que José Gabriel é mais presente no cenário político barbarenses. A cidade, desde 1885, vinha sofrendo, de forma lenta, melhorias urbanas, porém, nota-se que a partir da data por nós escolhida uma considerável intensificação no processo de urbanização aconteceu. Portanto, há essa coincidência: a latente presença de José Gabriel no cenário político e na administração pública concomitante à intensificação da urbanização.

Já 1918, momento escolhido como mais adequado para o encerramento da análise, justifica-se por notarmos um fortalecimento, na política local, da presença de imigrantes italianos, mais notadamente com a família Cillo. Neste momento, José Gabriel, apesar de permanecer na administração pública barbarenses até a década de 1930, tem sua influência política fortemente questionada e, conseqüentemente, enfraquecida. Isso não significa que o processo de modernização urbana sofrera estancamento, mas como escolhemos analisar a ação de José Gabriel como condutor da modernidade urbana de Santa Bárbara, o momento do declínio de sua atuação fecha o recorte de nosso trabalho.

A análise da intrínseca atuação de José Gabriel no processo de modernização e transformação do espaço urbano barbarenses acorda com uma imagem sua que foi construída como a de um coronel tradicional. Este coronel é por nós compreendido como uma *persona* que se utilizando de suas máscaras na teatralidade cotidiana encena vários papéis: representante da elite local, chefe político, comerciante (Jornal *O Barbarenses*, 07/10/1916), benemérito e agente modernizador. Sua ação dentro do organismo urbano foi mediada pela representação destes papéis. De acordo com Maffesoli (1987, p.7), na 'persona' harmoniza-se uma variedade de características, onde as "máscaras mutáveis" são utilizadas para reforçar sua voz na encenação.

O fato deste personagem ter ocupado cargos públicos não o impedia de atuar de acordo com seus interesses particulares. A promoção das obras públicas que se realizou sob seu comando estão ligadas a seus interesses privados de forma que a modernização urbana de Santa Bárbara tenha se caracterizado como fruto do confronto entre os interesses das esferas do público e do privado associando-a com a ambigüidade expressa por Berman (1986, p. 73): uma nova síntese entre o poder público e o poder privado que simboliza a união do predador e executor privado das obras sujas, Mefistófeles, e Fausto, o administrador público que dirige todos os trabalhos.

A fundação da Casa de Saúde de Santa Bárbara foi exemplo desta dinâmica. Durante a atuação de José Gabriel como administrador público a Casa de Saúde

foi construída e, no entanto, usada para manipulações políticas. "Eu não posso votar contra a política do coronel, porque quando deu as febres lá no bairro nós precisamos de socorro, de quinino, e o coronel nos disse que se deichassemos (sic) de votar tínhamos que pagar tudo para a Câmara" (Jornal A Verdade, 22/10/1916- trecho de um depoimento que um italiano chamado Zancan prestou ao jornal).

A declaração descrita acima, feita por um morador da cidade a um jornal local, é testemunho de como José Gabriel usava de suas realizações como administrador municipal para manipular os eleitores locais e transformar os resultados dos pleitos de acordo com sua vontade particular.

Um outro exemplo a ser citado é o caso do Grupo Escolar que também foi construído sob sua administração mas que, assim como a Casa de Saúde, era tomado como mais um meio promotor de realizações privadas. Era comum que os professores ligados à política coronelística local pressionassem os pais dos alunos para que estes apoiassem todas as suas atitudes políticas.

Os jornais locais que faziam oposição à administração de José Gabriel, periodicamente, conseguiam que pais de alunos que estudavam no Grupo Escolar, e que se sentiam coagidos de alguma forma, dessem depoimentos de maneira a concretizar publicamente suas reclamações.

Apesar dos depoimentos deixarem a impressão de que as atitudes de José Gabriel fossem 'rispidamente coercitivas', não podemos acreditar piamente nesta hipótese. De certa forma, a população reconhecia a autoridade do 'coronel'(Faoro, 2000) José Gabriel. No momento em que o poder público não atendia as necessidades populares, o coronel vestia a 'máscara' de protetor e benfeitor, o que lhe rendia o prestígio político necessário para a realização de suas vontades.

Esses casos explicitados são demonstrações das relações complexas existentes entre as esferas pública e privada, na Primeira República. Homens públicos como José Gabriel investiam em obras públicas, atendendo às necessidades locais e ao mesmo tempo tiravam proveito realizando seus interesses privados: o progresso material da localidade possibilitava-lhes prestígio político e um conseqüente controle social sobre a população local.

Essa dinâmica pode ser compreendida ao pensarmos que durante a Primeira República, quadro político que marcou a ascensão política de José Gabriel, a dificuldade de se identificar com clareza os domínios da administração pública dos interesses privados era latente.

Essa dificuldade pode ser explicada por uma relação de interpenetração entre as esferas pública e privada e pela definição que o Estado brasileiro assume quando este deixa de ser um Estado-tutelar para ser um Estado-instrumento (Pereira, 1999).

Hannah Arendt (1995) caracteriza o Estado Nacional como produto tanto

da ascensão da sociedade, como de uma preocupação privada que se tornava pública: a proteção para o acúmulo de riquezas, ou de uma forma mais específica, a emergência de um público de proprietários ascendendo a uma esfera pública e exigindo desta a proteção da propriedade. Desta forma conformou-se a base da plutocracia no Brasil, onde é dominante a confusão entre o público e o privado.

O Estado, no Brasil da Primeira República, tomou também características contraditórias quando o poder foi tomado. Uma classe de proprietários, que tomou "feições burguesas", constituiu uma esfera pública que transformou a administração pública em instrumento a serviço de seus interesses.

Essa esfera pública no Brasil teria surgido com a consolidação de uma plutocracia formada por proprietários de terras que, antes da República, teria se solidificado como esfera política, comparativamente ao esquema proposto por Habermas (1984) em sua obra sobre a transformação da esfera pública, quando tratou destas fases de transformação.

O autor analisa a consolidação de uma esfera pública constituída por um "público burguês de pessoas privadas" que se torna politicamente ativa através de um "fórum de debates" onde a autoridade do estado e suas atitudes podiam ser questionadas.

Com o passar do tempo, fatores econômicos e políticos permitiram que transformações ocorressem nesta emergente esfera pública, de uma maneira que seu potencial original fosse quase anulado, a ponto de fazer emergir um mundo de fraudes e de manipulações.

O que era antes formado por um princípio crítico contra o poder estabelecido, se transforma num instrumento de interesses preestabelecidos. Com isto, vai surgindo um modelo que permite que a burguesia se efetive no poder, e que se difunde, tomando suas especificidades no caso do Brasil.

Aqui, uma plutocracia assumirá feições onde suas ações serão coordenadas de maneira que elevem o interesse privado e econômico ao político, transformando o Estado. Essa situação demonstrará a confusão entre o que é público e os interesses privados, durante a Primeira República.

Esse modelo de esfera pública estendeu-se até Santa Bárbara, e os políticos locais utilizaram-se das ruas, da Câmara, das praças., para promoverem suas comunicações públicas e seus debates políticos.

Como já dissemos, a busca por tudo que significasse moderno se acelerou no período da Primeira República. No interior paulistano a cidade de Santa Bárbara representou um aspecto da modernização brasileira.

A administração municipal, desde os primeiros anos de 1890 firmou pé no seu propósito de impulsionar melhoramentos na cidade como abertura, alinhamento, calçamento e arborização de ruas; ajardinamento de praças; a instalação dos serviços de iluminação à luz elétrica; a construção da Câmara e cadeia, a construção do Teatro, do Grupo Escolar, da Igreja Matriz...

A modernização em Santa Bárbara se configurou de acordo com um processo de intervenção urbanística, que foi aprofundado na República, que consolidou algumas formas de intervenções do Estado: um "Estado jardineiro"¹ que encontrou forças no pensamento moderno que lutava por um projeto civilizador- no sentido entendido por Norbert Elias (1994): um constante moldar e disciplinar de hábitos e comportamentos que alcança desde as pequenas normas, atitudes e etiquetas, até a normatização e coerção que garantem o controle do Estado e do poder- que priorizasse a execução da ordem e do progresso sobre o espaço da cidade.

A ocorrência de freqüentes e devastadoras epidemias em várias localidades do Estado colaborou para que as intervenções urbanísticas acontecidas em Santa Bárbara estivessem intimamente ligadas à necessidade de controle da ordem (e da vida da população) urbana, construídos a partir da apropriação da experiência européia no Brasil, sem esquecer que as transferências de modelos são indissociáveis das condições de possibilidades ligadas às práticas locais que as transformam (Salgueiro, 2001, p.167).

A constante preocupação de José Gabriel em combater as doenças epidemiológicas que assaltavam a região de Campinas, região que abriga Santa Bárbara, transformou suas realizações e reformas no urbano em um empreendimento respaldado por uma ciência e uma medicina preocupadas em considerar o 'sertão' como metáfora de um Brasil cheio de patologias onde só a higiene é apontada como conhecimento e conjunto de práticas capazes de fazer a mediação entre o estado de caos- o estado natural- e a civilização (Lanna, 1996).

A aspiração pela modernidade- já que esta trazia a crença em uma sociedade ordeira e harmoniosa (Bauman, 1999) - que se espalhava pela sociedade barbarenses racionalizou as práticas higienistas, e também as filantrópicas, num esforço em encerrar os sofrimentos humanos, já que a fragilidade e a pobreza não combinavam com a imagem de civilidade e altivez que ansiosamente se buscava. Portanto, cabia à municipalidade atender os desvalidos e os doentes infecciosos, contando com o auxílio da iniciativa privada e regular a assistência com a disciplinarização moral e social.

Às entidades voltadas para o confinamento das pessoas impunha-se a tarefa de esquivar da circulação das ruas os mendigos, os pedintes, os loucos, os marginais pois com seus comportamentos vistos como perigosamente desviantes, abalavam as bases de uma modernidade desejada que se tentava impor. Segundo Sennet (1997), a modernização do espaço urbano, aquela que foi orientada por uma sociedade que se guiava pelo capitalismo, implicou em confinamentos

¹ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro; Jorge Zahar, 1999. Bauman usa o termo 'Estado jardineiro' para definir metaforicamente algumas funções do Estado moderno que emerge com a ambição da 'jardinagem': colocar a ordem e eliminar as 'ervas daninhas' que não se encaixassem em seu projeto homogeneizador. Para isso, esse Estado jardineiro vai utilizar todas as realizações e conquistas que a modernidade proporcionou: a ordem como questão de projeto, o desenvolvimento científico e tecnológico, e uma medicina com ambições de 'engenharia social'.

compulsórios predominando, nos bastidores da filantropia, objetivos racionais e práticos. Neste sentido, atenção especial era dedicada aos doentes infecciosos e pedintes, com seus corpos 'chocantes'. Com o 'aburguesamento' das relações sociais a própria sensibilidade assumia outra face e tanto a pobreza como a doença passavam a causar apreensão na 'cidade sã'.

Lembrando o Rio de Janeiro, com a reforma urbana de Passos que foi orientada por um projeto e uma imagem de modernidade baseados em um modelo externo que trouxe, em si, a aceitação implícita da exclusão, da mesma forma em Santa Bárbara, exemplo da conjugação entre o discurso médico e a orientação autoritária do rumo histórico da modernidade brasileira (Vecchi, 1998, p.115), a criação da Casa de Isolamento de Santa Bárbara, em local bem distante do centro urbano e que tinha como função abrigar corpos doentes de impaludismo, varíola e febre amarela, mostrou que a preocupação com a saúde do corpo social barbarensense, bem como o do carioca, passou pela higienização dos papéis sociais.

Ao examinar a biografia do Tenente Coronel José Gabriel nota-se que uma imagem de grande benemérito foi criada ao redor de sua figura (Crivelari, s/d) e que tal fato se deve ao caráter social de seus empreendimentos. Como administrador do que era para o "bem coletivo", em muitas situações era tido, por parte da população local, como homem zeloso. Bem como a Casa de Saúde, dita em páginas anteriores, a de Isolamento era tida como objeto nascido de sua filantropia; era freqüente os jornais locais anunciarem festas apoiadas ou por ele organizadas (Jornal *O Barbarense*, 06.01.1904), que possuíam caráter beneficente. Arrecadar dinheiro e usar parte da renda para a constituição de instituições asilares fazia parte da vida pública de José Gabriel.

Porém, José Gabriel era um grande ator político, e o seu caráter de benemérito era mais uma máscara constituída como uma forma de ocultar seu mandonismo. Lembrando Balandier, ele

" não saberia governar mostrando o poder desnudo (como está o Rei no conto) e a sociedade em uma transparência reveladora. Tomemos pois o risco de uma fórmula; a aceitação resulta em grande parte das ilusões da ótica social. O grande ator político comanda o real através do imaginário". (1982, p.6).

No cerne do processo civilizador que estava sendo promovido, o olhar das posturas municipais, neste caso um olhar guiado pelas idéias do coronel José Gabriel e pela elite barbarensense, deteve-se, sem dúvida, nos espaços públicos bem como nos privados. Nestes espaços uma série de situações propiciavam a violentação do que era entendido como decoro, higiene, silêncio, justiça e convívio social. Lembrando Hannah Arendt, a relação e diluição das noções de público e privado no mundo moderno pode explicar melhor a ampliação da esfera do poder dos coronéis republicanos:

"No mundo moderno, as esferas social e política diferem muitomenos entre si... a ascendência da sociedade, isto é, a elevação do lar doméstico ou das atividades econômicas ao nível público, a administração doméstica e todas as questões pertinentes a esfera privada da família transformaram-se em interesse coletivo. No mundo moderno, as duas esferas recaem uma sobre a outra" (1995, p.338).

Nesse encaço, em Santa Bárbara, desde 1894, dois anos após a entrada de José Gabriel na administração pública municipal, naquele momento como vereador, muitas leis que possuíam um claro caráter invasor e saneador-excludente, foram instituídas. Juntamente com a vacina obrigatória, ocorrida em 1895, as invasões nas casas para a promoção das defumações, a interdição e até a condenação de casas e edifícios que houvessem abrigado doentes ocorreram.

Proibiu-se, ainda, sob pena de multa, as construções de casas de meia água, e bem assim as cobertas de sapé e capim, dentro dos limites da cidade; criaram impostos prediais que obrigavam que construções e terrenos fossem murados e que passeios calçados de tijolos ou lajes (*Ata da Câmara Municipal de Santa Bárbara*, sessão de 27/01/1905) fossem construídos.

A Câmara Municipal de Santa Bárbara, pela Lei nº13 (*Ata da Câmara Municipal de Santa Bárbara*, sessão de 05/08/1894), exigia que a frente dos prédios que possuíssem aspectos "desolados" fossem imediatamente reconstruídos impondo que pena para os que infringissem a lei fosse de 30\$000(trinta mil réis) por cada vez que fosse intimado.

Em nome do progresso e seguindo o lema destruição/construção, característico da modernidade dos séculos XIX e XX, como atestou Marsall Beman (1986, p.29) , ruas foram abertas/alargadas, tratadas como 'coisas' abstratas destinadas a atender ao fluxo da compra e venda.



Figura 2-Trecho da Rua D. Margarida com a Floriano Peixoto-(1920?). As ruas barbarenses, como afirmamos acima, às custas das desapropriações e exclusões, já vinham sendo alargadas e retificadas desde 1885. Fonte: Arquivo Histórico da Fundação ROMI - Santa Bárbara d'Oeste.

Já que o desenho urbano ia se tornando cada vez mais difícil de se decifrar, de tantas demolições, reconstruções, superposições... ao elemento humano que se percebia cada vez mais desenraizado e com um sentimento de 'despertencer' cada vez mais àquele espaço que constantemente se recriava, restava-lhe apoiar-se nas manifestações culturais da tradição (Gomes, 1994) já que esta- diferentemente da modernidade que é um 'constante avançar' sem referências fixas- *impõe a consciência de uma permanência sob a superfície dos acontecimentos, uma sensação reconfortante de continuidade ao longo das sucessivas metamorfoses* (Balandier, 1997). No entanto, a modernidade é mesmo implacável e nasceu rompendo com a ordem de todas as coisas e amaldiçoando suas heranças e passado, fazendo tábula rasa de todos os seus legados (Carvalho, 1996/7, p. 126).

Renato Cordeiro Gomes, ao questionar o pensamento de alguns intelectuais modernos analisa uma crônica de Olavo Bilac² que traduz a adesão do autor a um Rio de Janeiro civilizado. Bilac traz o progresso e a modernidade para o centro da cena, ao louvar o Rio como cenário de mudanças, portador da Avenida Central como símbolo da fruição, do novo e da regeneração. Para ele, a cidade carioca não é mais lugar para o incivilizado, para o atraso, e para manifestações bárbaras como a festa popular da Penha, tema central de sua crônica. Fazendo um paralelo com Santa Bárbara, em 1907, José Gabriel, atendendo a pedidos de uma elite barbarensense que já não conseguia mais conviver com 'as manifestações grotescas de gente diminuta', criou um projeto de lei que proibia as "*danças, cantorias denominadas batuques, racha-péz (sic) e samba sem a respectiva licença do Intendente*", sob pena de multa de 10\$000 (dez mil réis). (*Ata da Câmara Municipal de Santa Bárbara, sessão de 05/02/1907*).

Sob a ótica que se organiza o texto de Bilac e as proibições das danças e cantorias em Santa Bárbara, percebemos que a modernidade foi mesmo uma cruzada cultural, possuidora de um ímpeto extirpador e ignorador das várias possibilidades de manifestações culturais, de valores, estilos de vida, costumes, linguagens, crenças e comportamentos públicos (Bauman, 1998).

As idéias contidas na concepção de modernidade que Santa Bárbara absorve não acontece só na reorganização do espaço físico; as relações complexas do viver citadino também alcançaram a fabricação de símbolos que valorizassem a vida cultural e o lazer barbarensense.

Peças teatrais, que desde tempos anteriores apresentavam textos quase sempre de cunho religioso, eram encenadas por grupos amadores locais, compostos

² A crônica de Bilac, publicada pela Revista Kosmos em 10/1909, transcrita por Renato C. Gomes, traduz claramente o desejo de excluir, dos novos logradouros públicos, aqueles que não soubessem se comportar dentro dos novos padrões de civilidade: "*Num dos últimos domingos, vai passar pela Avenida Central um carroção atulhado de romeiros da Penha; e naquele boulevard esplêndido, sobre o asfalto polido, entre as fachadas ricas dos prédios altos, entre as carruagens e os automóveis que desfilavam, o encontro do velho veículo, em que seus devotos urravam, me deu a impressão de um monstruoso anacronismo; era a ressurreição da barba-ria- era a idade selvagem que voltava, como uma alma do outro mundo, vindo perturbar e envergonhar a vida da cidade civilizada*". GOMES, Renato Cordeiro. **Todas as cidades, a cidade**: literatura e experiência urbana. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 107-108.

por José Gabriel, que ocupava o cargo de diretor, e membros da sociedade barbarenses. Porém, já no fim do XIX, o teatro municipal apresentava peças de companhias teatrais e musicais vindas dos mais diferentes locais.

A *Companhia Carrara* estreou num prédio totalmente novo. Fachadas, ornamentos e decorações cuidados por profissionais gabaritados vindos de São Paulo davam o tom elegante à festa anunciada. A estréia, que foi dedicada a homenagear José Gabriel (Jornal *O Barbarense*, 17/02/1901), contou com uma pequena multidão disposta a pagar 3\$000(três mil réis) para fazer parte daquele 'baile de máscaras'.

Muitos enredos foram encenados: "Apanhei-te Cavaquinho", "Amor e Honra", "A Experiência..."

O teatro se tornava um local produtor de símbolos significativos de estados de civilização. Era 'chic', nobre e 'ambiente adequado' para uma platéia que procurava aprender hábitos civilizados. A importância do teatro não se resumia em trazer fantasias e sonhos para o deleite da elite, era também importante porque como palco que era, era ambiente para a 'fina sociedade barbarenses' tornar manifesta a sua realidade e procurar 'seus reflexos complacentes'.

Era local de ostentação onde uma dama podia exibir as suas chitas e casimiras francesas que foram adquiridas nas casas comerciais do Largo da Matriz (Jornal *O Barbarense*, 29/08/1900), apresentar enfim, a 'nova identidade' sua que fora construída através da mediação das 'plumas e paetês', aqueles mesmos 'trajes' que foram comprados no comércio do Largo da Matriz e que possuíam a aparente missão de somente cobrir-lhe o corpo.

Tempos depois da chegada da Companhia teatral na cidade é a vez do *cinéographe*. Suas fotografias em movimento extasiavam o olhar do distinto público que esperava ansioso para admirar a anunciada última maravilha do século. Os filmes "A Grande exposição de Paris", "O Palácio das Nações Europeias", "O Champ de Mars", "O Boulevard Parisiense", "A grande Avenida", "O Gabinete Mephistophélico", "Escravo de uma Paixão", estrelado pela 'bela e famosa atriz franceza Theda Bara' enchem o olhar de um público que ansiava por conhecer a última façanha moderna.

José Gabriel, assim como outros muitos coronéis deste período, imaginava-se agente civilizador. Promover empreendimentos que a 'fina sociedade' considerasse marco separador da 'barbárie' era também seu papel, mesmo sendo a 'selvageria bárbara' não apenas passível de ser habitual nas classes julgadas como inferiores, porém capaz de permanecer às escondidas na alma de qualquer homem, inclusive na daquele que demonstra polimento (Starobinski, 2001).

A análise do processo de modernização urbana de Santa Bárbara e da importância da figura de José Gabriel nessa dinâmica integra uma proposta mais ampla que resultará em dissertação de Mestrado. A proposta desse texto foi tentar entender como José Gabriel atuou na modernização urbana de Santa Bárbara de

1892 a 1918. Percebemos que José Gabriel, como muitos administradores urbanos dos tempos modernos, imaginou o espaço citadino como *locus* do civilizado e do progresso, e para que isso se materializasse atuou como uma 'ponte' entre o 'arcaico' e o moderno e lutou para dotar a cidade de empreendimentos que isso simbolizasse.

Cidade pertencente a uma região que sofrera grandes reveses por causa de seguidas epidemias, acontecidas durante a segunda metade do século dezenove e início do vinte, Santa Bárbara foi exemplo de um projeto civilizador que esperava encontrar na ciência e medicina sanitaristas, naquele momento grandemente valorizadas pelo pensamento moderno, respostas quando travava lutas pela domesticação de seus 'sertões' dominados por patologias.

Um embate entre o arcaico e moderno, entre o natural inconvilizado e o agente civilizador foi travado. Inventou-se vacinas, demolições, reconstruções, instituições asilares, orfanatos, todo um conjunto de medidas que se moveu em torno de uma prática visando a busca da urbanidade e controle social.

Inserido num mundo moderno e sendo 'um homem moderno', José Gabriel não exitava em ser um 'jardineiro'. Classificou, praticou a operação inclusão/exclusão e mesmo assim não conseguiu 'cortar o mal pela raiz'. Os excluídos, os ambivalentes, nesse processo, não cansaram de 'semear-se', e seus lamentos e reclamos ecoaram por todos os cantos da cidade. Das longínquas instituições asilares, das casas de confinamento, orfanatos, periferias, eles multiplicavam-se, já que a jornada classificatória não cessava, gerando mais e mais ambigüidade.

Referências bibliográficas.

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. São Paulo: Forense Universitária, 1995.

BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

_____. Georges. **A desordem: elogio do movimento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro; Jorge Zahar, 1999.

_____. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOLLE, Willi. **Fisiognomía da metrópole moderna**. São Paulo; ED.UnB, 1994.

CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, Sérgio Lage. A saturação do olhar e a vertigem dos sentidos. **Revista Usp**. São Paulo, dez/fev 1996-7, no. 32, p.126-155.

CRIVELARI, José Maria (coord). **Edição histórica**: Santa Bárbara d'Oeste. São Paulo: Focus Ltda. (Comemoração do centenário da cidade).

ELIAS, Norbert. **O Processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato brasileiro. Vol.2. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000.

GOMES, Renato Cordeiro. **Todas as cidades, a cidade**: literatura e experiência urbana. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. **A cidade controlada**: Santos 1870-1913. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz e PECHMAN, Robert. **Cidade, povo e nação**. Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

MAFFESOLI, Michel. **O Tempo das tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

NEEDELL, Jeffrey D. **Belle époque tropical**: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

PEREIRA, Robson Mendonça. **O municipalismo em Washington Luís em sua atuação em Batatais (1893-1900)**: aspectos da modernização urbana no interior paulista na República Velha. Franca, 1999. Dissertação (Mestrado em História)- Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP.

REIS FILHO, N.G. Algumas experiências urbanísticas do início da república: 1890-1920. **Cadernos de Pesquisa do Lap**, v.1, 1994.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Transferências, empréstimos e traduções na formação do urbanismo no Brasil. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz e PECHMAN, Robert. **Cidade, povo e nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. O pensamento francês na fundação de belo Horizonte: das representações às práticas. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (org.). **Cidades capitais do século XIX**: racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelo. São Paulo: Ed. USP, 2001.

_____ e CARDOSO, Adauto Lúcio. Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz, PECHMAN, Robert. **Cidade, povo e nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2ª. ed., 1985

STAROBINSKI, Jean. **As máscaras da civilização**: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

VARGAS, Claudia Regina. **As várias faces da cidade**: Bento de Abreu e a modernização de Araraquara (1908-1916). Franca, 2000. Dissertação (Mestrado

em História)- Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP.

VECCHI, Roberto. Seja moderno, seja brutal: a loucura como profecia da história em Lima Barreto. In: HARDMAN, Francisco Foot (Org). **Morte e progresso:** cultura brasileira como apagamento de rastros. São Paulo: UNESP,1998.

Fontes:

Periódicos de Santa Bárbara d'Oeste

A Verdade- 22/10/1916.

O Barbarense- 29/08/1900.

O Barbarense- 06.01.1904

O Barbarense - 07.10.1916.

Atas da Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste

Ata da Câmara municipal - Sessão de 05/08/1894.

Ata da Câmara Municipal - Sessão de 27/01/1905.

Ata da Câmara Municipal - Sessão de 05.02.1907.

A “Sociedade do Conhecimento”, Âncora teórica da ideologia da modernização

Cezar Luiz de Mari¹

A sociedade do conhecimento que não conhece nada de si mesma, não tem mais nada a produzir senão sua própria ruína. Sua notória fraqueza de memória é ao mesmo tempo seu único consolo
Kurz

Resumo

Este trabalho aborda as questões contidas no documento *Educação e conhecimento: eixo da transformação produtivo com equidade* da CEPAL & UNESCO, cuja influência indicam o caminho da “sociedade do conhecimento” como alternativa para os países da América Latina e Caribe desenvolverem maior competitividade e cidadania. A nossa questão permeia essas indicações internacionais e as políticas em curso no Brasil e sua compreensão da conceituação “sociedade do conhecimento”. Essas leituras nos indicam a proposição da “sociedade do conhecimento” sem a devida abordagem crítica e a direção das políticas educacionais num nível técnico instrumental, articulando quase como inexorável os meios produtivos e a educação. A educação de direito público passa a ser considerada setor de bens e serviço, tendo como principal função potencializar o setor produtivo tornando o país mais competitivo e a formação profissional para as demandas rápidas de mercado.

Palavras-Chave: “sociedade do conhecimento”, políticas educacionais e educação.

Abstract

This work analyses issues part of CEPAL & UNESCO’s document “Education an Knowledge: axel of the productive transformation with equity” which influences indicate the “knowledge society” way as an alternative for countries of Latin America an the Caribbean to develop more competitiveness and citizenship. Our point places between this international indications an the policies taken by Brazil an is comprehension of the concept “knowlegde society”. These readings indicate the

¹ Trabalha atualmente no Centro de Educação – CEDUC/UFRR. É doutorando da PPGC da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, desenvolve a tese sobre a relação entre as reformas no ensino superior brasileiro na década de 1990 e a “sociedade do conhecimento”.

proposition of the "knowledge society" without an appropriate critical approach and the direction of educational policies in a technical-instrumental level, articulating as almost inexorable the production means and education. Public education turns to be considered as a sector of property and service, having as main duty potentialize the productive sector turning the country more competitive and the professional upbringing suitable for fast market needs.

Key words: Knowledge Society, Education Policies, Education.

1. Introdução

Esta análise procura compreender as orientações da Comissão Econômica para América Latina e Caribe - CEPAL e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO², a partir do seu documento de 1993, *Educação e Conhecimento: eixo da transformação produtiva com equidade*, no contexto da "sociedade do conhecimento", e algumas indicações da influência desse documento nas políticas educativas brasileiras na década 1990.

Para tanto, devemos iniciar informando que a tese central do documento em análise aponta para uma maior aproximação entre o conhecimento e as relações produtivas, como fruto das modificações das novas tecnologias e do contexto de relações globalizadas. Segundo se depreende de sua leitura, esse contexto motivou órgãos internacionais a refletirem sobre a situação dos países dessa região, no cenário da nova ordem mundial. Assim, é que a criação da categoria "sociedade do conhecimento" tem servido como uma espécie de âncora teórica para se tentar entender esse momento de mudanças na composição técnica das bases produtivas.

Esta conceituação geral tem se apresentado de modo decisivo no consenso das políticas educacionais e na formação, qualificação e avanços tecnológicos na área do trabalho, no Brasil na década de 1990. Neste marco, é possível perceber a tônica dos documentos oficiais, como o referido acima, influenciando nas orientações das políticas brasileiras de educação como um meio para criar consenso ao redor da idéia de que os países da América Latina e Caribe se tornariam mais modernos e avançados na medida em que aproximassem os conhecimentos das novas formas produtivas. Os escritos de Paiva e Warde (1993:11-30) já anunciavam, no início da década de 1990, as novas mudanças com centralidade nas novas formas de avanços tecnológicos e do necessário domínio desses novos códigos, ao lado da reforma da educação. Entendemos que a evolução tecnológica é produto da capacidade organizativa humana, cuja contribuição para o crescimento da sociedade é indiscutível. O que se questiona é a questão do enlace histórico dessa evolução

² Consideramos apenas estes organismos pela forma sintética com que traduzem os pilares estruturais do pensamento sobre educação e economia de outras agências como o Banco Mundial e FMI, guardadas as suas diferenças.

com as relações capitalistas de produção que tornam as tecnologias padrões refinados de acumulação, lucro e exclusão social. Logo, o que se quer superar não são as tecnologias, mas as formulações ideológicas que, em maior ou menor grau, colaboram com a absorção da tecnologia como forma de capital. O movimento pela reforma da educação se inscreve nesse contexto de mudanças tecnológicas sendo instado cada vez mais a compor a dimensão do capital privado, justificados pela idéia de modernização presente na "sociedade do conhecimento".

Este artigo se propõe a entabular uma discussão crítica sobre o processo consensual proposto no documento da CEPAL & UNESCO. Pensar a superação dos processos sociais contraditórios na perspectiva da "sociedade do conhecimento", por ela mesma, parece ser um procedimento infrutífero e improvável. Mais pertinente parece ser uma abordagem crítica, capaz de desmistificar as contradições ideológicas presentes nessa conceituação. Uma reforma mais ampla e contundente nas estruturas da educação superior brasileira é urgente e necessária, porém uma reforma 'pelo alto'³, em nível economicista e ideológico como se está implementando não parece conduzir para a necessária formação da democracia e para a afirmação do "público" como direito universal.

Os recortes do documento *Educação e Conhecimento: eixo da transformação produtiva com equidade*, são restritos quase que exclusivamente ao capítulo IV, onde são apresentadas as propostas para as reformas educacionais aos países empobrecidos⁴.

2. Proposição da cepal & unesco

O documento *Educação e conhecimento* indica a necessária relação entre os novos processos produtivos e educação, enfocando a urgência na articulação destes para promover desenvolvimento. A educação e a produção são reconhecidas como fatores centrais no desenvolvimento dos países. Assim, sugere que os países latino-americanos incluam em sua pauta políticas de reformas no sistema educacional, ao lado da reforma produtiva como uma necessidade premente para atingir a cidadania interna e a competitividade externa (CEPAL & UNESCO, 1995:05; 07;155).

O documento se refere ao contexto internacional embebido pelas últimas revoluções tecnológicas, cuja notoriedade implica na articulação intensa entre o conhecimento científico, progresso tecnológico e sua aplicação nas esferas da produção, distribuição e consumo de bens e serviços. "Na articulação entre o

³ Conceito gramsciano expressivo das relações políticas, no qual as classes dirigentes adiantam-se às subalternas nas tomadas de decisões para evitar que essa última venha a constituir um novo processo hegemônico. Normalmente encontramos, ao lado dessa categoria, o conceito de "transformismo" que significa a passagem de lideranças das classes subalternas para posições das classes dominantes, esvaziando o poder de articulação e organicidade dos movimentos de classe.

⁴ Esse documento utiliza a terminologia países em desenvolvimento que, ideologicamente calha com a idéia mecânica de que um dia serão desenvolvidos. Nós usaremos a terminologia de países empobrecidos para indicar que a condição de tais países se constrói nas relações de consenso e coerção com os demais.

sistema de produção de conhecimentos e o de produção de bens e serviços reside a chave do êxito econômico no decorrer desta revolução" (CEPAL & UNESCO, 1995:30-31). A educação está incluída no setor de bens e serviços por ser considerada um fator econômico relevante.

O documento também alerta para o atraso no processo de modernização tecnológica e do conhecimento da América Latina e Caribe:

A situação atual da produção de conhecimentos científicos e tecnológicos na América Latina e Caribe pode ser descrita a partir de quatro características básicas: esforço insuficiente, persistente heterogeneidade regional, concentração de gastos em setores de limitado potencial competitivo e predomínio de uma ciência acadêmica. (CEPAL & UNESCO, 1995:89)

Quanto aos processos tecnológicos, a América Latina estaria, em termos quantitativos, numa situação muito grave em relação ao mundo. A modernização não atingiu os índices de crescimento desejados para a saúde econômica destes países, agravados ainda mais pela sua situação de pobreza e baixo nível de crescimento na década de 1980. A década de 1990 teria o grande desafio de incorporar os conteúdos tecnológicos, e assim recuperar a posição desses países no âmbito da economia mundial.

Desse modo, os países vinculariam a educação para dentro da lógica da produtividade, ou seja, tomariam posição afirmativa diante desse novo paradigma (as tecnologias como novas formas produtivas) consignando, assim, uma inserção internacional otimizada.

Os estudos prospectivos do documento demonstram que ao se converter o conhecimento no elemento central do novo paradigma produtivo, a transformação educacional torna-se fator fundamental para o desenvolvimento da capacidade da inovação e da criatividade, juntamente com a integração e a solidariedade, aspectos-chave, tanto para o exercício da moderna cidadania quanto para alcançar altos níveis de competitividade internacional.

O documento faz indicações de por onde poderiam passar as reformas educacionais. Há uma forte crítica direcionada aos currículos do ensino básico ao superior por serem demasiado modernos, enciclopedistas, universais, humanistas e não formativos para o mundo do trabalho. Aponta deficiências na qualidade da formação das habilidades básicas, cujas causas estariam ligadas aos índices de *entrada, evasão temporária, evasão definitiva, e repetência* escolar no ensino básico. Fatores agravados na década de 1980 pelos baixos investimentos em educação, especialmente no Brasil. Um complicador desta realidade estaria no empobrecimento da população, baixa condição de emprego, deterioração nos salários dos professores, entrada de professores em regimes de trabalhos precários e sem preparo adequado, centralização e burocratização dos sistemas de gestão escolar, distanciando-se dos compromissos com a sociedade (CEPAL & UNESCO, 1995:54-57).

O documento considera que o currículo do ensino médio é obsoleto. Avalia-se que as suas dimensões de formação acadêmica, para a universidade, para o curso normal, para o magistério, e para a formação técnica, bem como para a mão-de-obra industrial, da agricultura, dentre outros, pelo seu distanciamento das relações econômicas, tornam-se cada vez menos importantes enquanto formação, devido às demandas cada vez mais especializadas de mercado.

A crítica também se estende aos cursos técnicos que, segundo a análise, perderam sua qualidade ou servem apenas como forma de subsidiar o emprego em repartições públicas. Por isso, justifica o grande desinteresse por esses cursos e o afluxo para os cursos acadêmicos, que da mesma forma continuam aferrados a uma visão curricular enciclopedista, moderna, impedindo o avanço para um sistema mais modernizante, leia-se competitivo e flexível.

Questiona-se, em seguida, a qualidade da educação superior, considerando o aumento do fluxo nas universidades, ocasionado pelo grande número de alunos vindos do ensino secundário. Na avaliação do documento trata-se de uma demanda que não pode ser atendida. Ao mesmo tempo, os currículos dos cursos superiores são considerados muito distantes do mercado de trabalho. Mesmo apresentando diferenças entre si, os diplomas das universidades Latino Americanas e do Caribe não oferecem confiabilidade social, conforme avalia o documento.

Para que a implementação das mudanças ocorra dentro de um clima de tranquilidade, são fixadas algumas "estratégias necessárias" para facilitar o processo de inserção desses países na "sociedade do conhecimento". As orientações visam ao consenso entre os atores decisivos do processo educativo: governo, empresários, universidades, partidos políticos, parlamentares, professores, pesquisadores educacionais, Igrejas e sindicatos (CEPAL & UNESCO, 1995:197-98).

Para sua concretização é fundamental reconhecer a identidade cultural e conhecimentos como fatores inseparáveis, integração com as culturas locais das comunidades e com a variedade de experiências proporcionada por elas. Dentro dessa estratégia as políticas deveriam obedecer aos critérios da equidade e desempenho⁵.

A estrutura do referido documento é bastante lógica, contendo capítulos de análise das condições sociais, política e econômica que comportam propostas para as reformas, incluindo orientações para o gerenciamento e como adquirir o consenso nos países Latino Americanos e Caribe. Porém uma leitura mais atenta denota uma grande dose de superficialidade e carência de análise mais aprofundada no que se refere aos índices econômicos às justificativas da evasão escolar no ensino básico, aos currículos universalizantes, ao atraso na modernização e propriamente no que consistiria esse paradigma novo baseado

⁵ É importante estar atento para não cair nas armadilhas lingüísticas do gerenciamento empresarial, equidade não significa igualdade, mas desenvolvimento que regule as tensões e produza a coesão social e desempenho significa atingir as metas (eficácia) com eficiência, isto é, usando meios adequados.

no avanço da tecnologia.

O ponto de partida do documento é o real naturalizado das relações neoliberais, portanto, sem a devida análise cuidadosa das contradições e mediações que comporiam, por exemplo, a crise econômica da década de 1980. Os dados econômicos são citados sem um tratamento estatístico e análise das contradições sociais. Desse modo, é que os países em desenvolvimento são acusados de serem incapazes de atender às demandas educacionais. Como se percebe, as análises não convencem sobre as reais condições da década de 1980, ligada à crise do petróleo e ao processo de ampliação da dívida externa incentivada pelos mesmos países que hoje, ironicamente, indicam como as reformas devem ser feitas.

O ponto de vista sobre a tecnologia como 'tábua de salvação' econômica emerge com força persuasiva, mas sem o procedimento comparativo das consequências em relação a exclusão social, ao desemprego e aos processos de acumulação privada. A educação, ao lado da tecnologia, é apresentada como um novo campo de oportunidades e promessas de evolução econômica e diminuição da pobreza⁶, porém ao nos depararmos com análises como a de Frigotto (1984) e Sader (1995), percebemos que a educação não pode ser considerada isoladamente nesses campos, sob o risco de criar ilusionismos (Kurz 2005) que se esvaem tão rapidamente quanto surgiram. A educação é um componente importante para diminuição da exclusão e abertura de campos de oportunidades, mas precisa ser tratada no conjunto das demais dimensões sociais: emprego, segurança e outros.

Talvez o aspecto mais contundente do documento esteja em conceber a relação da educação com a dimensão econômica sem a preocupação de explicar como efetivamente ocorrerá a melhoria do emprego, a partir das novas bases tecnológicas. Jameson (2002) e Lojkine (1995) consideram que a defesa das teorias 'pós-industriais' das quais conflui a idéia da "sociedade do conhecimento", sobre a abertura de maior número de empregos no setor de serviços em contra partida aos empregos perdidos nas fábricas, não tem sustentação empírica.

Antunes (1995) e Frigotto (1995) demonstram a inconsistência nas análises dos processos de desregulamentação do emprego e o avivamento da crise estrutural do trabalho, nesse momento histórico em que as relações são regidas pela concentração e acumulação do capital. A partir dessas abordagens teóricas é possível concluir que há tendências que acirrarão a exclusão social pela falta de trabalho na atual conjuntura de desenvolvimento tecnológico. Frigotto (1984;1995) considera que tais formulações compõem o escopo ideológico da propalada "sociedade do conhecimento". Kurz (2005) vai mais longe, dizendo que as promessas da "sociedade do conhecimento" construirão uma sociedade com mais empregos,

⁶ Sobre a questão da pobreza, nos documentos internacionais não se fala mais em erradicação, mas em *alívio* da pobreza, o que implica apenas ações paliativas (Cf. Roberto LEHER, Roberto. *Da Ideologia do Desenvolvimento à Ideologia da Globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial como 'alívio' da pobreza*. Tese de doutorado. Faculdade de educação e São Paulo: FACED, São Paulo: 1998).

portanto mais justa, não passa de retórica por que esconde o verdadeiro caráter das relações sociais contraditórias e conflituosas, cuja forma de sobreviver é pela apropriação privada e concentração de renda⁷.

Quanto as indicações do documento sobre a necessidade de currículos mais flexíveis, adequados às necessidades profissionais dos países, não nos parece que a questão central esteja no caráter universalista ou moderno destes, mas da emergência da ideologia da modernização que vê na educação a possibilidade de potencialização da apropriação privada. Um exemplo recente é a minuta do Conselho Nacional de Educação – CNE, de março de 2005 sobre a reformulação das diretrizes para o curso de pedagogia, que sugere o enxugamento do curso para formação de professores das séries iniciais ou para educação infantil. Proposta que reduz a formação de professores à docência, separando licenciatura e bacharelado. Este último e a formação do especialista (gestor, orientador educacional, supervisor) é proposto para cursos de educação continuada, quer dizer, para favorecer o mercado de cursos seqüenciais. Consideramos que é necessária a evolução dos currículos ao longo das mudanças, porém o comprometimento da qualidade e o encurtamento do público, incorrido nessa e outras propostas da reforma educacional brasileira em favor da “empresa do conhecimento” precisa ser combatida.

Embora os processos de fragmentação social e divisão de trabalho exijam uma formação cada vez mais especializada, é necessário afirmar com veemência a constituição de currículos *omnilaterais*, ou seja, capazes de contemplar formação técnica e humana, sob pena de nos tornarmos países de operadores de máquinas. Pensar a política educacional com currículos minimalistas e profissionalizantes é condenar nossas futuras gerações ao sub-emprego e ao consumo de produtos do primeiro mundo. O *Recuo da teoria*, como afirma Moraes (2003), em detrimento da formação universal, é proposta das agências internacionais com interesse de adaptar a escola a interesses empresarias dos *homens de negócios*, como se depreende nesse passo que aqui reproduzo:

Os destinos da educação parecem articular-se diretamente às demandas deste mercado insaciável e aos paradigmas propostos para a sociedade de ‘aprendestes’. Não surpreende, dessa forma, que os sistemas educacionais dos vários países sofram pressões para operar adequadamente em uma economia sofisticada e seletiva. (Moraes, 2003:152)

De acordo como prevíamos, a absorção do conceito “sociedade do conhecimento” também está presente nas produções reflexivas e documentos oficiais produzidos pelos assessores e membros do governo brasileiro no que tange a defesa das reformas educacionais. Na seção que segue, abordaremos

⁷ É possível comprovar o descontrole na concentração de renda com dados muito recentes como os da revista *Times* de março de 2004, comentadas em TVs abertas, apresentando os três homens mais ricos do mundo, (entre eles Bill Gates). A soma de capital dos três juntos superior à 120 bilhões de dólares. Ou em dados do Banco Mundial (1997) alertando que mais de 2 bilhões e 400 milhões de pessoas no planeta vivem com menos de 5 dólares ao dia ou que as 200 maiores empresas mundiais acumulam anualmente o equivalente ao salário de 3 bilhões de pessoas.

essas reflexões que confirmam um consenso bem articulado entre o discurso de órgãos internacionais como CEPAL & UNESCO e a implementação das políticas educacionais no Brasil, na perspectiva da "sociedade do conhecimento".

3. Orientações e consensos na reforma da educação brasileira

Os autores citados abaixo participaram do XIV Fórum Nacional do Instituto Nacional de Estudos Avançados – INAE, ocorrido em 2002, no Rio de Janeiro. São reflexões que contemplam uma síntese do Governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), no âmbito das políticas educacionais e algumas indicações sobre as prioridades a serem fortalecidas no Brasil. É importante salientar que estamos no período do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva e não podemos ainda vislumbrar um quadro definitivo no encaminhamento das políticas educacionais. Entre 2003 e 2005 algumas iniciativas políticas foram implementadas e conferem uma tendência na manutenção diretiva das reformas segundo os rumos indicados pelas agências internacionais. É provável que essas políticas não sofram modificações substanciais, conforme avaliações de Panizzi (2004), Gazzola (2004), Coggiola (2004), Leher (2004), Chauí (2004), Dourado (2004). Em relação à proposta de Reforma Universitária elaborada pelo Grupo de Trabalho Interministerial - GTI (10/10/2003), segundo Coggiola (2004:3), não traz mudanças substanciais em questões como diferenças regionais, indiferenciação entre educação privada e pública, maior financiamento às públicas, e outras, configurando, portanto, um projeto de reforma que poderá estar confirmando a continuidade privatista, já iniciadas por FHC.

De acordo com Castro (2002), secretária-executiva do Ministério da Educação, é difícil delimitar a ação das políticas brasileiras no contexto da sociedade ou economia do conhecimento pela abrangência das políticas e pela complexidade do termo. Porém o governo de Fernando Henrique Cardoso assumiu o compromisso com políticas de ampliação qualitativa e quantitativa para a educação brasileira. A prioridade das políticas está ainda direcionada à educação fundamental, não excetuando as demais. Segundo Castro (2002:396-398), uma revolução educacional estaria instalada a partir do ensino fundamental e médio, baseado em três eixos: o aumento de investimentos com efeitos redistributivos, o Fundo de Desenvolvimento da Educação e Valorização do Magistério – FUNDEF; A promoção de uma reforma curricular no ensino fundamental e médio possibilitando autonomia e flexibilidade para adaptar a educação às características da comunidade; E a criação da bolsa escola como modo de manter o aluno pobre na sala de aula. Essas três ações combinadas, segundo a secretária, têm influído decisivamente nos números, na qualidade do atendimento e na formação do aluno do ensino fundamental.

Temos 36 milhões de crianças na escola fundamental, 11% a mais do que em 1994. Reduzimos a repetência em 27%. 2,6 milhões de alunos concluíram o ensino fundamental em 2001 no ensino regular, um crescimento de 67% sobre 1994.

(Castro, 2002:396)

Para Castro (2002:396-398), no ensino médio os reflexos foram sentidos pelo aumento em 71% das matrículas desde 1994, aumentando assim as condições de empregabilidade. A formação na educação fundamental procura subsidiar o aluno com as habilidades e competências necessárias para atuação política e econômica, preparando-o para o ensino superior e nos valores como tolerância, solidariedade, respeito ao meio ambiente e observância aos direitos e deveres da democracia. Junto com isso está a preocupação em preparar o capital humano⁸ para os tempos difíceis e competitivos através da flexibilidade e autonomia curriculares, permitindo ao aluno condições para reelaborar o conhecimento a partir de sua realidade, e, proporcionar soluções práticas aos problemas cotidianos.

Para fortalecer ainda mais essas reformas foi criado um sistema nacional de avaliação do ensino fundamental e médio para garantir o alcance dos objetivos. As avaliações vão desde o censo anual escolar para distribuir as verbas do FUNDEF até o exame nacional do ensino médio – ENEM que procura avaliar as competências e habilidades do aluno no final do ensino básico. Segundo a secretária, em seu balanço das ações do Ministério da Educação, essas mudanças estariam proporcionando uma revolução no ensino fundamental brasileiro, preparando o aluno para a “sociedade do conhecimento”.

Na educação superior brasileira também houve um redesenho das políticas educacionais para enfrentar os novos desafios postos pela “sociedade do conhecimento”.

Para dar respostas consistentes com as exigências da economia do conhecimento, o Brasil precisa garantir a expansão de oferta de educação superior promovendo a diferenciação institucional e a diversificação dos cursos. Esse é o cerne da reforma atualmente em curso. (Castro, 2002:399)⁹

Para a autora (Castro, 2002) a universidade pública continuará desempenhando o papel de formadora de pesquisadores, cientistas e professores para atuar no ensino superior e privado. Às Instituições privadas cabe o papel de formação de profissionais para o mercado de trabalho, como as ciências sociais aplicadas e os cursos que exigem formação tecnológica, financeira e de produção.

Para fortalecer essa reforma o Conselho Nacional de Educação – CNE desenvolveu três ações: 1. Contemplou uma reforma curricular, substituindo os

⁸ A tese do capital humano foi elaborada por Schultz na década de 1960, nos EUA, e implica em reconhecer no componente educação um insumo que agrega maior produtividade no indivíduo. Esta tese tem acompanhado as formulações oficiais e as reformas neoliberais à brasileira reduzindo a educação a um componente econômico, esvaziando sua potencialidade como valor formativo universal. Frigotto (1984) oferece uma profunda reflexão sobre o assunto.

⁹ As reformas do Governo FHC produziram uma verdadeira depreciação da educação pública e um amplo favorecimento da expansão privada. Conforme análise de Corbucci (2004 : 682-683) a retração do Estado permitiu avanço da iniciativa privada via desregulamentação para criação de cursos de ensino superior, a descentralização para os estados e municípios, das funções da educação (Cf INEP/MEC, censo de 1990-2002, houve aumento de 1,44% das IES estaduais contra 72% dos Institutos municipais). A taxa de crescimento do setor público, conforme o MEC de 1990-1997 foi de 31,5%, enquanto na privada foi de 23,4%, porém entre 1997-1998 o setor privado aumentou em 11,4% mantendo uma oscilação entre 15,7% e 17,5%, ou seja, o crescimento privado em dois anos foi o equivalente ao crescimento dos 7 anos anteriores. O setor privado consegue entre 1990-2002 inverter o quadro do atendimento às matrículas chegando a 70%.

currículos mínimos por parâmetros curriculares. Esses se tornaram mais flexíveis à atuação diante das necessidades econômicas e sociais locais e regionais, com possibilidade de cursos de curta duração, como os cursos seqüenciais. "Flexibilidade e diversificação são as palavras-chave que marcarão a educação superior da sociedade do conhecimento" (Castro, 2002:400)¹⁰;

2. Sistema de monitoramento da qualidade ofertado pelo ensino público e privado através de instrumentos avaliativos como Exame Nacional de Cursos, o provão, instituído em 1996 e a avaliação das condições de ensino (Bibliotecas, laboratórios, adequação física, formação docente) das universidades e instituições, hoje revisto e chamado Sistema de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

3. Reformulou o sistema de financiamento das universidades públicas através da inserção de critérios de produtividade tanto no custeio dos gastos quanto no salário dos professores¹¹. E a substituição do antigo crédito educativo pelo financiamento estudantil para os estudantes pobres das instituições privadas, o FIES.

Bengtsson (2002), Conselheiro da direção do Centro de Pesquisas Educacionais e Inovação da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, vê a importância do conhecimento na formação do capital humano.

O que tornou claro na última meia década foi que o volume, a natureza e a direção da produção do conhecimento, da disseminação do conhecimento e do uso do conhecimento estão no cerne de qualquer definição de economia do conhecimento. (OCDE apud. Bengtsson, 2002:405)

Entre outras indicações da OCDE Bengtsson (2002:409-413), mostra como os ministros de educação dos países europeus vinculados a essa organização assumiram acordos para direcionar as reformas educacionais na perspectiva da economia do conhecimento. Em princípio, essas orientações também valem para o Brasil, tendo seus conteúdos inseridos nas últimas reformas educacionais de ensino fundamental e superior.

O autor selecionou seis dessas orientações por considerá-las centrais no fortalecimento da educação brasileira, na perspectiva da economia ou "sociedade do conhecimento": a necessidade da inclusão de jovens e crianças que ainda estão fora da escola; A necessidade da reformulação dos currículos na perspectiva flexível; alfabetização de adultos para melhorar o desempenho na produção; A necessária parceria entre os setores público e privado, especialmente no que tange a pesquisa no ensino superior pela escassez da mesma nas instituições privadas; As reformas educacionais prevendo a educação ao longo da vida, constituem grande estratégia para manter-se na economia do conhecimento;

¹⁰ Entenda-se por flexibilização e diversificação o processo de expansão privada e o economicismo como prerrogativa da educação superior.

¹¹ Conhecido como Gratificação de Estímulo à Docência – GED implementada em julho de 1998, tentativa frustrada de incorporar a lógica produtiva no trabalho docente. Hoje esta proposta está suspensa, ao que tudo indica será revista e implementada com outras sugestões ainda não conhecidas.

Desenvolvimento de uma nova cultura de aprendizagem do aprender, desaprender e reaprender, com incentivos práticos e ideológicos em favor dessa nova cultura e evitar assim a divisão entre os que sabem e os que não sabem.

Para Dahlman (2002), economista do Banco Mundial em Washington, a economia do conhecimento é definida "em linhas mais amplas, à educação dos povos e sua capacidade de fazer um uso eficaz do conhecimento". Em seu artigo onde aborda a relação do Brasil nesse contexto, indica a educação brasileira como *Calcanhar de Aquiles* para a concretização da economia do conhecimento. Qualifica a educação brasileira em termos de letramento e matrículas muito aquém dos índices de países como Argentina, Chile, Coréia do Norte, revelando um desempenho baixo quanto à qualidade da educação dos jovens e no treinamento de pessoal nas empresas ¹². (Dahlman, 2002:182).

Cardoso (2002) defende a idéia de um novo paradigma econômico surgido nas últimas décadas dada à densidade da interrelação entre os processos produtivos, a informação e o conhecimento. Procura explicar que os conceitos informação e conhecimento são diferentes, a informação corresponde a sinais, fatos, descrições e conhecimento entendido como apropriação da informação e a capacidade de compreensão dos processos naturais e sociais.

Cardoso insiste na centralidade da educação diante do contexto da "sociedade do conhecimento" e aponta os avanços dos projetos de educação implementados pelo seu governo, para esse fim: O aumento da escolaridade básica e secundarista, de produção e edição de textos internacionais, da formação de doutores e mestres, aumento do financiamento para setores tecnológicos, o aumento do número de computadores pessoais e o projeto de ensino à distância. (Cardoso, 2002:45-46)

Fizemos, até esse ponto, um recorte em que expusemos alguns aspectos suficientes para demonstrar a existência de uma linha consensual entre as orientações da CEPAL & UNESCO e a condução das reformas na educação brasileira. Obviamente a escolha dos recortes implica no risco de deixar outros elementos igualmente importantes de fora. Todavia, nos concentramos naquilo que enfocava as reformas, articulando educação e produção no contexto da "sociedade do conhecimento".

A seguir, teceremos algumas análises conceituais a partir destes recortes, com o objetivo de pontuar questões, a nosso ver, dadas como pressupostos nas considerações acima. Isso se dá porque a tendência dos documentos é a de pressupor que "sociedade do conhecimento" é o que está aí, como dado, sem necessidade de discutir os processos que a engendram e, pior ainda, sem discutir as contradições inerentes a ela e as conseqüências

¹² Uma tendência que se confirma nas análises da educação na década de 1990 é o crescente aumento de economistas sugerindo o que e como reformar nos países em desenvolvimento. Os documentos oficiais são construídos por técnicos dessas áreas confirmando mais uma vez que educação é tema de debate econômico e não como coisa pública, constituindo-se em nova frente de ataque das teorias do capital para torná-la a sua imagem e semelhança.

das orientações políticas nessa perspectiva.

4. Algumas querelas conceituais

O conceito sobre o qual se sustentam essas orientações e reformas é o da "sociedade do conhecimento", um conceito geral bastante complexo, de cunho ideológico. Ao colocarmos como ideologia queremos dizer que se trata de formulação sistemática e organicamente vinculada aos processos das práticas sociais. Isto é, possui uma implicação direta sobre a forma de compreender a universidade, a produção do conhecimento, o exercício profissional docente, sobre o fortalecimento da pobreza, o alargamento da exclusão social. As reformas para a "sociedade do conhecimento" trazem o modelo de universidade empresarial, operacional ou profissional, cujo objetivo é lançar mão do progresso tecnológico das comunicações e potencializar a educação como mercadoria. Contudo, entre a promessa da produção de uma sociedade mais desenvolvida, democrática e menos pobre há um fosso cuja incapacidade de resolver expõe os limites da desejada "sociedade do conhecimento".

Normalmente essa idéia vem acompanhada da idéia de uma transformação radical da sociedade, ou termos como revolução tecnológica, cidadania, competitividade, quebra de paradigma e outras. Se pudéssemos arriscar uma síntese diríamos como o faz Duarte (2001): "A assim chamada sociedade do conhecimento é uma ideologia produzida pelo capitalismo, é um fenômeno no campo da reprodução ideológica do capitalismo". (Duarte, 2001: 07). O autor prefere considerar sociedade capitalista e não do conhecimento.

É improvável que estejamos vivendo uma outra sociedade, diferente da capitalista, essas conceituações de cunho pós-modernos como *pós-industrial*, *multi-cultural*, *sociedade da informação*, *economia do conhecimento* e outras, assumem uma perspectiva idealista por não explicitarem os processos lógicos que as geram, ocasionando uma diversificação de significados de tal monta a esconder e confundir o leitor. Aqui se assenta um papel importante desse tipo de definição, o ideológico.

Na sua abordagem da "sociedade conhecimento", Chauí (2003) aponta que a ciência comporia as próprias estruturas do capital, deslocando a idéia da educação como direito para a área de serviço junto à esfera privada.

Ao se tornarem forças produtivas, o conhecimento e a informação passaram a compor o próprio capital, o qual passa a depender disso para sua acumulação e reprodução. Na medida em que, na forma atual do capitalismo, a hegemonia econômica pertence ao capital financeiro e não ao capital produtivo, a informação prevalece sobre o próprio conhecimento, uma vez que o capital financeiro opera com riquezas puramente virtuais cuja existência se reduz à própria informação. (Chauí, 2003:03)

A diferença entre a ação da ciência e do capitalismo está na capacidade

da ciência submeter o provável aos cálculos, enquanto o capitalismo em deslocar a materialidade (o produto como fruto do trabalho), no jogo veloz da produção do fragmento, para o consumo ou para o fetiche da mercadoria. E na medida em que os processos das rápidas mudanças técnicas, das últimas décadas ao lado do jogo de acaso da economia tornaram-se mais visíveis, as opções da filosofia desprezaram os estudos do necessário como forma do real, resultando então na derrapagem da teoria para aquilo que ela sempre negou: os fundamentalismos naturalizantes e, diria também, as ilusões produzidas pela "sociedade do conhecimento". (Chauí, 1996:22).

Para Kurz (2002), as definições de "sociedade do conhecimento" apresentam uma confusão entre conhecimento e informação, haja vista que o primeiro diz respeito à reflexão crítica, à história e à busca de entendimento dos significados mais profundos da vida humana. Por outro lado, a informação, diz respeito ao modo como a mesma é apresentada nas significações da "sociedade do conhecimento", reduzida à administração funcional e de sinais de criações tecnológicas. Pensar, filosofar, refletir, criticar, são significações fora de moda para a "sociedade da informação", a não ser que estejam diretamente relacionadas ao fazer prático e na lida com códigos pré-programados.

A sociedade do conhecimento está extremamente desprovida de espiritualidade, e por isso até mesmo nas ciências do espírito o espírito vai sendo expulso. O que resta é uma consciência infantilizada que brinca com sucata desconexa de conhecimento e informação. (Kurz, 2002:1-2)

Para Moraes (2002) as políticas educacionais da década de 1990 são expressivas de um modelo social preocupado com o conhecimento em curto prazo, num contexto de mudança tecnológica. O mercado estaria balizando as formulações políticas em detrimento da formação tradicional, considerada obsoleta:

A sociedade ou economia do conhecimento constitui-se em mecanismo de controle social mediado pelo mercado. A propalada sociabilidade se expõe como pressuposto óbvio não apenas das políticas educacionais dos últimos anos no Brasil, como também dos discursos oficiais sobre ciência e tecnologia. Um pressuposto tido como inquestionável, mesmo porque, como um paradigma que se preza, não se fez acompanhar por uma discussão consistente. (Moraes, 2002:4)

As discussões do conceito rumam para perspectivas idealistas, pragmáticas e pós-modernas, indicando as mudanças quase como inexoráveis, natural, sem o devido tratamento lógico que configura este propenso paradigma. Chauí (2003) defende a idéia de que o paradigma aqui sugerido é o da fluidez, do fragmento que gera insegurança, que gera o medo, por que cria instabilidade pelo aprofundamento das contradições sociais.

Ao analisar as políticas educacionais para a "sociedade do conhecimento", Frigotto (1995) enfoca a dimensão do capital humano e as conseqüências desta opção para a escola brasileira.

No campo especificamente educativo a regressão neoliberal manifesta-se pelo aniquilamento da escola pública mediante os mais diversos subterfúgios: escolas cooperativas; sistemas escolares de empresas (Bradesco, Xérox, Rede Globo de TV); adoção da idéia do bônus educacional de Friedman, onde o aluno compraria no mercado o tipo de educação que entendesse vantajoso; adoção por empresas de escolas públicas; escolas organizadas por comunidades ou centros habitacionais populares. (Frigotto, 1995:17)

Ou seja, em sua dimensão filosófica, a educação brasileira, ao ser direcionada pelas novas tendências do mercado, ruma para filosofias pragmáticas, utilitaristas, fragmentando cada vez mais o conhecimento, tornando-o uma mercadoria e não propriamente uma construção de processos.

Uma análise da "sociedade do conhecimento" e suas implicações na educação não podem prescindir de um resgate histórico, na construção daquilo que Novaes (1992:09) entende como "Memória e Futuro, porque sem passado e sem futuro esta história oficial esvazia não apenas nossos pensamentos mas, principalmente a própria idéia de história". E a nossa história apresentou e apresenta a educação como meio de progredir na democracia, nas relações não excludentes, na potencialização dos sujeitos e no fortalecimento daquilo que Frigotto (1995:19) chama "*episteme* – conhecimento crítico".

O modo natural com que se veicula a presença do conceito geral da "sociedade do conhecimento" deve ser combatido para não sermos refratários de uma noção de história do puro presente contínuo, ou do tempo como fala Novaes (1992:09) "fugidio, tido como o único real".

As compreensões conceituais levantadas pelos autores acima não se contradizem e afirmam a necessidade de não se absorver acriticamente o conceito "sociedade do conhecimento". Essa conceituação pode estar confirmando uma nova fase hegemônica das relações sociais capitalistas que se constituem em consenso no desenvolvimento de políticas que enfatizam o processo de reformas educacionais. Esta novidade não significa o rompimento de paradigma, apenas uma continuidade das relações capitalistas reforçadas pelas novas tecnologias da informação e pelo mercado financeiro.

A aparente necessidade de reforma é tornar as instituições, consideradas, diga-se de passagem, obsoletas diante dos novos padrões tecnológicos e anseios sociais, mais atuantes e competitivas no mercado da educação e no atendimento ao crescimento econômico do país. As instituições educacionais estariam aptas, após as reformas, para digerir os novos "conhecimentos" para tornar o país menos pobre e mais próximo dos desenvolvidos? Ao que tudo indica não, pois as reformas estão desestruturando o ensino público, fortalecendo a perspectiva educacional para aquisição de instrumental técnico para o trabalho no mercado, como fala Chauí (2003:04) pela heteronomia, fragmentação das esferas sociais, e aprofundando relações sociais de classe excludente.

Como foi afirmado anteriormente vemos algumas tendências no Governo Lula que indicam o caminho desta sociedade pelas iniciativas como PROUNE¹³, Parcerias Público-privada - PPPs (2.546/2003), Financiamento às Instituições de Educação Superior – FIES, o regime de cotas e pela superficial reforma da Educação Superior em curso até o presente momento. Se a história pode nos ajudar, uma educação para além da pura reprodução das relações capitalistas solicitaria uma análise mais criteriosa de conceitos gerais como “sociedade do conhecimento” ao lado de um projeto que mobilize a sociedade civil na conservação de valores fundamentais como: universalidade, razão, sujeito, educação pública, controle dos fundos públicos, democracia, trabalho, e todos os sinônimos que possam reafirmar o que historicamente tem sustentado a literatura crítica.

Esperamos com esse artigo aportar algumas indicações importantes para a análise crítica desse fenômeno. O esgotamento da temática não foi objetivo desse trabalho, cuja preocupação maior consistiu em pontuar a necessidade de se produzir uma reflexão atenta sobre os processos de reformas e marcar a universidade como produtora de conhecimento para além dos quadros restritos do mercado.

5. Referencial bibliográfico

BENGTSSON, Jarl. Educação para a economia do conhecimento: novos desafios in: *O Brasil e a Economia do Conhecimento*. VELLOSO, J. P. dos Reis (Org.). Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2002.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DA EDUCAÇÃO. *Projeto de Resolução*. Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em pedagogia. Março de 2005, mimeo.

CARDOSO, Fernando Henrique. *O Brasil a caminho da sociedade do conhecimento*. XIV Fórum Nacional. Rio de Janeiro, maio de 2002. Disponível em www.inal.org.br. Acessado em 22/06/2003, 11:30 hs.

CARDOSO, Fernando Henrique. O Brasil a caminho da sociedade do conhecimento in: *O Brasil e a Economia do Conhecimento*. VELLOSO, J. P. dos Reis (Org.). Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2002.

CASTELLS, Manuel. *A era da informação: Economia, Sociedade e Cultura*. A sociedade em Rede. São Paulo: Paz e Terra, 2000. Vol. I.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de. Um sistema de Educação para atender à economia do conhecimento in *O Brasil e a Economia do Conhecimento*. VELLOSO, J. P. dos Reis (Org.). Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2002.

CEPAL & UNESCO. *Educação e Conhecimento: eixo da transformação produtiva com equidade*. Brasília: IPEAA/CEPAL/INEP, 1995.

¹³ Editado pela Medida Provisória 213, em 11/09/2004.

- CHAUÍ, Marilena. *A Universidade Pública sob nova perspectiva*. Conferência de abertura da Associação Nacional de Pesquisadores em Educação - ANPED. Poços de Caldas. 05/10/2003
- CHAUÍ, Marilena. Contingência e Necessidade. *In*: NOVAES, Adauto (Org). *A Crise da Razão*. São Paulo: Companhia das Letras; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte, 1996.
- CHAUÍ, Marilena. *Universidade em liquidação*. *Jornal da Ciência*. 12 de julho/99 n 1324. Disponível em www.ipg.uerj/outrobrasil/artigos.htm. Acessado em 21 de maio de 2004 às 15:50 Hs.
- COGGIOLA, Osvaldo. *Contra essa reforma universitária*. Disponível em www.ipg.uerj/outrobrasil/artigos.htm. Acessado em 21 de maio de 2004 às 16:03 Hs.
- CORBUCCI, Paulo Roberto. Financiamento e democratização do acesso à educação superior no Brasil: da deserção do Estado ao Projeto de Reforma. *In*: *Universidade: Reforma e/ou rendição ao mercado?* Revista Educação e Sociedade, 88 Vol. 25, Número Especial, 2004 pp. 677-701.
- DAHLMAN, Carl J. A Economia do conhecimento: implicações para o Brasil *in*: *O Brasil e a Economia do Conhecimento*. VELLOSO, J. P. dos Reis (org.). Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2002.
- DOURADO, Luiz Fernando. *Reforma da Universidade ou referendo das políticas e gestão da educação superior do Governo FHC?: Apontamentos iniciais sobre o documento do GT interministerial (Versão preliminar)*. Disponível em www.ipg.uerj/outrobrasil/artigos.htm. Acessado em 21 de maio de 2004 às 15:37.
- DUARTE, Newton. *As Pedagogias do "Aprender a Aprender" e Algumas Ilusões da Assim Chamada Sociedade do Conhecimento*. Trabalho apresentado na Sessão Especial intitulada *Habilidades e Competências: a Educação e as Ilusões da Sociedade do Conhecimento*, durante a XXIV Reunião Anual da ANPED, 8 a 11 de outubro de 2001.
- EVANGELISTA, Olinda e SIQUEIRA, Manuel J. C. *Terrenos do Conhecimento e das Políticas Educacionais: formação de professores e professoras no ensino superior (Brasil e Portugal)*. Projeto de pesquisa – Cooperação Internacional CAPES/ICCTI. Florianópolis, julho de 2000.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva*. São Paulo: Cortez, 1984.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Os delírios da razão: crise do capital, metamorfose conceitual do caminho educacional. *In*: GENTILI, Pablo (org.) *Pedagogia da exclusão; crítica ao neoliberalismo em educação*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1995a.
- GAZZOLA, Ana Lucia A. *Reforma universitária e educação superior*. Disponível em www.comciencia.br/reportagens/2004/09/08.shtml Acessado em 20 de março de 2005 às 11:49 Hs.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel notas sobre o estado e a política*. Rio de Janeiro:

- Civilização Brasileira, 2000b.Vol 3.
- JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: A lógica do Capitalismo Tardio*. São Paulo: Ática, 2002.
- KURZ, Robert. *A ignorância da sociedade do conhecimento*. Caderno Mais! Folha de São Paulo, 13 de janeiro de 2002. Disponível em www.elsonrezende.hpg.ig.com.br Acessado em 22/06/03, 10:22 hs.
- _____, Robert. *Um Sonho de Liberdade*. Folha de São Paulo, 16/01/2004, Caderno Mais.
- LEHER, Roberto. *Reforma universitária do governo lula GT Interministerial (GT-i) – decreto 20/10/03*. Disponível em www.ipg.uerj/outrobrasil/artigos.htm. Acessado em 21 de maio de 2004a às 15:43.
- LOGAN, G. M. & ADAMS, R. M. *Introdução*. In: MORE, T. *Utopia*. São Paulo: Martins Fontes, 1993, p. XIII-LII.
- LOJKINE, Jean. *A Revolução Informacional*. Tradução José Paulo Neto. São Paulo: Cortez, 1995.
- MORAES, Maria Célia et al. *Sociedade do Conhecimento: eficaz Controle Epistêmico do Ato de Conhecer*. Disponível em www.rizoma.ufsc.br, acessado em 22 de junho de 2002.
- _____, Maria Célia. Recuo da teoria. In: Moraes et al. (Org.) *Iluminismo às avessas: produção de conhecimento e políticas de formação docente*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- MORE, Thomas. *Utopia*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1997.
- NOVAES, Aduauto (Org.). Sobre Tempo e História. In: *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- PAIVA, Vanilda, WARDE, Mirian Jorge. *Novo paradigma de desenvolvimento e centralidade do ensino básico*. Educação e Sociedade, nº 44, abril de 1993, p. 11-32.
- PANIZZI, Wrana Maria. *O lugar da polêmica e da Reflexão*. Disponível em www.comciencia.br/reportagens/2004/09/12.shtml. Acessado em 20 de março de 2005 às 17:46 Hs.
- VÁZQUEZ, A. S. *Entre a realidade e a utopia: ensaios sobre política, moral e socialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 351-371.
- WOLFENSOHN, James. *Discurso para a junta de governadores*. Washington DC. 1997.

Dilemas da Globalização: a falácia da integração dos periféricos

Prof. Linoberg Almeida
Departamento de Ciências Sociais/ UFRR
Pesquisador LASTRO/ UFSC

Resumo

O objetivo principal deste trabalho é analisar como se dá a continuidade da consolidação do Mercosul e da dita evolução da globalização no conjunto da política externa brasileira. Isto é, como se desenvolve o processo decisório baseado em possibilidades de integração a uma economia globalizada que contemplan basicamente fatores econômicos deixando em segundo plano aspectos como soberania e legitimidade. A partir do cenário em questão e de conceitos como hegemonia, sistema-mundo e imperialismo discutimos a possibilidade para que se construa uma nova composição de forças que possibilite uma outra orientação política fruto da vontade coletiva resultando lutas sociais que gerem ações políticas diferentes das presentes atualmente nos discursos do governo brasileiro.

Palavras-chave: Integração Regional, Sistema-mundo, Globalização.

Abstract

The main objective of this research is to analyse how the Mercosur consolidation process, the growing relation with other countries and the current moment of the globalization is part of the Brazilian foreign politics. That is, analyse how the decision making process develops itself, based on the integration possibilities in a named global economy that deals basically with economic aspect, leaving aside sovereignty and legitimacy. From the plot above and concepts like Hegemony, World-system, and Imperialism we discuss a possible way-out to build a new forces composition that could bring a new political orientation, part of a group will, result of social movements. We mean, political actions that differ from the ones presented by the Brazilian government.

Key words: Regional Integration, Globalization, World-System.

1. Introdução

O longo século XX terminou com a tentativa de adoção generalizada da tese segundo a qual o processo de globalização dos mercados se imporá por toda

parte, independente da política que tal ou qual país possa adotar. É como se tratássemos de mais um imperativo, uma imposição da sociedade moderna ou da pós-modernidade. O que se assiste neste início de século é a "soberania do mercado", velha expressão cunhada pelos formuladores clássicos da economia política, em que há entre mercados e o conseqüente desmoronamento dos atuais sistemas estáticos de enquadramento das atividades econômicas.

O resultado é a produção de mudanças estruturais importantes que se traduzem por uma crescente concentração de renda e formas de exclusão social que se manifestam em todos os países. Essas conseqüências negativas têm sido mesmo apresentadas como sendo precondições para uma nova forma de crescimento econômico cujos contornos ainda não estão definidos.

Isso quer dizer que vivenciamos desde o final do século passado o mercado como uma nova forma de organização social total, em que se aprofunda uma era de transição e incertezas. O processo atual de globalização a que se assiste, desarticula a ação sincrônica das forças que asseguram o dinamismo dos sistemas econômicos nacionais. Para IANNI (1995, p. 94), "todos os níveis da vida social, em alguma medida, são alcançados pelo deslocamento ou dissolução de fronteiras, raízes, centros decisórios, pontos de referência". Quanto mais as empresas se globalizam, mais elas escapam à ação reguladora do Estado e mais tendem a se amparar no mercado externo para crescer. Ao mesmo tempo, as iniciativas dos empresários tendem a escapar ao controle das instâncias políticas e jurídicas. Há um retorno ao modelo do capitalismo mercantilista cuja dinâmica baseava-se nas exportações e nos investimentos externos. Nesse aspecto, o Mercosul, como modelo de integração, se enquadra perfeitamente na lógica capitalista de exportações e de investimentos estrangeiros.

A premissa básica da teoria neoliberal afirma que a pobreza tende a se reduzir com o crescimento econômico, principalmente se esta for acompanhada de reformas estruturais como a da previdência, a desregulamentação da economia, a privatização e a abertura econômica. Os dados para o qual baseamos a pesquisa indicam que a liberação econômica e a globalização têm deteriorado a distribuição de renda na América Latina. BERRY (1997) mostra que nos últimos vinte e cinco anos a aplicação de medidas de liberalização econômica tem estado associada às deteriorações na distribuição de renda na América Latina, o que tem provocado efeitos desfavoráveis sobre a equidade em vários países da região.

Devemos acrescentar a este cenário o momento que o Mercosul, isto é, Brasil, Argentina e seus parceiros, experimentam desde 1999, período mais conturbado desde sua criação em 1991. A partir da segunda metade de 1998, o quadro internacional caracteriza-se por instabilidades e incertezas próprias do avanço do capital financeiro. O governo brasileiro muda radicalmente seu sistema cambial acabando com o câmbio fixo, deixando-o flutuar nem tão livremente como se alardeava, o que resulta numa maxidesvalorização do real em relação ao dólar

norte-americano; desdobramento da crise brasileira que continua tendo impactos sobre as economias dos demais Estados-membros do Mercosul.

Nesse contexto, as autoridades argentinas adotam medidas que variam tanto quanto o humor no referente às importações brasileiras. E o mesmo comportamento tem o Brasil. Diante disso, alguns especialistas acenam até com fim do Mercosul, enquanto esforço de integração econômica da região. Não obstante, todas essas dificuldades, as autoridades do Mercosul e seus membros associados continuam a manifestar suas convicções de o bloco ser capaz de oferecer respostas eficazes aos desafios que se apresentam nesse período de desaceleração do crescimento econômico.

Neste quadro torna-se mister examinar como, com as especificidades contidas na continuidade da formação do Mercosul e ampliação de suas relações com o dito mundo globalizado, desenvolve-se o processo decisório como principal aspecto de uma estrutura institucional. Isto é, analisar as possibilidades de integração de um bloco regional em uma economia globalizada, que contemple o desenvolvimento de forma integrada e não somente o crescimento econômico, interagindo assim, retórica e práxis, o que parece descompassado.

O Mercosul, resguardando as diferenças de escalas e assimetrias, reflete os acontecimentos e as tendências presentes no contexto internacional. Contudo, acredita-se que o grande desafio é contribuir para esclarecer se os processos de regionalização e globalização são contraditórios ou complementares, ou ainda, se certos movimentos de regionalização funcionam como estratégias defensivas de determinados grupos de países que buscam, além de um melhor posicionamento, se abrigar das mazelas prevaletentes na atual financeirização mundial. Portanto, a premissa a ser testada é saber se diante da globalização como questão política, ainda faz sentido pensar em bloco regional a partir da premissa de Prebisch (1951) exaltando a necessidade de reforçar um mercado regional latino-americano.

Para isso, desenvolvimento deve ser entendido não apenas por indicadores macroeconômicos, mas também pelos frutos de um projeto de integração bem definido que incorpore parcela considerável da população no padrão de vida estabelecido pelo capitalismo. Portanto, desenvolvimento não pode ser confundido com crescimento econômico nem pode ser visto como uma etapa, em que subdesenvolvimento pode ser superado pelo simples crescimento econômico. O conceito de desenvolvimento é mais amplo, é um processo, um estilo de desenvolvimento que permite incorporar transformações sociais aos padrões de convivência humana de uma sociedade que seja democrática e com igualdade.

Assim, é fundamental a compreensão das formas e controvérsias presentes nas relações entre países latino-americanos. Entende-se que a formação de um bloco regional passa por avanços e retrocessos, e que esses sejam refletidos dialeticamente, em um processo de mudanças. Precisar estas transformações da realidade e definir uma verdadeira integração regional envolve a compreensão

das particularidades econômicas e políticas que imergem na América Latina.

O Mercosul significa uma mudança radical que vai ao encontro das especificidades de um mundo globalizado em que regras econômicas, políticas e sociais são ditadas pelo neoliberalismo. Essa postura ideológica leva a acreditar que os países membros do Mercosul só sairão do atraso econômico e social com a aplicação de políticas de ampliação dos espaços de valorização do capital privado mediante a privatização, a abertura comercial e financeira, a desregulamentação econômica e flexibilização do trabalho.

Há também uma corrente que entende a formação do bloco como sendo um contraponto ao processo de globalização. Seria um mecanismo de resistência, de conformação de um bloco econômico que se fortaleceria aproveitando as vantagens competitivas de cada país-membro para contrapor-se à avalanche do capital representado pela globalização ou mesmo pela formação de blocos regionais como a ALCA, ou tentativas que possam parecer crise de identidade do Governo Lula ao tentar aproximação com países africanos e asiáticos na busca de um novo eixo de ação internacional.

Há uma compreensão que a globalização implica uma mudança histórica fundamental na escala das organizações econômicas e sociais contemporâneas. Ela não se constitui em uma condição singular, mas em um processo multifacetado em que o crescimento da interconexão global alcança todos os domínios institucionais da vida moderna como o econômico, o cultural, o político, o cultural, o tecnológico, o social, embora cada um perceba impactos diferenciados. Então, a globalização é indissociável da intensificação das relações de poder entre nações desiguais, hierárquicas e estratificadas. Mesclam-se, portanto, tensões, singularidades e universalidades.

Essé é o contexto em que estamos postos em desafio sendo fundamental trabalhar a globalização através de atributos e considerações que possam desvendar o Mercosul não como simples processo de fluxo de mercadorias, mas ir além dos Estados-nação, através de mudanças na forma espacial da atividade e organização humana e social inseridas no processo decisório do sistema-mundo.

Assim, o Mercosul é visto como um modelo em que se aplicam critérios de crescimento economicista e não de desenvolvimento, desprezando o social e o político, como se esses devessem vir a partir da melhoria dos indicadores econômicos. Nesse sentido, os estudos da integração vigentes, em sua maioria, condizem com interpretações de cunho econômico. A comparação de como e com que conceitos é discutida a incorporação do caráter político na conformação dos sistemas de integração permitem compreender melhor o significado das diferenças e igualdades no processo de integração de Estados-nação.

Entender essa dinâmica envolve a construção de uma sociologia da integração que contemple uma dimensão geral e que integre a proposta de integração do Mercosul e seus desafios, não só na descrição, mas também no

modelo de interpretação e aportes teóricos que averiguem em que medida o Mercosul pode ser inovador e qual o futuro havendo prosseguimento do mesmo. Envolve um debate em torno do formato institucional, dos recursos jurídico-políticos a serem empregados e o sistema decisório a ser adotado, contrapondo-se a isso o avanço cauteloso através da negociação de mínimo denominador comum e pelo desenvolvimento do processo controlado pela agenda oficial dos respectivos governos; ao lado do institucionalismo supranacional que pressupõe a participação ativa de interesses transnacionais e uma burocracia que determina uma lógica expansiva.

Dessa forma, os desafios das mudanças no quadro mundial apontam para uma questão básica para a região latino-americana. Se o modelo de substituição de importações está esgotado; se um maior grau de dependência, através de um posicionamento mais competitivo no mercado internacional é necessário; e se a globalização, o imperialismo como recolonização, a regionalização e o protecionismo são partes integrantes do novo cenário internacional, então a solução dessas questões não se resume a uma adequação a essas transformações. A questão fundamental é como os países da América Latina, em especial do Mercosul, podem transformar-se internamente para poder responder aos desafios do novo cenário internacional.

2. Avanço econômico X degradação social

É de se notar que grande parte das análises efetuadas pelos defensores do neoliberalismo oculta a separação do econômico e do social, como adverte POLANYI (1980, p. 197) não ser "possível uma economia de mercado separada da esfera política". Esta separação só traz consigo o desemprego e exclusão crescentes, tanto em nível individual quanto em regiões, continentes e Estados que se submetem a tal política.

A história recente dos países periféricos da América Latina revela os efeitos devastadores da competição internacional. O esquema centro-periferia em sua fase clássica, dentro da divisão internacional do trabalho, apesar de superado hoje em dia em sua forma tradicional de produtos primários da periferia para os países capitalistas centrais e produtos industrializados do centro para a periferia, ainda guarda vestígios na estrutura. A dependência tecnológica, financeira, comercial e de investimentos ainda se mantém forte nos periféricos, inviabilizando uma maior emancipação do Hemisfério Sul.

Sob essas condições, compreende-se a lenta consciência nacional ocorrida nos países da América Latina, em que as elites dirigentes procuram defender seus interesses, espelhando-se nos modelos políticos e econômicos do neoliberalismo. Portanto, as elites continuam subordinadas aos acontecimentos internacionais, não apoiando projetos independentes para seus países.

Talvez com a retomada do debate sobre desenvolvimento e o desgaste da proposta neoliberal, emerja a proposta de desenvolvimento integral, na busca da execução de projetos nacionais integrados, direcionados para a emancipação nacional e a minoração das assimetrias entre os países latino-americanos. Quais as possibilidades dessa via sob os limites do sistema-mundo capitalista? Esta questão não merece ser negligenciada.

Os impactos da globalização nas economias nacionais já estão mais que evidentes nesse novo milênio. Os governos nacionais perderam o controle sobre a política de empréstimos e fluxo de capitais, reverenciando organismos internacionais que definem as políticas de interesse dos países centrais e dos grupos industriais e financeiros. Além disso, agrava-se a concentração de riqueza e de exclusão social.

A periferia do sistema capitalista vê possibilidades e espaços políticos serem apreendidos pelas forças hegemônicas articuladas em instituições ou corporações mundiais, as quais ditam limites das reformas econômicas, políticas e sociais, destacando as formas e atos do Estado. O Estado-nação se enfraquece não apenas do ponto de vista social, dado limites fiscais e orçamentários, com sua política de bem-estar, mas também perde seu poder para definir e coordenar os investimentos e sua capacidade de determinar as linhas das políticas macroeconômicas. Isso torna o Estado-nação importante como agente de desenvolvimento econômico e de coesão num clima contundente e conflitivo.

Em tempos de globalização, a América Latina, e particularmente, os países-membros do Mercosul, continuam a desenvolver-se de modo fragmentário e contraditório, impondo a modernidade. Sobrevivem do capital financeiro, da concentração de renda e poder na mão de poucos privilegiados.

Assim, o Mercosul pode ser algo que subsiste e se desenvolve em meio às diversas modalidades de modernização, de correlação de forças. Cabe reconhecer que a globalização, do modo posto, está determinada pela racionalidade do capitalismo, do mercado e não do desenvolvimento, da emancipação e das coletividades. Os horizontes históricos e teóricos põem em questão o Mercosul e as noções de economia nacional, desenvolvimento econômico nacional, dependência, imperialismo, bilateralismo e multilateralismo que merecem destaque neste processo de pensamento científico aqui proposto.

É evidente que unir Brasil, Argentina, África do Sul ou qualquer outro país em desenvolvimento ou subdesenvolvido em blocos não se consolidará como Comunidade Regional devido aos limites impostos ao real papel governamental no processo decisório da integração, em face do evidente caráter priorizado de mercado, em especial se forem mantidas as políticas econômicas de cunho neoliberal, consagrado pela dependência ao capitalismo financeiro internacional. Não há uma política de coesão econômica, política e social em direção a uma verdadeira integração de países, tratando os dois últimos de modo marginal.

O Mercosul, como união aduaneira incompleta, está a completar treze anos como resposta sul-americana ao futuro das relações internacionais mesmo passando por crises e incertezas. Tem-se como êxito o aumento do intercâmbio comercial e o fortalecimento da capacidade de negociação internacional de seus países-membros, mas controvérsias emperram e estagnaram o seu desenvolvimento.

Isso acontece porque as negociações no caso Mercosul estão sujeitas à influência simultânea de diversos fatores, determinados tanto pela dinâmica da economia internacional quanto pelas políticas externas e domésticas de cada um dos países envolvidos no acordo. Portanto, o desenvolvimento do Mercosul deve ser apresentado em várias dimensões, podendo vinculá-lo aos planos de estabilização e reestruturação de seus maiores países – Brasil e Argentina ou a tendências estratégicas como a aproximação dos países a parceiros diferenciados em momentos distintos.

Mesmo com todos seus problemas e instabilidades internas, este bloco em questão segue sendo um cobiçado mercado para as duas maiores potências econômicas do planeta, os Estados Unidos e a União Européia (UE). Ambas estão em fase decisiva de negociações sobre livre comércio com o Brasil e seus parceiros.

O Brasil tem buscado uma aproximação com a União Européia para resolver pendências no setor agrícola como os altos subsídios pagos que dificultam o acesso de produtos agroindustriais na Europa. E a Argentina, que atravessa uma crise institucional grave desde a desvalorização do real em 1999, tem que se relacionar com quem financia suas dívidas em detrimento ao avanço do Mercosul, favorecendo a sua relação com os Estados Unidos que desde 1997 buscam a aceleração da Área de Livre Comércio das Américas como um bloco que acomodaria um mercado de crescimento potencial apesar de seu pequeno volume comercial, distanciando o mesmo da União Européia.

Um problema das uniões aduaneiras é não levar em conta as disparidades, heterogeneidades. Desse modo, ignora-se como se comporta o sistema econômico quando se libera um mercado infestado de distorções intrínsecas. Os conflitos originados intermitentemente geram momentos de inviabilidade que buscam mecanismos para compensar os efeitos.

A falta de políticas conjuntas conduz a desigualdades regionais agravadas, já que se tratando de uma integração de livre mercado, os pólos de desenvolvimento acabam por atrair capitais continuamente, aprofundando desigualdades regionais e sociais. Decorre daí que a política de Estado não transcende aos tratados e acordos. Inclua-se a isso, a tendência de vulnerabilidade externa que se submetem os países do Mercosul. Essa vulnerabilidade se traduz em baixa capacidade de resistência frente à influência de fatores desestabilizadores externos, choques ou transformações no sistema mundial.

Duas variáveis apontam para tal vulnerabilidade. A primeira é o déficit da

balança comercial. Esse déficit sinaliza uma perda de competitividade internacional, de geração de divisas estrangeiras fundamentais para aumentar a poupança interna do país. Duas razões fundamentais do déficit desses países são a queda dos preços das commodities no mercado internacional e a depreciação cambial. Esses dois elementos têm reduzido substancialmente as exportações e aumentado as importações dos países.

Outra variável de vulnerabilidade é o saldo deficitário em conta corrente. A avaliação dos governantes dos países da região aponta esse saldo como não problemático, pois ele pode ser financiado por investimentos estrangeiros. Dessa maneira, os países com déficit trocam a poupança interna pela externa. O problema surge quando os fluxos internacionais de capitais deixam de ser direcionados para um país específico ou região. O país hospedeiro do capital estrangeiro fica vulnerável porque pode ficar sem a poupança externa além de ter sacrificado a poupança interna, sem contar que a entrada de capital estrangeiro agrava a despesa na conta de serviços com o pagamento dos juros da dívida externa ou remessa de lucros e dividendos ao exterior.

Logo, a vulnerabilidade externa deve ser levada em consideração, principalmente em economias inseridas internacionalmente na globalização financeira, em que o movimento internacional de capitais e o cenário internacional são voláteis em excesso. A estabilização do nível de preços desses países é implementada e ajustada em uma profunda e ampla articulação com o sistema financeiro internacional.

Deve-se pensar o Mercosul como expressão determinante de forças econômicas, políticas e sociais que impulsionam o processo de integração e não apenas como forças de natureza essencialmente econômicas. A experiência européia é impulsionada politicamente desde o seu início, com o Tratado de Roma (1957), por uma preocupação que vai além da resolução de problemas comerciais momentâneos.

Nota-se, no caso das economias latino-americanas, em especial as dos países-membros do Mercosul, que a elevada vulnerabilidade e incertezas agravam a situação macroeconômica. A vulnerabilidade externa complementa a falta de soberania nacional, debilitando a possibilidade dos governos realizarem sua própria vontade, sua política econômica.

Mesmo que em um primeiro olhar tudo pareça sem rumo certo, há uma luz no fim do túnel. Mesmo o que aqui percorrido venha a demonstrar que o processo de integração do Mercosul, ao contemplar basicamente aspectos relativos a economia e comércio, e relegar as políticas sociais a segundo plano ou ao nível do discurso distanciado da prática política efetiva, ainda assim, existem rumos que insiram o Brasil num papel mais ativo na lógica do sistema-mundo.

Talvez fique confirmado nestas páginas que sem uma coesão econômica e social, esse processo de consolidação de blocos econômicos, tanto Mercosul

quanto Alca, ou qualquer tentativa de unir desiguais como iguais, corra o risco de repetir o fracasso de experiências de outrora como ALALC e ALADI. A motivação econômica tem se sobreposto às percepções de ordem social. Isto posto, ao tempo que a experiência de integração européia avança para formas mais elaboradas de relações sociais, sustentadas por uma teia de proteção gerida e sustentada também pelo governo, o Mercosul é levado a recuar e precarizar para ajustar-se ao arcaico capitalismo favorecendo a estabilidade da moeda a custo de sacrifícios de uma parte da sociedade. O foco ilumina a globalização, a competitividade, o mercado e enfraquece a igualdade, a justiça, o cidadão.

Somos todos convidados a participar de um mundo em que a ação deve estar limitada por restrições impostas pela falta crônica de recursos e pelo andamento dos mercados. Aponta que o século que ficou para trás e o que já vivenciamos é violentado pelos ideais do pensamento único, da ideologia globalitária, da ferrenha necessidade de mostrar como inevitável lutar contra a submissão, como se nos moldássemos facilmente ao individualismo americano, conforme exposto por Valladão (1995). O fim da história é uma leitura mais que precipitada do momento dos Estados Unidos como hegemonia, pois a história não parou e nem vai parar.

Gramsci concebe o capitalismo como modo de produção e processo civilizatório num universo de mundialidade. Entende a realidade a partir de uma concepção dinâmica da história, isto é, assimilando o movimento dos processos, não devendo caber a nós entender tal momento como sendo o "fim da história", mas o momento do desenvolvimento do processo civilizatório maior, num certo estágio da evolução histórica, de unificação ideológica das massas sob diretrizes simbólicas tendentes à dinamização de uma sociedade cada vez mais globalizada (MELLO, 1996).

3. Inconclusões

Basta olharmos com atenção aos dois únicos momentos em que, segundo FIORI (2004 a, p. 23), na história do sistema internacional em que existiu, de fato, um país com liderança mundial indiscutível: o período de hegemonia inglesa durante a maior parte do século XIX; e o período da hegemonia norte-americana, depois da II Guerra Mundial, sobretudo entre 1945 e 1973, para percebermos que o fim ainda é distante e o sistema-mundo reinventa-se com uma facilidade incrível. Mesmo enfrentando situações diferenciadas e gerindo o poder de forma distinta.

Enquanto a Inglaterra buscou construir um império colonial baseado na reprodução da pujança econômica e militar sem que houvesse acordo coletivo, os Estados Unidos organizaram sua hegemonia a partir de um conjunto de regimes e instituições multilaterais constituído na aceleração do poderio militar americano, alimentado pela guerra fria. Como diz Gramsci, "é preciso levar em consideração

que com as relações internas de um Estado-nação se entrelaçam as relações internacionais, criando novas combinações originais e historicamente concretas. Uma ideologia, nascida em um país mais desenvolvido, difunde-se em países menos desenvolvidos, incidindo no jogo local das combinações” (MELLO, 1996, p. 35).

Vale lembrar como explicitado anteriormente que a relação dinheiro e poder, dinheiro e estado, isto é, poder monetário e poder estatal criam uma incapacidade dos governos gerirem de modo soberano o desenvolvimento de seus países transferindo força e grande parte do processo decisório para o privado.

Quando abandonaram as resoluções de Bretton Woods durante a crise de 1973 e passam a basear-se não mais num regime internacional e sim nas determinações do Banco Central e Tesouro (Federal Reserve) que deveriam alinhar um novo sistema monetário internacional, os Estados Unidos confirmam e consolidam, já nos anos oitenta, sua liderança mundial e promovem a abertura e desregulamentação das economias nacionais, o livre comércio e a convergência de políticas macroeconômicas. Mantiveram e expandiram força militar, cultural, tecnológica e financeira. Apesar disso, o mundo viveu período de instabilidade e recessão afetando, por exemplo, em menor escala, China e Estados Unidos e, com efeito retardado, os Tigres Asiáticos.

Nos anos noventa, o sistema mundial viu o superestado norte-americano não conseguir criar estabilidade na economia mundial, nem crescimento significativo como defendiam realistas e liberais. O que se viu foram guerras em número crescente e uma ampliada distância em direção contrária a governança mundial. Para FIORI, “toda hegemonia foi e sempre será uma posição transitória de poder, alcançada e mantida por meio da guerra, que se perpetua, por isso mesmo, também nos períodos em que o mundo esteve ou está sob a sólida liderança de uma única potência” (2004 a, p. 16).

Deve-se considerar que, em virtude do ataque em 11 de setembro de 2001, as projeções sobre o plano internacional alteraram-se, estando os Estados Unidos agindo como superpotências e com dificuldades para fazer uso de sua força. Nas palavras de WALLERSTEIN (2003, p. 7), neste início de século XXI, os Estados Unidos estão convencidos de que com as ações no Afeganistão, a invasão do Iraque e a queda do regime de Saddam Hussein, fortaleceram-se e que sua hegemonia fora restaurada. Mas,

Entramos numa transição anárquica — a partir do nosso sistema-mundo existente para um sistema diferente. Nesta transição, como em qualquer uma, ninguém controla a situação em qualquer nível significativo, menos ainda um poder hegemônico declinante como o dos Estados Unidos. Os falcões norte-americanos podem achar que têm o vento a seu favor, mas de fato há fortes tempestades vindas de todas as direções, e o maior problema de todos os barcos será não ser emborcado — aquele dos falcões norte-americanos, mas também aqueles nossos

próprios barcos. Durará ainda um longo tempo até que os mares fiquem calmos novamente. Se o último resultado pressagia um mundo menos ou mais igualitário e democrático, isto é completamente incerto. Por outro lado, os resultados serão a consequência de como agiremos coletivamente e concretamente nas décadas vindouras.

A militarização de conflitos, a interferência em assuntos internos como as investidas na Colômbia, na instabilidade do estado democrático vivida na Venezuela e mais recentemente na crise institucional do Haiti/ insurreição haitiana que levou a destituição do presidente Jean Bertrand Aristide, revela uma agenda diplomática que representa uma mudança na dinâmica do sistema internacional.

Não há uma cumplicidade passiva dos dominados, pois os mesmos começam a se irromper com movimentos de protestos e de resistência como os que sacudiram Seattle, Washington, Bolívia, Equador, Argentina, Davos, Porto Alegre, Puebla numa disposição para defender um novo modelo social.

Vale, assim, uma nova estratégia de desenvolvimento para o Mercosul, atrelada à idéia de reforma, que vai além da conotação negativa que a mesma trás ao referir-se à mudança num cenário de continuísmo de velhas políticas econômicas e de novas ameaças como o emaranhado de acordos bilaterais que enfraquecem os países mais pobres nas negociações multilaterais. Tal estratégia está sendo usada pelos Estados Unidos para minar posturas de embate como a protagonizada pelo Brasil ultimamente. Este país precisa fazer valer sua autonomia e direito democrático, no conjunto dos movimentos anti-sistêmicos. Como aliar os movimentos político-sociais antiglobalização capitalista de fundamentação contra o neocolonialismo de modo que ultrapassem as fronteiras dos Estados-nação ainda precisa de respostas.

Os acordos bilaterais estão destruindo o conceito de nação mais favorecida (segundo o qual não pode haver discriminação entre diferentes fornecedores, isto é, se um país faz uma concessão a uma determinada nação, precisa fazer a mesma concessão para todos os países membros da OMC). Esse princípio é central para a eficiência do comércio e fundamenta a OMC. Vemos uma epidemia de acordos bilaterais. Ficamos com um emaranhado de diferentes regras de origem para decidir se um produto é chileno ou de um país que não é membro do acordo Chile-EUA ou de outros acordos bilaterais com os Estados Unidos, para determinar se o produto pode receber tratamento preferencial para entrar no mercado americano. Tarifas diferentes também se aplicam ao mesmo produto, já que diferentes acordos reduziram diferentemente as tarifas de um determinado produto.

O Brasil deve se concentrar no Mercosul, seguindo o modelo básico de integração da União Européia (que seria deveras pedagógico), e aderir à redução multilateral de barreiras comerciais. Se for para entrar na ALCA, o Brasil deve insistir em manter todas as questões não relacionadas a acesso a mercados e

comércio fora do acordo. O País precisa fazer valer sua soberania e legitimidade internacional, o que é contraditório com a ALCA. Deve discutir essas questões em contextos onde o comércio não é usado, mesmo que sutilmente, para pressionar o Brasil e outros países sul-americanos a se curvarem aos interesses dos lobbies dos Estados Unidos.

A postura nacional deve ser de respeito aos princípios das relações internacionais como independência nacional, prevalência dos direitos humanos; a não-intervenção; defesa da paz; solução pacífica de conflitos, dentre outros.

Reiteramos que o problema não se centra na gestão. A coalizão conservadora do governo Lula não pode fazer frente a ALCA tendo em si setores que mais ganham que perdem com o acordo comercial. Isto posto, fica óbvio que "a crença dogmática nas virtudes do capital estrangeiro como motor do crescimento deixa o governo Lula cego para a precariedade e vulnerabilidade dessa estratégia de amarrar o desenvolvimento do Brasil ao capital financeiro internacional" (PETRAS e VELTMEYER, 2003, p. 45). Para os autores, aprovada a área de livre comércio, existe a possibilidade de transferência das políticas de comércio e investimento para os EUA, que passariam a gerenciar a privatização e aquisição de serviços e indústrias estratégicas.

Na perspectiva acima, é importante marcar que nem tudo pode ser percebido como econômico; a história não é fruto somente das determinações econômicas. Deve existir um espaço maior para a ação política. Assim, a luz no fim do túnel passa pela política; uma ação política que possa determinar uma nova hegemonia como percebida em Gramsci ao valorizar a política para a realização da vontade coletiva baseada em "um certo complexo de paixões e sentimentos imperiosos". Isto é, existe "uma relativa autonomia do complexo economia frente aos atos individuais" (GRAMSCI apud LESSA, 1993, p. 24).

O Mercosul não se materializa pela falta de um projeto político claro, comum aos seus países-membros, de se tornar uma alternativa à hegemonia dos EUA, ao invés de sucumbir frente aos interesses norte-americanos, ainda que outros blocos, como a União Européia, venham se apresentando para disputar parcerias comerciais e de investimentos. A fragilidade e a não-complementariedade das economias, a falta de políticas comuns, a presença das mesmas empresas estrangeiras nos países do bloco e a instabilidade política predominante na região são fatores importantes que dificultam a institucionalização desse bloco.

O Mercosul contempla situações diversas de desequilíbrio como regionais, populacionais, comerciais, de investimentos e de emprego. As mesmas precisam de estabilidade econômica, que na sua vez também necessitam de um equilíbrio social, isto é, justiça social, sendo este requisito para a estabilidade geral.

Se na relação centro-periferia, à luz de Wallerstein e sua conceituação acerca do sistema-mundo, a condição é cruel, as possibilidades de um desenvolvimento nacional são escassas. O Mercosul apenas como associação de

Estados nacionais é inviável para o desenvolvimento de seus povos. Mas, como união econômica existe uma possibilidade.

Entretanto, temos um impasse. União econômica não se faz enquanto não houverem projetos cooperados, integrados que rompam com o unilateralismo norte-americano. Para esses países terem a propensão de fazer frente a tal quadro, é preciso que se desenvolva uma nova hegemonia a partir do interior de cada país, uma outra composição de forças que possibilitem outra orientação de política econômica que não inviabiliza o Mercosul na política. Esse é o impasse que impossibilita uma consideração conclusiva.

Devemos fugir das expectativas prognósticas da globalização e ampliar as possibilidades de projeção internacional do país, a partir dos que nos circundam, com uma sociedade civil ativa e instituições democráticas fortes. Depositar esperança em instituições supranacionais como tribunais que regulem melhor a gestão do bloco é pular etapas de um processo incompleto.

O mais correto é aceitar e negociar um prazo de implementação razoável que afinal reflita um duradouro progresso interno, proporcionando aos demais países periféricos do sistema oportunidades de crescimento, indo além da retórica cooperativa e solidária, fugindo do simples ruído em direção a nortes bem definidos de desenvolvimento local e inserção internacional. Para isso é imprescindível combater o imperialismo e sua política de unilateralismo, revestida pela falácia do livre-comércio.

Bibliografia

BERRY, A. *Economic Reforms, Poverty and Income Distribution in Latin America*. Cambridge, 1997.

BRAUDEL, Ferdinand. *A dinâmica do capitalismo*. Lisboa: Teorema, 1986.

FIORI, José Luis. Poder global e nação: o debate da esquerda. *Correio Braziliense*, Brasília, 25 jan. 2004. P. 16.

FURTADO, Celso. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IANNI, Octavio. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LESSA, Sérgio. Luckács e o marxismo contemporâneo. Trabalho para qualificação de doutoramento. UFSC, 1993.

MELLO, Alex Fiúza de. *Mundialização e política em Gramsci*. São Paulo: Cortez, 1996.

PETRAS, James, VELTMEYER, Henry. Para Onde vai o Brasil? In: *Plural/ Revista APUFSC*. N. 13, ano 9, Dezembro, 2003.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PREBISH, Raúl. *Estudio Económico de la América Latina*. Montevideo, In: *Revista*

Brasileira de Economia, FGV, 1957.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1999.

VALLADÃO, Alfredo. O século XXI será americano. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 1995.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. A ruína do capitalismo. Folha de São Paulo, São Paulo, 31 nov. 2003. Entrevista concedida a Gustavo Ioschpe.

É mesmo confiável a tradução venezuelana de Theodor Koch-grünberg: “Vom Roroima Zum Orinoco”? - Comparação crítica entre o original e a edição de Caracas, 1979-82

Prof. Dr. Erwin H. Frank¹

Resumo

Partindo da curiosa observação que, mesmo sendo (sem dúvida) uma das mais importantes fontes da etnografia e etno-história de Roraima, os autores brasileiros quase nunca citam o original (em alemão) da famosa obra do antropólogo alemão Theodor Koch-Grünberg “Vom Roroima zum Orinoco” (Berlín/Stuttgart 1917-1926), mas a tradução dela ao espanhol que – duas décadas atrás – o Banco Central da Venezuela lançou em Caracas (1977-82), esse ensaio oferece uma resposta metodicamente argumentada à dúvida levantada no seu título.

Palavras chaves:

Índios. Roraima. Ethnohistória.

Abstract

Departing from the curious observation that, even though – without doubt - one of the most important sources of the ethnography and ethno-history of Roraima, the original of the famous book of the German anthropologist Theodor Koch-Grünberg “Vom Roroima zum Orinoco” (Berlin/Stuttgart 1917-26) is hardly ever cited by Brazilian authors, but the Spanish translation which, two decades ago, was published by the Central Bank of Venezuela, this essay offers a methodically argued answer to the question raised in its title.

Introdução:

“Vom Roroima zum Orinoco” (1916-26²), obra prima do etnógrafo alemão, Theodor Koch-Grünberg (1872-1924), é – sem dúvida - uma das mais importantes

¹ Antropólogo, professor da Universidade Federal de Roraima (Dpto. de Antropologia); Coordenador do Núcleo Histórico Socio-ambiental (NUHSA).

² Cinco Volumes: Berlin, Verlag Dietrich Reimer (Vol.II), 1916 e (Vol.I), 1917; Stuttgart, Verlag Strecker und Schröder (Vol. III e Vol.V), 1923, e Stuttgart, Verlag Strecker und Schröder (Vol.IV, Editor: Ferdinand Hestermann), 1928.

fontes da antropologia e da (etno-)história de Roraima³. São poucos os estudiosos destas disciplinas que não a citassem extensamente; - só que, por razões óbvias, (quase) **nunca no original**. Prefere-se trabalhar com a tradução da obra ao espanhol, que o Banco Central de Venezuela publicou entre 1979 e 1982⁴. Mas: será que essa tradução é mesmo confiável?

Sobram razões para dúvidas! Por exemplo: já no seu título (e, aliás, ao longo de toda a obra!), a tradução venezuelana "corrige" indevidamente o original; provavelmente porque as tradutoras da obra consideravam a grafia de (o monte) Roraima usada no original (= "Roroima") um simples "erro" tipográfico, ou até ortográfico do antropólogo alemão! Só que não tem nada de "erro" aqui! Koch-Grünberg usou mesmo a grafia Roroima (aliás: ao longo de toda a sua obra), pois sabia que - na língua dos Pemon (nativos das savanas no extremo sudeste da Venezuela) - "*roro*" significa "verde-azul", e o sufixo "*má*" indica grandeza ("*roroimá*" = o grande verde-azul)!

Também: já na contra-capa da edição venezuelana (na tradução do "subtítulo" da obra) encontramos o substantivo alemão "Ergebnisse" (isto é: "resultados") erroneamente traduzido "observaciones" e, na página seguinte, nos topamos com o sobrenome (admitidamente difícil) daquele "amigo dos índios", ao qual o antropólogo alemão dedicou o primeiro volume da sua obra (o antropólogo sueco, Barão Erland Nordenskjöld), transformado em "*Nordenshied*"⁵.

Nada disso "prova", por certo, que a edição de Caracas seja "imprestável". Mas, tais encontros nutrem suspeitos, e chamam por uma **revisão crítica** da tradução venezuelana. Com esse ensaio, tentamos cumprir com essa necessidade.

A qualidade de uma tradução depende, é claro, centralmente, do "grau" do domínio das (duas) línguas envolvidas por parte do(a) (dos/as) tradutor(es/as). Desafortunadamente, na ampla maioria dos casos, os editores de traduções não proporcionam qualquer informação com relação a esse assunto. Mas, no caso da obra aqui em questão, uma "Nota de Presentación" (p. 15 do Tomo I da tradução) nos informa de que essa tradução foi elaborada por uma "doctora Federica de Ritter"⁶ e revisada pelo "licenciado Argenis J. Gómez"⁷.

³ Mais ainda, o autor da obra, Theodor Koch-Grünberg, faz parte de um grupo de etnógrafos alemães (pré-malinowskianos, por certo: Karl von den Steinen; Paul Ehrenreich; Max Schmidt; Fritz Krause; Kermann Meyer; Wilhelm Kissenberth, Felix Speiser und Konrad Theodor Preuss) de inestimável importância para o desenvolvimento da pesquisa antropológica na Amazônia (vide Kraus, Michael: *Bildungsburgerim Urwald*, Marburg, Curupira, 2004).

⁴ Theodor Koch-Grünberg, *Del Roraima al Orinoco*, 3 Tomos, Caracas, Ediciones del Banco Central de Venezuela, Colección Histórico-Económica 40 Aniversario, 1979 a 1982.

⁵ Com relação a qualificação do autor destas linhas para um trabalho como aquele que aqui propomos realizar: Sou alemão, com 25 anos de permanência em diversos países de América Latina, principalmente no Peru, em Equador e em Brasil e entendo e falo tanto o espanhol como o português. Além do mais, sou antropólogo e etnohistoriador, com (agora já) sete anos de estudo dos mesmos povos que foram visitados e descritos por Koch-Grünberg em 1911-12.

⁶ A julgar pelo nome, a doutora Ritter foi alemã de descendência ou, até, de origem. Se o nome dela foi (ou é) mesmo "Federica", é pouco provável que ela nasceu (ou melhor: foi batizada) na Alemanha. Mas, existe - claro - a possibilidade de que, uma vez migrada para a Venezuela, ela "castelhanizou" a grafia do seu nome alemão ("Friederike/a").

⁷ Sobre tudo essa "revisão" de uma tradução realizada por uma "doutora" e "professora de idiomas da Universidade Central de Venezuela" (realizada por um mero "licenciado") nos faz suspeitar, que a Dra Ritter falou (e escreveu) espanhol somente como segunda língua!

Ritter já contava com uma "primeira versão", elaborada à iniciativa do Ministério de Educação da República de Venezuela, por uma "señora Clemencia Rath"⁸, e – ainda: que, ao longo do trabalho dela, a Dr.a Ritter procurou a "colaboração [??] da embaixada alemã", além de contar com a ajuda do "doutor Sambrano Urdaneta, crítico de amplíssima formação humanística ... para que a versão espanhola mantenha a qualidade estilística que corresponde a uma obra dessa classe" (Ibid.; tradução: E.F.).

A primeira vista, pois, a editora venezuelana (o Banco Central de Venezuela) tomou mesmo **toda precaução imaginável** para garantir a mais alta qualidade da tradução. Resta saber se, afinal, essas precauções foram mesmo suficientes.

Metodologia:

Uma vez localizado um exemplar da primeira e (até agora) única edição da obra de Koch-Grünberg (Berlim, Stuttgart, 1917-1928) na biblioteca do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, INPA, Manaus, nosso trabalho se desenvolveu em três passos.

Inicialmente, realizamos uma comparação, principalmente do "formato", das características tipográficas (tipo de papel, fontes, e outros elementos gráficos) e das características estruturais gerais do "original" e da edição venezuelana. Dos resultados desta parte inicial de nossa pesquisa interessam aqui, unicamente, alguns achados lamentáveis, com relação à composição/estruturação geral da tradução em comparação com o original.

Em seguida, realizamos uma segunda comparação, muito mais detalhada, para detectar mudanças mais pormenorizadas na composição ou estrutura geral das duas obras (original e tradução), por exemplo, na seqüência e/ou a titulação dos capítulos, ou em conseqüência de eventuais omissões não avisadas, de mapas, fotografias e outros materiais ilustrativos (estatísticas, tabelas, etc.).

Finalmente, realizamos ainda uma comparação pormenorizada (parágrafo por parágrafo, frase por frase, e até palavra por palavra) de **dois capítulos**, um do "Band I" e um do "Band III"⁹ do original, com os seus "equivalentes" na tradução venezuelana, assim como de alguns "mitos" (nas suas versões interlineares e "livres", reproduzidos no "Band II" ou Tomo II, respectivamente. [Foram – aleatoriamente – escolhidos o Cap. IV do Tomo I, e o extenso capítulo inicial do Band III, chamada "Land und Leute no original e "El Pais e sus habitantes" no Tomo III da tradução]¹⁰.

⁸ Na bibliografia da obra de Nelly Arvelo-Jimenez, "Relaciones Políticas em uma Sociedad Tribal", publicada nas Ediciones Especiales do Instituto Indigenista Interamericano (em 1974), encontramos que essa primeira versão da tradução do livro de Koch-Grünberg ao espanhol, realizada pela Senhora Rath, fez parte do acervo da Biblioteca Nacional da Venezuela desde o ano de 1955.

⁹ Centramos nestes dois volumes, porque são, sem dúvida, os mais citados da obra.

¹⁰ A pesquisa foi realizada em março de 2000 nas dependências da biblioteca do INPA, Manaus, dedicadas à preservação de "obras raras". Estamos profundamente agradecidos a todo o pessoal daquela biblioteca, ao Dr. Reinaldo Imbrozio Barbosa, INPA-Roraima, quem nos avisou da existência de um exemplar completo da edição alemã em Manaus, e sobretudo, à diretora da indicada dependência, que nos recebeu e ajudou muito em tudo que era preciso.

Comparação I: Composição geral

Com relação às características mais gerais das duas edições ("original" e "tradução"), antes de tudo é preciso lamentar (e até protestar energicamente; embora bastante *ex tempore!*) a decisão **dos editores** da tradução venezuelana de limitar a sua reprodução do original aos primeiros três, dos **cinco** volumes da obra de Koch-Grünberg, excluindo os "Band IV" e "Band V" do original.

Na já citada "Nota de Presentación" tenta-se - em vão! - justificar essa decisão, em verdade: injustificável: "Como el tomo IV (la obra original consta de cinco) se concreta exclusivamente al estudio de dialectos indígenas regionales, y el último es lo que el autor denomina un 'Typ-Atlas', se ha decidido publicar solamente los primeros três volúmenes, que por su carácter expositivo, documentado e ilustrado son los que guardan especial relación com la índole histórico-económica de nuestra Colección." (Tomo I, p.15). Ou seja: em vez de respeitar a obra na sua íntegra, os editores venezuelanos se acharam no direito de "redimensionar" o trabalho de Koch-Grünberg **arbitrariamente**, se fundamentando para tal barba-ridade num critério totalmente externo a este!

Ora, a razão para tal é, claro, fácil de adivinhar. Mas, não reproduzir dois volumes inteiros do trabalho original de Koch-Grünberg, somente para poupar de tal maneira alguns "Bolívares" nos parece mesmo uma irresponsabilidade imperdoável, principalmente em vista do fato (obviamente desconhecido aos editores do Banco Central da Venezuela) de que, além de uma preciosa e inesgotável fonte de dados etnográficos e (etno)-históricos, a obra de Koch-Grünberg, na sua íntegra, constitui um **documento chave** para a história da etnografia na Amazônia e o desenvolvimento da "Voelkerkunde" alemã, como paradigma nacional alternativa nos primórdios da antropologia internacional. Já me explico.

Mesmo antes de se conquistar um espaço nas universidades européias (nas últimas décadas do século XIX), os "pais" da antropologia internacional, isto é, aqueles homens que, na metade do século XIX, a constituíram como ciência autônoma, isto é: independente de tanto a filosofia, da história, e da geografia (no âmbito dos quais a sua problemática foi tratada anteriormente), já se preocuparam com a qualidade (a veracidade, confiabilidade, comparabilidade e, sobretudo, a "objetividade") dos seus "fatos" que, naquele então, eles extraíram ainda - quase que exclusivamente - de textos (relatos, informes, diários etc.) escritos por "testemunhos" (em geral: sem qualquer preparação científica!) que, ao longo de viagens em partes longínquas do globo, tinham também (mais ou menos casualmente, mais ou menos prolongadamente) em contato (mais ou menos pacífico) com povos nativos.

Mas, a precariedade deste tipo de dados, a falta de diferenciação entre "fatos observados", informações de terceiros, fofocas e avaliações pessoais, as contradições entre visitantes consecutivos do mesmo povo, e o "tom", no geral,

profundamente preconceituoso e – às vezes – abertamente racista de algumas “fontes” tornaram os “dados” neles ofertados de duvidoso valor para uma “ciência” ainda obrigada a argumentar a sua mesma “cientificidade”, num mundo acadêmico, cada vez mais radicalmente empiricista.

Na Alemanha, já os primeiros “Völkerkundler” (antropólogos) tentaram resolver o problema planejando e executando – eles mesmos – extensas “viagens” de prospecção etnográfica, cujos “resultados” apresentaram posteriormente ainda num no **gênero literário** tradicional dos “relatos de viagem”¹¹. Só que, com o passar do tempo, as partes propriamente etnográficas destes “relatos de viagem” destes “Völkerkundler”, começaram a ocupar um espaço cada vez maior, até estourar todos os limites formais impostos pela tradição daquele gênero literário.

Na obra que aqui nos importa, Koch-Grünberg (representante da segunda geração de “Völkerkundler” alemães) rompe corajosamente com as regras constitutivas dos “relatos de viagens” (aos quais se tinha submetido, estritamente, ainda em obras anteriores) apresentando os seus dados etnográficos, levantados ao longo da sua terceira pesquisa no Brasil, em cinco volumes distintos dos quais somente o primeiro (Band I) apresenta um relatório da sua viagem *propriamente dito*, enquanto os outros quatro são, cada um, dedicados a um dos quatro subcampos da antropologia da época: a “antropologia cultural” ou “etnologia” (Band III), os “estudos folclóricos” ou de “mitologia comparativa” (Band II), a “lingüística (comparativa)” (Band IV) e a “antropologia física” (Band V).

Ou seja: a apresentação da obra de Koch-Grünberg em (exatamente) *cinco* volumes não tem nada de “gratuito”. Mas bem: trata-se de uma corajosa tentativa de resolver os problemas que um formato literário – inapropriado para tal – impôs ao representante de uma ciência ainda em formação.

É bem verdade que, por razões que aqui não nos cabe discutir, a etnologia/etnografia de Koch-Grünberg (volume III) fica longe do seu modelo agora “clássico” que, uma década depois, Bronislaw Malinowski “criou” com a publicação das suas “Argonautas do Pacífico”. Também é inegável, que a “lingüística comparativa” do Band IV, e sobretudo a “antropologia física” do Band V, na atualidade têm um valor principalmente “histórico”. Mas, nada disso justifica mesmo a vergonhosa **censura** que os editores da tradução aplicaram a obra de Koch-Grünberg. Ao contrário! A subtração dos volumes IV e V do original da tradução publicada em Caracas destrói o caráter da obra como tal, de documento único da história da etnografia na Amazônia em geral e de história do desenvolvimento metodológico da antropologia internacional na volta do século XIX a XX.

Há, ainda no nível da composição geral, duas diferenças significativas a

¹¹ Não foi esse, por certo, o único meio ou veículo de documentação etnográfico usado por essa geração de Völkerkundler. Além da documentação por escrito (no formato acima indicado), praticamente todos eles experimentaram amplamente com a fotografia, a gravação fonográfica e até o (então ainda) “novo” meio da cinematografia; além – claro – de juntar amplíssimas coleções de “etnográfica” para diversos museus etnológicos da Alemanha. Há até quem considera os Völkerkundler alemães de entre 1880 e 1925, basicamente coletores e museólogos, antes de etnógrafos.

mais entre o original da obra em alemão e aquela parte dela que, afinal, os editores venezuelanos decidiram traduzir mesmo.

1) Encontra-se no Band I do original, colada à sua última página (sem texto nem número), uma folha dobrada (de - mais ou menos - um metro quadrado) mostrando **quatro** mapinhas" (como o próprio Koch-Grünberg prefere chamá-los), sob o título (geral) de "Übersichtskärtchen nach Stieler's Hand-Atlas, No 95 (Nördliches Südamerika)"¹². Lamentavelmente, nenhum destes "mapinhas" foi reproduzido na edição venezuelana.

[O primeiro deles (título: "I = São Marco - Roroima") mostra o caminho que levou Koch-Grünberg até o monte Roroima. O segundo ("II = Rio Uraricuera") indica o trecho percorrido pelo autor no rio Uraricuera. O terceiro mostra o "Rio Merewari" e o último: o "Rio Venturari". Além dos cursos dos rios e os caminhos percorridos pelo autor, os quatro mapas mostram formações rochosas e montanhas, praias e bancos de areia, cachoeiras, malocas indígenas, e a localização exata de cada um dos acampamentos da expedição, além de indicar a localização aproximada das tribos que, segundo Koch-Grünberg, em 1912 ocuparam os lavrados e vales percorridos¹³.]

2) Há ainda outro mapa, colado no final do Band III [título: "Karte: Gebiet zwischen Rio Negro, Rio Branco und Orinoco mit Indianerstämmen und Reiseweg", ou: "Mapa: Área entre o rio Negro, rio Branco e o Orenoco, com as tribos indígenas e o caminho percorrido", seguido pela indicação: "nach 446" (= "depois da página 446")] que - igualmente - falta na tradução venezuelana.

Uma vez mais: é mesmo fácil adivinhar as razões (com certeza: principalmente financeiras) que levaram os editores venezuelanos a excluir também estes mapas da sua edição. Mas, em vista da infinidade de preciosas informações que, em conseqüências de tal decisão, escapam de quem trabalha exclusivamente com a edição venezuelana, elas precisa ser energicamente protestada!

Comparação II: da forma ao conteúdo

Centrando inicialmente nas capas/contra-capas, assim como as páginas iniciais (Título, Ficha bibliográfica, Dedicatória, Índices) do Band I (original) / "Tomo I" (tradução) cabe destacar que - nestes itens - a edição venezuelana reproduz o original com bastante fidedignidade.

Tanto o "Inhalt" do "Band I" (original), como o "Índice" ("Tomo I") anunciam vinte e dois "Capítulos" e um "Final"¹⁴, e o "Índice de Tablas e Ilustraciones" da tradução (no original: "Verzeichniss der Abbildungen") reproduz o original, - até

¹² Tradução: "Mapinha de orientação geral; segundo o 'Atlas de bolso' de Stieler, Nr. 95 (Norte de America do Sul)".

¹³ Aliás: nestes mapas, o „Monte Roroima" está mesmo grafado „Monte **Roroima**" (não: Roroima!), embora Manaus siga grafada „Manaos"!

¹⁴ Uma primeira vista dá a impressão que, no Tomo I, está faltando um capítulo inteiro. Mas, um segundo olhar mostra que isso não é o caso! Existe sim um erro **na seqüência** dos 22 capítulos indicados. O índice da edição de Caracas passa do Cap. XX direto para Cap. XXII, alistando o Capítulo XXI só **depois** deste último! Mas, a enumeração das **páginas** está correta!

Avisa a mesma "Nota" também que, ao começar o seu trabalho, a Dra. diríamos: fiel demais, quando substitui – por exemplo - a expressão alemão "Fiebernest" [Cap.XVI] **literalmente** como "nido de febre", ou "castelhaniza" até o nome de um famoso licor alemão ("Mampes Bittere Tropfen"), que re-aparecem como "Gotas de amargo de Mampes" (Ilustraciones, No.94)¹⁵!

Desafortunadamente, esses cuidados não se repetem no Tomo III, onde o "Inhaltsverzeichnis" (do original), mas não o "Índice" da tradução, alista tanto os três títulos (sub-capítulos) da primeira parte ["Das Land und seine Bewohner"] como **também** o total dos 58 sub-títulos deste capítulo (que - na tradução - aparecem somente no próprio texto). Além do mais, no "Inhaltsverzeichnis" do Band III (original), o famoso artigo de von Hornbostel, etnomusicólogo e grande amigo de Koch-Grünberg, é **explicitamente** marcado como "Anhang" ("anexo"), parte suplementar que, no original (mas não na tradução!), se encontra claramente diferenciada da parte principal (inicial) do volume, por uma "capa" própria¹⁶.

Finalmente: o original do "Band III" apresenta - no final do já indicado ensaio de von Hornbostel – todas as partituras de um total de trinta e sete "Gesänge und Tänze" ("Canções e Bailes") dos Macuxi, Wapishana, e Taurepang, - também arbitrariamente excluída da edição venezuelana¹⁷.

Por outro lado, nas suas últimas páginas, os Tomos II e III (tradução) oferecem um "índice" ("Nombres e Temas", no original: "Namens und Sachregister"), de nosso ponto de vista plenamente supérfluo: os "Nombres e Temas" alistados neste índice, pouco (ou nada) tem a ver com os "nomes e coisas" apontados no original! Por exemplo: dos 18 tópicos indicados no "Band III" (original) sob a letra "A", quinze não tem equivalente algum na tradução; entre eles, tópicos tão importantes como: "Arbeitsmittel" (= "Instrumentos de trabalho"), "Allbeseelung der Natur" (= "animismo") e "Allgemeiner Charakter der Indianergesänge" (= "Caráter geral das canções indígenas").

Também na comparação, parágrafo por parágrafo, dos primeiros três volumes (original) com os três volumes da tradução venezuelana, encontramos que - em geral - a edição caraquense reproduz o original com surpreendente fidelidade. Em, todos os três volumes achamos somente **um** parágrafo do original [Band I, Capítulo X (original); p.150] que, por razões desconhecidas, não foi reproduzido na tradução¹⁸. Encontramos ainda que alguns (raros!) parágrafos na tradução juntando arbitrariamente dois ou mais parágrafos do original, ou – alternativamente - dividindo um parágrafo único do original em dois ou mais

¹⁵ Curiosamente, os tradutores **não traduziram** „Dreizehnlinden“ (desafortunadamente reproduzida como ‚Drefehnlinden‘, na tradução ao espanhol do título do Cap. IX). Trata-se do título de uma famosa novela romântica alemã, onde aparece como nome de um fictício mosteiro medieval, com treze "tílias" no seu caminho de acesso. ("Dreizehn Linden" ou "Dreizehnlinden" = treze tílias).

¹⁶ A capa leva a inscrição: "Anhang: Musik und Musikinstrumente".

¹⁷ O Índice do Original registra esta parte da obra como: "Musikbeilage (parágrafo) A. Makuschi und Wapishána, B. Taulipáng, C. Yekuana".

¹⁸ Entre o primeiro e o segundo parágrafo da p.150 do original aparece um parágrafo de meramente 4 linhas, dizendo: "Naves würde am besten von allen Ansiedlern hier dazu passen, da er ein aufrichtiger Freund der Indianer ist und diese schon vor den Übergriffen der "Weissen" und vor dem Verschleppen in die mörderischen Kautschukwälder schützen würde." – Tradução: "Naves se qualificaria melhor para isso entre todos os colonos aqui, pois é um sincero amigo dos índios e, com certeza, os protegeria contra os abusos dos "brancos" e o seu rapto para [servirem em] as mortíferas matas do caucho.")

parágrafos da edição venezuelana¹⁹.

No outro lado, foram encontradas diversas frases (às vezes também: meras sub-frases!) do original, provavelmente, "esquecidas" pelas tradutoras. Mais freqüentes ainda (embora, todavia relativamente "raras") são omissões de palavras; - sobretudo adjetivos.

Línguas indígenas

Esse momento é oportuno para chamar a atenção para um aspecto da tradução venezuelana que nos parece deveras, até mais que **escandaloso**. Trata-se das modificações arbitrárias (nunca avisadas²⁰, nem justificadas!) realizadas na **grafia** que o próprio Koch-Grünberg criou (em base de um trabalho anterior de Pe. Wilhelm Schmidt: Antropos, Band II, 1907) para representar **por escrito** a fonética do Taurepang/Pemon, Macuxi e Yecuaña/Mayongong.

Para começar: contrário ao original, na edição venezuelana, nenhuma palavra ou frases em língua indígena é "grifada" e – também contrário ao original – os nomes pessoais e tribais quase sempre começam com minúsculas (e não as maiúsculas do original). Finalmente: é preciso ainda denunciar aqui à - nunca avisada! - substituição da regra, anunciada por Koch-Grünberg no próprio texto (fielmente traduzido ao espanhol), segunda qual todas as palavras em língua(s) indígena(s) levam acento na sílaba efetivamente acentuada, independente da sua posição dentro das palavras. Ora, na tradução, essa regra (mesmo que mantida no texto!) foi silenciosamente substituída por outra, própria do espanhol, segunda qual se marca as sílabas acentuadas somente quando não se tratar da penúltima!

Ora, tudo isso poderia – talvez - ainda ser perdoado. Mas, **totalmente intolerável** é mesmo a simples eliminação (nunca justificada!) de alguns "símbolos" ou "letras especiais", criadas pelo próprio Koch-Grünberg com o declarado intuito de dar conta da fonética própria das línguas indígenas por ele estudadas.

No original, Koch-Grünberg explica e justifica as particularidades da sua grafia de palavras e frases em línguas indígenas em duas páginas do Band II e – uma vez mais – no Band III; em ambos casos, sob o idêntico título de "Lautlehre", e ambas explicações/justificativas a(s) tradutora(s) reproduziu/-iram fielmente sob título de "Fonética", nas páginas 11-12 do Tomo II, e as páginas 14-15 do Tomo III, respectivamente. Só que a "fonética" anunciada na tradução, pouco tem a ver com a "Lautlehre" elaborada por Koch-Grünberg! Como revela a comparação: as duas se diferenciam principalmente (e substancialmente) pela nunca injustificada

¹⁹ Por exemplo: o 5º parágrafo do Capítulo I da Tradução (Tomo I) junta o 5º e 6º parágrafo do original. O 1º e 2º parágrafo da p.142 (Cap. X, Tomo I) constituem um só parágrafo no original. Tais contrações / divisões de parágrafos ocorrem com moderada frequência em todos os três volumes da tradução, - sem qualquer "razão" imediatamente visível.

²⁰ Em alguns casos excepcionais, as mesmas tradutoras avisam o leitor das "correções" por elas realizadas. Por exemplo: na página 48, elas informam (nota!) que, no original, o rio Vaupés aparece grafado: Uaupés. Até tem nota avisando que, excepcionalmente, os tradutores **não corrigiram** o original; - mesmo achando que deveriam (Nota 1, p.27).

(e plenamente injustificável!) **supressão** de várias "letras especiais", criadas pelo próprio Koch-Grünberg, e a **substituição** (igualmente, sem aviso e justificativa!) **de outras**, por "letras", emprestadas do "abecedário" espanhol!

Como tudo indica, estas mudanças foram introduzidas na edição venezuelana pela simples razão de facilitar o trabalho de edição!

Ora, como as divergências, entre a "Lautlehre" de Koch-Grünberg e a "Fonética" da edição venezuelana, **são sistemáticas**, elas poderiam, talvez, até ser ainda toleradas, se a "Fonética" da tradução, explicitada nas páginas acima indicadas, fosse mesmo a **efetivamente usada** no total da edição venezuelana. Só que qualquer comparação pormenorizada mostra que isso **não é o caso!**

Em realidade, grande parte dos textos em língua(s) indígena(s), tanto do Tomo III como – sobretudo - do Tomo II da tradução venezuelana, apresenta as palavras indígenas **segundo as regras da "Lautlehre" de Koch-Grünberg (original)**, e **não** segundo a "fonética", exposta no início dos dois volumes!

A "(sem-)razão" disso é claro que, para facilitar (e baratear!) edição das "traduções interlineares" de mitos, contos, e canções indígenas (tanto no Tomo II, como no Tomo III), os editores venezuelanos simplesmente **(foto)-copiaram o original**, apagando então a tradução interlinear (em alemão) das cópias, substituindo-a pela tradução em espanhol!

Curiosamente, os editores venezuelanos **não** seguiram esse mesmo procedimento naquela parte do Tomo II que contem as "versões livres" (em espanhol) dos "Mitos e lendas" recolhidos por Koch-Grünberg nos lavrados roraimenses. Estas, na sua transcrição de nomes e palavras emprestadas diretamente de línguas indígenas, seguem (em geral) a grafia – digamos - "espanholizada" anunciada na "fonética"!

Ou seja: encontram-se nesta tradução venezuelana **dois sistemas distintos** em uso para grafar nomes, palavras soltas, e frases inteiras em línguas indígenas: um sistema, explicado no início dos Tomos II e III e usado exclusivamente na grafia de nomes e palavras indígenas "soltas" ao longo de todo o texto da tradução; e outro, inventado pelo próprio Koch-Grünberg, sem aviso nenhum **mantido** em todas as traduções interlineares dos Tomos II e III; - **contrário** aos anúncios da "fonética", no início de ambos volumes!

Por boa sorte, tais arbitrariedades pouco afetam a qualidade *stritu sensu* das **traduções interlineares** de mitos e canções indígenas na edição venezuelana, reproduzidos, sobretudo, nos Tomos II e III. Mas, elas tornam simplesmente inservíveis as transcrições **dos originais** destes contos, mitos, e canções em língua indígena, ofertadas na edição venezuelana!

Algumas palavras finais:

Poderíamos (e até deveríamos, talvez?) terminar esse trabalho aqui,

recomendando – pelas razões até agora expostas - certa **cautela** no uso da tradução venezuelana de "Vom Roroima zum Orinoco" de Koch-Grünberg, mesmo que nossa pesquisa confirmou que – no geral - ela é "confiável".

Mas, é claro que, terminando nosso trabalho dessa maneira, nós deixáramos simplesmente **sem resposta** o que constitui a questão principal de qualquer pesquisa como a nossa. Bom então, a tradução sob escrutínio é mesmo "confiável", é dizer: ela "reproduz" mesmo o original em outra língua, nos seus principais aspetos formais e semânticos (com as graves exceções acima tratadas!), assim que um leitor, obrigado a trabalhar com essa tradução (em vez do original) não corre grande risco de extrair informações dela não presentes no original. Mas, afinal, descontando todos os defeitos até agora apontados, a tradução venezuelana da obra de Koch-Grünberg é mesmo uma tradução "bem", ou meramente "razoável", ou até mesmo "ruim" - **como tal?**

Bom, então, embora – em geral – bastante "fiel" ao original, a tradução da Dr.a Ritter **não** nos parece particularmente "boa"; pois, **não** logra em absoluto reproduzir em espanhol o "ductus" ou "tom" particular do original, - paradoxalmente, porque se "apega" demais à "fraseologia" própria de Theodor Koch-Grünberg!

Em realidade, "Do Roroima para o Orinoco" constitui – em grande parte - uma **tradução quase "verbatim"** do texto alemão; uma tentativa (necessariamente mal-sucedida!) de, em vez de traduzi-lo, **re-produzir** o texto de Koch-Grünberg (palavra por palavra) em outra língua! Isso, claro, tem o seu preço! Por exemplo: com certa freqüência, essa finalidade obriga a(s) tradutora(s) a usar expressões, digamos "esquisitas" no espanhol, como "bocina de hacer señales" para "reproduzir" o termo alemão (inusitado!) de "Signalhupe" [p.47²¹], e "récios gritos de júbilo", como tradução dos "laute Jauchzer" que, segundo Koch-Grünberg, alguns índios lançaram em certos momentos²².

Mas, isso não é tudo, nem o pior, pois, em outras ocasiões, obviamente por ignorar equivalências mais diretas, a mesma "estratégica" da(s) tradutora(s) leva ela(s) a abandonar por completo a **especificidade e precisão semântica** da língua de Koch-Grünberg, e "substituir" expressões nada fortuitas, por supostos "equivalentes" (em espanhol) pouco felizes, pois, em geral, muito mais (digamos) "genéricos" que os termos usados no original. Em casos extremos, isso resulta numa grave tergiversação semântica! Mas, vemos alguns exemplos.

Na terceira frase do Capítulo 4 (Band I, original), Koch-Grünberg informa que - em certo momento da sua primeira marcha em direção à aldeia Taurepang de "Koimelemong" - a sua tropa de carregadores indígenas encontrou um "Arroyo" que "...wir mehrmals bis zur Brust durchwaten müssen". Admitimos inicialmente

²¹ Teria sido muito melhor traduzir essa palavra composta de „Hupe“ (= bocina) e „Signal“ (= sinal) simplesmente como „bocina“. Afinal, qualquer „bocina“ é mesmo uma „Signalhupe“.

²² Não existe em espanhol (ou português) equivalente direto da palavra alemã (hoje em dia, além de regionalista, já algo antiquado!) de "Jauchzer". A palavra identifica uma espécie de "exclamação (freqüentemente involuntária) de surpresa" (sempre!) **positiva**, que - talvez - inclua "gritos de júbilo". Mas, "Jauchzer" não se limita a "gritos", e nem todos os "Jauchzer" são necessariamente "de júbilo".

que se trata (no próprio original!) de uma construção gramatical "inusitada" (embora: não "errada"!). Mesmo assim, a tradução desta sub-frase, ofertada no Tomo I da edição venezuelana ("que, al vadearlo, nos llega algunas veces hasta el pecho"), simplesmente, **nem chega perto** do sentido da expressão em alemão! Pois, em alemão, a mensagem principal da (sub)-frase é que a tropa de Koch-Grünberg precisava "vadear" aquele "arroyo" **várias vezes**; e somente em segundo lugar, que - em cada um destes instantes - a água chegou mesmo "hasta el pecho" dos integrantes do grupo.

Outro exemplo: no terceiro parágrafo da mesma página, alguns "niños e muchachas jovens" de Koimelemong cercam o Padre Adalberto, rezando o "Padrenuestro" em Macuxi, e (supostamente) cantando "canciones eclesiásticas y de navidade en el mismo idioma". Só que, no original, esses mesmos Jungs und Mädels (meninos e meninas) cantam canções eclesiásticas em Macuxi, que Koch-Grünberg especifica em seguida, como canções "natalinas" ["..und singen einige Kirchenlieder mit Makuschitext, Weihnachtslieder."].

Finalmente: na página 48 da tradução, Koch-Grünberg discute (em termos bem gerais) a presença de missionários entre os indígenas, insistindo (supostamente) em que – "a pesar de las oraciones y canciones sagradas", os Macuxi / Taurepang de Koimelemong se encontraram ainda "en el más profundo paganismo y todo lo repiten sin pensar en nada." Ora, no original, a última meia frase reza: "...und plappern alles gedankenlos nach!" Há mesmo uma diferença semântica fundamental aqui entre o que diz o texto original e o que assegura a tradução. A palavra chave da frase no original é – sem dúvida – "gedankenlos", adjetivo que, mesmo composto de "Gedanke" (pensamento/idéia) e o sufixo -los (= "sem"), em alemão **não** implica necessariamente a "ausência de qualquer idéia ou pensamento"!

Pois, os alemães chamam "gedankenlos" às pessoas que – em certo contexto! - deixaram de pensar (ou imaginar) o que eles **deveriam ter pensado** (ou imaginado) naquela situação! Se, portanto, os índios de Koimelemong repetiam mesmo "gedankenlos" as orações e canções ensinadas pelos padres, o que Koch-Grünberg **quis** mesmo expressar é que tais repetições lhe pareciam meramente "mecânicas"! Só que, para "traduzir" o sentido da expressão de Koch-Grünberg ao espanhol, seria mesmo indispensável abandonar a "tática" das tradutoras venezuelanas de tentar "reproduzir" o original em espanhol, palavra por palavra, pois, tem expressões em alemão, que simplesmente não tem equivalente direto em espanhol (e viceversa!).

Talvez, um último exemplo (tomado do mesmo parágrafo da tradução que acabamos de discutir): Na frase acima citada, a edição venezuelana "traduz" a palavra alemã "nachplappern" como "repetir". Só que, sem dúvida, mesmo aqueles que "nachplappern", repetem (alemão: "wiederholen") o que outros lhes pré-formularam ("vorsagen"), o verbo espanhol "repetir" fica bem longe da riqueza

semântica implícita no verbo alemão "nachplappern"! Em alemão, "plappern" (sem o prefixo "nach", que indica uma seqüência temporal/espacial) nem implica necessariamente "falar", mas a simples produção de uma seqüência qualquer de sons ou tons que **podem** até meramente parecer "palavras" de verdade²³. "Plappern" (talvez: palrar?) é, por exemplo, o que crianças fazem, antes de aprender a falar.

Mas, no alemão, usa-se "plappern" também para caracterizar o jeito de falar de bêbados (ou loucos), por exemplo, ou com relação a certas imaginações de crianças, e até para caracterizar o "chi-chi-chi" de certo tipo de homens e mulheres! Ou seja: (nisso: igual ao termo "gedankenlos") o termo "plappern" é eminentemente valorativo, - momento completamente ausente no verbo "repetir" do espanhol! Quem "plappert", não fala "corretamente", no sentido de ou não pronunciar devidamente as palavras que fala, ou falar "sem pensar" (isto é: considerar as conseqüências das suas palavras). Portanto: detrás daquilo que é "geplappert", não tem "idéia" ou "sentido". Quem "plappert", emite sempre uma seqüência de sons ou tons "sem sentido", - mesmo quando usa palavras "verdadeiras" em construções gramaticais corretas!

Para Koch-Grünberg, pois, os índios de Koimelemong "plapperten", porque não sabiam, ou não se importavam do que estavam "dizendo"²⁴!

Ora, para dar alguma idéia da proporção deste tipo de "problema" no total do texto que aqui nos importa: no acima tratado capítulo do primeiro volume da edição venezuelana encontramos, em média duas, às vezes três (ou mais sub)**frases por página** que, segundo nosso entender das duas línguas envolvidas, "diziam" algo, em última análise, "parecido" mas, - afinal - **distinto** do que a "mesma" frase do original. Além do mais, encontramos - de novo: em média - uns cinco a dez "termos", por página, que, de nosso ponto de vista, ficam longe do exato "sentido" dos seus supostos "equivalentes" em alemão. Ora (em vista da magnitude e dificuldade intrínseca da obra), duas frases por página, e uma meia dúzia de termos numa página inteira, talvez não é nada realmente "preocupante". Mas, trata-se, com certeza, de um problema, que justifica a nossa seguinte avaliação final:

Quem **precisa** mesmo usar "Del Roraima al Orinoco" como fonte (etno)-histórica, porque não domina a língua do seu original, **pode** usar essa "tradução", em geral (como vimos) bastante "fiel" ao original, sempre que observe certa cautela. Sem dúvida, a tradução informa o seu leitor razoavelmente bem (e, em geral: correta e completamente!) daquilo que Koch-Grünberg fez, pensou, observou, e escutou em Roraima, assim como daquilo que - afinal - ele achou suficientemente importante (e interessante) para inclui-lo no seu livro. Mas, enquanto a redação de qualquer "texto" constitui uma tentativa de transformação de uma interpretação

²³ A tradução do termo grego de "barbaroi" (bárbaro) é "Plapperer".

²⁴ Ora, é preciso enfatizar aqui que a tradução aqui em questão, as vezes também oferece "soluções" a problemas de "expressão", excepcionalmente felizes, como quando (nos parágrafos 2 e 3 da p.52) reproduz o „tom" sublimemente poético da descrição de alguma paisagem que impressionou nosso autor profundamente.

de "fatos", ou "dados" de observação (experiência), numa seqüência específica de frases, cuja "construção geral" concreta carrega um "sentido adicional", indispensável para a "re-construção" do seu sentido intencionado pelo autor (além de um valor estético, independente dos "fatos" referidos), em vista dos "problemas" acima indicados, qualquer **interpretação** fundamentada no texto de Koch-Grünberg precisa ainda se referir ao original.

Resumo

Neste trabalho procuramos compreender a participação dos indígenas no processo de construção do lugar não indígena em Roraima, no século XX. Usamos fontes variadas, de um lado, de uma fonte cartográfica por um material diversificado, em sua maioria textos já publicados e, de outro, do pensamento de Michel de Certeau, quando este afirma que os nativos constroem lugares.

Palavras-chave:

Indígenas; não indígena; civilizar.

Abstract

This work analyzes the Indians' participation in the process of construction of a non-Indian place in Roraima, in 20th century. We use a diversified material – texts already published and Michel de Certeau's thoughts inasmuch he defends that the reports build places.

Keywords:

Indians; non-Indian; to civilize.

Em "Índios de Roraima", trabalho publicado pelo Centro de Informações Diocesano de Roraima - CIDR em 1989, é observado que a partir de meados do século XIX, houve uma alteração nos documentos oficiais sobre a região do Rio Branco, diversos as referências aos indígenas, até mesmo aos grupos mais arcaicos e, em alguns, aparecem notícias abundantes sobre a situação de cada um. Para os autores da pesquisa, isto permite perceber o esquema ideológico que se esconde por trás desta tipo de ocupação que se desenvolveu na região:

Indiferente à prática já não se relacionam diretamente, mas através de mediações produzidas e impostas pela inversão geográfica. O lugar passa a ser índice de propriedade da terra. Assim,

Entre a maloca e a civilização: os indígenas no processo de colonização de Roraima no século XX

Raimundo Nonato Gomes dos Santos
(Professor do Departamento de História da UFRR
e mestre em História Social pela UFRJ)

Resumo

Neste trabalho procuramos compreender a participação dos indígenas no processo de construção do lugar não-indígena em Roraima, no século XX. Na tarefa lançamos mão, de um lado, de uma fonte caracterizada por um material diversificado, em sua maioria textos já publicados e, de outro, do pensamento de Michel de Certeau, quando este afirma que os relatos constroem lugares.

Palavras-chave:

Indígenas; não-indígena; civilizar.

Abstract

This work analyzes the Indians participation in the process of construction of a non-indians place in Roraima, in 20th century. We use a diversified material – texts already published and Michel de Certeau thoughts inasmuch he defends that the reports build places.

Keywords:

Indians; non-indians; to civilize

Em "Índios de Roraima", trabalho publicado pelo Centro de Informação Diocese de Roraima - CIDR em 1989, é observado que a partir de meados do século XIX, houve uma alteração nos documentos oficiais sobre a região do Rio Branco: diminuem as referências aos indígenas, até mesmo aos grupos mais arredios e, em lugar, aparecem notícias abundantes sobre a criação de gado. Para os autores da publicação, isto permite perceber o esquema ideológico que se esconde por trás deste tipo de ocupações que se desenvolveu na região:

Índios e brancos já não se relacionam diretamente, mas através de mediações produzidas e impostas pela invasão pecuarista. O gado passa a ser índice de propriedade da terra. Assim,

uma terra sem gado é uma terra livre, não ocupada por ninguém. Uma terra com gado é uma terra que tem dono. Conseqüentemente, as terras ocupadas por indígenas, sem gado, são ocupáveis, porque livres. (Idem, 27).

Isso indica que os povos indígenas do Rio Branco saíram do centro das atenções dos idealizadores do processo de colonização da região, como fora nos povoamentos do período colonial. Podemos imaginar que, de acordo com a idéia empregada pelos autores acima, eles são compreendidos, a partir de então, apenas enquanto grupos remanescentes com quem os colonizadores iam ter que conviver. Por sinal, uma presença que vai se tornar inoportuna e incômoda. Um exemplo disto, pode ser observado nos discursos atuais, onde são percebidos como obstáculos ao desenvolvimento do Estado de Roraima.

Compreendemos que este "desencanto" dos colonizadores para com os povos indígenas que se instala com a pecuária funcionando como mecanismo de colonização, se repete em todas as outras atividades econômicas que posteriormente vieram a se desenvolver na região, seja na sua invasão por garimpeiros, seja nas políticas públicas de incentivos aos assentamentos de colônias agrícolas.

Santilli (1994, 36), citando os campos do Parapanema, sul de Mato Grosso, Maranhão e Piauí, relata que a expansão da pecuária nesses lugares se deu com a expulsão e/ou extinção dos povos indígenas, diferentemente do que ocorreu no Rio Branco, onde os fazendeiros tentaram ocupar as áreas indígenas, buscando de início a anuência desses povos.

Apesar da violência ter sido bastante utilizada, principalmente no início do processo de ocupação da bacia do Rio Branco pelos não-indígenas, quando houve o extermínio de etnias, o que o processo de ocupação da área por fazendeiros aponta é a preferência por um investimento no clientelismo, estabelecendo com os indígenas uma relação de compadrio e aliança: casando-se com mulheres indígenas, levando crianças destes povos para serem criadas nas fazendas. (Idem, 36).

Na forma como se processou a instalação de fazendas de gado no Rio Branco, observarmos que o extermínio ou a expulsão dos indígenas para lugares distantes não era uma preocupação central ou explícita deste mecanismo de colonização. Surge, assim, uma questão: se não pretendiam exterminá-los ou retirá-los fisicamente de seu caminho, isto implica que estes povos iriam estar presentes de alguma forma neste projeto, daí a pergunta: que lugar eles deveriam ocupar nesse processo? Como sabemos, não se tratava mais de aldeá-los.

Posicionando-nos no século XX, entendemos que os relatos de pessoas ligadas às duas agências indigenistas, o Serviço de Proteção ao Índio - SPI e a Missão Beneditina, que se estabeleceram nas primeiras décadas deste século no Rio Branco, são elucidativas para compreendermos, no campo das representações,

como os indígenas deveriam ser inseridos nas práticas que a sociedade não-indígena punha em ação.

O Serviço de Proteção ao Índio se instala no Rio Branco em 1915, entre as poucas atividades exercidas diretamente em favor dos povos indígenas da região, estavam as escolas, criadas com a função de alfabetizar as crianças indígenas e de ministrar cursos de seleiro, ferreiro, carpinteiro e marceneiro, sendo a primeira escola fundada em 1919. Esta era considerada, pelos agentes do órgão, como muito importante para adaptar os indígenas aos costumes dos civilizados e, conforme relatório de 1924, tinham por finalidade:

Disseminar a instrução entre as inúmeras tribos semi-civilizadas que povoam o interior para torná-los úteis ao engrandecimento da Pátria e ao bem da família. (CIDR, op. cit., 31).

Em outras palavras, enquadrá-los dentro deste novo modelo de sociedade significava ensinar-lhes novos meios que os possibilitassem manter a própria sobrevivência. Desta forma, enquanto indivíduos, tornavam-se úteis ao desenvolvimento da sociedade local e do Estado Nacional, conforme o pensamento do mundo moderno. Eram assim, compulsoriamente, levados a aceitar um projeto de organização social "alienígena", como se fosse seu próprio projeto.

Quanto à clientela dos cursos, diz o relatório do SPI de 1923:

São freqüentados com grande proveito pelos filhos de índios, que constituem a massa de trabalhadores e de campeiros de gado de toda a região de Alto Rio Branco. (Idem, 29).

Acreditamos que aí se encontra explícito o lugar que os indígenas deveriam ocupar neste modelo de sociedade. Pois, na configuração de um lugar que tinha como principal atividade a pecuária, a estes estava reservado cuidar do gado, além de outras atividades subsidiárias, mas necessárias àquele empreendimento. Comenta Luciano Pereira (1917) em seu relatório de visita ao Rio Branco, em 1917:

Quando nas malocas, plantam o milho e a mandioca de que necessitam e o que sobra vendem aos civilizados, em troca de armas e panos para roupa. (Idem, 22).

Portanto, fornecer farinha, produtos de horticultura, além de prestar serviços braçais, eram as atividades reservadas aos indígenas. Colocados em ação nesse processo, os indígenas seriam transformados em "cidadãos" útil à Pátria e à família "civilizada".

Voltando-nos para a segunda agência indigenista, os beneditinos, apesar de não terem experiências com a catequese indígena, criticavam os métodos anteriores empregados nesta prática. Para um fomentador da missão beneditina, o Bispo Van Caloen, a premissa básica para o sucesso consistia, primeiramente, no distanciamento gradativo do indivíduo de sua cultura de origem. Santilli (Op. cit., 46-47) cita um trecho de seu discurso datado de 1919, ocasião em que o Bispo procurava angariar recursos no Rio de Janeiro para o projeto da missão. Nele, podemos perceber a metodologia empregada:

Há um segundo systema de aldeamento melhor ainda que o primeiro e mais efficaz porque está baseado em raízes mais profundas: é um systema de educação completa de meninos e de meninas índios, em internato agrícolas, educação coroada pelo matrimonio christão e a fundação de um lar civilizado (...) Isto basta para a primeira geração de meninos, apanhados nas matas, nus e vadios, e que tem ainda no sangue os instintos da natureza não refreada por tradição ou por autoridade alguma (...).

Na teoria, estas citações evidenciam o quadro que configuraria a participação dos povos indígenas no projeto de ocupação do espaço roraimense. Em essência, podemos dizer que ambas as agências indigenistas visavam a um mesmo objetivo: transformar os indígenas em homens "civilizados", o que implicava distanciá-los de sua cultura de origem, para que, desta forma, pudessem ser úteis à sociedade que deveriam integrar.

Pensando na interação entre os grupos sociais na constituição da sociedade local, observamos que, quando Koch-Grünberg (1966) afirma que as fazendas nacionais estavam sendo espoliadas por particulares que tomavam posse e marcavam o gado com suas próprias marcas, isto implica que estas pessoas eram "contempladas" com a propriedade da terra e, ao mesmo tempo, com o motivo da ocupação, no caso a criação de gado bovino. Portanto, estava a sua disposição o espaço, ou seja, o local para sua instalação que eram os campos de Roraima e, o próprio objeto para a ocupação deste lugar, o gado. Restava uma atividade a ser posta em prática, que por sua vez, necessitava de alguém para executá-la e representava o terceiro fator indispensável à construção de um lugar qualquer: o trabalho. É nesta função que teria utilidade o povo indígena.

No período analisado, os autores que se referem aos indígenas de Roraima são unânimes em afirmar a participação desses povos em trabalho nas fazendas e garimpos. "*É raro encontrar um homem macuxi que não tenha passado pelo menos uma temporada como garimpeiro improvisado*". (DINIZ, 1972, 73-74).

Em suas observações sobre a fazenda São Marcos, afirmava Koch-

Grünberg:

Los 'vaqueiros' son en su mayoría indios puros de las cercanas tribus Makuschí, Wapischana y otras, y sorprende la rapidez con la que esta gente aprende a manejar caballos y lazos, cuando llega del interior. (1966, 35).

Luciano Pereira é de opinião parecida, quando relata que:

No Rio Branco os serviços dos índios são aproveitados para todos os mistéres, inclusive o de vaqueiro, no que às vezes se tornam exímios. Assim, os da fazenda nacional São Marcos são quase todos índios, a começar pelo capataz, e mais ou menos vão dando do recado. (Op. cit., 22).

Estes relatos confirmam a participação ativa dos povos indígenas de Roraima em atividades econômicas voltadas para a construção de um lugar que era exclusivo da sociedade não-indígena, tanto no que se refere à administração, quanto ao estilo de sociedade que a atividade constituía. Se observarmos, o processo de povoamento do período colonial, apesar de ser um projeto idealizado e administrado por não-indígenas, era constituído exclusivamente pelos povos indígenas. O caso agora era outro: os indígenas deveriam aceitar como seu, um projeto em que entravam apenas com a prestação de um serviço pouco qualificado, abrindo mão de todo o espaço que lhes era até então reservado, bem como de sua própria organização social, e, enfim, de sua própria cultura.

No Jornal Boa Vista, propriedade do Governo do Território Federal de Roraima, semanário praticamente exclusivo da década de 1970, percebemos um silêncio quase total quanto à presença dos povos indígenas nesse período. Este silêncio reforça a nossa crença de que todos os mecanismos de ocupação do Rio Branco, atual Estado de Roraima, exceto o povoamento do período colonial e o projeto levado a efeito, no presente, pelo próprio movimento indígena, não são diferentes quanto a esta atitude. Se a este grupo de agentes sociais não eram reservadas referências nos discursos, significa que sua presença não era significativa para o desenvolvimento dos planos que se desejava executar, o que reforça a idéia de ajudantes desqualificados como posição que deveriam ocupar nesse processo.

Podemos dizer que a configuração sócio-econômica que começou a se desenhar na ocupação efetiva de Roraima era de uma sociedade caracterizada pela grande propriedade, voltada quase exclusivamente para a pecuária, tendo como principal grupo social formador os nordestinos e seus descendentes. Pela década de 1970, permanece este enquanto o quadro central, mas abrindo-se

para a perspectiva de atrair investidores dos mais diversos ramos e locais do país e, acreditamos, sempre com a certeza de contar com o apoio dos povos indígenas no exercício de tarefas que não requeriam uma mão-de-obra mais especializada.

Nesse período, o espaço em construção no Território de Roraima pela sociedade não-indígena era de um lugar que, como outro qualquer, requeria de seus habitantes determinadas características para habitá-lo, ou seja, era preciso estar de acordo com sua ordem, conforme proposta de Certeau (1994). Sendo os indígenas considerados por essa sociedade como incapazes de desenvolverem tarefas que requeiram uma construção lógica mais elaborada, de serem taxados de preguiçosos e primitivos, era certo que seriam considerados sujeitos incapazes ou inadequados para habitarem um mundo que se queria moderno.

Para se integrar satisfatoriamente ao projeto social dos grupos regionais, o indígena precisava se tornar compatível com suas atividades. Um dos desejos desta sociedade era transformá-lo em colono. Ainda em 1973, uma nota falava do desejo da Fundação Nacional do Índio - FUNAI em instalar agrovilas para grupos tribais que já se encontravam, conforme a nota, integrados à sociedade nacional. De acordo com o projeto, cada família receberia um lote de 50 hectares, chegando a prever o General Oscar Jerônimo Bandeira de Mello, presidente do órgão, que, se houvesse sucesso, a experiência seria estendida a outras partes do país. (JORNAL BOA VISTA, 27/10/1973, 8).

Um exemplo da materialização deste desejo aconteceu no dia 16 de junho de 1977, quando o indígena Ricardo Aleixo, filho de um cacique wapixana, recebeu das mãos do Ministro do Interior Quant de Oliveira, a pedido do Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Lourenço Vieira da Silva, o título de propriedade de terras, tornando-se, conforme a matéria, o seu legítimo dono. Ricardo Aleixo passou à história como primeiro indígena brasileiro a receber título de proprietário de terras, com direito a foto no jornal e repercussão na grande imprensa nacional. (JORNAL BOA VISTA, 25/06/1977, 3). Este fato, pelo visto, animou o Presidente do INCRA que informou:

O Instituto pretende intensificar o cumprimento efetivo da Lei 6001 do Estatuto do Índio que estabelece em seu artigo 33 a regularização de terras até 50 hectares que forem ocupadas por índios, durante um período de dez anos consecutivos. (Idem).

Se levarmos em conta a cultura indígena, este modelo de distribuição de terras conduzia a uma outra ordem de lugar. É a propriedade privada se instalando em uma região onde a terra era um bem coletivo. Se até então, estes povos não haviam se preocupado com a posse da terra, a não ser talvez, proteger seus territórios de outros grupos, a nova ordem exigia um papel escrito e assinado por

uma autoridade que veio de fora, ocupou seu lugar e ditava as ordens na construção daquilo que considera seu próprio espaço.

Acreditamos que, de forma implícita, a elite da sociedade roraimense sonhou com uma integração dos povos nativos sem ruído, quiçá enquanto último ato de uma peça que se iniciara no século XVIII. Para esta sociedade, entre os estágios por ela considerados de "selvagem" e de "civilizado", no processo de integração, o indígena passava por uma fase intermediária que era de caboclo. Dessa forma, no primeiro momento, era considerado indígena aquele que vivia isolado da sociedade nacional brasileira, andava nu, usava flecha e outros objetos e práticas mais específicas desse povo. Num segundo, o chamado caboclo, vestia roupa e usava outros objetos e práticas da sociedade não-indígena, convivendo ou não diretamente com este. Por último, era a fase em que o indivíduo perde completamente seu vínculo com seu povo de origem e se torna indistinto de outros indivíduos da sociedade dita civilizada.

Compreendemos que Ricardo Aleixo, ao receber do INCRA o título de proprietário de terras, estava dando um grande passo para se tornar um "civilizado", visto que, ao ocupar seu lote e corresponder às expectativas que o referido título trazia consigo, transformar-se-ia em colono. No momento em que recebeu o título, com certeza Ricardo já não ocupava a condição primária de indígena e seria apenas uma questão de tempo para deixar o que podia ainda existir da fase intermediária, para ser totalmente considerado um civilizado. Tratava-se apenas de uma adaptação ao novo modo de viver.

Com o exposto, acreditamos ser possível fazermos algumas observações. Entendemos que as estratégias de colonização ressaltadas até aqui tinham como premissa básica para o sucesso, eliminar os valores culturais indígenas, em especial, os incompatíveis com o avanço da colonização. Quando falamos de avanço, não estamos nos referindo apenas ao progresso material, mas ao desenvolvimento de todos os valores que requer a organização de um lugar, entre eles, os morais.

A fórmula para atingir este objetivo variou, ao menos de três formas distintas: uma, foi aldeando os indígenas; outra, através de uma educação escolar voltada para civilizá-los; e uma terceira, seria contando com a condescendência dos indígenas, ou mesmo os ignorando e ocupando suas terras com projetos alheios às suas práticas.

Conforme as tradições indígenas, o mundo foi construído e lhes legado pelos seus heróis mitológicos. No processo de ocupação da região do Rio Branco, um outro mundo lhes era imposto, desta vez, por seres humanos contemporâneos seus. Estes lhes doavam não apenas um mundo, mas a própria posição que deviam ocupar neste e mais, estavam presentes para impor esta proposta.

Podemos perceber que o uso do termo "civilizar", palavra tão proferida pelos colonizadores, não passou de falácia, visto que se tomarmos o termo nas acepções: fazer sair do estado primitivo; instruir; tornar civil, nenhum esforço

sistematizado ocorreu neste sentido. Subentende-se que quem civiliza, civiliza alguma pessoa, ou grupo de pessoas, ou povo. Quando Santilli (1994) cita os campos do Paranapanema, sul de Mato-Grosso, Maranhão e Piauí, afirmando que a expansão da pecuária naqueles lugares se deu com a expulsão e extinção dos nativos, isto significa que lá não se processou a ação de civilizar, assim como isso também não houve no Rio Branco com relação àquelas etnias que também foram expulsas ou exterminadas. Como o ato poderia ocorrer se já não existia a quem civilizar?

Mesmo nas estratégias de colonização onde esta prática poderia ter ocupado espaço importante, isto não ocorreu. Foi o caso dos povoamentos aldeando os indígenas, ou da pecuária em que os seus agentes buscavam a anuência destes povos. O emprego do verbo civilizar também não passou de retórica; na prática, tratava-se apenas de quebrar os valores sócio-culturais indígenas que impediam o estabelecimento da nova ordem de lugar. Podemos perceber que nos pontos mais incompatíveis, quase sempre houve resistência por parte dos indígenas, uma evidência disto é o fracasso dos aldeamentos.

Entendemos que tal insucesso pode ser creditado, mais especificamente, à incompatibilidade dos dois modos de viver em sociedade, o que implica duas maneiras de organizar lugares bastante diferentes. As evidências podem ser trazidas nos discursos dos agentes coloniais do século XVIII, logo após a rebelião dos indígenas aldeados em 1884, ou mesmo após a rebelião de 1890, quando se falava da necessidade de aldeá-los distante do seu lugar de origem. Isto significava que as proximidades com suas práticas culturais os impediam de se integrarem a uma nova organização social. (FARAGE, 1991).

Podemos perceber isto também no discurso do Bispo Van Caloen, para quem era suficiente educar as crianças indígenas, "*esta geração, passar d'um estado quase animal ao de um bom pae de familia*". Diz Santilli (1994, 47), parece que ele não alimentava maiores expectativas quanto à conversão dos adultos. O distanciamento gradativo de sua cultura original começava, assim, com as crianças, pessoas que não tinham incorporado ainda os valores culturais dos indígenas e se encontravam numa fase propícia para receber uma nova formação.

Ou ainda, nas justificativas para a implantação de escolas para indígenas, que eram quase sempre internatos. Dizia o relatório do SPI de 1924:

Muito necessária se torna a criação de escolas primeiras nas zonas habitadas pelos silvícolas que se vão adaptando nos costumes da civilização. (CIDR, 1989, 31).

O objetivo era sempre afastá-los da sua organização social para aproximá-los dos costumes do mundo "civilizado". Nunca houve a preocupação de instruí-los, de torná-los civis ou civilizados. Isto daria ao nativo a condição de igual, o que

implicaria também condição de reivindicar direitos específicos, o que poderia ser a saída dos próprios invasores de seus territórios.

Afastá-los ou fazê-los esquecer seus valores e práticas que impediam o desenvolvimento de uma nova forma de ocupar o espaço, era o ponto crucial, o qual os colonizadores procuraram enfrentar e, podemos dizer que, em parte, a sociedade roraimense enfrenta este problema na atualidade, visto que o processo de ocupação desta região pelos não-indígenas ainda não se definiu completamente. Entendemos que os indígenas do Rio Branco, atual Estado de Roraima, nunca se afastaram completamente de seus costumes tradicionais, de sua cultura, do lugar organizado segundo seus valores.

Se no passado, a sociedade não-indígena procurava desqualificar os traços culturais dos povos nativos e impor a sua própria maneira de viver e se organizar, na atualidade, os indígenas trabalham na valorização de suas culturas e exigem serem respeitados enquanto tais.

Talvez tenha contribuído para isto uma colonização tardia, pois na região nordeste do Estado, território macuxi, a colonização sistemática só chegou nas primeiras décadas do século XX. As escolas que visavam educar indígenas são também deste período, bem como a presença autônoma da Igreja Católica.

Tomando como referencial, mais especificamente, os Macuxi e os Wapixana, a cultura desses dois povos sofreu alterações bastante significativas: houve mudança no formato de suas habitações; incorporou-se o uso de roupas não-indígenas; a língua materna em grande escala foi esquecida; passou-se a consumir produtos que lhes eram estranhos levando-os a participar, de alguma forma, do mercado local.

Apesar disto, muitas de suas práticas específicas permaneceram, e hoje, somam-se a traços autênticos, entre eles a própria organização que o movimento indígena ganhou. Alguns velhos indígenas nunca deixaram de falar sua língua de origem, e hoje, podemos ver jovens também falando. Determinados tipos de comidas, como a "damorida", um cozido muito usado, ainda hoje, por eles, ou de bebidas como "caxiri", bastante apreciada por aquele povo. Isto significa que eles nunca se afastaram completamente de suas práticas cotidianas.

A maioria vive, hoje, em aldeias chamadas de malocas e mesmo os que moram na cidade, normalmente mantêm relações com os parentes que vivem naquelas. Se pela passagem de meados do século XX, estes povos tendiam a desaparecer enquanto etnias consumidas pelos avanços da sociedade regional, com a organização do movimento político indígena nas últimas décadas, tendem a se desenvolver movidos pelo processo de construção de uma nova identidade.

No período em que se inicia um processo de modernização do lugar não-indígena em Roraima, mais especificamente, a partir da década de 1970, aumentam os esforços no sentido de transformar o mais rápido possível, o indígena em homem comum. Entendemos isto como um gesto que tinha por objetivo evitar

reconhecer neste, qualquer traço que exigisse direito diferenciado. Portanto, a preocupação em ocupar e legalizar a posse de territórios indígenas o quanto antes com projetos não-indígenas, era uma forma de garantir para sociedade não-indígena a maior quantidade de terra possível. Para atingir este objetivo, era válida até mesmo a presença de levas de garimpeiros em atividade de exploração mineral, prática que a sociedade local via com desconfiança, pelo fato de implicar na invasão do espaço por uma grande quantidade de imigrantes, que em sua composição era constituída na grande maioria de homens "rudes" e de baixo poder aquisitivo.

Nas falas do governador Ramos Pereira, quando se refere aos roraimenses, seja da aldeia ou de uma área de garimpo visitada, não há nenhum tratamento diferenciado no que se refere aos indígenas, salvo nas reivindicações, pois estes pediam tecidos, calçados, sal e etc, enquanto que os não-indígenas solicitavam estradas, condições de trabalho e escolas entre outras coisas. No mais, eram vistos conforme as manchetes do Jornal Boa Vista, indistintamente.

Entendemos que não poderia ser outra a atitude do governador, se levarmos em conta o modelo de sociedade que ele desejava instituir, pois um modelo social que tinha por principal objetivo desenvolver o seu setor produtivo recorrendo às técnicas de produção do mundo moderno, em si já era revolucionário no sentido de carregar consigo o desejo de inovação. Podia ser traduzido exatamente na negação ao velho, ao considerado arcaico e, esta era a condição que ocupavam os indígenas dentro dessa visão.

Dessa forma, as características do ser indígena não encontravam espaço numa sociedade que se desejava moderna. Pois, conforme os sonhos dos que estimulavam o desenvolvimento desse modelo de sociedade, se tratava de dois extremos opostos e inconciliáveis. Apesar de uma manchete de 13 de novembro de 1973, dizer que a "**Perimetral Norte marcará o encontro de civilizações: era do computador com a da pedra lascada**", (JORNAL BOA VISTA), era um encontro que não permitia um convívio entre os dois pólos opostos. Um era a morte do outro e, neste caso, os discursos em prol do novo, do moderno tinham como ponto de partida, os próprios valores da cultura indígena, utilizados pelos produtores e instituidores desse novo mundo, para ressaltar a importância e o valor da sua construção. Era da morte do lugar indígena que estes discursos se alimentavam e ganhava forma. (CERTEAU, 2000).

Bibliografia:

CERTEAU, Michel de. A invenção do Cotidiano: 1. artes de fazer. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

_____. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CIDR. Índios de Roraima: makuxi, taurepang, ingarikó, wapixana. Boa Vista: Diocese

de Roraima, 1989.

DINIZ, Edson Soares. Os índios macuxi do Roraima: sua instalação na sociedade nacional. Marília/SP, Ed. Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Marília, 1972.

FARAGE, Nádia. As muralhas dos sertões, os povos indígenas no rio Branco e a colonização. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

JORNAL BOA VISTA, 27/10/1973.

JORNAL BOA VISTA, 13/11/1973.

JORNAL BOA VISTA, 25/06/1977.

KOCH-GRÜNBERG, Theodor. Del Roraima al Orinoco. Caracas: Ediciones del Banco Central de Venezuela, 1966.

PEREIRA, Luciano. O Rio Branco: observações de viagem: Manaus: Imprensa Pública, 1917.

SANTILLI, Paulo. Fronteiras da República: história e política entre os Macuxi no vale do rio Branco. São Paulo: NHII/USP; FAPESP, 1994.

Medicina popular em Curitiba (1899-1912): Curandeirismo ou feitiçaria?¹

Maria Alejandra Morales Vera
Antropóloga e Mestre em História

RESUMO

O presente estudo analisou o discurso do jornal *Diário da Tarde* em relação às diversas representações sociais feitas ao curandeiro e as suas práticas populares em Curitiba ao final do século XIX e início do século XX. O objetivo principal desta pesquisa foi identificar e analisar os elementos que permitiram caracterizar tal representação. Considerou-se que ao discriminar curandeiro e as suas práticas populares, o referido jornal estava representando o pensamento dos profissionais da saúde diplomados e outros setores intelectuais da sociedade curitibana no período estudado. Todos eles mostraram-se preocupados em marginalizar e até abolir a figura do curandeiro e do curandeirismo por constituir uma séria ameaça à hegemonia do monopólio científico e médico.

Palavras chaves: curandeiro, curandeirismo, representações sociais

ABSTRACT

This study analysed the journalistic discourse of the newspaper *Diário da Tarde*, considering the social different representations made about the doctor/healer and his popular practices in Curitiba in the end of the 19th century and beginning of the 20th century. The main purpose of this work was to identify sufficient elements in the source paper that could characterize such representation. It has been concluded that, when the witchdoctor and their practices were represented, in general, it was also represented the thought of the official medicine, of the academic and professional sectors of the Curitiba's society. All of them were worried in making the witchdoctor's figure marginal and abolish the popular medicine practitioner, since it represented a serious threat to the hegemony of the scientific and medical monopoly of that time.

Keywords: doctor/healer, witchdoctor, social representation

*"Já parece passado nesta cidade o tempo dos cartomantes,
ainda não passou porem o das bruxarias. A prova vai ver o leitor.*

¹ O presente artigo faz parte de um dos capítulos da Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social no ano de 2001 na Universidade Federal de Paraná, e intitulada "Curandeirismo e Curandeiros em Curitiba (1899-1912): Discurso e Representação no Diário da Tarde.

*Pedro –o curandeiro- assim é conhecido um velho herbolario (...)
trata de todas as doenças por meio de medicamentos que sabe preparar
e dos quaes, com cautella, guarda os segredos (...)*²
Diário da Tarde, Curitiba, 07/11/1899.

Introdução

O presente artigo analisa no jornal *Diário da Tarde*, as representações sociais feitas ao curandeiro e as suas práticas populares em Curitiba ao final do século XIX e início do século XX. Para isto, os relatos e notícias relacionados ao Curandeirismo e a medicina popular no período de 1899-1912 são entendidos não só como meras informações onde a linguagem principal é a tradução do sentido, mas também como a linguagem que diz por si mesma. Desse modo, os textos são analisados enquanto expressão relevante e representativa de alguns segmentos culturais e sociais de Curitiba dessa época. Na Primeira República a capital paranaense, como em todo Brasil, passava por um momento de grandes transformações, quando convergiam muitos interesses políticos, econômicos e sociais que se fizeram presentes em intensos debates publicados na imprensa periódica. Um destes focos de discursos tinha como objetivo a manipulação e construção das representações negativas sobre o curandeirismo e os curandeiros.

Para se desenvolver uma compreensão aprofundada deste processo, foram estudadas as diversas influências sócio-culturais existentes na medicina popular de Curitiba de final do século XIX a início do século XX, às vezes chamada de curandeirismo e/ou de feitiçaria; também se caracterizou os seus principais agentes: os curandeiros e suas práticas.

Raízes da Medicina Popular e curandeirismo em Curitiba

A medicina popular constitui um conjunto de conhecimentos tradicionais, compreendendo as influências das culturas indígenas do passado, as influências das culturas afro-brasileiras e as herdadas da medicina europeia da antiguidade e especificamente portuguesa. Estes aspectos possuem uma origem remota como nos descreve Laura de Mello SOUZA (1986:166):

Africanos, índios e mestiços foram os grandes curandeiros do Brasil colonial. O conhecimento que tinham das ervas e de procedimentos rituais específicos a seu universo cultural atrelou-se ao acervo europeu de medicina popular.

² Na transcrição dos textos do jornal, foi conservada a pontuação e ortografia original, assim como as expressões populares de uso corrente e as terminologias específicas do período. As palavras escritas em itálico ou colocadas entre aspas foram também mantidas na sua forma original.

A influência indígena na medicina popular brasileira e curitibana deveu-se também á participação dos jesuítas, que atuaram ativamente no campo da saúde e das curas junto com os próprios nativos indígenas. Deveu-se a eles a difusão do conhecimento de algumas plantas medicinais na Europa. CAMARGO (1978:4):

Muitas dessas plantas foram levadas para Europa e lá divulgadas as suas qualidades terapêuticas. A correspondência dos primeiros jesuítas com a Europa é rica em informações relacionadas ás propriedades medicinais de muitas plantas utilizadas pelos índios.

Nas diversas formas terapêuticas da medicina popular evidencia-se então, a inter-influência da medicina indígena e jesuítica. Os índios cultuavam a idéia do emprego das ervas e plantas aplicadas isoladamente na forma de cozimento, infusões, chás e sumos. Os padres jesuítas incorporavam os conhecimentos formais aprendidos da ciência oficial européia e, chegaram com a finalidade precípua de realizar a tarefa da catequese dos índios brasileiros.

É de ressaltar que a medicina no Brasil dos tempos coloniais foi exercida em grande parte pelos índios pajés, pelos jesuítas e pelos curandeiros. Mas a influência indígena na medicina popular brasileira e de Curitiba na época não está apenas relacionada ao uso das plantas medicinais e aos processos utilizados na manipulação das mesmas. Suas contribuições foram também importantes no campo prático das curas; cujos recursos empregados não estavam ligados apenas às plantas e ervas, senão a outros elementos de origem cultural relacionado aos rituais e cerimônias empregados para o mesmo fim terapêutico. Ditas práticas da pajelança influenciaram ao curandeirismo e a 'medicina espiritista' da época.

CASCUDO (1951:29) também se refere a essa herança deixada pelos índios quando indicou o uso do tabaco nos seus rituais terapêuticos:

O pajé empregava o cigarro de entrecasca de 'tauari' (Courataria tavyry), com o tabaco da região. Às vezes reforçava o enebriamento aspirando o cheiro do pó de 'paricá' (Mimosa acacioides). O 'Paricá' provoca sonhos indicadores de futuro e era no sonho que Kerpimanha ou Kerepiina, Mãe-do-sonho, orientava e dirigia(...)

Segundo ELIADE (1974) existiam agentes maléficos³ que eram introduzidos

³ Do latim *Maleficiu*. São os agentes espirituais, os encantados que tem como objetivo prejudicar alguém. É também um infortúnio, uma ofensa e calamidade sofrida por pessoas, animais ou propriedades, para os quais não se pode encontrar explicação imediata ou plausível. In *Laura de Mello SOUZA* (1986).

por outros pajés no corpo do paciente e tinham que ser sacados por um pajé. O pajé trabalhava com o auxílio de seus espíritos guias, aos que recebia em transe e visões. Esses guias davam conselhos para facilitar o diagnóstico e o posterior tratamento. O objeto que origina a doença ou problema de saúde pode ser um dardo, um bicho ou outro ente espiritual. Nesse caso, era preciso tirá-los do corpo do paciente por meio de sucção ou de outros ritos mágicos nos quais jogava um papel importante à maracá sagrada, o fumo do tabaco e outros fetiches.

Em relação aos elementos de origem africana, CAMARGO (1978) diz que procederam de diferentes regiões da África através dos escravos. Muitos deles eram curadores e especialistas em rituais de cura. Sua influência na medicina popular brasileira foi bem marcante no que diz respeito ao sobrenatural. Estes invocavam seus deuses através de transe para que estes transmitissem aos seus clientes as ordens divinas. A adesão do homem branco ou mestiço brasileiro a esses rituais fetichistas de origem africana tornou-se uma constante nas diferentes regiões do país. É interessante mencionar também, que nas suas sessões de cura utilizavam plantas medicinais e outros recursos terapêuticos da medicina indígena, embora seu maior prestígio estivesse nos poderes mágicos. Como disse CAMARGO (1978:12):

Sua arte de curar através dos recursos mágicos, muito impressionou ao colonizador português. Desta maneira ele vai também aderir, na forma de aceitação, à magia curativa empregada pelo africano, não só pela carência na época de uma medicina científica como também pelo temor que tinham por saber que os mesmos eram grandes conhecedores de plantas venenosas com as quais preparavam os venenos para seus senhores, quando eles eram por eles odiados. Além dos venenos, eram peritos nos filtros amorosos, que às vezes serviam para restituir aos seus senhores, o vigor sexual (...)

Na nascente república brasileira, os negros escravos fixaram e aderiram os costumes e saberes indígenas e europeus. O Catimbó é um exemplo disso, o também chamado 'culto dos encantados'. Trata-se de um culto popular freqüente hoje no nordeste e no norte do país. É uma fusão de elementos culturais da magia e da religião afro-brasileira, o catolicismo, espiritismo e algumas reminiscências de costumes indígenas (ALVARENGA:1949).

Segundo CASCUDO (1951:27), os negros, os indígenas e os europeus fundiram-se no Catimbó e mais tarde na Umbanda⁴. A concepção de magia, processos de encantamento, termos, orações, são da cultura mágico-religiosa dos ibéricos, vinda e transmitida oralmente. Já a pajelança, que era a figura representativa dos índios e dos cultos dos encantados, passa a ser substituído

⁴ Religião sincrética originada da assimilação de elementos religiosos afro-brasileiros pela corrente espiritista. In: Aurélio Buarque FERREIRA (1975)

pela figura do curandeiro.

As grandes imigrações para Curitiba ocorreram após a criação da Província do Paraná em 1853. Várias etnias européias dirigiam-se com o fim de formar núcleos de colonização. Essas Colônias iniciais eram agrícolas, e foram estabelecidas por italianos, alemães, poloneses e outros. A maioria destes imigrantes dedicou-se inicialmente às atividades rurais, e seus descendentes seguiram a mesma profissão, tendo alguns deles explorado produtos nativos da região como madeira e erva-mate. Com a imigração, a população curitibana triplicou. De 1890 a 1896 vieram 28.000 imigrantes, e entre 1907 a 1914 mais 27.000 imigrantes. (BARZ, E.:1992)

Um aspecto interessante a considerar foi à representação construída pelo discurso oficial sobre o imigrante em Curitiba. Este chegaria para 'salvar', disciplinar e morigerar a sociedade provinciana de Curitiba, marcada ainda pela escravidão negra. Este discurso manifestava-se na imprensa na literatura e na própria política migratória do Estado. Romário MARTINS (1933:456), intelectual e historiador pronunciaram-se sobre as origens étnicas do curitibano: "(...) *alguns dos nossos dissídios e desorientações correm por conta de proximidades étnicas com a estirpe de Can*".

Mesmo os imigrantes tendo um aceite social e econômico na Curitiba do início do século XX, torna-se necessário destacar sua relação conflituosa com às práticas médicas populares do contexto estudado. Talvez a competição no mercado de trabalho e/ou as variadas diferenças étnicas favoreceram esse fenômeno. A maior parte dos "acusados" de feitiçaria e de prática ilegal da medicina em Curitiba no período analisado pertence ao grupo dos descendentes de escravos negros, negros libertos, pardos, mulatos e mestiços. Logo em seguida, o grupo étnico de maior frequência foram os descendentes de italianos, poloneses e sírios, segundo LANGER (1992).

Curandeiro, curandeirismo e práticas mágico-religiosas

O Curandeiro é uma confluência entre médico e religioso popular. Ele atende as necessidades físicas e espirituais com medicamentos caseiros, mas também utiliza elementos religiosos e mágicos para sua arte de curar; especialmente quando a causa da doença é sobrenatural ou baseada no seu universo mítico e cultural. Neste caso, a linguagem simbólica do ritual do curandeiro é mais eficiente do que a linguagem médico-científica, já que muitas vezes não resolve esse tipo de problemas. (MONTEIRO, P.:1990:63). Isto é talvez uma das melhores explicações para a enorme popularidade destes personagens e sua evidente resistência no tempo.

George FOSTER (1980) escreveu no contexto espanhol e europeu:

Fuere cual fuere el mecanismo, una gran proporción de la práctica médica europea de la época de la conquista fue incorporada a las prácticas populares americanas e latinoamericanas. Al mismo tiempo, y por canales informales, buena parte de la medicina popular contemporánea de la metrópoli fue transferida al Nuevo Mundo. El resultado es una masa bien desarrollada y floreciente de creencias folklóricas sobre la naturaleza de la salud, las causas de las enfermedades y las técnicas curativas, compuesta de elementos americanos indígenas, de folklore europeo, y de medicina clásica erudita.

Portanto, a medicina popular e o curandeirismo são nutridos por diversas origens como a indígena, a africana e, mesmo européias. Eram os mesmos colonizadores, missionários e depois os brasileiros descendentes dos portugueses, que recorriam a estes especialistas da cura. Algumas práticas médicas se misturaram com as de origem européia, originando assim múltiplos sincretismos médicos praticados normalmente tanto no campo como nas cidades. Este fato deu origem a prática dita hoje de Curandeirismo.

É de ressaltar que a formação de sincretismos nas práticas médicas não foi somente o resultado do fenômeno normal de intercâmbio implícito e automático, que se produziu quando duas as culturas mantiveram-se em um contacto permanente. Há também uma origem mais específica: os curandeiros indígenas manejavam com maior conhecimento as doenças endêmicas e sua própria cura e, por isto, seus métodos foram assumidos pelos europeus em geral de todas as classes sociais. Este processo era facilitado pela falta e pouca quantidade de médicos titulados e diplomados em Faculdades de Medicina até a metade do século XIX. Deste modo, curandeirismo e práticas mágico-religiosas estão intimamente associadas na sociedade brasileira desde o século XVIII até os dias de hoje.

Outra relação do curandeirismo é com o universo simbólico do feitiço (SOUZA, L:1986:166):

procurar obter cura por meios sobrenaturais aproximava esta terapêutica popular da feitiçaria. Curavam-se doenças, incômodas como dores de dentes; mas também se curavam feitiços (...) o curandeiro tinha função paradoxal: identificado ao feitiçeiro, era freqüentemente chamado para desfazer feitiços.

Por estas relações simbólicas e culturais com a dita feitiçaria e/ou bruxaria, muitas vezes os curandeiros na Curitiba de final do século XIX e início do séc. XX, eram reprimidos, perseguidos e condenados à prisão. Suas práticas eram estereotipadas e sancionadas por grupos sociais de profissionais e intelectuais.

A figura do Curandeiro é do curandeirismo é definida pelos dicionários e

enciclopédias do século XX como um conjunto de práticas e de condutas. Uma instituição considerada ilícita, mas que por costumes, de certo modo, incultos do povo, esta têm aceitado e ao mesmo tempo é sancionado por vezes. Já o Curandeiro *del lat. "cuñandus"; ger. de curare, cuidar, curar: m. é El que hace de médico sin serlo*⁵. Na Enciclopédia Universal Ilustrada Europeu Americana de 1930, o Curandeiro é definido na sua primeira acepção como: *charlatan, empirique, p. curandeiro – adj. Dicese de la persona que ejerce de médico sin tener aprobado los estudios correspondientes. II. Charlatan que vende remedios específicos en público o en secreto, o practica tratamientos empíricos o supersticiosos o de pura farsa.*

Dos métodos mais utilizados por eles foi o uso de ervas, raízes, líquidos e fervidos armazenados em recipientes de vidro transparente chamados de 'beberagem', utilizadas freqüentemente também em todo Brasil. (OLIVEIRA, E. R., 1985)

Sobre filtros, mezinhas e garrafadas em Curitiba

A expressão mais antiga encontrada nas fontes impressas para a palavra 'beberagem' foi o chamado 'philtro'. Palavra de origem européia e que era muito utilizada na mitologia e folclore clássico. Em 1906 surge a expressão 'Mezinha' (CESAR, G.:1940), também de origem européia, para logo depois surgir para ficar a palavra 'Garrafada' de influência africana (DIARIO DA TARDE, 07/11/1899:02). Dos elementos constituintes das 'beberagens' o dos 'philtros'; utilizados em Curitiba no período estudado. Dario *Vellozo (1900)* jornalista, poeta e ocultista relaciona alguns minerais e vegetais mais empregados na terapêutica popular de Curitiba no início do Séc. XX, e em rituais da magia negra:

Minerais:

- Hydrargyro (azougue)
- Ácido arsenioso
- Bichlorureto de mercúrio

Vegetais:

- Alecrim *osmarinus officinalis*
- Arruda *uta graveolens*
- Belladona *Atropa Belladona*
- Mandrágora *Atropa mandrágora*
- Trevo *Menyanthes tritiliata*

Em 1899 um herbolário conhecido por Pedro o Curandeiro, é procurado por uma pessoa com fortes dores de dentes. *Pedro oferece-lhe para beber sal e aguardente misturados numa pasta de 'urtigas'. Ao colocar o preparado nos dentes, este desatou num berreiro capaz de acordar uma esfinge.*⁶

Uma velha curandeira e feiticeira, que morava na Praça Tiradentes em

⁵ Grande ENCICLOPEDIA Portuguesa e Brasileira. Vol.VIII. Lisboa: Ed. Lisboa. 1940. p. 290-291.

⁶ DIARIO DA TARDE, Curitiba 04/07/1901. p. 02.

1901, receitava e vendia garrafadas de remédios de ervas e raízes:

*(...)me cobrava trinta mil reis por cada garrafada de remédio que me dava e dizia que minha doença era de natureza que nenhum medico era capaz de me curar. Depois de ter gasto muito dinheiro inutilmente com essa feiticeira, que devia ser chamada a policia, me indicarão uma outra que mora na rua Dr. Pedrosa, que me cobrava sete mil reis por garrafada. (...) Perdi meu dinheiro, mas ganhei experiência. Torno isto publico para prevenir as simples como eu, e para pedir providencias a policia e ao governo contra essa súcia de curandeiros, exploradores da desgraça do próximo.*⁷

Num outro relato do DIARIO DA TARDE (10/10/1907, p. 1), o velho curandeiro Pascoal Escosito atende e subministra beberagens a um sapateiro de nome Luiz de Valeanis que residia na rua de S. Francisco que:

(...) sentiu um torpor invencível foi pouco a pouco se alastrando por todo seu corpo, e dores intensas e passageiras allucinações deixaram incapaz do menor esforço, a energia exgottada, a razão quase a se apagar (...) Mas um momento de lucidez permitiu ao pobre homem visse o abysmo para o qual se arrastava a sua credulidade. Em um aneio forte de sarar, de não consentir que detinbasse o seu organismo robusto de trabalhador, fez com que elle procurasse um remédio, que combateu vantajosamente as conseqüências perniciosas das drogas ingeridas (...)

De acordo com as fontes pesquisadas, o curandeiro de Curitiba do início do século era um empírico, um prático na maioria das vezes. Porém, também existiam os curandeiros alfabetizados que tiveram a seu alcance, algumas noções da ciência médica, muitas vezes aprendidas de outrem ou da própria leitura de alguns livros e manuais que chegavam raramente à cidade. Quase todas estas obras foram difundidas no Brasil e em Portugal desde o século XVIII.

Sobre benzeduras, orações e palavras cabalísticas

As benzeduras eram geralmente mulheres e as agentes mais populares. No caso de Curitiba, a maior parte das benzeduras pertenceu ao catolicismo; e eram em sua maioria descendentes de imigrantes europeus, principalmente italianas. Sua permanência social e cultural é bem remota como nos afirma Laura de Mello SOUZA (1986:184):

(...) nos tempos coloniais, a documentação fala muito pouco das benzedeadas. Fica difícil dizer se realmente eram escassas ou se a inquisição (...) se importava pouco com elas. Como o hábito de benzer perdura ainda hoje entre nós, a segunda hipótese parece ser a mais provável (...) uma longa tradição, portanto, justificava seus atos e diminuía sua culpa.

A benzedeadora era uma mistura de rezadeira, conselheira e curandeadora. A sua prática médica mais usada era a chamada 'simpatia'. A 'simpatia' segundo OLIVEIRA, Elda (1983) consiste no processo mágico na qual o efeito era semelhante à causa que o produziu. Geralmente essa causa ou essa origem era de ordem sobrenatural ou como preferimos chamar de mágico-religiosa. Portanto, o processo médico-mágico-religioso da 'simpatia' utilizado pelas benzedeadas e curandeadoras, estava baseado na 'lei da similaridade' da magia imitativa. A magia imitativa definida por Frazer, seria o tipo de magia pela qual o praticante, por imitação, pensa produzir o efeito desejado. Ele põe em relação às imagens dos fenômenos semelhantes, que são considerados capazes de influir sobre o outro. (MONTEIRO, P., 1990)

Mesmo não aparecendo com muita frequência notícias ou comentários acerca das benzedeadas em Curitiba no período estudado, levantam alguns exemplos interessantes como o seguinte:

Curitiba tem, às vezes destas notas em que o diabolismo aparece com as suas garras misteriosas, envolvendo um rol de acontecimentos. (...) Temos hoje conhecimento de um facto, que si não for uma feitiçaria da preta, então é uma comedia das mais notavelmente desempenhadas. A magia branca e negra, que é um ramo científico do occultismo, tem o seu desenvolvimento entre a classe inferior de todas as populações (...) Hontem a noite Eliza chamou Lydia para ler uma carta que dizia haver recebido. (...) Como porem demorasse a voltar, Izabel foi à procura de sua filha, encontrando fechada à casa de Elisa. Ouvindo sinal de dentro, na parede da casa, forçou um aporta indo encontrar a Lydia a um canto inteiramente muda. Apesar de muitos remédios e benzeduras, vendo a Izabel que sua filha não recuperava a fala foi hoje ao meio dia ao posto policial dar queixa a autoridade. (...) finalmente a mãe desta disse a ella declarante que Lydia estava muda devido às feitiçarias feita pela declarante.⁸

Outro tipo de prática mágico-religiosa dos curandeiros em Curitiba foram

⁷ DIARIO DA TARDE, Curitiba, 04/07/1901.p. 02.

⁸ DIARIO DA TARDE. Curitiba. 06/12/1905. p. 02.

as Orações. O também chamado Rezador destacou-se pelo poder de suas orações e rezas. Era servido por uma poderosa força de sugestão, favorecida pelo respeito e fé que sabia infundir no paciente. Eduardo CAMPOS (1955:33) relatou a respeito de rezadores que se tornaram famosos pelas próprias orações e práticas mágicas com que trataram as enfermidades que muitas vezes acometiam até nos animais. Por exemplo, para curar uma rês que tinha desaparecido de seu curral e estava perdida na caatinga, o rezador-curandeiro era capaz de 'curar pelo rastro'. O sertanejo depois contou para os outros que os 'bichos caíram no chão no dia após da reza.

No ano de 1899 em Curitiba, apareceu o caso de uma 'Feiticeira' e/ou Curandeira chamada Deolinda. Ela utilizava como técnica na sua arte de curar, a reza, como relata no texto:

*(...) Deolinda mostrou vários papeis ao sr. Commissario de policia dizendo que eram 'rezas virtuosas' e offereceu-lhe uma, fazendo a seguinte ponderação: Se quiser dou-lhe esta reza. Traga sempre comsigo que estará livre de ser attingido por bala, ou por qualquer arma de que por ventura contra o sr. possa uzar qualquer malfteiro. O sr. commissario agradeceu a offerta que não aceitou e retirou-se dalli um pouco apprehensivo (...)*⁹

Um outro caso interessante e diferente utilizado por alguns curandeiros curitibanos era o de curar mediante a devoção de santos e imagens religiosas tradicionalmente católicas. O dia 14 de fevereiro de 1900 aparece no *Diário* à notícia de uma 'velha devota de cor morena' que anda esmolando pela cidade com uma bandeja com a imagem Santo Antônio e de São Benedito. Sobre a proteção deles, a velha senhora receitava remédios que lhe eram inspirados por estes santos. Seguem alguns parágrafos do texto:

NOVA FEITICEIRA

(...) tem por habito andar esmolando com uma bandeija, no centro da qual traz sempre, de pé, a imagem de um santinho. Esta imagem representa o santo para o qual a mulher solicita a esmola e é geralmente, ou a de S. Antonio, ou a de S. Bededicto. de porta em porta vai assim a mulher 'arranjando' a vida, sob a protecção dos santinhos. Até ahi, porem, nada existe de novo. E as pessoas que tem palestrado com a velha, talvez so admirem agora ao saber que se trata, não de uma devota, mas de uma feiticeira. Tem por habito

⁹ DIARIO DA TARDE, Curitiba, 24/05/1899. p. 02.

a mulher procurar as donas de casa para conversar. Indagando o que vai se passando debaixo do seu tecto, pois para 'todos os males tem remedios' que lhe são inspirados pelos santos a que se há dedicado (...).

Para reforçar o carácter mágico e supersticioso da mulher, o jornalista descreveu a casa e seus objetos 'estranhos':

(...) Dizem-nos que a sua casa é um verdadeiro museu alchimico tal a quantidade de objetos exquisitos com os quaes convive e aos quaes empresta qualidades mysteriosas. A velha pedinte está sendo atualmente procurada por pessoas ignorantes que dão ouvidos á suas 'conversas'. Antes, porém que estas possam ir adiante será bom que a policia procure tirar os feitiços á velha devota.¹⁰

As palavras cabalísticas¹¹ eram também recursos terapêuticos importantes usados pelos curandeiros e feiteiras de Curitiba. Elas acompanhavam simpatias, 'encantos', 'bruxarias', 'poções' ou 'beberagens' e todas as técnicas utilizadas por estes praticantes da medicina popular. No próprio *Diário da Tarde* diziam a respeito: *(...) todos sabem que Marcellus Empiricus, de Bazas, proclamava a virtude theurapeutica das palavras mágicas, e que Paracelso não receiava afirmar: as palavras têm, ás vezes, virtudes iguaes á de certas plantas.(...).*¹²

No dia 25/05/1899 também no DIARIO DA TARDE aparece uma notícia referente á 'feiteira' Lucinda e as seus palavras mágicas e cabalísticas:

O caso da Feiteira: Medicamentos

(...) Diante das revelações que nos foram feitas, pareceu-nos que nos achávamos em séculos atrasados, onde a alchimia, as ervas e as palavras cabalísticas estavam em pleno uso e florescência. E' assim que nos affirma pessoa que foi consultar á mulher, ter ouvido d'esta o seguinte: 'queimando umas pétalas de rosa murcha e tomando depois as suas cinzas, misturese-as com um xarope espesso de água e assucar e dizendo:- isto é mel rozado dos pharmaceuticos, beba.' Declarou então a feiteira que é isso quanto basta para produzir o 'encanto', isto é a cura. Para fazer um coração apaixonar-se 'por qualquer pessoa' basta, segundo Lucinda, atirar ao fogão um punhado de sal, e, emquanto este estala, pronunciar pensando no coração que se quer apaixonar, as palavras cabalísticas: -'abbá-gott-bitto-bleu'.

¹⁰ DIARIO DA TARDE, Op. Cit. P. 02.

¹¹ Vem da palavra CABALA. É um tratado filosófico-religioso da religião popular hebraica. O conteúdo desses tratados, particularmente, a decifração de um sentido secreto do simbolismo dos números e das letras. In: FERREIRA (1975).

¹² DIARIO DA TARDE. Curitiba. 22/05/1899. p. 02.

Acrescentou, porém, que para o facto produzir resultado, necessita o consultante guardar a respeito o maior segredo. Acreditamos ser essa mulher victima de especulações de terceiros, que servem-se de seus 'mysterios' para não poucas patifarias, como demonstra a phrase já usada pelo 'Diario' de COMEDIA AMOROSA. (...).

Curandeirismo/Espiritismo

Em 1899, Luiza de Moraes, apelidada de 'curandeira', curava pela invocação de espíritos. A forma mais empregada por ela, era colocando as mãos sobre uma mesa e ditar o diagnóstico e os medicamentos que deveriam ser utilizados pelas pancadas recebidas.¹³ Ditas práticas podem ter sido influenciadas pelo fenômeno do Espiritismo na Europa do século XIX. A receita e os medicamentos utilizados neste tipo de atividades eram como os que citam os repórteres no mesmo artigo do dia 29/12/1899: "(...) *cinza, pó de osso, ervas secas, etc.*"

O Espiritismo desde seus inícios e até o dia de hoje é relacionado às superstições, à bruxaria e/ou feitiçaria e também ao curandeirismo de forma geral. No ano de 1907 o 'Diário' tinha uma coluna fixa chamada de *A Doutrina Espírita e o fanatismo dos seus aderentes e adversários*. Devido a este foro aberto com a comunidade em geral, publicaram-se numerosas reportagens e notícias sobre o assunto. Alguns com tom de graça e preconceito e outros com tom de cientificidade e academicismo. Vejamos os exemplos: "*O espiritismo tem hoje a direcção incontestável no terreno das idéias mysticas, e por esse motivo ele pode contar antecipadamente com a sympathia e os interesses geraes.*"¹⁴

No dia 05 de outubro, publicou-se outro texto com o título *à doutrina espírita*:

*(...) a doutrina se limita exclusivamente na afirmação, que no homem além do Eu visível e corporal existe ainda um Eu ethereo o psychico, um corpo siderico, diz Paracelso, corpo este que já durante a vida pode se manifestar e se separar temporariamente do corpo, não sendo surpreendido pela morte, mas sim continuando a viver como ser espiritual infinito e consciente depois da decadencia do corpo. (...)*¹⁵

Um outro parágrafo interessante no mesmo texto referiu-se ao caráter místico e misterioso deste tipo de práticas e doutrina, assim como sua relação direta com os fatos de feitiçaria, categoria utilizada no contexto histórico estudado,

¹³ DIARIO DA TARDE. Curitiba. 29/12/1899. p. 02

¹⁴ DIARIO DA TARDE, Curitiba, 08/10/1907, p. 01.

¹⁵ DIARIO DA TARDE, 05/10/1907. p 01.

para designar aos curandeiros.

(...) Mormente, por serem mysticos e transcendentos e por parecerem contrariar a Sciencia official, o Espiritismo sonda alegremente esses factos suppostos. O espiritismo, por exemplo, affirma a realidade da feitiçaria e bruxaria, como vemos no livro 'Enigmas do Homem' por Du Prel (...) onde diz, Este (o effeito mágico do arbítrio) pode-se considerar como magica negra, identifico com feitiçaria e bruxaria.(...)¹⁶

Ao mesmo tempo em que estes artigos e matérias davam uma legitimidade e popularidade aos fatos ligados ao espiritismo, bruxaria e feitiçaria, também tinham a função contraditória, da imagem e representação negativa dos que a praticavam.

Objetos e fetiches de caráter mágico

No ano de 1907 houve mais polêmicas e intensificaram-se os debates acerca do espiritismo, magia e bruxaria em Curitiba; foi publicada a notícia de um sapateiro, que após ingerir estranhos medicamentos de um curandeiro, sofreu fortes alucinações. Os repórteres do *Diário da Tarde* acompanharam o caso, se dirigiam à casa do praticante, pela qual percorreram o seu interior e descreveram:

(...) chamou-nos logo a atenção um pequeno sino, colocado atrás da porta entre flechas, rabos de tatu, paus de forma pontiaguda, triângulos de aço e outros objetos esquisitos. (...) de um lado, oratórios de reduzidas proporções, rodeados de numerosas gravuras de santos, de soberanos e de personagens italianos em evidencia; de outro lado sobre uma mesa antiga, e simetricamente disposta, numerosos frascos contendo líquidos de cores diversas.¹⁷

Tratava-se da casa do curandeiro Pascoal Escosito, (curandeiro já mencionado em item anterior) natural da região do Término, na Itália. Sua preocupação com objetos e utensílios de caráter mágico nas paredes e porta da casa, era uma pratica muito utilizada entre os camponeses da Europa (FERREIRA, J.:s/d). Usavam objetos nos telhados, paredes, e principalmente portas, entre os quais, chifres, cruzes, ferraduras, triângulos e sinos. Destinavam-se a proteger a casa de influências maléficas externas, os chamados mau-olhado¹⁸ e

¹⁶ DIARIO DA TARDE, Op. Cit. p. 01.

¹⁷ DIARIO DA TARDE, Op. Cit. p.01

outros feitiços.

Os objetos e fetiches foram sempre associados às curas de tipo mágico-religiosas. Assim mesmo, atribuem-se "culturalmente" cargas de "poder", energia e significado simbólico. São representações simbólicas tangíveis que possuem funções mágico-curativas, pois se refere a cura a biológica e psíquica, e também a econômica, social e política. O objeto enfeitado - penas, animais secos, galinhas, abutres, cabras ou variadas ervas medicinais - e a razão do feitiço é o que existe em comum entre estes objetos. A carga simbólica colocada nele é manifesta algum tipo de poder, seja graças a sua própria natureza ou alguma pessoa que detém esse poder.

Sobre os fluidos magnéticos

Um outro curandeiro famoso que surgiu nas notícias do *Diário* em 1903, vinha da cidade de Lapa, permanecendo três dias da semana em Curitiba num consultório na Rua São José no centro de Curitiba. Cegos, paralíticos e pessoas com diferentes problemas de saúde dirigiam-se à casa do curandeiro chamado Sebastião Mariano da Silva. Casado e com 43 anos de idade, homem negro que não utilizava nenhum tipo de ervas ou beberagens. Apenas: "(...) *passava a mão sobre a parte comalida e afirmam muitas pessoas, apenas com fluido conseguia curar o enfermo.* (DIÁRIO DA TARDE, 01/10/1903, p. 01).

Ao realizar a cura, diziam os seus pacientes que perdiam enorme quantidade de suor. O Sebastião declarava a seus pacientes que Deus é que curava as suas moléstias, através das rezas que proferia ao aplicar os '*passes*': "(...) *supõe que deva à força magnética que possui a um poder sobrenatural.* (DIÁRIO DA TARDE. Op. Cit. p. 01)

O caso deste curandeiro foi bem documentado pelo jornal estudado e todo dia aparecia alguma notícia ou matéria sobre ele, com o título de *Curandeiro famoso: curas maravilhosas*. No dia 02 de Outubro de 1903, o *Diário* cumpria a promessa aos seus leitores de dar mais pormenores sobre o famoso curandeiro Sebastião que tanto preocupava a atenção da população curitibana, aumentando a freqüência das notícias ao respeito e a freguesia por pacientes com diversos problemas. Todos insistiam em afirmar e publicar nos jornais da cidade, a eficiência da técnica usada pelo curandeiro. Eram pessoas cegas, paralíticas, fracas de pernas, etc. Vejamos um exemplo:

(...) Realmente, este homem de côr, tem feito uma verdadeira romaria dirigir-se à rua S. José, tal a fama de suas curas por meio de fluidos

¹⁸ É a qualidade mágica que se atribui a certas pessoas de causarem desgraças e mal aquelas para que olhem. In: CASCUDO (s/d) no *Dicionário do folclore brasileiro*. Do 'mau-olhado' diz o *Diário da Tarde* do dia 05/06/1903, que esta é uma "superstição em quase todos os povos. No Hindostão os europeus lhe chamam toqueldade, a esse pretendido privilegio que tem certos índios de modificar a natureza dos objetos em que fixam o olhar.(...)"

*magnéticos. Desde as 6 horas da manhã até avançada hora da noite, a casa onde está elle hospedado conservase completamente cheio de enfermos. E' uma azafama sem conta; (...) E' um verdadeiro rosário do povo.*¹⁹

Esta prática de curar através de processos de fluidos-magnéticos era muito usada neste período, influenciada pelo Mesmerismo²⁰, corrente defendida e assumida pelo Espiritismo, e que ao mesmo tempo e contraditoriamente, era combatida pelo Ocultismo.²¹

Na corrente ocultista a opinião era diferente, para isso Dario VELLOZO (1900:65) comenta a respeito no seu texto *Ocultismo no Paraná* publicado na Revista *Esfinge*: "(...) o grande agente mágico é o fluido astral, é o magnetismo natural ou humano (...) empregado para o bem (...) e para o mal, é a grande força oculta da Grécia (...) os ritos são meios práticos de auto-magnetismo". Em outro texto de VELLOZO (1900:53) intitulado *Magia negra e Alta Magia* também publicada na Revista *Esfinge* ele afirmou o seguinte sobre o assunto: "(...) o bruxo eletrifica-se e projeta o fluido magnético, envenenado de malefícios.

No ano de 1912, no *Diário* pesquisado começam aparecer notícias do Dr. Pallini que também curava mediante os ditos 'passes magnéticos'. É importante ressaltar como através dos anos o mesmo procedimento pode ser visto de diversas formas, principalmente nos primeiros anos do século XX. O fenômeno dos fluidos magnéticos era visto e entendido como curandeirismo, feitiçaria, ocultismo e até superstição. Já com o surgimento da Universidade Federal do Paraná e a Faculdade Medicina, entre outras instituições, este tipo de prática passou a ser vista e entendida diferente. Os praticantes se valiam do título de 'Dr' para dar mais ênfase á cientificidade e seriedade de sua arte. Notório também é como se identificou um aumento significativo da quantidade de repostas nos jornais, chamadas de "atestados". Estes atestados eram publicados por pacientes curados por este *Doutor* ou curandeiro. A seguir um exemplo:

Dr. Pallini: Venho tornar publico o bem que me fez o humanitário dr. Pallini, pedindo-lhe ao mesmo tempo desculpas porque sei que vou offender a sua reconhecida modéstia. Sofria há mais de vinte annos de uma moléstia julgada incurável, tendo feito uso de innumerous preparados para sem alcançar nenhum resultado e agora graças a Deus, me acho completamente curada com oito applicações de passes

¹⁹ DIARIO DA TARDE. Curitiba. 01/10/1903. p. 01

²⁰ Doutrina de Franz Mesmer (1733-1815) segundo o qual todo ser vivo seria dotado de um fluido magnético capaz de se transmitir os outros indivíduos, estabelecendo-se assim, influências psicossomáticas recíprocas, inclusive de efeitos curativos. In Aurélio B. FERREIRA (1975).

²¹ O ocultismo é a ciência dos fenômenos que não podem ser explicados pelas leis naturais. As artes adivinatórias, o hermetismo, o esoterismo e outros. In: DICIONÁRIO DE CIENCIAS OCULTAS (1973).

*magnéticos feitas pelo generoso dr. Pallini. (...) Maria Franéz,*²²

Um outro caso registrado na presente pesquisa denota o caráter de ambigüidade variada das técnicas usadas pelos curandeiros nesse período em Curitiba, municípios próximos e algumas vizinhanças. O caso do curandeiro Pedro Victor, um "pandego"²³ morador da cidade de Campo Comprido em 1903. Pedro Victor se intitulava como 'curandeiro' e era famoso por seus tratamentos em dores de dentes. Foi procurado um dia (20/07/1903) por uma enferma que, após um rigoroso exame que o mesmo curandeiro lhe fez, constatou que ela era vítima de feitiços de seu marido. Depois de uma grande confusão, Pedro Victor é preso pela polícia. Vejamos alguns parágrafos da notícia:

*(...) Pedro Victor sendo chamado poz-se á caminho do Campo Comprido e lá pegando no pulso da enferma, disse sentenciosamente que ella soffria de 'feitiço', acrescentando que essas artes diabólicas tinham sido feitas pelo seu próprio marido. Foi um reboiço infernal, uma intrigalhada que já não tinha mais principio nem fim. O sr. commissario da 2da. Circumscripção tendo conhecimento do facto mandou recolher o curandeiro á cadeia civil desta capital.*²⁴

A ambigüidade do curandeiro e suas ligações com as práticas mágico-religiosas tiveram origem remota. Segundo Laura de Mello SOUZA (1986:168):

(...) O curandeiro podia tanto restaurar a harmonia rompida, restituindo a saúde aos que tinham perdido, como desencadear malefícios. (...) Talvez tenham existido diferenças entre os curandeiros que curavam doenças, curandeiros que curavam feitiços e promotores de feitiços (...) a homogenização destas atividades tendo sido encetada pelos aparelhos repressivos e desta forma chegado até nós. Fica aqui a dúvida.

As diversas representações sociais dos curandeiros e de suas práticas levantadas no jornal *Diário da Tarde* no período de 1899-1912 em Curitiba forneceram uma clara idéia de como estes praticantes populares da medicina, construíam sua variada e complexa terapêutica. Nos seus tratamentos existiam vários modelos de práticas de curandeirismo influenciados pelos componentes étnicos e culturais dos indígenas, afro-brasileiros e europeus. Assim, a eficácia na suas práticas de cura médico-mágico-religiosa, deveu-se em parte, a sua

²² DIARIO DA TARDE, Curitiba. 03/10/1912. p. 04.

²³ De Pândega. [+ -ar2.] V. int. 1. Andar em pândegas; farrear, estroinar. Do *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Edit. Nova Fronteira, 1999. p. 1484.

²⁴ DIARIO DA TARDE, Curitiba. 20/07/1903. p. 01.

capacidade de atribuir diversos significados às desordens fisiológicas e espirituais, muito mais abrangentes do que a concepção médica oficial, dando um sentido mais coletivo aos problemas individuais.

Irmandade do Pala Branco

A Irmandade do Pala Branco é a mais antiga referência de curandeirismo coletivo no Paraná no recorte analisado. Foram citadas por Dario VELLOZO (1900:68-69). Constitui a única referência anterior à década dos anos 30. Segundo VELLOZO o nome da Irmandade surgiu no início do século XIX, *irradiando-se pelo Paraná*. Eles praticavam um tipo de *ocultismo prático, terapêutica oculta e de magia negra*. O próprio nome do grupo provinha de Palas (Poncho) que segundo eles, os seus associados jamais abandonavam. Após a guerra do Paraguai, no ano de 1870, o nortista Manoel António chega ao Paraná em companhia do mestre irmão Soares e de outros companheiros. E ali se teve o início da Irmandade do Pala Branco. VELLOZO (1900:68-69) contou a respeito:

(...) a superstição, o fanatismo vibrava a alma simples e ingênua dos sertanejos (...) fascinadas, mulheres corriam à casa do érço, onde fieis se ajuntavam, atraídos pela fama do curandeiro (...) por vezes, a cura pronta de enfermidades rebeldes, benzimentos e exorcismos. Manoel Antonio aplicava medicamentos de sabor esquisito, adivinhava o pensamento de outros, indicava o local onde tinha ido parar objetos estraviados, profetizava... Os sectários ao Pala Branco recebiam a instrução gradativamente, conforme as aptidões que demonstravam e a confiança inspirada ao iniciador.

A Irmandade do Pala Branco dissolveu-se no ano de 1878 para sucumbir finalmente em 1893 com a morte de Manoel Antonio, o mestre. Mas, a tradição de curar mediante essa terapêutica oculta e misteriosa, continuou: *(...) os antigos sectários continuaram na aplicação da terapêutica oculta, havendo alguns voltados inteiramente à perversão satânica da magia negra.*

O Curandeirismo como prática ilegal da Medicina

Na constituição de 24 de fevereiro de 1891, no artigo 72, parágrafo n. 24, ficou estabelecido, quanto ao exercício das profissões: *garantido o livre exercício de qualquer profissão moral, intelectual e industrial* (FAVERO:1947:227-240). Depois dessa legislação, o fato causou muita polêmica entre os que defendiam a total liberdade de exercício das diversas profissões, e os que defendiam uma aplicação mais rigorosa da lei. Os defensores da aplicação rigorosa da lei defendiam que se

estabelecesse o 'princípio da liberdade profissional restrita', pois, segundo eles, a carta de 1891 não assegurava o livre exercício de qualquer atividade, mas sim de qualquer profissão e esta implicaria profissionalismo. Portanto, dever-se-ia garantir a completa liberdade de exercício, mas apenas para os profissionais habilitados. (FAVERO, op. cit).

Este tipo de interpretação da lei acabou prevalecendo entre os juristas da época. No entanto, devido ao caráter extremamente geral desta legislação, era muito difícil coibir e punir qualquer infrator. Principalmente se eram curandeiros, já que a condenação destes indivíduos era improvável, uma vez que as autoridades policiais quase nunca conseguiam reunir as provas dos fatos previstos na lei. Antonio Carlos Duarte de CARVALHO (1999:56) expôs a respeito:

Como o texto da Constituição de 1891 foi mantido integralmente pela Reforma Constitucional do 7 de setembro de 1926, estes problemas continuaram até 1934 que se declara uma nova Constituição e que no artigo 113 item 13, estipula que estaria liberado o exercício de qualquer profissão, observadas as condições de capacidade técnica e outras que a lei estabelecesse, ditadas pelo interesse público.

Essa noção de "capacidade técnica" que mencionou o autor referiu-se à capacidade profissional concebida pelo diploma acadêmico. Com isto, a justiça, a polícia e a sociedade em geral tiveram uma legislação mais clara, que possibilitava a prisão e condenação a todos aqueles que exercessem a medicina, sem diploma ou com diploma não registrado e reconhecido pelas autoridades competentes. Além da liberdade do exercício das profissões, a liberdade do culto religioso foi outro aspecto interessante a considerar, devido à estreita relação deste fenômeno com o curandeirismo. Com base no artigo 72 da Constituição de 1891, ficou assegurado a todos a liberdade de culto religioso, o que também dificultava a prisão e condenação dos curandeiros. A Máxima pena possível era uma multa. (CARVALHO:1999:57)

Mudanças significativas também ocorreram nos Códigos Penais, na parte referente ao exercício ilícito da medicina. Em 1890, o Código Penal estabelecia no artigo 157:

Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar talismãs e cartomancias para despertar sentimento de ódio ou amor; inculcar curas de moléstias curáveis ou incuráveis, enfim, fascinar e subjugar a credulidade pública: pena de 1 a 6 meses; se por influência ou em consequência de qualquer destes meios resultarem ao paciente privação ou alteração temporária ou permanente das faculdades

psíquicas: pena de 1 a 6 anos". (CARVALHO, A.:1999)

Como se percebe no Código de 1890, a exemplo do que acontecia com a Constituição de 1891 –mantida até 1934-, no artigo que abordava o exercício ilícito da medicina era ainda muito geral e pouco preciso, o que dificultava novamente o trabalho da justiça para reunir provas dos delitos dos indiciados. Sob o rótulo de curandeiros, estariam enquadrados os indivíduos que exerciam a arte de curar sem habilitação profissional. Para a Justiça a habilitação profissional só podia ser comprovada através de um diploma reconhecido por autoridades competentes. Portanto neste delito, estariam incluídos, além dos curandeiros, os ditos de feiticeiros, macumbeiros, ervateiros, benzedores, etc., pois por não possuírem o diploma do curso de Medicina, sua atividade implicaria curandeirismo. De modo que este novo Código mais detalhado no que se refere à prática do curandeirismo, auxiliaria aos juízes na condenação dos curandeiros e outros praticantes populares que estivessem "fora da lei".

Em base aos dois Códigos Penais expostos, certamente houve uma focalização importante no sentido da precisão da legislação que tratava do exercício ilegal da medicina. A aplicação desta lei de forma mais rigorosa, seria capaz de resolver em parte ou de vez o problema da existência dos curandeiros e os perigos sociais que sua prática trazia para a sociedade em constante *progresso*. Para isto, até os mesmos profissionais da medicina oficial faziam declarações públicas nos jornais, apelando às autoridades.

Caso diferente e merecedor de um comentário eram o das Parteiras. As Parteiras formavam um grupo social que em Curitiba do período estudado, eram legitimadas e consideradas como conhecedoras de sua arte. Em diferentes anos constatou-se o respeito e liberdade de sua profissão e inclusive o curso de obstetrícia, dirigido especialmente às parteiras, foi uns dos primeiros a existir na Universidade Federal de Paraná. Era bem comum encontrar nos classificandos, avisos oferecendo seus serviços e elas mesmas exercendo sua legitimidade, pelo fato de "serem diplomadas".

Junto a esses Códigos e novas Constituições que previam a penalização do exercício ilegal da medicina, surgiram Instituições como a Sociedade de Medicina do Paraná e posteriormente o Sindicato Médico do Paraná em 1931. A Sociedade de Medicina do Paraná surgiu no ano de 1914 por iniciativa de um grupo de médicos preocupados em organizar e centralizar a classe. Com uma Universidade criada em 1912 e um dos primeiros cursos de medicina do país, a necessidade de uma normalização e de uma associação da classe médica era imperativa. Esta Sociedade propugnava pela ética médica e pela produção de trabalhos científicos. Era uma questão de reivindicação da classe. Restringindo e penalizando assim, aos outros praticantes da medicina popular que eram considerados ilícitos e propensos ao charlatanismo. Essa vontade não ficou só no

papel e nos discursos, pois foram organizadas diferentes comissões para combater o curandeirismo e o charlatanismo de forma geral.

Considerações finais: O Curandeirismo... um mal necessário

Identificou-se por um lado, que desde a virada do século XIX até as primeiras décadas do século XX, as práticas do curandeirismo em Curitiba foram atividades populares vinculadas estreitamente ao processo de controle sanitário, urbano e científico do projeto de Estado. Curitiba crescia dentro de padrões racionais e do ideal positivista e progressista exigidos pelo novo saber e técnicas do período, unido também a um conjunto de condições sócio-econômicas paupérrimas vigentes que decorriam em uma escassez de profissional e má qualidade destes. Tal fato foi determinante para a conseqüente expansão das milenares práticas populares e do curandeirismo em particular.

Os curandeiros, na sua maioria, eram carentes de formação escolar e desconhecedores das bases, dos princípios e das teorias norteadoras da ciência médica e da sua normalização que se desenvolvia lentamente fora de seus alcances. Assim, o saber científico confrontava-se com o saber popular.

Um segmento cultural e social começava a se estruturar e a exigir uma legitimação de sua atividade. Assim, o corpo e número de especialistas da saúde, especialmente os médicos diplomados, aumentava e garantia um monopólio científico e profissional. Essa expansão encontrou, ao longo do período estudado, algumas resistências na maior parte da população que ainda preferia os serviços dos médicos populares.

Com o surgimento das Universidades em outros Estados, e com a fundação e estruturação da Universidade Federal de Paraná, com seus cursos ligados a saúde, passou-se a discutir e legitimar mais nos Jornais da época, os assuntos relacionados à saúde e doenças, as técnicas da medicina, e de coibir cada vez mais a ação dos curandeiros. Porém, no contexto estudado, a dominância da medicina científica e dos médicos diplomados sobre a medicina popular e seus praticantes, de maneira como a conhecemos hoje em dia, não existia. Foi um período claramente caracterizado por conflitos e disputas para uma posterior hegemonia que até então pertencia quase que exclusivamente aos curandeiros.

Através dos relatos analisados, efetuou-se uma caracterização das representações sociais feitas no *Diário da Tarde* do curandeiro e de suas diversas técnicas utilizadas na suas práticas. Isto teve como objetivo central recuperar a verdadeira dimensão e representação que se tinha sobre estes indivíduos. Os artigos estudados podem ser entendidos se olhados em conjunto, como parte desta disputa que ocorria no período analisado.

A técnica da análise do discurso escolhida se encarregou de interpretar a expressão de um pensamento social em relação às práticas médicas populares e

sua legitimidade na sociedade em geral. Os objetivos de quem escrevia eram desqualificar o curandeiro e o curandeirismo perante a opinião pública, como sendo práticas ineficazes, carregadas de ignorância e/ou charlatanismo. Encarregaram-se também de apontar os caminhos para eliminar esse tipo de práticas e de seus agentes. As tentativas de reeducação da população, a melhor e maior formação de médicos diplomados e a punição e marginalização a essas práticas ditas ilícitas, através da elaboração de novas leis condenatórias, foram os caminhos apontados pelo Estado e também pela sociedade de Curitiba.

Como um mal necessário, aceito e legitimado pela população em geral, as práticas médicas populares mágico-religiosas, tanto nas áreas rurais como nas cidades, foram se intensificando, diversificando e aumentando: "Pajés", "Curadores", "Entendidos", "Curiosos", "Práticos", "Feiticeiras", "Bruxas", "Espiritistas"; designados também como "Curandeiros"; foram homens e mulheres indígenas, negros, mestiços e descendentes de migrantes europeus na sua maior parte. Todos diagnosticavam, receitavam e conheciam as doenças, tanto de ordem material ou física, como as de ordem imaterial ou espiritual.

Um aspecto importante para ser destacado na análise é o relacionado ao lugar da liderança do Curandeiro dentro do grupo social e cultural dado. Geralmente é líder, e não no sentido político do termo, mas sim como o agente social de uma comunidade que por possuir um conhecimento empírico e popular, permitia-lhe se apropriar de componentes imaginários e ideológicos que lhes conferia poder e prestígio e que legitimavam sua função e lugar dentro do grupo ou sociedade. Ele é um elemento de equilíbrio social e cultural que realiza compromissos irrealizáveis na ordem física e natural, ao ser capaz de conseguir acordos com deuses, espíritos antepassados, santos e outros, através de rituais efetivos que asseguram sua ancoragem na esfera sagrada.

Segundo as informações coletadas na pesquisa, a procura pelos serviços das benzedeiras, ervateiros, curandeiros e profissionais da medicina popular em geral, era bastante significativa, como se pode constatar nas fontes estudadas. Com isso, os curandeiros foram muitas vezes afastados dos bairros centrais de Curitiba por ameaçar diretamente esse monopólio científico dos profissionais da medicina e da saúde oficial. Contra eles uniram-se policiais, boticários e farmacêuticos, jornalistas, humanistas, médicos e juristas, com ideais progressistas que tentaram promover a perseguição, marginalização, condenação e controle sobre suas práticas, o que proporcionou uma clara amostra do pensamento e da representação social que se tinha das práticas médicas populares.

Compreendeu-se então, que a polêmica surgida nos jornais e especificamente no jornal *Diário da Tarde*, sobre o Curandeirismo e os Curandeiros, refletia o embate que se travava no período entre a cultura intelectual e acadêmica que se tentava impor à população e a cultura popular. Este tipo de fonte impressa e que representou o "discurso oficial", permitiu acompanhar esse intenso debate

que se realizava na sociedade curitibana sobre a questão, e sobre e as diversas ações estatais de reeducação e repressão às práticas populares de medicina, tão enraizadas desde as origens da população brasileira.

Identificou-se também que as práticas de curandeirismo eram comumente associadas às de feitiçaria de forma geral englobando-as em um conceito mais amplo da medicina popular mágico-religiosa. De modo que se partiu da idéia de que a medicina popular mágico-religiosa esta apoiada não só em critérios científicos -orgânicos e biológicos- senão também sobre critérios que remetiam a crenças e práticas culturais, que operava com outro tipo de racionalidade. Por isso insistiu-se na importância da sua significação simbólica em relação à cultura.

Em fim, considerou-se o fenômeno do curandeirismo como um fato social, cultural, coletivo formal, ritual e tradicional, que supôs uma solidariedade de crenças e sentimentos, e cuja eficácia foi reconhecida socialmente pelo grupo ou sociedade em geral. Possuía uma lógica própria e um valor simbólico carregado de significações. Mas os elementos de crenças e práticas mágico-religiosas da população curitibana, apesar de toda essa pressão sofrida, não desapareceram. As práticas do Curandeirismo permaneceram no tempo e conservaram-se às credices, superstições e a sabedoria popular paralelamente ao desenvolvimento tecnológico.

Curas milagrosas, ritos catárticos, palavras cabalísticas, ervas e raízes, crenças construídas sobre a base de um imaginário que atou e pelo mesmo foi vivido como real. Aonde a medicina foi insuficiente ou fracassa, apareceu a esperança de uma outra resposta. Uma soma de diagnósticos e tratamentos que tomaram em conta a rica diversidade e complexa existência humana, entretecendo ligações até invisíveis entre o subjetivo e o objetivo, entre o consciente e o inconsciente, entre o material e o imaterial, em um universo recarregado de significações em meio do qual brotou o rico manancial do inesperado.

Referencias Bibliográficas

- ALVARENGA, Oneyda. **Catimbó**. São Paulo: D. P. M. 1949.
- BARZ, Elton. *Curitiba e planejamento urbano*. In: **A cidade e o meio ambiente**. Curitiba: Pref. Municipal, 1992. p. 07.
- CAMARGO, Maria. **Medicina Popular**. São Paulo: Cadernos do Folclore 8. 1976.
- CAMPOS, Eduardo. **Medicina Popular, Superstições, Credices e Mezinhas**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante. 1955.
- CARVALHO, A. C. Duarte. **Curandeirismo e Medicina**. Londrina:UEL, 1999.
- CASCUDO, Luis da C. **Superstição no Brasil**. São Paulo: Itatiaia. 1951.
- CESAR, Getulio. *Curandeiros e rezadores*. In: **Credices do Nordeste**. Fortaleza. Pongetti, 1940. p.169.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**.

- Rio de Janeiro: DIFEL. 1990.
- DICIONÁRIO de Ciências Ocultas. São Paulo: Três. 1973.
- DICCIONÁRIO ENCICLOPÉDICO hispano-americano de Literatura, Ciências y Artes. Tomo 5. España: Montaner y Simón Editores. 1890. p. 1588.
- ELIADE, Mircea. **Shamanism, archaic techniques of ecstasy**. Princeton: Princeton University Press, 1974.
- ENCICLOPÉDIA portuguesa e brasileira. Vol. VIII. Lisboa. 1940. p. 290-91.
- FÁVERO, Flaminio. "O exercício ilícito de Medicina no Novo Código Penal". In: **Medicina Social**. N.4. vol 1, julho/agosto de 1947, p. 227.
- FERREIRA, J. *Rituais mágicos do campo*. In: **Magia**. 1(9) São Paulo: Três, s/d.
- FERREIRA, Aurélio B. **Novo Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. São Paulo: Nova Fronteira, 1975.
- FOSTER, George. *Relaciones entre la Medicina Popular Española y Latinoamericana*. In: **La Antropología Médica en España** (Org. M. Kenny e J. Miguel). Barcelona: Anagrama, 1980.
- LANGER, Johnni. **Feitiçaria em Curitiba (1899-1945)**. Monografia apresentada no curso de História da UFPR em Curitiba. (mimeo).
- LÉVI-STRAUSS, C. *Magia e Religião*. In: **Antropologia Estrutural 1**. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1970.
- LOYOLA, Andréa. **Médicos e Curandeiros**. São Paulo: DIFEL, 1984.
- MARTINS, Romário. **História do Paraná**. São Paulo: Rumo, 1993.
- MOSCOVICI, Serge. *Prefácio*. In: **Textos em representações sociais**. (Guareschi, P. e Jouchelovitch, S.) Rio Janeiro: Vozes, 1994.
- MONTERO, P. **Magia e Pensamento mágico**. São Paulo: Atica, 1986.
- OLIVEIRA, Elda R. **O que é a medicina popular**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- SANTOS FILHO, L. **História geral da medicina brasileira. Vol. 1 e 2**. São Paulo: HUCITEC, 1991.
- SIQUEIRA, Márcia D. **Associação Médica do Paraná (60 anos de história)** Curitiba: AMP, 1993.
- SOUZA, Laura de Mello. **O diabo e a terra de Santa Cruz**. São Paulo: Companhia das Letras. 1986.
- WESTPHALEN, C. M., BALHANA *et alii*. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar. 1969.

O mito do paraíso perdido (Amazônia) como elemento na construção do discurso do desenvolvimento sustentável e da divisão ecológica internacional

FRANCILENE DOS SANTOS RODRIGUES

.Universidade Federal de Roraima-UFRR/Depto. de Ciências Sociais.

Doutoranda do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as

Américas-CEPPAC/UnB

Endereço eletrônico: francerodrigues@yahoo.com.br ou

france@unb.br

Resumo

Este texto pretende buscar o entendimento sobre as representações do mundo selvagem, do mundo natural, da busca do Paraíso terrestre reconstruídos no período da "descoberta" do Novo Mundo e a forma como se articulam com as representações atuais sobre a Amazônia como reservatório de biodiversidade, da criação da Divisão Ecológica Internacional e o discurso do desenvolvimento sustentável. A fauna e flora extraordinárias são, em parte, os elementos que compõem o processo de construção das Representações Sociais sobre o Novo Mundo, proporcionando as condições da criação do mito moderno do Paraíso perdido expresso nas concepções de áreas protegidas ou *nichos ecológicos* presentes nas políticas de resolução da crise ambiental planetária (Diegues, 1996) e que considera a Amazônia como reservatório de biodiversidade e, conseqüentemente, o lugar de salvação para a crise ambiental.

Palavras Chaves: Representações Sociais sobre o Novo Mundo e a Amazônia - Divisão Ecológica Internacional – Crise ambiental

Abstract

This text aims at understanding about the representations of wild and natural worlds, of the search for Terrestrial Paradise reconstructed during the New World "discovery" as well as of the way such representations articulate with current representations of the Amazonia as a biodiversity reservoir, of the Ecological International Division creation and of the sustainable development discourse. The extraordinary flora and fauna are, somehow, the elements which make up the process of construction of Social Representations about the New World, giving conditions for the creation of the modern myth of lost Paradise expressed in the conceptions of protected areas or *ecological niches* present at resolution politics for planetary environmental crisis (Diegues, 1996), and considers the Amazonia as a biodiversity reservoir; consequently, the salvation site for an

environmental crisis.

Key words: Social Representations about the New World and the Amazonia - Ecological International Division - Environmental Crisis

Introdução

Este trabalho pretende analisar de que forma as representações do mundo selvagem, do mundo natural, da busca do Paraíso terrestre reconstruídos no período da descoberta do Novo Mundo se articulam com as representações atuais sobre a Amazônia como reservatório de biodiversidade, da criação da Divisão Ecológica Internacional e o discurso do desenvolvimento sustentável.

A Europa do século XV construiu um imaginário para o qual a América, habitada por povos bárbaros, deveria transformar-se em um Novo Mundo. Nela, os descobridores e colonizadores deveriam implantar todos os padrões básicos da cultura europeia, soterrando a barbárie. As cidades construídas, segundo as determinações dos europeus, representariam a implantação dos padrões básicos da cultura europeia. Seria a expressão primeira de um Novo Mundo criado à imagem e semelhança do velho. Assim, a América refeita, segundo os moldes europeus, tornar-se-ia parte substancial na montagem de uma economia mundial, centralizada em Portugal e na Espanha.

O olhar sobre a América vai se modificando. A percepção do mundo desconhecido, externo, tem como ponto de partida o que já se conhece, o mundo que é familiar. O imaginário do conquistador construiu uma visão deste mundo que incluía a possibilidade de existência de *um outro ser* (homem americano) e de um outro *espaço geográfico* (Novo Mundo) a *serem construídos não segundo uma realidade concreta derivada do conhecimento singular do objeto, mas de um processo inverso no qual os signos se encarregam de representar o sonho da coisa* (Baumann;1992:58).

Segundo Cancelli (2001), a projeção sobre a América funde a um só tempo o desejo, o sonho e a projeção de futuro. Esse Novo Mundo exerce uma atração para a aventura, a riqueza e a lascívia, ao mesmo tempo em que se converte, principalmente a América Latina, em pesadelo, como lugar de dificuldade, de pobreza, de miséria. A relação paraíso e inferno, pesadelo e castigo também estão presentes na construção do imaginário e representação sobre a Amazônia brasileira, ou seja, como lugar de degredo representado pelas condições extremas que dificultam a sobrevivência do homem e necessitam ser ultrapassadas; são penitências para garantir um lugar neste Paraíso. Sendo assim, antes de chegar ao paraíso, tem-se que passar pelo purgatório, lugar intermediário entre o céu e o inferno, lugar purificador (Pieroni;1998).

Por outro lado, a representação sobre a Amazônia enquanto lugar

paradisiaco está centrada na construção de um discurso da Amazônia como reservatório de biodiversidade e, conseqüentemente, o lugar de salvação para a crise ambiental.

Representação do novo mundo

Entende-se representação social como *um processo de construção social da realidade* cuja função é a naturalização de determinadas idéias e a apreensão do mundo, para assim poder interpretá-lo. É esta interpretação que direcionará as relações dos indivíduos com o mundo, orientando e organizando as formas de comunicação e conduta (Jodelet; 1984. In: Andrade, 1999:108). Neste sentido, os elementos que compõem o processo de construção das Representações Sociais são informações, imagens, atitudes, idéias, valores e crenças.

Na literatura, porém, há uma certa imprecisão quanto aos estudos das *representações sociais*, muitas vezes utilizadas como sinônimo de *imaginário social*. Nas definições conceituais há uma junção entre linguagem, símbolo, imaginário e representação. A relação *simbólica*, *entre o signo e o que ele dá a conhecer é, portanto, uma relação de representação, em que o signo toma o lugar da coisa representada, o que só pode se efetuar com o recurso ao imaginário* (Capelato & Dutra; 2000:228).

As sociedades elegem sempre algumas formas prioritárias de se representarem, de falar de si mesmas. Nas sociedades Antiga e Medieval, os mitos - narrativas que descrevem a origem do mundo, do homem e as suas relações com os deuses e os espíritos - funcionavam como processos de significações que tinham finalidades práticas de conhecer e agir sobre o mundo¹. O imaginário social deste longo período se construía a partir das lendas que descreviam a Índia e sua mitologia, a busca do paraíso e da vida eterna. O imaginário do homem medieval era alimentado pelas lendas que descreviam o mundo fantástico oriental, retratado nas viagens de Marco Pólo, Mandeville, Pierre d'Ailly² dentre outros. As lendas e mitos instigavam no homem medieval o afã de encontrar o Paraíso de Adão, que pressupunha existir na Índia misteriosa.

Este imaginário social se constituía como uma força que regulava a vida coletiva, como elemento de controle, orientando interpretações e ações sobre o meio. O desenvolvimento da astronomia, ainda no século XIV, a expansão marítima e, com isso, a abertura para o mundo revolucionaram as noções de *tempo e espaço* e, conseqüentemente, reforçaram o imaginário sobre a possibilidade de

¹ Edgar Morin afirma que os mitos não falam somente das cosmogêneses, não falam somente da passagem da natureza à cultura, mas de tudo o que concerne à identidade, ao passado, futuro, possível, impossível, e de tudo o que suscita a interrogação, a curiosidade, a necessidade, a aspiração e por isso não pode ser interpretado por uma lógica única, mas por uma polilógica, comportando também algo de contingente e arbitrário., Morin, Edgar. O método: conhecimento do conhecimento. São Paulo: Biblioteca Universitária, 1986, p. 150.

² Marco Pólo (1251-132) As viagens de Marco Pólo; Jehan de Mandeville (1300-1372) Maravilhas do Mundo; Pierre d'Ailly (1340-1420) Imago Mundi.

localizar o Paraíso terrestre. As imagens sobre uma natureza diversificada, oriunda e influenciada pela mitologia indiana, determinavam atitudes e construção de idéias, valores e crenças sobre a possibilidade de encontrar *um grande rio que nascia em um lugar aprazível, cujas águas encobriam riquezas, e não muito longe uma fonte convidava para a total supressão dos males sociais, onde a fome, as doenças e as pestes continuamente dizimavam respeitáveis contingentes humanos* (Gondim;1994:10). A fauna e flora extraordinárias são, em parte, os elementos que compõem o processo de construção das Representações Sociais sobre o Novo Mundo, proporcionando as condições da criação do mito moderno do Paraíso perdido, expresso nas concepções de áreas protegidas ou *nichos ecológicos* presentes nas políticas de resolução da crise ambiental planetária (Diegues,1996).

Representações sobre a Amazônia e a construção da crise ambiental como crise global

No século XVIII, Pedro de Rates Hanequim, que vivera no Brasil, afirmou que o paraíso terrestre existia e se localizava no Brasil, que os rios Amazonas e São Francisco eram dois dos quatro rios paradisíacos e Adão tinha sido criado por Deus na América.

Nas representações literárias, o lugar de utopias é quase sempre uma ilha. As representações do Brasil também surgem como uma ilha paradisíaca. No que diz respeito ao Brasil *real* no imaginário mítico e escatológico ocidental, é conhecida a persistente caracterização paradisíaca da terra brasileira desde o seu descobrimento. O próprio Voltaire, em 1756, concorda com a opinião estabelecida, segundo a qual ali reina uma eterna primavera e se vive até os 120 anos de idade. Também são conhecidas as teses de Sérgio Buarque de Holanda sobre o modo como a *Visão do Paraíso* está presente no descobrimento e colonização do Brasil. O Brasil surge então como terra paradisíaca, de inocência, liberdade e abundância, lugar de realização ou de convite à realização do bem, da plenitude e do universal. Pode-se dizer que, assim como a América foi inventada antes de ser descoberta (Todorov,1996), o mito da ilha Brasil é anterior ao *achamento* do Brasil (Zantelli,1996).

Com o passar do tempo, a representação da localização do paraíso vai se alterando. As expedições científicas dão novo alento à representação do Brasil e, em especial, da Amazônia. No século XVIII, a expedição dos sábios da Academia de Ciências de Paris, cujo relator foi La Condamine, descrevia que o *homem americano ainda está na infância do mundo*. Descreve com detalhes a fauna e flora, os fenômenos do rio tal, como a pororoca. A verdade de La Condamine repousava sobre as maravilhas da natureza tropical. Outras expedições sucederam a de La Condamine, como a chefiada pelo professor George Edward Waldron, do Instituto Zoológico, todas em busca de um mundo perdido, da origem do homem

e de sua historiografia (Gondim; 1994).

Estas representações do mundo selvagem, da natureza em estado puro e do mundo natural intocado pelos homens servirão de sustentação para a criação de parques nacionais americanos, em meados do século XIX nos Estados Unidos, ou seja, a recriação do mito do Paraíso perdido servirá de base para a representação e conceituação de áreas protegidas. A representação do mundo natural como algo intocável configura-se como um *neomito*, estabelecendo uma simbiose entre o pensamento racional e o mitológico. Como afirma Thuillier, *nos textos com preocupações ecológicas, os velhos mitos reaparecem de forma espontânea com um entusiasmo quase religioso e com vigor apocalíptico* (Thuillier; In: Guedes; 1996:289).

Segundo Morin (1991), ao mesmo tempo em que a história contemporânea dissolve as antigas mitologias, cria e restabelece outras mitologias, e recria de forma moderna o pensamento simbólico, mitológico, mágico.

Nesse processo de transformação, o pensamento mitológico evoluiu, deslocou-se, transformou-se e produziu neomitos, que se fixaram em idéias. O neomito reintroduz a explicação pelo vivo, o singular, o concreto onde reina a explicação pelo físico, o geral, o abstrato. Mas é o concreto vivido que, infiltrando-se na idéia abstrata ou geral, a torna viva. Não reintroduz os deuses e os espíritos. Espiritualiza a idéia a partir do interior. Não retira necessariamente o sentido racional da idéia parasitada. Inocula-lhe uma sobrecarga de sentido, que a transfigura. Assim, as mitologias – narrativas do tipo antigo dissipam-se, mas as ideologias recolhem e alimentam o nucleus do mito (Morin, 1986:157 In: Guedes, 1996:288)

Assim, no século XX, principalmente a partir dos anos 70, a crise ambiental³ vai se configurar nos discursos de diversos sujeitos históricos⁴ - organismos internacionais, cientistas, governos dos países desenvolvidos, ambientalistas e governos dos países considerados periféricos ou subdesenvolvidos - como um problema planetário, cosmológico e, como tal, a salvação dependeria de toda a humanidade.

As condições históricas objetivas para o surgimento da crise ecológica podem ser computadas, por um lado, ao fim da Guerra Fria e à contraposição com

³ Crise ambiental é geralmente associada às mudanças climáticas, como o aumento da temperatura da terra em decorrência do efeito estufa, devastação das florestas tropicais, redução da biodiversidade, exaustões e contaminações dos solos, extinção de animais silvestres, contaminação das águas doces e poluição dos mares, aumento da população e urbanização, uso de energia a base de recursos naturais não renováveis.

⁴ Todo discurso reflete uma certa prática social ao mesmo tempo em que é ele próprio, prática social. O discurso é também o espaço em que emergem as significações e onde saber e poder se articulam. Quem fala, fala de algum lugar, ou melhor, a fala do sujeito é produzida a partir de um determinado tempo e lugar e sua fala é um recorte das representações de um tempo histórico e de um espaço social (Brandão; 2002:49).

o socialismo e, por outro lado, à necessidade de o próprio sistema capitalista refletir sobre as condições materiais de sua reprodução, que tem como particularidade intrínseca a demanda sempre crescente dos recursos naturais renováveis ou não renováveis.

A emergência da crise ambiental como debate público, baseado no discurso do esgotamento dos recursos naturais da terra, ganhou visibilidade e se fortaleceu a partir de 1989, data simbólica de uma nova era para o Capitalismo. É a partir da queda do muro de Berlim que a idéia do desaparecimento da natureza ilimitada cresce e ganha visibilidade. Neste sentido, parece significativo que o problema da escassez dos recursos somente tenha se colocado no momento em que o sistema capitalista pôde como sistema econômico pensar as bases de sua sustentação, uma vez que a ameaça exógena, assumida pelo socialismo, parece ter desaparecido.

No processo de construção do consenso mundial em torno da necessidade de considerar a crise ambiental como um problema planetário, os cientistas sociais, sujeitos na construção deste discurso, têm desempenhado um papel importante. É a ciência, com sua aparente neutralidade, que vai constituir-se como um outro elemento/sujeito da construção do discurso sobre a crise e o fortalecimento da idéia de planetarização. É a suposta neutralidade da ciência que vai respaldar a noção de planeta, como se ela e outras categorias, tais como ecossistema e natureza, teoricamente, estivessem numa condição de superioridade e exterioridade ao homem e às relações sociais. O poder da ciência é assim cooptado, coordenado, controlado e dominado pelo poder dos organismos internacionais e pelas organizações tecno-burocráticas.

À medida que a deterioração do ambiente passa a ser concebida como um desequilíbrio planetário, favorece as condições necessárias ao capitalismo mundial, por meio de organismos internacionais que o representam, ao mesmo tempo em que reforça a idéia planetária do próprio capitalismo, com a formulação do projeto de salvação do planeta. É daí que decorre a capacidade de o sistema formular **o discurso de unificar povos**, superar diferenças sociais e econômicas, em favor da última causa realmente humana: a salvação do planeta.

Segundo Fernandes(2000), por trás de todas as teses políticas sobre o meio ambiente e das próprias relações de poder, estão presentes a prática científica como seu suporte. É neste sentido que a ciência, a partir da naturalização da crise ambiental como um problema planetário, busca estabelecer um aparato teórico que unifique uma visão economicista e ambientalista, cujo processo vai se concretizar no conceito de Desenvolvimento Sustentável.

Construção do discurso e modelo de desenvolvimento sustentável

A crise ambiental demarcada a partir do reconhecimento público - na década de 70 - da escassez dos recursos fósseis foi associada, quase que

automaticamente, ao problema da escassez de recursos energéticos e aos danos provocados pela produção de dejetos e gases poluentes, que passavam a ser concebidos como um problema que comprometia a vida do planeta.

A substituição do keynesianismo pelo liberalismo econômico favoreceu a crítica ao modelo de desenvolvimento implementado nos vinte anos de crise, ao mesmo tempo em que se formava um novo estágio da economia mundial. Assiste-se a uma mudança no discurso e nas preocupações com o desequilíbrio entre países do Primeiro e do Terceiro Mundo, que resultou nas políticas de ajuda. O marco desta mudança pode ser estabelecido e demarcado a partir do Relatório da Comissão de Desenvolvimento e Meio Ambiente da América Latina e Caribe, denominado de Nossa Própria Agenda, elaborada no ano de 1988. É no contexto desse novo modelo econômico globalizado e de interdependência entre as sociedades, nos aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais e na idéia de um mundo único, interdependente e orientado por uma concepção sistêmica de mundo, que o desenvolvimento é reconceituado, incluindo as questões relativas ao meio ambiente e às novas necessidades básicas e de bem estar, que obviamente devem estar vinculadas à economia de mercado.

É, portanto, mais uma vez sobre os auspícios da ONU, que os países industrializados do capitalismo central propõem uma nova política de desenvolvimento, expressa em termos políticos e determinada pelo reconhecimento dos limites dos recursos naturais e dos próprios limites do sistema industrial de produção. Política essa que orienta para a associação necessária entre o desenvolvimento e o meio ambiente e contribui para a emergência do movimento ambientalista em vários pontos do planeta.

O Clube de Roma publica em 1968 o Relatório Limites do Crescimento - mesmo ano da Conferência de Estocolmo - que contém idéias catastróficas e a reedição das teses malthusianas. A reversão deste quadro dependeria da capacidade da humanidade em limitar o crescimento econômico e populacional. Na Conferência de Estocolmo, é lançada a noção de *ecodesenvolvimento*, formulada ainda em 1971, em Founex, na Suíça, na reunião preparatória para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente. Esse novo modelo de desenvolvimento se apresentava como resposta aos modelos tradicionais de desenvolvimento, tão exaltados no período pós-guerra. O modelo de *ecodesenvolvimento* foi apresentado como uma alternativa ao desenvolvimento tradicional e visava, ainda, discutir as possibilidades de superar o subdesenvolvimento. A noção de *ecodesenvolvimento* tem sido usada como sinônimo de Desenvolvimento Sustentável.

Segundo Fernandes (2000), um é sucedâneo do outro, ou seja, o segundo foi influenciado pelo primeiro e ambos são regidos por alguns princípios teóricos e metodológicos semelhantes, como o sistêmico e a interdisciplinaridade, no entanto, os dois conceitos não são sinônimos.

Dentre as várias mudanças que marcaram o último quartel (quarto) deste

século estão a Revolução no campo tecnológico-cultural, os movimentos no campo da política e da economia nos anos 70 e 80, um aparente triunfo do capitalismo sobre o socialismo e, conseqüentemente, a valorização do Capitalismo como um modelo econômico global. No campo das ciências sociais, já se vislumbravam em várias teorias e concepções de mundo a morte do sujeito e a autonomia das nações como prerrogativas dos novos contornos sociais. É neste contexto que a crise ecológica transforma-se em um problema político. Parte da comunidade científica internacional sintonizada com esse projeto social que emergira após a queda do Muro de Berlim, se mobiliza e, em aliança com a tecnocracia e os governos, principalmente dos países do Norte, formulou novos conceitos e modelos de desenvolvimento com o objetivo de assegurar o crescimento econômico e a preservação ambiental.

Uma das teses de Fernandes é que

o conceito e o modelo de Desenvolvimento Sustentável é apresentado como um modelo efetivamente capaz de articular, teoricamente as idéias de desenvolvimento e de meio ambiente ao mesmo tempo em que, na prática, possibilita a manutenção do ritmo de crescimento econômico, dos modelos de apropriação da natureza historicamente praticados nos países capitalistas desenvolvidos, estabelecendo diferentes formas de organização do trabalho, de apropriação da natureza e de gerenciamento de recursos naturais, principalmente para os países do Sul, onde se localizam ricos sistemas ecológicos que despertam forte interesse político e econômico por parte do poder hegemônico mundial (Fernandes, 2000:103).

O que se pode perceber é que a idéia de *unidade* e não de *diferenças* é a que prevalece nos discursos dos organismos internacionais. As diferenças, inclusive no aspecto ecológico, não servem de elementos definidores das desigualdades entre os países; pelo contrário, as diferenças são desconsideradas e dão lugar à idéia de **sistema único** e **unidade planetária** em torno dos problemas ecológicos, como se todos os países fossem consumidores e/ou processadores das mesmas quantidades de recursos naturais e, por conseguinte, produzissem os mesmos níveis de gases poluentes e de lixo industrial. Ou ainda, como se os problemas da escassez de recursos e da poluição não tivessem vínculos com o processo de industrialização dos países do Norte .

A divisão geo-política e econômica do pós-guerra estabeleceu a polaridade Leste-Oeste e entre capitalismo e socialismo; a bipolaridade entre Norte e Sul levou à construção de países desenvolvidos e subdesenvolvidos, partindo de suposições teóricas e empíricas de que se tratavam de dois processos distintos. A abordagem dos problemas ambientais repete as mesmas suposições, ou seja,

não leva em consideração que as origens desses problemas estão na própria gênese dos sistemas econômicos mundiais. As políticas ecológicas globais são pensadas neste sentido, não põem em debate, porém, o papel dos maiores consumidores de recursos energéticos e produtores de lixo e gases poluentes. A produção, consumo e desperdícios nos países desenvolvidos são naturalizados tanto no seio do movimento ecológico internacional quanto nos organismos internacionais que articulam as políticas de enfrentamento dos problemas ambientais planetários.

A tendência é imprimir, para os países do sul, restrições ao desenvolvimento, associadas às políticas preservacionistas de *nichos ecológicos*, no sentido de assegurar seus estoques de recursos que passaram, com a crise ecológica, a ser compreendidos como de fundamental importância para a humanidade. Os *nichos ecológicos* ou a concepção de áreas naturais protegidas remete a um imaginário e símbolos do mundo natural, *de espaços mais profundos da psique humana: lugar de refúgio e contemplação, ilhas onde a mente humana pode se proteger da devastação da sociedade urbano-industrial* (Diegues:1996: 291).

São os *nichos ecológicos* resultados concretos do que se estabeleceu como a Divisão Ecológica Internacional - DEI, ou seja, áreas ricas em florestas, situadas principalmente em países subdesenvolvidos, às quais são atribuídas a função, precíua, de assegurar o equilíbrio ambiental global. Para Fernandes(2000), a Divisão Ecológica Internacional se fortalece a partir de três aspectos: **o primeiro**, diz respeito ao papel desempenhado pelo conhecimento científico, que, por meio de uma visão de mundo ecocêntrica, passa a valorizar categorias como ecossistemas, natureza e a própria noção de planeta; **o segundo** aspecto é a dependência dos países do Sul em relação aos países do Norte. Somente a condição de dependência de uma nação em relação à outra permite que sua identidade ou a de suas regiões sejam construídas fora dela, contando, inclusive, com o aval das elites políticas e científicas nacionais; **o terceiro** aspecto está explícito no discurso dos organismos institucionais, gestores da política ambiental, mas não aparece nas teses dos principais ecologistas. Ele diz respeito ao papel daqueles países que se transformaram em maiores consumidores de recursos naturais, produtores de gases poluentes e de lixo industrial.

A Divisão Ecológica Internacional, partindo de um discurso preservacionista e, conseqüentemente, da tentativa de garantir um *futuro comum*, tem apresentado como desdobramento não a proposta de mudanças nos modelos de produção e consumo dominantes, teoricamente os principais causadores dos problemas ambientais, mas uma série de medidas e de atribuições de responsabilidades que contribuem para a sua manutenção.

Neste contexto, a Amazônia assume um papel fundamental na consecução de tais objetivos e a recriação do mito do Paraíso Perdido, de uma Amazônia paradisíaca, é um dos elementos recolhidos pela ideologia para alimentar esse

mito e, conseqüentemente, a necessidade de manter esse paraíso intocado.

Conclusão

A representação do Paraíso e do Inferno tem a Amazônia como inspiradora de um reservatório de biodiversidade capaz de salvar a humanidade do destino trágico proporcionado por uma crise ambiental à qual é transformada, através do discurso, em crise ambiental global.

A Divisão Ecológica Internacional é um dos desdobramentos práticos desta representação e deste discurso. A Divisão Ecológica Internacional identifica as áreas a serem transformadas em áreas protegidas – reeditando, assim, de forma moderna, a reprodução do mito do paraíso perdido – e os organismos internacionais as definem como fornecedoras dos chamados serviços ecológicos imprescindíveis à humanidade, tais como acervo de água doce, reserva da biodiversidade, seqüestro de gás carbônico, reposição de recursos minerais, dentre outros.

Esta Divisão Ecológica Internacional encontra no modelo de Desenvolvimento Sustentável o suporte e o respaldo, inclusive científico, e, portanto, neutro, para a elaboração de uma proposta civilizatória, apresentada como um modelo para todos. Este discurso elaborado com a proposição de um modelo civilizatório, de salvação de toda a humanidade, possui um apelo muito forte. O desenvolvimento sustentável funciona mais como uma ideologia que propriamente uma teoria à medida que todas as abordagens centram-se na perspectiva da escassez dos recursos naturais e, conseqüentemente, todas as políticas são pensadas e propostas no sentido de reduzir os padrões de consumo, independentemente das realidades específicas das populações. Desta forma, esse discurso civilizatório funciona também como instrumento de supressão dos conflitos de interesses entre os diversos grupos sociais e entre as nações. Na verdade, todo esse discurso e seu aparato conceitual e prático funcionam como projeto político-ideológico de mobilização e do consenso de todas as nações.

A perspectiva é unificar globalmente o discurso sobre os problemas e soluções para a crise ecológica, construindo, assim, uma unidade acima de todas as diferenças. A Divisão Ecológica Internacional, em vez de ser encarada apenas de maneira negativa, pode ser vista como um desdobramento necessário da ação competente da comunidade científica internacional que deveria, depois de avaliar a situação real dos estoques de recursos naturais renováveis e não renováveis e das condições de poluição da biosfera e suas implicações sobre a qualidade de vida humana, propor um conjunto de ações e de medidas para o equacionamento dos problemas detectados.

Bibliografia

ANDRADE, Ma. Antonio Alonso. *Cultura política, identidade e representações sociais*.

- Recife: FJN/Ed. Massangano, 1999(Estudos e Pesquisas n. 107).
- BLAZQUEZ, Gustavo. Exercícios de Apresentação: Antropologia Social, rituais e representações. . In: CARDOSO, Ciro Flamarion e MALERBA, Jurandir (orgs) *Representações: Contribuições a um debate transdisciplinar*. Campinas, SP: Papirus, 2000 (Coleção textos do Tempo), pp. 169-198.
- BORGES, Paulo Alexandre Esteves. Do Brasil no imaginário escatológico ao imaginário escatológico brasileiro. internet (ip241319@ip.pt)
- CANCELLI, Elizabeth. *A América do desejo: pesadelo, exotismo e sonho*. Brasília, 2002, digitado.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim e DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Representação Política. O reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e MALERBA, Jurandir (orgs) *Representações: Contribuições a um debate transdisciplinar*. Campinas, SP: Papirus, 2000 (Coleção textos do Tempo), pp 227- 267.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e MALERBA, Jurandir. *Representações. Contribuições a um debate transdisciplinar*. São Paulo: Papirus, 2000 (Coleção Textos do Tempo).
- COELHO, Maria Célia Nunes. Desenvolvimento sustentável, economia política do meio ambiente e a problemática ecológica da Amazônia. In: D'Incao, Maria ÂNGELA e Silveira, Isolda Maciel (orgs). *A Amazônia e a crise da Modernização*. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1994, pp.381-387.
- _____. COTA, Raymundo Garcia. *Desenvolvimento e meio ambiente, um arcabouço teórico para o estudo da AMAZÔNIA*. Mimeo, NAEA/UFPA, 1996.
- DIEGUES, Antonio Carlos. O Mito do Paraíso Desabitado: as áreas naturais protegidas. In: FERREIRA, Leila da Costa e VIOLA, Eduardo (orgs) *Incertezas de Sustentabilidade na Globalização*. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 1996. pp 279-318.
- FALCON, Francisco J. Calazans. História e Representação. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e MALERBA, Jurandir (orgs) *Representações: Contribuições a um debate transdisciplinar*. Campinas, SP: Papirus, 2000 (Coleção textos do Tempo), pp 41-80.
- FERNANDES, Marcionila. *Implicações teóricas e práticas do Desenvolvimento Sustentável: Um estudo com base no Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil*. Tese de doutorado. Recife: UFPE/CFCH, 2000.
- GONDIM, Neide. *A Invenção da Amazônia*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1996.
- VOLTAIRE. *Candido e o otimismo*. Porto Alegre: L&PM, 2001.
- ZANTELLI, Cláudio Luiz. *A Ilha brasileira na cartografia do século XVI e XVII, 1996* Pesquisado na. Internet em maio de 2002

Política, Estado e Ideologia no Capitalismo

Ana Lúcia de Sousa
Depto. de Ciências Sociais - UFRR

Resumo

O presente texto tem como objetivo discutir alguns conceitos que fundamentam a discussão em torno das mudanças que se vêm apresentando no mundo capitalista desde a década de 1970: o conceito de política, o conceito de Estado e o conceito de ideologia. Considera-se, portanto, que as muitas reformas que o sistema capitalista mundial vem engendrando neste final/começo de século, seja no campo das estruturas produtivas, seja no campo das relações de poder, seja, ainda, no âmbito das relações sociais mais gerais, estão mediadas por uma determinada concepção de política e de Estado, hegemônica por uma determinada ideologia. O texto que ora apresentamos tem o intuito de discutir tais concepções, buscando apresentar e discutir uma outra concepção, fundada no materialismo histórico e dialético de K. Marx.

Palavras-chave: Política, Estado, Ideologia.

Abstract

The following text aims at discussing some concepts that bring up the discussion about the changes that have been taking place in the Capitalist World since the decade of 1970, such as Politics, State and Ideology. We consider, so far, that many reforms in which capitalist world system has been through in this ending/ beginning of century, either in the raise of productive structures or related to power relations, or even based on more general social relations, are surrounded by a certain conception of Politics and State, turned hegemonic by a determined ideology. The text here presented main objective is to discuss these conceptions, trying to point out another point of view, based on K. Marx's dialectic and historic materialism.

O mundo com o qual nos deparamos, hoje, apresenta características que merecem destaque. Seja porque tais características refletem uma mudança na dinâmica das relações capitalistas de produção, possibilitada – mas não determinada – pela revolução tecnológica, sobretudo na informática e nas telecomunicações, seja porque refletem, ao mesmo tempo, uma alteração no próprio modo de vida das pessoas, no modo de pensar, de agir, nas concepções de mundo, nas

práticas sociais, hoje muito mais voltadas para o individualismo, o privatismo, bem como para o consumo desenfreado de bens, mesmo que para a maior parte das populações esse consumo não chegue realmente a se concretizar. Pode-se dizer que essas parcelas, que estão objetivamente excluídas do consumo, são subjetivamente incluídas, aproximando-se das classes privilegiadas por meio dos desejos compartilhados, das expectativas criadas de que um dia elas possam vir a usufruir os bens desejados.

É um mundo cada dia mais dominado pela lógica do mercado, em que se suplanta o coletivo pelo individualismo exacerbado, e as atitudes de apatia e indiferença são festejadas como "estilos de vida" pós-modernos. Um mundo onde a obra de arte já não é autônoma, mas encontra-se dominada pela perspectiva mercadológica da indústria cultural, cujas mercadorias se orientam segundo o princípio de sua comercialização. Nesse sentido, a arte que hoje é produzida de forma predominante, ao invés de servir como mediadora entre nossa subjetividade e aquilo que experienciamos em nosso cotidiano, levando-nos a um processo de reflexão, serve, de forma deplorável, para levar as pessoas a um processo de alienação social, na medida em que seu consumo, imediato e superficial, não requer nenhum grau de reflexão, ao contrário, promove uma espécie de encantamento em que as pessoas se abstêm de pensar. Sua função é o entretenimento, cuja eficácia na manutenção de padrões comportamentais conformistas foi bem compreendida por Hitler durante o nazismo.¹

Não se pode dizer, portanto, que esse seja um fenômeno novo. Nova é a velocidade com que esse processo vem ocorrendo, possibilitada pelo grande desenvolvimento tecnológico; nova é a facilidade com que vem ocorrendo, pois, se no período do pós-guerra, que se estende de 1945 até metade da década de 1970, 'período de ouro' do capitalismo, os trabalhadores conseguiram, de modo geral, manter um nível de organização política que impedia as tentativas burguesas de mantê-los na passividade desejada, hoje essa organização é dificultada pelo grau de pressão e instabilidade a que os trabalhadores estão submetidos em função da concorrência no interior do mercado de trabalho e pelo aumento do desemprego, próprios das mudanças que vêm sendo implementadas nas relações sociais de produção.

Para compreender o conjunto das transformações que vêm ocorrendo no modo de produção e acumulação capitalista e suas implicações no mundo do trabalho, na concepção de Estado e no debate sobre a democracia faz-se necessário explicitar a compreensão de alguns conceitos, fundamentais para o debate. Entre esses, a concepção de política, visto que é no contexto da política mais geral que situamos as políticas específicas, como as educacionais; a de Estado, pois é onde se define a hegemonia política na sociedade, e particularmente, é o respon

¹ Processo que foi analisado por Adorno e Horkheimer em obras como "Dialética do esclarecimento", de 1947, entre outras. Em conferência em 1962, na Alemanha, Adorno afirma que o objetivo último da indústria cultural é a dependência e servidão dos homens.

sável pelas políticas setoriais; e de ideologia, que está presente em todas as formas de representação humana, sem o entendimento da qual não é possível compreender as construções sociais da atualidade.

Em primeiro lugar é importante explicitar o que se entende por política. Política diz respeito à construção da vida em sociedade, o que implica fazer opções no que concerne à forma de entender a vida, o mundo, as relações entre os indivíduos, a sociedade. Isso significa também práxis: ação política embasada numa visão de mundo e num projeto de sociedade mais ou menos explícito. Ora, as sociedades não são um simples amontoado de indivíduos reunidos de forma abstrata, numa relação homem a homem. Ao contrário, uma sociedade constitui um conjunto de relações sociais que correspondem a formas concretas de existência, modos específicos, determinados, de produzir e reproduzir a vida humana.

É importante, assim, distinguir entre, de um lado, a concepção subjetivista da política, centrada no sujeito genérico ou abstrato (exemplo: *homo economicus*), da qual decorre uma concepção de sociedade puramente funcionalista, ou simples somatório de seres indiferenciados, sem articulação com as condições materiais que produzem as relações entre eles. Essa visão, que Marx caracteriza como ideológica e a-histórica, implica uma particular concepção de Estado, como veremos à frente. E de outro lado, a concepção histórica, materialista (marxista), que identifica nas relações de produção as raízes das relações sociais e o espaço fundante do poder real. Nessa visão, afirma Sader (1993: 46), a política constitui uma síntese das relações sociais determinadas historicamente, isto é, o grau mais alto de consciência e atividade social.

Assim, política, da forma como compreendemos aqui, diz respeito às relações entre homens concretos, focalizados a partir de suas exatas determinações sociais. Homens que constroem e se constroem historicamente de modo social, ou seja, na relação com outros seres humanos. A concepção de homem implícita nessa visão é a de um ser individual - com características particulares que o distinguem de todos os outros seres - e coletivo - que o faz membro de uma sociedade, com características semelhantes, historicamente construídas.

Em razão disso, os atos políticos refletem uma certa ambigüidade, advinda do fato de que são ações de sujeitos, que agem de acordo com suas motivações particulares, buscando, ao mesmo tempo, legitimar-se de forma universal. E é justamente essa tensão entre os desejos e as paixões, que movem os homens na sua individualidade, e as necessidades humanas universais que dão aos atos políticos a possibilidade da mudança, da quebra de limites, de criação e recriação. Nesse sentido, a concepção de práxis desenvolvida por Marx é a síntese dessa possibilidade: atividade projetiva, refletida, antecipadora de objetivos, pela qual o ser humano se auto-realiza, na medida em que supera os limites impostos, criando novas formas de pensar e agir (Konder, 2002).

Parece-nos importante, ainda, distinguir política de moral, posto que a moral diz respeito a atos individuais, pessoais, que se articulam com o coletivo. Com efeito, quando agem politicamente, os indivíduos o fazem defendendo interesses comuns do grupo social a que pertencem, encarnando, assim, uma função coletiva. São, portanto, indivíduos concretos, reais, membros de um grupo social determinado:

Atuando politicamente, os indivíduos defendem interesses comuns do grupo social respectivo nas suas relações com o Estado, com outras classes ou com outros povos. Na política o indivíduo encarna uma função coletiva e a sua atuação diz respeito a um interesse comum. (Vázquez, 2000: 93).

Na moral, entretanto, predomina o elemento pessoal, individual, embora articulado com o coletivo. Trata-se da relação entre as exigências sociais e o comportamento e decisões do indivíduo numa situação concreta:

Vemos, portanto, que a política e a moral se distinguem: a) porque os termos das relações que ambas estabelecem são distintos (grupos sociais num caso; indivíduos no outro); b) pela maneira distinta com que os homens reais (os indivíduos) se situam, numa e noutra relação; c) pela maneira distinta com que, numa e na outra, articula-se a relação entre o individual e o coletivo. (Vázquez, 2000: 93).

Juan Manuel Fernandez (1999: 14) afirma que o sentido da política é a liberdade, porque os homens, na medida em que podem atuar, são capazes de realizar o improvável e o imprevisível, e fazê-lo continuamente.

O autor ressalta, assim, o caráter de construção histórica, que é inerente à política. Dessa forma, assim como é possível fazer política para defender a ordem vigente, e esta é uma opção que corresponde a uma visão de mundo, é possível e imprescindível fazer política como proposição e ação que buscam a transformação da sociedade. Uma ação e uma opção política para a qual a liberdade é premissa, é condição.

A liberdade de que se fala, entretanto, não é aquela à que faz apelo a ideologia liberal. Para esta, a liberdade apresenta-se com uma concepção limitada, porque é sinônimo de espontaneísmo, de permissão para se fazer o que se deseja, desde que dentro de certas regras: as regras do mercado, visto que é da liberdade de mercado que se fala.

É por isso que os capitalistas não param de falar em liberdade, posto que a base de sua argumentação em favor da apropriação privada dos meios de produção é justamente o "indivíduo livre", com seu "individualismo possessivo". Uma simples

análise dos fundamentos dessa liberdade, entretanto, é suficiente para percebê-la como mero instrumento discursivo de dominação ideológica, posto que a sua realização efetiva, concreta está impossibilitada nos marcos do modo de produção capitalista. Sua defesa restringe-se a uma formalidade jurídica, que atinge apenas - e formalmente - o indivíduo tomado abstratamente. Não o homem concreto, capitalista - proprietário dos meios de produção, de circulação e comunicação; e sobretudo, não o trabalhador - assalariado, explorado, membro de uma classe social historicamente dominada, mas o indivíduo atomizado, abstrato. Trata-se, assim, de uma liberdade abstrata. Com efeito, uma sociedade como a capitalista, que se sustenta na exploração do trabalho humano por um grupo, uma classe social, não pode ser livre, posto que apenas essa classe que domina e explora as demais é realmente livre. As demais estão presas à condição de produtoras da liberdade daquela.

Ocorre que a liberdade preconizada pela classe dominante não considera o homem no seu sentido histórico, construtor de sua humanidade, o homem como natureza e como transcendência da natureza, pois, reagindo às necessidades decorrentes de sua situação natural, supera-as, construindo sua própria história. O homem como ser ético, que assume uma posição de não-indiferença diante do mundo, criando valores, estabelecendo objetivos, construindo-se e construindo um mundo novo ao seu redor, pelo trabalho (Marx, Manuscritos econômicos e filosóficos de 1844).

Liberdade é, assim, o oposto de necessidade, em que se situa o que Marx chama "liberdade natural", pois diz respeito àquilo que acontece necessariamente, sem que o homem possa interferir: "é a liberdade do pássaro para voar, mas é também a liberdade do leão para devorar o cordeiro." (Paro, 2001: 15).

Ao contrário, a liberdade que o homem constrói é a que lhe permite não apenas estar no mundo, como os outros seres naturais, mas estar bem, não apenas viver, mas viver bem. Essa construção não é obra individual, mas coletiva.

No modo de produção capitalista, as relações se dão em torno de classes sociais antagônicas, que se complementam e se opõem, cuja característica fundamental é a apropriação privada dos meios de produção - e por conseguinte do que é socialmente produzido - por uma classe, a burguesia, o que lhe confere o poder de dominação e de direção na sociedade: poder econômico (detentora das riquezas produzidas), poder político (organiza e dirige as relações de poder, o Estado) e poder social (visões de mundo, cultura, relações sociais mais amplas). Todo processo de dominação, porém, produz resistência, conflito e luta de classes. São, portanto, os homens que vivem concretamente nessa forma contraditória de organização social os agentes da ação política intrinsecamente conflitiva.

Essa concepção de política busca, assim, localizar o poder social real nas relações de produção capitalistas, definindo uma compreensão particular do papel e do poder do Estado.

Se a compreensão da política dentro de uma perspectiva marxista supõe classes, luta de classes e Estado como forma organizada de dominação e subordinação de classes, a crítica da política enquanto teoria e prática ideológica deve distinguir, nas relações sociais, as formas e as categorias por meio das quais se produzem essas ideologias, impedindo que a realidade se apresente em sua concretude. Nesse sentido, a análise do papel do Estado capitalista é fundamental, posto que constitui espaço privilegiado da política.

Uma concepção puramente ideológica de Estado é consequência direta da noção – também ideológica – de política segundo a qual o centro da vida social são as relações entre indivíduos, compreendidos de maneira abstrata, separados das formas concretas pelas quais eles se produzem.

Segundo essa concepção, o Estado seria uma instituição situada acima da sociedade e de suas contradições, cujo papel seria arbitrar, a partir de sua posição neutra, os conflitos sociais.

Um exemplo clássico de crítica da concepção idealista de Estado é a análise marxista da situação política da França em meados do século XIX. Marx² conclui que o desaparecimento da monarquia constitucional marcava o ressurgimento do Estado com um novo papel, atribuído pela revolução burguesa: o de unificador de todas as classes sociais. Para Sader (1993: 66), a identificação do Estado com a *nação*, entendida como a *soma dos cidadãos*, unificados formalmente em torno deste, é o *critério indispensável para o desempenho daquele papel. O sufrágio universal é o instrumento que legitima essa função.*

Com efeito, ao homogeneizar os indivíduos sob a forma de cidadãos, abstraindo suas condições sociais concretas, o Estado parece existir de forma independente das classes sociais e das relações de poder que estas estabelecem. Marx salienta que as formas assumidas pelo Estado, naquele cenário conturbado do século XIX, foram as formas necessárias para garantir o poder econômico e social da burguesia, mesmo que para isso seu poder político tenha, aparentemente, diminuído³. Com efeito, a burguesia percebeu,

naquela conjuntura, que, ao se apossar diretamente e se isolar no Estado, fica impedida de consolidar seu poder sobre toda a sociedade, pois coloca em

² Ver: "As Lutas de Classe na França de 1848 a 1850" e "O 18 Brumário de Luis Bonaparte" em Marx, K. "Obras escolhidas". São Paulo, Alfa Omega, 1982, Volume I. e Marx, K. "A Guerra Civil na França". Paris, Editores sociais, 1953. Sobre as concepções de Estado e política em Marx, ver Sader (1993).

³ Os momentos mais importantes analisados por Marx sobre a situação política da França são: A monarquia de julho, que caracterizava o período anterior a 1848, quando o Estado era apropriado pela aristocracia financeira e tinha na burguesia industrial sua oposição oficial, que se aliou aos demais setores que estavam fora do poder político, como o comércio, a classe operária, os camponeses; juntos, esses setores constituíram uma frente cujo objetivo comum imediato era a derrubada do governo. Com a Revolução de 1848, instalou-se a República de Fevereiro, em que as diversas classes que se uniram para derrubar a monarquia estavam presentes inicialmente. Os conflitos latentes nessa unidade logo ficaram evidentes, e a burguesia industrial isolou-se no poder, dominou o parlamento, excluiu dele os setores populares, suprimiu o sufrágio universal, aumentando os conflitos e levando a um aumento da força do poder executivo e de seu titular, Napoleão Bonaparte, o que deu origem ao que Marx chama "bonapartismo", que significa a forma encontrada pela burguesia para conciliar sua predominância nas relações de produção com uma forma de convivência com as outras classes.

xeque o mito do Estado como órgão de toda a sociedade:

(...) [a burguesia] a fim de preservar intacto o seu poder social, seu poder político deve ser destruído; (...) o burguês particular só pode continuar a explorar as outras classes e a desfrutar pacatamente a propriedade, a família, a religião e a ordem sob a condição de que sua classe seja condenada, juntamente com as outras, à mesma nulidade política. (Marx, 1982: 236).

Ora, se o Estado precisa corresponder às necessidades de reprodução das relações sociais, numa sociedade em que essas relações se dão a partir da propriedade privada dos meios de produção, de classes sociais cujas funções se complementam ao mesmo tempo em que os interesses se opõem, esse Estado tem que se legitimar diante dessa sociedade. Essa legitimação é buscada na medida em que este assume a forma institucionalizada de relação entre indivíduos - não como membros de classes sociais - suavizando e dissolvendo essa relação sob o manto da igualdade formal, colocando os interesses da manutenção da ordem social - a ordem burguesa, com seus privilégios - como "interesses gerais", interesses da nação, dando a si próprio um caráter de autonomia ante essa "nação" de homens atomizados. Nesse sentido, pode-se afirmar que, na medida em que atua para impedir a cisão da sociedade a partir de suas contradições de classes, o Estado está comprometido com os interesses burgueses. O Estado representa, assim, a aparente abdicação do poder político pela burguesia, quando essa apenas abdicou de sua posse direta, o que não só não lhe retira o poder político na sociedade, como se torna requisito para sua manutenção.

Tal concepção de Estado constitui, assim, uma forma histórica de dominação política, que dissimula, sob o manto de uma unidade fictícia, a desigualdade real dos indivíduos e classes. Representa "a sociedade, a nação, os interesses gerais dos indivíduos", abstrações intelectuais sem determinações reais. Sua existência introduz uma forma de unidade, harmonia, ordem, que dissimula as relações entre as classes, garantindo, assim, a manutenção e reprodução da estrutura capitalista.

Elaborar a crítica do Estado na sociedade capitalista, denunciando sua vinculação com os interesses da classe dominante, como fez Marx, não significa, entretanto, entendê-lo como uma instituição monolítica, detentora de interesses únicos, absolutos e desprovidos de conflitos, aos quais estão submetidas de forma inexorável as relações sociais.

Ao contrário, compreender o Estado na concretude histórica do capitalismo, em toda a sua complexidade, requer um esforço no sentido de concebê-lo, ao mesmo tempo, como instrumento da classe dominante para manter o seu domínio, e como forma de mediação necessária para legitimar perante a sociedade os

interesses particularistas da burguesia como interesses gerais da nação. Nesse sentido é fundamental perceber o caráter ideológico de que ele se reveste e as contradições que o permeiam.

É preciso considerar, acima de tudo, que as relações sociais são relações entre homens, com interesses e vontades variados, mas com capacidades de associação política, com poder de criatividade que os potencializa para romper com todas as formas de submissão a que estejam sujeitos. Volta-se aqui, portanto, à questão da liberdade. O filósofo e revolucionário italiano Antonio Gramsci afirmava que a força imanente da história é a liberdade e apontava as possibilidades humanas da seguinte forma: o elemento determinante na história

Não são os fatos econômicos brutos, mas o homem, as sociedades dos homens, dos homens que se aproximam entre si, se entendem, desenvolvem por meio desses contatos (civilização) uma vontade social, coletiva, e compreendem os fatos econômicos, e os julgam, e os adaptam às suas vontades, para que estas se tornem o motor da economia, a força plasmadora da realidade objetiva.⁴

A análise econômica de Marx tinha como referência factual a Inglaterra, como primeira potência econômica capitalista hegemônica mundial; e a França, como exemplo de lutas políticas da ascendente burguesia, num cenário em que o capitalismo lutava para impor-se sobre as numerosas relações políticas oriundas do modo de produção feudal. Assim, a burguesia francesa lutava, ferozmente, para conquistar a plena direção da sociedade.

No século XX, Gramsci vai ter à sua frente uma realidade ao mesmo tempo igual e diferente. O mesmo sistema capitalista, já amplamente hegemônico em todas as frentes: econômica, política e social; porém, uma nova estrutura imperialista de dominação mundial, com a substituição da Inglaterra e Europa pela hegemonia norte-americana, com um modelo de desenvolvimento das forças produtivas e das relações econômicas e políticas internas e externas, que Gramsci sintetiza em seu trabalho clássico "Americanismo e Fordismo".⁵ As novas formas de reprodução da sociedade burguesa exigiam um "ambiente" próprio e um determinado modo de agir do Estado. Não apenas o mundo e o modo de trabalho importavam, mas os comportamentos, as instituições civis, as diversas formas de vida social, sobre as quais se instaura o rígido controle do Estado, sempre pronto a garantir a unidade histórica das classes dirigentes em seu interior.

Ao mesmo tempo, a experiência revolucionária bolchevique na Rússia, em 1917 - com todas as suas contradições, que não passaram despercebidas para Gramsci - fez com que ele se convencesse da necessidade de considerar o peso

⁴ Gramsci, A. Scritti Giovanili (1914 - 1918). Turim, Einaudi, 1972. P. 150. Traduzido por Semeraro, Giovanni. 1999: 21.

⁵ Gramsci, Antonio. Americanismo e Fordismo. In: Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. Ed. Civilização Brasileira, 1988.

da cultura e a função da sociedade civil como elementos fundamentais na luta pela construção da hegemonia política do proletariado ampliado, para conquistar o poder na guerra de posições contra a burguesia. Para ele, os movimentos políticos desenvolvidos na sociedade civil, num cenário de relações contraditórias, conflitos político- culturais, envolvem a construção de novos consensos entre forças diversas organizadas em partidos, núcleos intelectuais, grupos e organizações diversas, que são decisivos na constituição de uma sociedade socialista. Para tanto, era necessário partir de uma concepção ampliada de Estado e de sociedade.

Para Gramsci – como para todo marxista -, a burguesia se constitui e reconstitui sempre pelo Estado, a unidade histórica das classes dirigentes ocorre dentro do Estado. Ao contrário, as classes subalternas só podem pensar sua emancipação a partir da expansão da luta de classes, envolvendo a sociedade civil, com sua complexa gama de contradições.

A concepção de Estado de Gramsci, portanto, não se opõe à concepção de Marx, ao contrário, como afirma Carlos Nelson Coutinho (1994: 53), os novos elementos aduzidos por Gramsci não eliminam o núcleo fundamental da teoria de Marx, Engels e Lênin, ou seja, o caráter de *classe* e o momento *repressivo* de todo o poder do Estado, mas o "*repõem e transfiguram*" ao desenvolvê-lo por meio do acréscimo de novas determinações.

O Estado, assim, compreende a diversidade dos organismos da sociedade civil, em que se manifestam as iniciativas individuais, seus interesses, organizações, cultura e valores: "*O Estado é todo o conjunto de atividades teóricas e práticas com as quais a classe dirigente justifica e mantém não somente a sua dominação, mas também consegue obter o consenso ativo dos governados.*"⁶

Nesse sentido, pode-se dizer que a sociedade civil é o complexo espaço onde se verificam as relações econômicas, políticas e culturais; logo, onde se confrontam projetos diversos de sociedade, e se manifestam as forças e os enfrentamentos ideológicos que garantem uma determinada hegemonia, expressa pelo Estado. É nesse espaço, portanto, que as classes dominadas política, econômica, social e culturalmente buscam espaço para se organizar e disputar politicamente a direção da sociedade, objetivando a transformação dessa realidade. Porque, afinal, o homem não se reduz ao indivíduo isolado, autônomo em si mesmo, mas se faz sujeito social no processo de conflito e interação com os outros homens e com a natureza; nas transformações que ele imprime no mundo, transformando-se a si mesmo nesse processo.

No contexto de desenvolvimento capitalista, assim, a formação do homem depende da estrutura de classes, do lugar que cada um ocupa no modo de produção comandado pela lógica do lucro; na totalidade das relações que eles estabelecem entre si e com o mundo, na experiência cotidiana de construção da vida. Nas sociedades modernas, um espaço privilegiado de reprodução das classes é a escola.

⁶ Gramsci, A. Quaderni Del Cárcere. Turim, Einaudi, 1975. Traduzido por Semeraro, 1999: 75.

Na extensa e complexa rede de inter-relações e de comunicações atuais, com a quantidade e complexidade das informações e a amplitude dos conhecimentos socialmente construídos, porém mercantilizados, a escola pública poderia ser entendida como espaço de socialização desses conhecimentos, para permitir ao indivíduo concreto compreender a realidade diferenciada na qual está inserido, ao mesmo tempo em que poderia capacitá-lo para uma prática social suscetível de transformar essa realidade, de acordo com seus interesses.

Esses interesses, entretanto, como já vimos, dizem respeito a realidades de vida não apenas diferentes, mas antagônicas. Logo, quais interesses prevalecem? Que grupos sociais conseguem fazer com que seus interesses não apenas sejam dominantes, mas que sejam mascarados como interesses gerais da sociedade, quando são interesses particulares, de uma classe social historicamente determinada? Quais os mecanismos que permitem fazer o particular aparecer como universal, e as demais particularidades, ou melhor, os interesses de outras classes, que não estão ou estão apenas marginalmente contemplados nesse "universal", tornarem-se difusos e confusos, de forma a não serem percebidos?

Por que a educação nessa sociedade, ao invés de elemento de formação de sujeitos críticos, capazes de transformação social, tem sido, historicamente, elemento de reprodução e acomodação social, constituindo-se como efetivo aparelho ideológico de Estado⁷, com a função de conservar um sistema social cuja síntese é a exploração capitalista do trabalho humano assalariado, a desigualdade social?

Para entender esse processo de mistificação da realidade, é imprescindível conhecer o papel das ideologias, visto que as relações entre as classes no capitalismo são, na verdade, relações de dominação que se verificam nas várias dimensões: econômica, social, política e cultural, para as quais as ideologias são vitais.

Leandro Konder (2000), em recente e profundo estudo sobre a questão da ideologia, chama a atenção para a polissemia do conceito, para as "leituras" diversas e contraditórias a que o conceito tem sido submetido. A concepção de ideologia aqui apresentada tem em Marx o seu fundamento, e sua formulação se inspira no trabalho de Konder.

Segundo esse autor, a concepção de ideologia em Marx está ligada ao conceito de alienação, pois diz respeito a uma construção teórica distorcida, porém ligada a uma situação histórica ensejadora de distorções.

Na crítica à concepção de Estado de Hegel, Marx dá conta de que o Estado que se considera universal, está, de fato, comprometido com a propriedade privada, e é ilusória a idéia de que o Estado é determinante, quando na realidade é por ela determinado. Marx enfatiza o fato de que o modo de produção capitalista reduz a

⁷ Sobre Aparelhos Ideológicos de Estado, ver: Althusser, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

força de trabalho humano à condição de mercadoria. Por meio dos conceitos de valor de uso – o valor que se realiza quando se vive a experiência de servir-se de algo – e valor de troca – valor que se define no âmbito das relações sociais – advertia que, ao transformar a força de trabalho em objeto de compra e venda, se está negociando a própria vida humana, sua capacidade de criar valores de uso, e, sobretudo, de aumentar o valor de troca das novas mercadorias produzidas pelo trabalho alienado. A expansão do valor de troca não elimina, mas obscurece a percepção do trabalho humano concreto, provocando um quadro em que as mercadorias parecem ter vida própria, o que Marx chamou de fetichismo de mercadoria: as relações entre objetos se personalizam e as relações inter-sujeitos se coisificam.

Ora, na medida em que os valores de troca passam a comandar as relações sociais, o dinheiro, como equivalente universal destinado a agilizar a troca de mercadorias, é posto no centro da dinâmica social, e todas as coisas vão passando a ser vendáveis, causando grandes distorções nas formas de se perceber o mundo. Valores intrinsecamente qualitativos – fundamentais para as convicções duradouras que nos permitem orientar nossas vidas – são trocados por valores quantificados, sempre relativos e conjunturais (Konder, 2002: 37).

Essas inversões são fruto de uma sociedade cindida, antagônica; cisão verificada a partir da divisão social do trabalho, assente na apropriação privada dos meios de produção, inclusive da força de trabalho humana, que se torna para o homem um poder estranho, sobre o qual ele não tem domínio. Esse estranhamento diante da sua própria atividade e do produto torna-se o estranhamento da sua realidade. Essa separação do produtor com relação aos meios de produzir, ao ato de produzir (trabalho em ação) e ao produto é a base fundante da estrutura de classes antagônicas. É justamente com a divisão da sociedade em classes que se verifica a necessidade de apresentar interesses de classe como interesses comuns a toda a sociedade, conferindo às idéias particulares a forma ideológica de universalidade.

Tais distorções, porém, não significam o puro falseamento da realidade, sem qualquer correspondência na realidade histórica. Ao contrário, ao elaborar as representações sociais adequadas à sociedade de classes, os pensadores – ou “ideólogos ativos” – têm a pretensão de buscar conhecimentos plenamente verdadeiros, ou seja, acreditam na universalidade de suas teorias, o que faz com que suas elaborações, embora limitadas pelos horizontes burgueses, alcancem conhecimentos reais importantes:

para Marx, então, a distorção ideológica não se reduzia a uma racionalização cínica, grosseira, tosca, bisonha ou canhestra dos interesses de uma determinada classe ou de um determinado grupo. Muitas vezes ela falseia as proporções na visão do conjunto, ou deforma o sentido global dos movimentos de

uma totalidade, no entanto respeita a riqueza dos fenômenos que aparecem nos pormenores. (Konder, 2002: 43).

Não se trata apenas de uma visão mistificante, trata-se também de uma realidade invertida: as relações entre coisas (mercadorias) estão personificadas de tal forma, que as relações humanas (inter-sujeitos) ficam coisificadas, isto é, mediadas e invisibilizadas pelos objetos (mercadoria e dinheiro).

A ideologia, portanto, não pode ser concebida como algo exterior ao conhecimento do real, ou como pura falsificação, a ser desmascarada pela verdade escondida. Ao contrário, "onde há conhecimento há ideologia. Mas onde há ideologia há algum conhecimento, alguma coisa a ser aproveitada." (idem: 259).

Não podemos, entretanto, confundir uma e outra coisa, como se fosse impossível superar as distorções ideológicas. Ao contrário, é imprescindível avançar na análise dos fenômenos ideológicos, buscando perceber neles os elementos de verdade e as distorções em cada situação histórica específica, o que não ocorre no plano puramente teórico, pois

A questão da ideologia é uma questão teórica crucial mas não tem solução no plano da teoria: é aquela questão a que se refere uma das "teses sobre Feuerbach", quando Marx nos diz que se trata, efetivamente, de uma questão teórica que é *prática*, que deverá ser resolvida pela *práxis*. (idem, 261)

É na *práxis*, portanto, que podemos compreender e superar as formas ideológicas, logrando a transformação social.

A compreensão dessas questões mais gerais é importante, para que possamos entender que as reformas que vêm sendo desenvolvidas no mundo capitalista, na atualidade, correspondem a uma concepção determinada de sociedade, de Estado e de ideologia.

Partimos do pressuposto, então, de que o sistema capitalista passa por uma fase de modificações radicais, que podem ser entendidas como uma transição do regime de acumulação vigente até a década de 70 – conhecido como regime de acumulação fordista⁸ – para uma outra forma de acumulação, chama

⁸ O termo fordismo designa:

· Um sistema de organização da produção, baseado em duas inovações técnicas: a padronização das peças e a cadeia de montagem (introduzida por Ford em 1913). Seu resultado é a eliminação dos "tempos mortos" e o aumento do tempo de trabalho efetivo, o que representa ganhos da produtividade do trabalho, redução do custo do produto e aumento subsequente da lucratividade do capital.
· O sistema fordista ultrapassa o simples domínio da organização técnica do processo de trabalho. Ele designa, sobretudo, um tipo de desenvolvimento capitalista, cujas particularidades se manifestam, em primeiro lugar, no compromisso entre capital e trabalho e também em políticas reguladoras do conjunto do processo de desenvolvimento capitalista..

Nesse sentido histórico mais amplo, o verdadeiro introdutor do termo *fordismo* foi Gramsci num escrito carcerário de 1934, intitulado "Americanismo e fordismo". Para Gramsci *fordismo* representa, não apenas um novo modo de produção e de trabalho, mas sobretudo uma transformação do conjunto do sistema social e político do capitalismo americano, cuja característica principal consistia em transformar a Fábrica em fonte de hegemonia, isto é, de dominação e de consenso. Nessa visão a estrutura produtiva fordista é o fator organizador primarrial de toda a vida social, o centro propulsor, não só da produção material, mas igualmente da produção ideológica e, por conseguinte, da formação da consciência social e do senso comum. (CASTRO, Ramón P. *Pequenas críticas das palavras-armadilha do absolutismo de mercado*. Rio de Janeiro, 2003. Mimeografado).

da acumulação flexível, que tem como condição o uso intenso de novas tecnologias (biotecnologia, robótica, etc.). Concordamos, porém, com Harvey (1992: 117) quando afirma que essas mudanças, por mais profundas que sejam, devem ser analisadas sem perder de vista o fato de que as regras básicas do modo de produção capitalista continuam operando, e de tal forma que, embora as contradições que lhe são próprias estejam cada vez mais evidentes, fica cada vez mais difícil o questionamento de suas leis, em função de que estas são anunciadas como verdades estabelecidas, como fatos, sobre as quais nada podemos fazer.

Esse processo de criação de uma hegemonia em torno das práticas capitalistas foi facilitado pelo declínio dos regimes que se autodenominavam socialistas – fim da união Soviética, “queda do muro de Berlim”. Proclamou-se, a partir daí, a vitória definitiva do capitalismo, exaltando-se a suposta veracidade de seus postulados, olvidando-se o fato de que milhões de pessoas se encontram privadas das condições mais básicas de sobrevivência, cujo principal inimigo, contra o qual se dirige sua luta diária, é a fome.

Finalmente, uma análise rigorosa das diversas reformas no cenário político, econômico, social e cultural que vêm se desenvolvendo no mundo - nas últimas décadas do século XX e nesse início do século XXI - devem ter como suporte uma compreensão crítica do processo em que estas foram, historicamente, construídas. Para tal análise, os conceitos acima referidos são cruciais, uma vez que permitem a percepção das contradições que permeiam toda a realidade humana.

Referências Bibliográficas

- GRAMSCI, Antonio. Americanismo e Fordismo. In: Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. Ed. Civilização Brasileira, 1988.
- HARVEY, David. Condição Pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- KONDER, Leandro. A questão da Ideologia. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.
- MARX, K. A Ideologia alemã. São Paulo, Hucitec, 1989.
- MARX, K. Manuscritos Econômicos e Filosóficos. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- MARX, K. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: Obras Escolhidas. São Paulo, Alfa Omega, 1982.
- MARX, K. Para a Crítica da Economia Política. Prefácio. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- PARO, Vitor H. Escritos sobre Educação. São Paulo, Xamã, 2001.
- SADER, Emir. Estado e Política em Marx. São Paulo, Cortez, 1993.
- SEMERARO, Giovanni. Gramsci e a Sociedade Civil: Cultura e Educação para a Democracia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. Ética. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

Potencialidades de turismo ecológico – Um estudo de caso: Serra do Tepequém - RR

Elinalva Rodrigues Sousa
Maria Ecilene Nunes da Silva Meneses
Curso de Mestrado em Geol. e Geoq. – CG/UFPA
José Augusto Vieira Costa
Prof.Dr. Departamento de Geologia – IGEO/UFRR
e-mail: javcosta@dgeo.ufrr.br

Resumo

Este trabalho procura mostrar de forma sucinta a potencialidade ecoturística da Serra do Tepequém, no município de Amajari no Estado de Roraima. A região possui grande beleza paisagística pouco explorada no que diz respeito ao ecoturismo. O objetivo maior desta pesquisa é evidenciar o potencial ecoturístico como ferramenta para indicar alternativas de conservação ambiental a fim de evitar a degradação dos recursos naturais. Nesse sentido, entende-se que os seres humanos como administradores da natureza devem zelar pela conservação dos recursos naturais e garantir sobrevivência de ecossistemas locais e do próprio homem como agente integrante do meio.

Palavras-Chave: Serra Tepequém, Turismo Ecológico, Roraima.

Abstract

This paper looks for to show briefly the touristic potentiality of the Tepequém mountain, situated in the Amajari District in the State of Roraima. The region possesses beauty landscape little explored in point of tourism. The biggest objective of this research is to evidence the ecotourist potential as tool to indicate alternatives of ambient conservation in order to prevent the degradation of the natural resources. In this direction it understands that the human beings as administrators of the nature must watch over for the conservation of the natural resources and guarantee local ecosystem survival and of the proper man as integrant agent of the way.

Keywords: Tepequém mountain, tourism, Roraima.

Introdução

Em todo o mundo o turismo é uma atividade em expansão, que movimenta imensos volumes de pessoas e de capital todos os anos, representando notável fonte de renda, empregos e divisas para muitos países. Todavia, é ainda uma atividade que predomina entre os países desenvolvidos, existindo grande espaço

para expansão do setor, sobretudo naquelas nações onde a atividade permanece com um grande potencial inexplorado. É e neste último caso no qual se enquadra o Brasil.

O Brasil já encontrou no turismo uma atividade econômica de importância significativa que representa um de nossos principais itens de arrecadação de divisas junto ao mercado internacional. Porém, a atividade ainda ocupa uma pequena parcela de participação no quadro deste segmento na grande maioria dos países.

Em virtude das características nacionais, o Brasil apresenta extraordinárias possibilidades de expansão, principalmente devido à diversidade e multiplicidade de seus recursos naturais. Adicionando-se a isto outras características, como a extensão territorial e de faixa litorânea, o clima tropical, a disponibilidade de mão de obra, as boas condições gerais de infra-estrutura (saneamento, transportes, comunicações, etc.) e o razoável nível de desenvolvimento econômico e industrial, encontramos uma nação com todas as condições favoráveis para o pleno desenvolvimento da atividade. Mediante essas características, o Brasil tem nas modalidades do ecoturismo um segmento totalmente viável para a expansão do turismo nacional. Incluindo-se neste quadro o Estado de Roraima que devido suas características naturais oferece um leque de opções para a prática do ecoturismo.

Ecoturismo

O ecoturismo ou turismo ecológico como também é chamado, visa a utilização do patrimônio natural e cultural de forma sustentável, buscando formar uma consciência ambientalista com o objetivo de conservar o meio ambiente, ou seja, pode-se desfrutar a natureza, mas de forma consciente, sem causar danos (WEARING E NEIL, 2001).

O ecoturismo deve promover e desenvolver turismo com bases cultural e ecologicamente sustentável, além de incentivar investimentos em conservação dos recursos culturais e naturais, utilizados, fazer com que essa conservação beneficie materialmente comunidades envolvidas para que assim haja uma participação conservacionista por parte dessas comunidades, que na sua operação não se dê maiores impactos em detrimento ao meio ambiental e cultural, e, por último educar e motivar pessoas através do envolvimento com atividades que as leve a perceber a importância que têm as áreas conservadas natural e culturalmente.

Segundo Wearing e Neil (op. cit.), o ecoturismo foi originalmente concebido como alternativa à crescente ameaça, tanto à cultura quanto ao meio ambiente, imposta pelo turismo de massa, sendo que a ênfase inicial do ecoturismo recaiu sobre um turismo comedido, que tivesse impacto mínimo sobre os ecossistemas naturais. Nesse contexto, em termos mais simples, o ecoturismo pode ser geralmente descrito como um turismo interpretativo, de mínimo impacto, discreto, em que se busca a conservação, o entendimento e a apreciação do meio ambiente

e das culturas visitadas.

Conforme Wearing e Neil (2001), o termo ecoturismo foi utilizado primeiramente por Hector Ceballos – Lascurain, e ele começou a usar o termo turismo ecológico para designar essa forma de turismo. Então, em 1983, o termo se reduziu para ecoturismo. Hector enfatizava que o ecoturismo podia tornar-se uma ferramenta muito importante para a conservação. Ele identificou o ecoturismo como uma forma de viagem na qual o ambiente natural é o foco principal, e é esse elemento que nos oferece um ponto de partida simples, porém essencial, para entender o fenômeno do ecoturismo como uma forma específica de turismo alternativo. A centralidade do ambiente natural para o ecoturismo abrange duas facetas principais:

- envolve a viagem para ambientes naturais não devastados;
- essa viagem é predominantemente para experimentar o ambiente natural.

As preocupações fundamentais do ecoturismo incluem a degradação ambiental, o impacto sobre as comunidades locais e a necessidade de um gerenciamento turístico de alta qualidade para garantir a sustentabilidade.

Chegando a uma definição sobre o ecoturismo, ele abarca, segundo Wearing e Neil (2001), quatro elementos fundamentais: em primeiro lugar a noção de movimento ou viagem de um lugar para outro. Essa viagem deve ser restrita a áreas naturais relativamente tranqüilas e protegidas, pois o foco do ecoturismo recai fundamentalmente sobre experiências em áreas naturais. As áreas naturais protegidas ou tranqüilas oferecem a "*melhor garantia para se encontrarem aspectos e atrações naturais sustentadas*". (WEARING; NEIL, 2001).

Em segundo lugar, o ecoturismo pode "rejuvenescer" a natureza. A reabilitação de áreas degradadas como resultado de atividade humana, pode ser classificada como ecoturismo, já que nesse caso, há uma contribuição clara ao meio ambiente e um benefício direto para a comunidade local.

Em terceiro lugar, o ecoturismo é indutor da conservação, e visa a levar pequenos grupos de pessoas a áreas naturais ou de proteção, com um mínimo de impacto sobre os ambientes físico, social e cultural.

A quarta idéia a ser considerada em uma definição do ecoturismo é que ele tem um papel educativo. Geralmente, o ecoturista expressa um forte desejo de aprender sobre a natureza em suas viagens. Portanto, pode-se esperar dos operadores de ecoturismo o fornecimento de um nível apropriado de explicação ambiental e cultural, em geral pelo emprego de guias adequadamente qualificados e pelo suprimento de informações ambientais, tanto antes da viagem quanto durante ela.

Dessa forma, o ecoturismo é um veículo para o aumento da compreensão dos valores ambientais, além de uma atividade que surgiu devido à mudança fundamental no modo como a natureza é vista pela sociedade.

O ecoturismo, ou seja, a idéia de que o turismo baseado na natureza

poderia proporcionar benefícios sociais e ambientais, brotou na consciência popular no final da década de 1980, tornando-se praticamente um fenômeno na década de 90. Em diversos países, o ecoturismo transformou-se em um importante tema de debate, gerando um sem-número de conferências e novos cursos e estimulando políticas de desenvolvimento em todos os níveis de governo, na indústria do turismo e no movimento ambientalista.

O Brasil e o ecoturismo

O Brasil, segundo Mourão (2000), é um país de muitos recursos naturais e com enorme potencial para todas as modalidades de turismo, porém, muitos de seus ecossistemas estão ameaçados e, em virtude da péssima fase que a nossa indústria do turismo sofre pela má imagem do Brasil no exterior, a prática de um ecoturismo irresponsável em nosso meio ambiente poderá vir a agravar esta situação.

De acordo com o SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC (1995), as áreas naturais sua paisagem, fauna e flora juntamente com os elementos culturais existentes, constituem grandes atrações, tanto para os habitantes dos países aos quais as áreas pertencem como para turistas de outras nações. Por esse motivo, as organizações para conservação reconhecem a enorme relevância do turismo e estão cientes dos inúmeros danos que um turista mal – administrado ou sem controle pode provocar no patrimônio natural e cultural.

No Brasil, muitos operadores de turismo, ambientalistas e comunidades tradicionais estão começando a descobrir o potencial do ecoturismo como alternativa de conservação e como fonte de renda e foi pensando nisto que um grupo de profissionais ligado ao ecoturismo fundaram em 93 a EcoBrasil, com a proposta de canalizar esforços fragmentados para promover o ecoturismo sustentável no Brasil, de maneira que a conservação de comunidades locais e turismo possam se beneficiar agora e no futuro.

O ecoturismo é um seguimento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem – estar das populações envolvidas (MOURÃO, 2000).

Nesse sentido, a região diamantífera na Serra do Tepequém é enquadrada nessa concepção, apesar de toda a agressão sofrida durante o auge da garimpagem até os dias atuais na região do Tepequém, ainda se encontra ali relevantes belezas naturais que se bem conservadas podem levar para a região um desenvolvimento baseado na exploração do turismo ecológico (REIS NETO 2000).

O potencial do ecoturismo na serra do tepequém

LOCALIZAÇÃO E ACESSO

Serra do Tepequém - Histórico

A Serra do Tepequém constitui um testemunho isolado de sedimentos do Supergrupo Roraima e apresenta 70Km² de superfície e altitude máximas em torno de 1.100m. Essa região foi mapeada pela Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais (CPRM), através do PGLB – Programa de Levantamento Geológico Básico do Brasil, em 1988.

Com os primeiros sinais de garimpagem de ouro e diamante no Estado de Roraima, em 1937, a Serra do Tepequém se tornou o maior garimpo da região, o que atraiu garimpeiros de vários estados do Brasil (BARROS, 1995)

Atualmente ainda existem alguns núcleos criados em torno dos garimpos em 1930-1950, um dos exemplos é a vila, e outro que está preste a desaparecer, que é o caso de Cabo Sobral.

Segundo Reis Neto (2000) por se tratar de exploração a céu aberto, a garimpagem de diamantes no Tepequém arrasou paisagens, retirou a cobertura vegetal e destruiu relevos.

De acordo com informações do DNPM/RR, o Tepequém já foi considerado reserva garimpeira, área reservada para a garimpagem onde não se podem implantar outras atividades que não seja a prática do garimpo.

O termo reserva garimpeira não existe mais, hoje é conhecido como área de garimpagem. A Lei 7.805 de 18 de julho de 1989 alterou o Decreto Lei nº 227, criando o regime de permissão de lavra garimpeira e extinguindo o regime de matrícula (garimpo).

Portanto, atualmente a Serra Tepequém não é reserva garimpeira, o que não impede que seja explorado por garimpeiros organizados na forma de cooperativas ou empresa de mineração.

Aspectos gerais da área de estudo

Aspectos Geológicos

A Serra do Tepequém forma uma sinclinal assimétrica sustentada por sedimentos do Supergrupo Roraima, (MONTALVÃO et al., 1975), tendo por base arenitos de coloração avermelhada, silicificados, granulação média, gradando para grossa até se tornar conglomerática.

De acordo com Brasil (1983), a origem do diamante no Tepequém está ligada às instruções Kimberlíticas de provável idade pós-Uatumã, possivelmente associados a magnetismo básico.

Aspectos Geomorfológicos

Montalvão et al. (1975), afirma que geomorfologicamente a Serra do Tepequém

tem uma estrutura em forma de mesa, que de acordo com estudos geológicos, foi constituída por um testemunho sedimentar. Numa escala de detalhes, esse pacote sedimentar encontra-se estruturalmente inclinado. Na parte interna a estrutura exhibe um relevo colinoso, escarpa de falha e também conta com um pequeno pedimento intermontano (COSTA E REIS NETO, 2000).

Aspectos da Vegetação

A Serra do Tepequém é caracterizada na região de entorno por floresta do tipo tropical aberta, e na borda das elevações a vegetação é caracterizada pelo contato floresta e domínio graminoso, e no centro da estrutura o pedimento intermontano é caracterizado por vegetação de gramíneas.

Com relação à prática do ecoturismo, nesse ambiente são encontradas orquídeas e vegetação endêmica. No que diz respeito à classificação fitoecológica a Serra do Tepequém é considerada um refúgio ecológico, caracterizado por plantas arbustivas e herbáceas em meio à floresta ombrófila densa.

Aspectos Climáticos

O município de Amajari possui dois tipos de clima: Awi (tropical chuvoso de savana com período seco) e o Ami (tropical chuvoso de monção no extremo leste, quente com estação seca). (SEPLAN, 1997).

A média da temperatura é de 26°C e a precipitação pluviométrica de 2.000mm. A caracterização das zonas agroclimáticas (zona serrana nordeste ou Pacaraima – Alto Cotingo), a precipitação média anual varia de 1.600mm a 1.900mm, na região do Tepequém, com temperatura média anual de 22°C a 24°C e umidade relativa ao redor de 80%. A estação chuvosa compreende os meses de maio a agosto, época de plantio no mês de maio. Sua altitude varia entre 800 a 1.200m, evapotranspiração anual de 1.200mm.

A Serra do Tepequém se caracteriza por apresentar um microclima com temperaturas amenas durante todo o ano e índice pluviométrico um pouco mais elevado que a média da região rebaixada – “lavrado”.

Aspectos Hidrográficos

A hidrografia da região é formada principalmente pelo rio Uraricoera, um dos principais formadores do rio Branco. Medindo 70Km de extensão, nasce na Serra Pacaraima. Seus principais afluentes compreendem os rios Amajari e Parimé, ambos à margem esquerda de seu baixo curso.

Roteiro de acesso a Serra do Tepequem

Saindo de Boa Vista, no sentido norte, logo no quilômetro 6 na BR 174 localiza-se o posto de fiscalização da Polícia Federal; a 14 Km à esquerda podemos ver A Serra Nova Olinda que corresponde derrames basálticos do Mesozóico, como parte da terminação do Gráben do Tacutu, a qual é uma possível província petrolífera do Estado de Roraima; à direita o linhão da energia de Guri – Convênio Brasil/Venezuela para fornecimento de energia elétrica; no Km 34 à direita localiza-se um plantio de Acácia Mangium (Projeto Ouro Verde), cujos proprietários são empreendedores suíços que devem explorar esse recurso na forma de celulose; no Km 68 localiza-se a ponte de concreto sobre o rio Uraricoera, um dos formadores do rio Branco, como também no Km 127 o rio Amajari. O percurso entre Boa Vista e a sede do município de Amajari é de 134 Km chegando em Vila Brasil, a qual também é conhecida como a capital do forró. No mês de dezembro realizam-se os festejos da padroeira Santa Luzia com torneios de vaquejada, forró, etc. Todo esse trecho é percorrido em estrada asfaltada. Depois da Vila Brasil, a estrada é de piçarra; no Km 163 chega-se ao assentamento Bom Jesus; com 172 Km chega-se à bifurcação que dá acesso ao Rio Trairão na base da Serra do Tepequém.

Plano de prática ecoturística na Serra do Tepequém

Na região diamantífera da Serra do Tepequém, podem ser utilizadas as diretrizes para a prática do ecoturismo que de acordo com WEARING & NEIL (2001) instruem em:

- Estimular os elementos comunitários, ambientais e turísticos a trabalhar em conjunto no sentido de um objetivo comum.
- O sucesso do ecoturismo depende da conservação da natureza. Diversos parques estão ameaçados, e é fundamental que todos os envolvidos com o ecoturismo tenham consciência de que recursos naturais intactos são os alicerces de sua atividade.
- Os locais de ecoturismo precisam de verba para proteção e manutenção, e a maior parte dela pode ser gerada diretamente a partir da venda de ingressos e produtos. Em diversas áreas de proteção, a entrada é gratuita e de valor simbólico, e se oferece pouco ou nenhum serviço auxiliar. Os ecoturistas também esperam encontrar lojas de presente, serviços de alimentação e alojamento e esperam pagar por isso.
- Os ecoturistas são um público valioso para a educação ambiental. Tanto os turistas naturais "tarimbados" quanto os "novatos", com pouco conhecimento de história natural, são capazes de aumentar seu grau de apreciação da área por meio de folhetos, exposições e guias.
- O ecoturismo contribuirá para o desenvolvimento rural quando os residentes locais forem incluídos no processo de planejamento. Em alguns casos, o turismo em áreas de proteção não beneficia a população próxima, porque ela não é envolvida no processo.

Estratégias de prática ecoturística na Serra do Tepequém

Considerando as belezas cênicas da região da Serra do Tepequém em que a feição que mais chama atenção é uma morfoestrutura vista a longa distância, representando uma mesa testemunho de uma sedimentação pré-cambriana na qual os estratos sedimentares estão dobrados, configurando inteiramente no centro da estrutura um pedimento intermontano com 570m (figura 02) e nas bordas da estrutura, comparece um relevo escarpado que eleva-se até a cota de 1.110 metros, propiciando o desenvolvimento de cachoeiras como as do Paiva e Cabo Sobral (figuras 03, 04, 05, 06, 07 08 e 09). As figuras correspondem a fotos, as quais, foram tomadas pelos autores no local de estudo.

Entre outras características relevantes da estrutura destacam-se a prática secular da garimpagem de diamante, a vegetação endêmica (incluindo orquídeas), a tipologia do solo e o artesanato através da utilização de "pedra-sabão".

Conforme SILVA (1998), o Tepequém é um lugar ideal para lazer, área de camping, alpinismo, trilhas com vários córregos de águas cristalinas".

Nesse sentido a Serra do Tepequém destaca-se como uma estrutura potencial para a prática ecoturística, em que uma estratégia para o bom desempenho dessa prática no sentido da conservação e consciência ambiental da região, requer que profissionais sejam habilitados e que quando da visitação dos grupos turísticos, os mesmos deveriam ser acompanhados por profissionais qualificados que descreveriam aspectos científicos nas diferentes áreas do conhecimento, em uma linguagem popular, inerente as feições mais notáveis da estrutura. Nesse contexto, profissional como geólogos, biólogos e agrônomos teriam uma participação efetiva na orientação e esclarecimentos dos grupos turísticos.



Fig. 02: Serra do Tepequém – morfoestrutura vista a longa distância representando uma mesa testemunho.¹

¹ Fotos dos autores.



Figura 03: Cachoeira do Paiva. (2001)



Figura 04: Vista panorâmica da borda leste da Serra do Tepequém



Figura 05: Borda oeste da Serra, com trecho de corredeira em primeiro plano; ao fundo relevo escarpado indicado para a prática de alpinismo (2001)

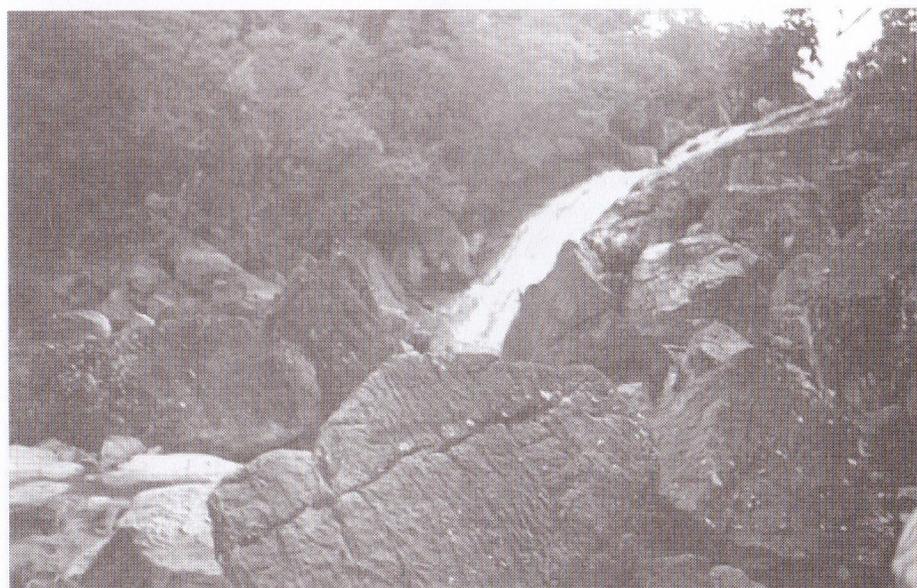


Figura 06: Primeiro degrau da Cachoeira do Paiva. (2001)



Figura 07: Segundo degrau da Cachoeira do Paiva (2001)



Figura 08: Corredeira às proximidades da Cachoeira do Paiva (2001)



Figura 09: Cachoeira do Paiva, borda oeste da Serra do Tepequém

Ecoturismo no Tepequem e a comunidade local

Benefícios

O ecoturismo no Tepequém pode trazer grandes benefícios à comunidade local. Com relação a esse assunto Wearing e Neil (2001) falaram das diversas razões pelas quais as comunidades locais devem considerar o ecoturismo:

- O desejo de se integrar ao grande crescimento do turismo, de modo geral;
- A consciência do alto valor das atrações naturais da localidade;
- A empatia com as idéias de conservação e com a necessidade do turismo sustentável;
- O desejo de revitalizar responsavelmente o turismo local.

O ecoturismo tem entre seus principais elementos a capacidade de aumentar os benefícios do turismo, não só com relação ao fator econômico (receita gerada pela região), mas também quanto à preservação da infraestrutura social e à conservação da biosfera. A comunidade da região do Amajarí deverá se beneficiar com a implantação do ecoturismo de acordo com a demanda crescente por acomodações, restaurantes e bares e, portanto, maior viabilidade para hotéis, e pousadas; receita adicional para

comércio varejista local e outros serviços; mercado maior para produtos locais (agrícolas, manufaturados, etc) o que sustentaria usos e costumes tradicionais; emprego de mão-de-obra local qualificada ou não (por exemplo, guias de ecoturismo, ajudantes de venda, garçons, etc); fonte de financiamento para proteção e melhoria / manutenção das atrações naturais e dos símbolos de patrimônio cultural; financiamento e voluntários para trabalho de campo.

Problemas

As questões conflitantes expressam por representantes das comunidades hospedeiras em relação ao desenvolvimento turístico recaem em categorias inter-relacionadas (WEARING; NEIL 2001):

- A falta de oportunidade de se envolver no processo de tomada de decisões quanto ao ecoturismo;
- As reações governamentais inadequadas quando mecanismos administrativos ou legislativos foram estabelecidos para envolvê-los em tais tomadas de decisão;
- A falta de benefícios financeiros, sociais e vocacionais que fluem para essas comunidades, a partir dos projetos que exploram comercialmente aquilo que eles consideram seus recursos;
- A necessidade de estabelecer melhores ferramentas para avaliar os efeitos socioculturais, assegurando que isso seja adotado nas medidas contra os impactos mais sérios sobre o ambiente natural, que são geralmente de maior interesse dos investidores externos e dos grupos de conservação;
- Os impactos sobre a coesão e a estrutura da comunidade;
- A rapidez do progresso turístico, que, em diversos casos, acelera significativamente a mudança social.

Se forem levados em consideração não só o interesse da indústria do turismo, mas principalmente os da comunidade, o ecoturismo tem tudo para promover e fomentar na região a elevação da consciência e do respeito em relação a outras culturas, estimulando os relacionamentos mutuamente benéficos entre hóspedes e turistas.

Considerações finais

Não restam dúvidas de que o mercado do turismo está se tornando cada vez "mais verde". O ecoturismo encontra-se no estágio de crescimento do seu ciclo de negócios, e sua popularidade permanecerá em expansão enquanto continuarem prosperando questões que dizem respeito ao meio ambiente.

As pessoas estão recebendo cada vez mais mensagens relacionadas não só com a fragilidade do meio ambiente como também de sua beleza e singularidade e da importância de manter as áreas em bom estado de conservação para as atuais e futuras gerações.

Esta pesquisa centrou-se principalmente nas potencialidades e nas possibilidades do desenvolvimento do ecoturismo na região diamantífera da Serra do Tepequém, viabilizando mecanismos que permitem planejar e desenvolver o ecoturismo na área estudada, procurando alcançar assim a sustentabilidade ambiental e os objetivos sociais afins, que incluem, por exemplo, a redução ao mínimo dos danos aos recursos naturais, a educação dos ecoturistas sobre os valores da conservação e a participação efetiva da comunidade local.

Referências bibliográficas

- BARROS, Nilson Cortez Crocia de. *Roraima paisagens e tempo, da Amazônia Setentrional*. Recife: Ed. Universitária/UFPE, 1995.
- BRASIL. Departamento Nacional de Produção Mineral. *Principais Depósitos Minerais: Conceito, Metodologia e Listagem*. Brasília, 1983.
- COSTA, J.A.V; REIS NETO, R. A. DOS. *A Mineração de Diamantes na Serra do Tepequém – Roraima como Agente Gerador de Impactos Ambientais e Modificador da Paisagem*. Revista Espaço e Geografia/UnB. Vol. 4 (1): 97-106.
- DNPM . Projeto RADAM BRASIL . *Levantamento de Recursos Naturais*. Vol. 8. Rio de Janeiro, 1975. 426p.
- MONTALVÃO, R.M.G., et al. *Geologia da Folha NA.20 Boa Vista e partes das folhas Na.21 – Tucumaque, NB.20 – Roraima e NB, In Brasil*. Departamento Nacional de Produção Mineral. Projeto RADAMBRASIL. Rio de Janeiro, 1975.
- MOURÃO, Roberto M. F. In: *Ecoturismo e Turismo Participativo*. EcoBrasil, 2000 Disponível em: <http://www.ecobrasil.org.br/hpnew/apostila.htm>. Acesso em 25/12/2000.
- REIS NETO, Raimundo Alves. *Mineração como agente modificador da paisagens, o exemplo do Tepequém – Roraima*. Boa Vista: Universidade Federal de Roraima, 2000. 36 p. (Monografia, Licenciatura Plena em Geografia – UFRR).
- SEPLAN. *Perfil do Estado de Roraima*. Disponível em: <http://www.seplan.rr.gov.br>. Acesso em 20/01/2001.
- SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC. *Ecoturismo, um guia para planejamento e gestão*. São Paulo: Ed. Senac.1995.
- SILVA, Eloan Alves da. *Potencial turístico do Estado de Roraima*. Boa Vista: Universidade Federal de Roraima, 1998 . 54p. (Monografia, Licenciatura Plena em Geografia).
- VELOSO, H. P. et al. *Geologia da Folha NA.20 Boa Vista e partes das folhas Na.21 – Tucumaque, NB.20 – Roraima e NB, In Brasil*. Departamento Nacional de

Produção Mineral. Projeto RADAMBRASIL. Rio de Janeiro, 1975.

WEARING, Stephen; NEIL, John. *Ecoturismo – Impactos, potencialidades e possibilidades*. Trad. Carlos David Szlak. Barueri – SP: Ed. Manole, 2001. 256p.

Raimunda Gomes da Silva –
Mestranda em História Social (UERJ);
professora do Instituto Superior
de Educação de Roanoke – ISE/RN

Resumo
O artigo analisa a relação entre os perfis de mulheres vividos no cotidiano e os construídos nas mídias durante as décadas de 1970 e 1980, bem como compreender como se articulam os símbolos e representações femininas entre o sagrado, o tradicional e o feminista.

Resumo

O artigo analisa a relação entre os perfis de mulheres vividos no cotidiano e os construídos nas mídias durante as décadas de 1970 e 1980, bem como compreender como se articulam os símbolos e representações femininas entre o sagrado, o tradicional e o feminista.

Abstract

This article analyzes the relation among the daily women's profile and the others built by the printng-press during the 70 th and 80 th-decades. It also tries to demonstrate how the symbols and women's representations among the sacred, traditional and the feminist articulate themselves.

Palavras-chaves: Ros Vilar; gênero; imprensa.

A presente artigo analisa a relação entre os perfis de mulheres vividos no cotidiano e os construídos nas mídias durante as décadas de 1970 e 1980, bem como compreender como se articulam os símbolos e representações femininas entre o sagrado, o tradicional e o feminista.

Este artigo analisa a relação entre os perfis de mulheres vividos no cotidiano e os construídos nas mídias durante as décadas de 1970 e 1980, bem como compreender como se articulam os símbolos e representações femininas entre o sagrado, o tradicional e o feminista.

Representações do gênero feminino: o sagrado, o tradicional e o feminismo em Boa Vista/RR nas décadas de 1970 e 1980.

Raimunda Gomes da Silva –
Mestra em História Social pela UFRJ;
professora do Instituto Superior
de Educação de Roraima – ISE/RR

Desafio do historiador: "Descobrir o alcance dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas diferentes sociedades e períodos, é encontrar qual é o sentido e como funcionavam para manter a ordem social e para mudá-la".

Natália Zemon Davis.

Resumo

O artigo analisa a relação entre os perfis de mulheres vividos no cotidiano e os construídos na imprensa durante as décadas de 1970 e 1980, bem como compreender como se articulam os símbolos e representações femininas entre o sagrado, o tradicional e o feminista.

Abstract

This article analyzes the relation among the daily, women's profile and the others built by the printing-press during the 70 th and 80 th decades. It also tries to demonstrate how the symbols and womanish representations among the sacred, traditional and the feminist, articulate themselves.

Palavras chaves: Boa Vista; gênero; imprensa.

A proposta deste artigo é analisar a relação entre os perfis de mulheres vividos no cotidiano e os construídos na imprensa durante as décadas de 1970 e 1980, bem como compreender como se articulam os símbolos e representações femininas entre o sagrado, o tradicional e o feminista.

Como base teórica recorre-se à categoria de análise de Joan Scott que define gênero "como um elemento construtivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, onde os papéis feminino e masculino definem-se em função um do outro, os quais são construídos social, cultural e historicamente num tempo e espaço cultural determinado". (SCOTT, 1996).

As fontes utilizadas são três colunas sociais a "sociedade Jaber Xaud –

Elas são assim”, publicada no Jornal “Boa Vista” entre 1974 e 1979; “A mulher na sociedade” editada nos anos 1986 e 1987 no Boletim “Igreja a caminho” e “mulher//mulher”, coluna independente, publicada no jornal “Tribuna de Roraima” que circulou no mesmo período da coluna anterior.

A primeira coluna é parte integrante do jornal Boa Vista, de propriedade do Governo do Território de Roraima, cujo período de maior circulação foi entre 1974 a 1979. O “Boa Vista” divulgava a atuação do governo e tinha como foco principal os pecuaristas. Nesta coluna, havia um espaço dedicado exclusivamente às mulheres da elite, intitulado “Elas são assim”, com objetivo de construir o perfil de mulher por meio de perguntas sobre preferências pessoais, culturais e sobre questões de ordem moral e ética.

Em geral, as mulheres entrevistadas são bem relacionadas, trabalham fora, sendo a grande maioria funcionária pública. As que não trabalham fora, têm uma vida social dinâmica e não se preocupam com questões domésticas, pelo contrário, a maioria fala claramente que não gosta de fazer atividades ligadas ao lar. Esse perfil pode ser observado por meio das citações que configuram este comportamento. Uma das entrevistadas, Lenir Pereira, professora e diretora da rede pública, revela assim, suas preferências:

“Seu perfume predileto é *Fleurs de Rocaille*. Vanusa e Benito de Paula são os seus cantores preferidos. Conhece o Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Teresina, Belém e Manaus. Gostaria de conhecer Portugal. (...) Em casa gosta apenas de administrar...” (JORNAL BOA VISTA, 09/08/1975, 9)

O jornalista apresenta também mulheres que compõem a sociedade boavistense: jovens, alegres e esportistas, adoram música popular brasileira e internacional. Este perfil é representado pela professora de Educação Física Elizabeth:

Bety gosta de ir ao Maracanã ver o Flamengo jogar e ganhar, praticar esporte, ir a praia, estar alegre e transmitir esta alegria para os outros. Frank Sinatra, Martinho da Vila, Elis Regina e Clara Nunes são os seus cantores preferidos, (...) Dos estados brasileiros prefere o Rio de Janeiro, pelas suas belezas naturais. Em casa, D.Beth gosta de ler, fazer crochê, costurar, pintar e conversar com a família. Não gosta de fazer nenhum serviço caseiro, o pior para ela é arrumar a cozinha. (...).(JORNAL BOA VISTA, 23/08/1975, 9).

As duas mulheres citadas acima são casadas com homens ligados aos segmentos sociais considerados tradicionais, como o setor agropecuário e o militar.

No entanto, são apresentadas como mulheres modernas, não diferentes de qualquer outra do centro do país: têm seu emprego e viajam bastante; algumas, talvez sejam mais viajadas do que outras mulheres de classe média das regiões sul e sudeste do país. E de certa forma com ostentação quando se vive no extremo Norte do país e se dá ao luxo de ir ao Maracanã assistir ao jogo do Flamengo.

Jaber Xaud, quando trata de mulheres migrantes, ressalta logo na apresentação a sua origem:

*"D. Tereza P. Berssino nasceu na bela cidade do Estado do Rio de Janeiro, Niterói, no dia cinco de maio".
Ler é uma das suas maiores distrações, acha Jorge Amado genial. O livro "Gabriela Cravo e Canela" achou divertidíssimo, adora sol, mar, piscina e ginástica. É desportista nata.
(...) Admira muito as pessoas esforçadas que lutam para vencer com seus maridos, como também a simplicidade e a honestidade. Conhecer Boa Vista, considerou uma das coisas mais gratas que a carreira do seu marido lhe proporcionou".(JORNAL BOA VISTA, 28/06/04/071975, 9)*

Em geral, ao identificar as mulheres com certa vanguarda, o colonista induz o nível de modernidade dessa sociedade, pois, no âmbito da cultura machista, a mulher é sempre considerada a representação do local mais conservador. Ao retratar um comportamento mais "aberto" das mulheres da elite roraimense, pode-se constatar que a sociedade local apresenta um certo grau de tolerância a determinadas conquistas femininas, por exemplo, a atuação no mercado de trabalho, o direito de estudar, de expressar o que gosta e o que não gosta publicamente e viajar, mesmo que estes avanços não busquem romper com o poder masculino.

A segunda coluna, "A mulher na sociedade", faz parte de um jornal alternativo "Igreja a caminho", da Diocese de Roraima, que circulou entre 1986 e 1987. Este era direcionado a um público mais jovem, ligado à igreja e ao movimento social e com influência da Teologia da libertação. Os assuntos destacados na página "A mulher na sociedade" referem-se à condição feminina e a algumas lutas feministas numa perspectiva cristã como: a violência contra a mulher; participação política da mulher; a luta da mulher pela igualdade; debates sobre a mulher na Constituinte. Na maioria dos textos, Maria é apresentada como exemplo de mulher, esposa e mãe.

Em 1986, pelas palavras da coordenadora desta página, pode-se perceber a direção que pretende dar a coluna:

"(...) que ela deva existir para falar sobre mulheres e pelas mulheres.

O direito de voz e vez das mulheres, uma página que fale de mulher para mulher. Uma folha sobre a mulher, de mulher para mulher. (...), mas esta voz não deve ser de uma voz feminista, pois, considero o feminismo mesquinho, prejudicial e alienante, ao menos àqueles que procuram divulgar e corromper”.

(JORNAL “IGREJA A CAMINHO”, 09/19986, 10).

Nesta mesma edição, ao tratar da participação política das mulheres, debate que na época estava em pauta em vários centros do país, por conta das discussões da Constituinte, esta edição discutia alguns problemas relacionados à condição das mulheres:

“(...) a necessidade de realizar um trabalho produtivo remunerado, normalmente fora do lar; a falta de preparo profissional, a falta de emprego meio-turno, falta de creche, baixa remuneração do trabalho feminino e a discriminação...”.(Idem. p. 13).

Observa-se que as duas citações apresentam um discurso confuso, pois, por um lado, revela preocupação com a situação de discriminação da mulher e se apropria do discurso feminista, no sentido de lutar pelos direitos das mulheres; por outro, descaracteriza o movimento feminista e valoriza uma postura considerada tradicionalmente feminina, por exemplo: comportamento recatado.

Ao tratar da participação política da mulher, pode-se constatar estas características:

“(...) a mulher deve encontrar espaço para atuar dentro dele, como em qualquer outro campo da vida social. É necessário considerar algumas necessidades importantes: a atuação política da mulher deve estar voltada para o encaminhamento de soluções aos problemas próprios da mulher. Alguns já citados acima. A mulher precisa criar um espaço político próprio, ampliar o debate, forçar a modificação de algumas leis e, sobretudo procurar manter-se no poder dentro de um comportamento digno, que realce as suas características femininas (...)”(Idem, p.14).

Nota-se que, mesmo negando o feminismo, as lutas feministas estão na pauta das discussões, conjunturas e transformações relacionadas às mulheres. Reivindicam-se mudanças, mas com moderações, por exemplo, quando defende um trabalho de meio turno; quando reivindica a atuação política feminina, mas recomenda um comportamento recatado “*que realce as características femininas*” e, portanto,

busca mudança que não fira os princípios morais cristãos, bem como a desestrutura familiar e a sexualidade, sendo este último um dos maiores tabus da doutrina cristã.

A terceira coluna "Mulher // Mulher", do Jornal Tribuna de Roraima, que circulou de 1986 a 1987, era uma coluna independente. A autora se identificava apenas pela profissão - "advogada e funcionária pública". Dentre os temas explorados destacam-se a mulher na Constituinte, violência contra a mulher, a mão de obra feminina, mulheres de vanguarda do movimento feminista nacional e internacional. Todas estas questões são exploradas numa linguagem de militância feminista, que trata destes assuntos com muita paixão, sempre buscando uma interação com o seu interlocutor, com o objetivo tanto de esclarecer, quanto de dialogar com seus pares sobre os temas relacionados à mulher. Estes aspectos podem ser observados nas citações:

"(...) Largamos o espartilho, o sutiã, arregaçamos as saias, penduramos o pano de prato e fomos à luta. Ocupamos espaços e discutimos abertamente a nossa condição e direitos de trabalho e lazer e inclusive – e principalmente – no nível sexual... Esse direito de produzir e gozar foi mais uma vitória de Pia Matarazzo e Marta Suplicy... E os homens? Muitos levantaram a bandeira e abriram fogo cerrado, outros engoliram sapos e foram buscar consolo no colo dos analistas..."(JORNAL TRIBUNA DE RORAIMA, 29/08/1986,2).

Observa-se que esta colunista, ao contrário da coluna anterior, é bastante incisiva como feminista, defende suas idéias com paixão e criatividade as transformações do comportamento feminino. Além de mostrar de forma humorada, o drama dos homens com as alterações nas relações de gêneros.

Assim, com a discussão e a história de vanguarda do movimento feminista, a colunista deixa transparecer as tensões e alterações nas relações de gênero na sociedade local, ao sensibilizá-la sobre as conquistas do feminismo e da importância desta luta em direção à emancipação feminina, além de enfatizar que é um debate contemporâneo e que ela não está sozinha, pois a própria história registra grandes mulheres como Dora Russel, testemunhas concretas desta revolução.

No texto "A mão de obra feminina", a colunista chama atenção para o perfil da mulher de outrora:

"(...) "a mulher nascia e vivia para o lar. Era preparada para o casamento, aprendendo a cozinhar, costurar, bordar enfim dedica-se somente ao marido e aos filhos". ... Com crescimento e a adesão em massa ao movimento feminista a mulher passou a ganhar mais espaços na área econômica, cultural, esportiva e financeira, conquistando principalmente o direito a ter uma profissão e exercê-la

plenamente”(JORNAL TRIBUNA DE RORAIMA, 25/07/1986, 2).

A autora mostra o modelo de mulher tradicional, o qual vem sendo substituído por outros papéis, e estas alterações só ocorreram graças ao crescimento e adesão do feminismo: as mulheres passam a ganharem mais espaços. Entretanto, isso não implica a existência de grupos feministas organizados em Boa Vista, mas é importante salientar que suas conquistas já fazem parte do cotidiano de muitas mulheres em Boa Vista. Essas alterações também são observadas no artigo intitulado “Conformismo, não!”, a colunista descreve o perfil de mulheres e homens encontrados em Roraima:

“Graças a Deus, aqui em Roraima, encontrei mulheres com essa postura, muito profissionais, conscientes de seus direitos e obrigações, e homens que dividem a responsabilidade doméstica e financeira com suas mulheres e, acima de tudo, lhes dão valor e o reconhecimento que merecem”(…). (TRIBUNA DE RORAIMA, 25/04/1986, 2).

Ao relacionar esses assuntos, a advogada apresenta uma sociedade urbana que já vivencia as mudanças marcadas pelas transformações relacionadas às mulheres, as quais exigem readaptações a novos papéis de gêneros masculinos e femininos, apresentando-os como “profissionais que partilham responsabilidades econômicas e domésticas”.

Dentro deste cenário dinâmico, onde as relações ocorrem de forma relacional, acredita-se que, aos poucos, vão se configurando novos papéis de gênero, ora confusos, como o discurso da coluna da igreja que defende lutas feministas apresentando como principal modelo de mulher a Virgem Maria que é um símbolo de mulher inacessível – virgem e santa; ora categórico, como o da coluna Mulher//mulher.

Ao analisar o estilo de “mulher moderna” apresentada por Xaud, observa-se que não há rompimento com o gênero tradicional, pelo contrário, há um reforço a determinados valores como a super valorização da família, as diferenças sexuais cristalizadas, apresenta mulheres realizadas que não reivindicam mudanças nas relações de gênero; a exposição do luxo, vida desprendida e feliz, conectada com o centro do país, faz parte da vida próspera do esposo. Parafraseando Scott: “os comportamentos femininos e masculinos são construídos, relacionais e dinâmicos”.

Portanto, mesmo com símbolos de ostentação, exibindo requintes que não trazem grandes transformações nas relações de gênero, supõe-se uma certa flexibilidade desta elite e uma certa redefinição nas relações de gênero, pois já não representam homens e mulheres de uma sociedade rural, mesmo que habite uma cidade pacata com cerca de 16.727 habitantes conforme o anuário estatístico de 1979.

Já as duas últimas colunas, ambas do mesmo período, revelam uma época

agitada e com discussões sobre uma sociedade mais “complexa”, o que na realidade configura com o contexto dos anos 80, baseado no censo demográfico de 1980 e 1991, quando Boa Vista é marcada por um alto crescimento migratório: aproximadamente 143% de migrantes de diferentes regiões do país. Dentre os novos atores sociais, destacava profissionais liberais, funcionários públicos, comerciantes, garimpeiros entre outros. Acredita-se que o público alvo destas colunas tinha certas semelhanças, eram mais jovens e mais qualificados.

Assim, entre o sagrado e o profano as diferenças sexuais vão se (des)naturalizando e construindo outros modelos de comportamentos masculinos e femininos que não rompem totalmente com o sagrado e o tradicional, mas articulam outras alternativas de relações de poder. Neste sentido, os periódicos defendem e demonstram uma postura de vanguarda em relação às mulheres, considerando que a sociedade de norte e nordeste brasileiro tem uma forte conotação patriarcal, onde o espaço definido para mulher é o lar. A representação que os periódicos fazem da mulher de Boa Vista se contrapõe ao padrão de mulher definido pela sociedade tradicional.

Bibliografia

- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: 1. arte de fazer*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- DA SILVA, Raimunda Gomes. *Reinvenção de um novo viver: Mulheres cearenses em Boa Vista (1950 – 1989)*. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHIS, 2003.
- IBGE. Censo demográfico de Rondônia, Roraima e Amapá de 1970.
- _____. Censo Demográfico de Roraima e Amapá de 1980
- _____. Censo demográfico de Roraima de 1991. Situação Demográfica, social e econômica: Primeiras considerações – Estado de Roraima. Rio de Janeiro, 1995.
- _____. Anuário estatístico do Brasil de 1979.
- _____. Censo Demográfico de 1991. *Situação demográfica social e econômica: primeiras considerações: Estado de Roraima/fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Departamento de populações*. Rio de Janeiro, 1995.
- JORNAL BOA VISTA. Boa Vista, 09/08/19975.
- JORNAL BOA VISTA. Boa Vista, 28/06 a 04/07/1975.
- JORNAL IGREJA A CAMINHO. Boa Vista, 09/1986.
- JORNAL TRIBUNA DE RORAIMA. Boa Vista, 25/08/1986.
- JORNAL TRIBUNA DE RORAIMA. Boa Vista, 25/07/1986.
- JORNAL TRIBUNA DE RORAIMA. Boa Vista, 25/04/1986.
- MATOS, Maria Izilda Santos de et al. *Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: EDUSP, 1997.
- SCOTT, Joan Wallach. *Gênero uma categoria de análise histórica*. 3ª. ed. Recife: SOS CORPO, 1996.

Trabalhador terceirizado expressa sua realidade: uma análise crítica do trabalho na Gradiente Eletrônica S. A. do Distrito Industrial de Manaus

Zânia Maria Rios Aguiar Vieira

Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia,
Jornalista e Administradora da Universidade
Federal do Amazonas (UFAM) e atual Diretora do
Departamento de Modernização Administrativa,
da Pró-Reitoria de Planejamento e
Desenvolvimento Institucional/UFAM.

Resumo

Este artigo busca identificar, analisar e suscitar uma reflexão a cerca da percepção dos trabalhadores terceirizados a partir da realidade no dia-a-dia de trabalho, a satisfação com o trabalho que executam e a intensidade desse trabalho, a permanência no mercado de trabalho, a qualificação profissional e o relacionamento interpessoal na Gradiente Eletrônica S.A., do Distrito Industrial de Manaus.

Palavras-chave: terceirização, trabalho precário, relacionamento interpessoal.

Abstract

This article search to identify, to analyze and to raise a reflection about of the perception of the outsourcing workers starting from the reality in the work day by day, the satisfaction with the job that they execute and the intensity of that work, the permanence in the job market, the professional qualification and the relationship among persons in the Gradiente Eletrônica S.A., of the Industrial District of Manaus.

Key words: outsourcing, precarious job, relationship among persons.

As transformações profundas de ordem econômica, política e social ocorridas recentemente no mundo estão presentes na pauta de discussões dos últimos anos. A abertura econômica globalizada impõe às organizações empresariais reestruturações no processo produtivo, na gestão e na organização do trabalho, como alternativas de sobrevivência no mercado competitivo.

Essas transformações têm origem nas crises vivenciadas pelo capitalismo ao longo dos anos, decorrentes, sobretudo, da tendência decrescente das taxas de lucro. Sob a lógica da maximização da mais-valia, o grande capital busca superar essas crises, adotando medidas que atingem o mundo do trabalho de forma

perversa. Dentre as medidas, os processos de flexibilização da produção parecem intensificar a precariedade trabalho, a exclusão de trabalhadores do mercado formal e a fragilidade do movimento sindical.

Para a superação dessa crise econômica do capital ocorrem movimentos como a reestruturação da produção e dos mercados, as privatizações de empresas estatais, as fusões de empresas, as desregulamentações e a redução da participação do Estado na economia. Com a crise do *Welfare State* e do socialismo real são questionadas as funções de indução do crescimento econômico e de promoção do bem estar, que cabiam ao estado.

Ressalta-se que o processo de transformações produtivas é composto por inovações tecnológicas, à base da microeletrônica e informatização, por mudanças organizacionais com alteração nos padrões de produção, por mudanças nas relações industriais e nas relações interfirmas, cujos resultados são a flexibilização da produção e do mercado de trabalho, o processo de fusões, incorporações e privatizações.

Diante desse novo cenário, as empresas promovem profundas mudanças na organização industrial para enfrentar a recessão e vencer a concorrência internacional. Nesse contexto, os *Programas de Qualidade Total, de Reengenharia, de Downsizing e de Terceirização* implantados, parecem contribuir com a precarização e enxugamento dos empregos, com a redução dos salários, com a elevação da produtividade do trabalho e horizontalização (ou desverticalização) das estruturas organizacionais. A adoção de novos padrões tecnológico e organizacional são permitidos pela lógica do capital e pelos valores neoliberais vigentes.

Neste ambiente de transformações produtivas, o tema "Terceirização" ganha importância nos âmbitos empresarial, acadêmico e sindical. Compreendida como um modelo de gestão ou uma estratégia de descentralização produtiva, a terceirização desverticaliza as empresas e externaliza suas atividades, além de impulsionar as relações de negócios entre grandes e pequenas empresas, criar redes de subcontratação e proporcionar o relacionamento entre empresas de forma diferenciada. A prática da terceirização tem sido uma alternativa no tocante à flexibilidade organizacional, especialização e racionalização de recursos. Autores como ALVES (2000) observa que no Brasil a terceirização se dá à custa da intensificação maior do trabalho e da manutenção da estrutura de poder, com poucas mudanças na hierarquia, significando para o capital, a precariedade do mercado e das condições de trabalho.

Neste artigo, busca-se identificar, analisar e suscitar uma reflexão a cerca da percepção dos trabalhadores terceirizados a partir da realidade no dia-a-dia de trabalho, a satisfação com o trabalho que executam e a intensidade desse trabalho, a permanência no mercado de trabalho, a qualificação profissional e o relacionamento interpessoal na Gradiente Eletrônica S.A.

A expansão da terceirização na ZFM e a percepção dos trabalhadores

Nos anos 90, as indústrias instaladas na Zona Franca de Manaus (ZFM) também vivenciam as crises do capitalismo mundial e as formas globais de produção. A abertura comercial e o fim do protecionismo estatal obrigam as indústrias localizadas em Manaus, a exemplo do que ocorre no resto do País, a participar da concorrência internacional. Os produtos fabricados ou montados na ZFM passam a competir com produtos importados, notadamente os oriundos do sudeste asiático. Para sobreviver e crescer nesse mercado competitivo, as indústrias reduzem custos de produção, através da diminuição no nível de emprego, aumentam o volume de insumos importados, flexibilizam o local da produção, intensificam a automatização, elevam a produtividade, comprometem-se com uma maior qualidade dos produtos, terceirizam e mudam as formas de organização e gestão do trabalho.

A esse respeito, VALLE (2001, p.102) comenta que a abertura comercial e a recessão obrigam as empresas a racionalizar a produção e o fizeram, inicialmente, valendo-se do recurso da demissão em massa para, em curto prazo, obter a redução de custos. "Proveram, todavia, outros ajustes entre os quais se destacam a importação de *kits* para a produção de alguns produtos e a implantação imediata de projetos concebidos no exterior". Essas medidas resultam na desmobilização e redução das equipes de investigação e desenvolvimento de engenharia e conseqüente retração das atividades de adaptação e nacionalização, limitando as fontes de aprendizagem tecnológica nas áreas de tecnologia de processo e produto.

De acordo com os Indicadores Industriais da Zona Franca de Manaus¹, as indústrias do Distrito Industrial abrangem diferentes subsetores industriais, como: Eletroeletrônico, Bens de Informática, Relojoeiro, Duas Rodas, Termoplástico, Bebidas, Metalúrgico, Mecânico, Madeireiro, Papel e Papelão, Químico, Têxtil, Mineral não Metálico, Ótico, Brinquedos, Isqueiros, Canetas e Barbeadores Descartáveis, Outros.

O subsetor eletroeletrônico é o principal, responsável por 31,30% do faturamento industrial do PIM (dados de 2002) e é formado por indústrias de bens eletrônicos de consumo (áudio, vídeo e fornos de microondas), informática (computadores e seus periféricos, equipamentos profissionais (fotocopiadoras, aparelhos telefônicos e *fac-simile* e outros aparelhos de telecomunicações e componentes eletrônicos). Além de representar o maior faturamento dentre todos os outros subsetores, o eletrônico também apresenta o maior número de mão-de-obra empregada.

A reestruturação produtiva na indústria de bens eletrônicos de consumo, na década passada, segundo VALLE (2001, p. 103), caracteriza-se pela redução

¹ www.suframa.gov.br

dos níveis hierárquicos, aumento do grau de automatização, adoção de novas técnicas de organização, adoção do controle de qualidade em várias etapas do processo produtivo, nova definição dos postos de trabalho, aproveitamento do trabalho em equipe, generalização do processo de terceirização acompanhado por um maior enfoque e especialização da produção, redução do contingente de trabalhadores empregados e aumento do grau de escolaridade e qualificação dos trabalhadores.

Estatísticas da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), disponíveis em sua *Home Page* deixam claro que o processo de terceirização tem avançado nas indústrias da Zona Franca de Manaus. De janeiro a dezembro de 2000, o número de trabalhadores terceirizados nas indústrias do PIM cresceu 44,18%; em 2001, de janeiro a dezembro houve um crescimento de 5,9%; em 2002 o número de trabalhadores terceirizados de janeiro a dezembro foi de 5,5% e em 2003 houve uma elevação de 26,5%, comparando os meses de janeiro e dezembro daquele ano. Já em 2004, comparando os meses de janeiro, com 3.949 trabalhadores terceirizados e dezembro, com 3.779, constata-se que houve um decréscimo de 4,30%, entretanto, a média anual ficou em torno de 3.971, atingindo o seu pico no mês de agosto, com 4.303 trabalhadores terceirizados empregados na ZFM. Considerando os últimos cinco anos (janeiro/2000 a dezembro/2004), o número de trabalhadores terceirizados cresceu 85,70%. De acordo com OLIVEIRA (2002), na indústria eletroeletrônica da ZFM há uma tendência de aumento da contratação de trabalhadores terceirizados. A autora constata através de pesquisa realizada em quatro empresas, que em algumas delas a terceirização é superior a 30%. Áreas como engenharia industrial, engenharia de processo, planejamento e controle, administração de pessoal, controle de qualidade, materiais e compras, "antes muito valorizadas e prestigiadas" (OLIVEIRA, 2002, p.151), funcionam inteiramente com mão-de-obra terceirizada.

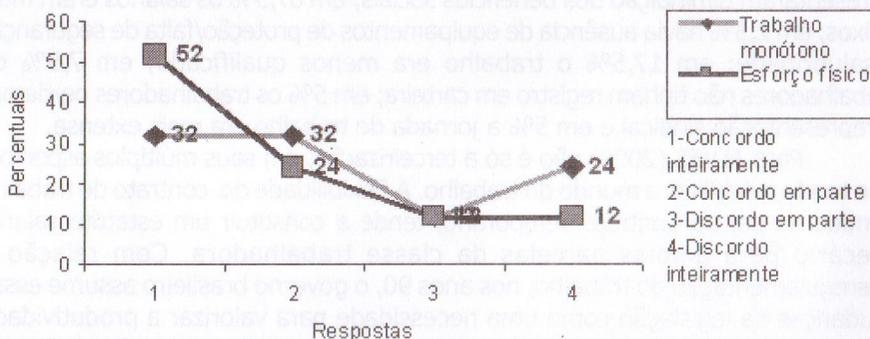
Em pesquisa realizada na Gradiente Eletrônica S.A, empresa do subsetor eletroeletrônico do Distrito Industrial de Manaus (DIM), VIEIRA (2003) identifica que o objetivo da empresa era manter-se competitiva no mercado e, para tanto, teve de direcionar seu foco para a produção, reduzindo custos, elevando a produtividade e mantendo a qualidade e diversidade dos seus produtos. A estratégia de terceirização das atividades, iniciada em 1992, abrange as atividades de apoio como restaurante, conservação e segurança, além da manutenção². Essa decisão permite que a empresa reduza custos, como afirma o Superintendente Industrial,

² A Gradiente Eletrônica S.A. considera colaborador terceirizado todo aquele que presta serviço dentro da própria planta e que não é contratado pela Gradiente, inclusive o trabalhador com contrato temporário. Por uma questão de conceito desenvolvido no corpo do referencial teórico e para efeito da presente análise, os trabalhadores com contrato temporário não são considerados terceirizados. Vale esclarecer que a Gradiente não considera terceirizados os trabalhadores de outras empresas fornecedoras e parceiras no processo produtivo que trabalham na planta da contratada. Também não são considerados terceirizados os trabalhadores das empresas que fazem o transporte dos colaboradores da Gradiente, pois segundo o Superintendente Industrial este tipo de serviço sempre foi contratado, ou seja, em nenhum momento a Gradiente realizou o transporte dos seus colaboradores com veículos próprios e, portanto, não houve terceirização.

Doutor Léo Bruno, e ainda mantenha a qualidade dos serviços através da subcontratação de terceiros.

Na percepção dos colaboradores terceirizados da Gradiente, a satisfação pelo trabalho obteve a concordância da quase totalidade (92%), enquanto somente 8% discordaram em parte. Considerando o resultado da percepção dos colaboradores terceirizados sobre o trabalho que realizam, infere-se que a maioria desses colaboradores terceirizados (92%) está motivada para o trabalho, mas vale ressaltar que a satisfação ou insatisfação no trabalho depende do grau de alcance ou não dos objetivos e expectativas. Para MOTTA (1995), o principal fator motivador para um indivíduo dedicar-se a um trabalho é o grau de satisfação esperado, e não a satisfação realmente obtida na execução de uma tarefa. Desta forma, questiona-se se esses trabalhadores teriam refletido sobre o conteúdo dos cargos que ocupam e/ou sobre o trabalho como fonte de prazer, como um aliado às perspectivas de desenvolvimento pessoal, de auto-realização e desafios e/ou como elemento de sobrevivência. A expressão de satisfação no trabalho, no entanto, é contraditória quando 72% dos colaboradores terceirizados afirmam que se preocupam com o trabalho até quando estão fora da empresa e ainda, quando 96% afirmam que gostariam de assumir outras atribuições na empresa.

MEU TRABALHO É MONÓTONO VERSUS MEU TRABALHO EXIGE E SFORÇO FÍSICO



Fonte: Pesquisa realizada na Gradiente Eletrônica S.A., em abril/2003

Como se observa, quase 70%, ou seja, 64% dos colaboradores terceirizados concordam que o trabalho desenvolvido é monótono, enquanto pouco mais de 3/4, ou seja, 76% concordam que o trabalho exige esforço físico. Como recompensa por esse trabalho *monótono e que exige esforço físico*, os colaboradores recebem

um salário pouco superior ao salário mínimo³, recebem os benefícios sociais previstos em lei, tais como alimentação e transporte, têm carteira assinada e participam do treinamento de integração realizado na Gradiente. Ressalta-se ainda, que o menor salário dos trabalhadores terceirizados representa apenas 55,77% do menor salário pago pela Gradiente aos seus funcionários efetivos. Considerando essa realidade, questiona-se como 92% dos trabalhadores terceirizados podem afirmar que gostam do trabalho que fazem?

As condições de trabalho dos terceirizados, como salários baixos, inexistência de benefícios, ritmo de trabalho mais intenso, responsabilidade sem qualquer correspondência salarial, falta de políticas de treinamento, enfim, uma situação de trabalho totalmente precária já foi identificada através de pesquisas. Uma das pesquisas analisadas por DRUCK (2001, p.137-138) foi realizada pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, intitulada "Os Trabalhadores e a Terceirização", cujos pontos principais revelam essas condições de trabalho relatadas, além de uma degradação das condições de trabalho nas empresas subcontratadas e discriminação dos trabalhadores efetivos em relação aos de terceiras. Além disso, pesquisa do DIEESE realizada em 1993, intitulada "Os trabalhadores frente à terceirização" (apud ALVES, 2000, p.268-269), aponta o ataque aos benefícios sociais como um dos principais efeitos da terceirização sobre o mundo do trabalho no Brasil e que os salários dos trabalhadores da empresa contratante tendem a ser mais elevados do que os das empresas subcontratadas. Outros pontos analisados no documento são as condições ambientais e de segurança no trabalho, muitas vezes insalubres. Nas 40 empresas pesquisadas pelo DIEESE, 72,5% apresentaram diminuição dos benefícios sociais; em 67,5% os salários eram mais baixos; em 2,5% havia ausência de equipamentos de proteção/falta de segurança/insalubridade; em 17,5% o trabalho era menos qualificado; em 7,5% os trabalhadores não tinham registro em carteira; em 5% os trabalhadores perderam a representação sindical e em 5% a jornada de trabalho era mais extensa.

Para ALVES (2000) não é só a terceirização, em seus múltiplos aspectos, que tende a debilitar o mundo do trabalho. A flexibilidade do contrato de trabalho contida na Lei do Contrato Temporário, tende a constituir um estatuto salarial precário para amplas parcelas da classe trabalhadora. Com relação à desregulamentação do trabalho, nos anos 90, o governo brasileiro assume essas mudanças na legislação como uma necessidade para valorizar a produtividade e apoiar a entrada das empresas brasileiras na competição internacional. Dentre as mudanças destacam-se, ainda, Leis, Decretos e Medidas Provisórias que: reduzem as verbas rescisórias ao assalariado rural, criam o banco de horas, dispõem sobre o serviço voluntário, emprego em tempo parcial e mantêm a precariedade na atividade desportiva. Essa instabilidade no mercado de trabalho leva os

³ O salário mínimo vigente à época da pesquisa era de R\$200,00.

trabalhadores, mesmo aqueles conscientes da sua desvalorização e insatisfação no trabalho, a se curvarem diante da ofensiva do capital.

Sobre a estabilidade no emprego, os trabalhadores terceirizados praticamente se dividem nas suas percepções, embora o percentual de concordância seja ainda maior: 56% concordam, contra 44% que discordam.

A crescente insegurança no trabalho é fruto do processo de reestruturação produtiva implementado, notadamente pelo setor industrial, com o objetivo de manter-se competitivo. Essa insegurança, segundo MATTOSO (1995, p.77) abrange os níveis do mercado de trabalho, do emprego, da renda, da contratação e representação do trabalho. No nível do mercado de trabalho, as estatísticas apontam por um lado, a diminuição do emprego na indústria, mas por outro lado, no setor de serviços o nível de emprego tem se expandido. Desta forma, a situação de crescente desemprego que atinge principalmente os menos qualificados, os jovens e os mais idosos, parece ser uma das maiores preocupações dos trabalhadores e suas representações, pois a ampliação da insegurança no emprego vem ocorrendo em todo o mundo, onde trabalhadores com empregos estáveis são substituídos por trabalhadores temporários, em tempo parcial, trabalho em domicílio e terceirizados.

A nova maneira das empresas se relacionarem com os mercados consumidor e fornecedor, aliado às estratégias de flexibilização e redução de custos via diminuição da força de trabalho permanente, levam o capital reestruturado a buscar alternativas para compor sua força de trabalho com maior flexibilidade e de uma maneira que atenda às suas demandas. Em vista disso, as subcontratações se expandem, principalmente através de pequenas empresas fornecedoras de mão-de-obra para os serviços de apoio e da produção. BRESCIANI (1997, p.89) garante que a flexibilidade do trabalho se concretiza através das concepções e práticas de organização e gestão da produção; da legislação trabalhista, sindical e social, além das condicionantes econômicas, tecnológicas, sócio-culturais e políticas que abrangem o plano da "produção" até os níveis setoriais e nacionais/regionais. Se assim ocorre, a flexibilidade do trabalho não é meramente determinada pela reestruturação produtiva, ou imposta pela lógica capitalista, esclarece.

Ora, como se explica que mais da metade dos colaboradores terceirizados (56%) considerem ter estabilidade no emprego, quando a insegurança no trabalho é uma realidade crescente? Há nessa percepção a presença de uma alienação por parte desses colaboradores terceirizados e que pode ser justificada pelo tipo de trabalho que desenvolvem: monótono e que exige esforço físico, como eles mesmos percebem, e que não lhes permitem refletir sobre o seu conteúdo? Parece que esses trabalhadores não conseguem captar a complexidade que envolve as relações capitalistas de produção e, talvez, por isso acreditam ter estabilidade no emprego. Com relação aos 44% que discordam ter estabilidade no emprego, pode-se afirmar que são colaboradores mais conscientes? Ou reconhecem, pelas condições de

trabalho que têm e pelas experiências vivenciadas em outras empresas terceirizadas - 44% já trabalharam em outras empresas terceirizadas -, que não há outra saída a não ser se submeter ao processo de desvalorização do trabalho e que pode culminar no desemprego, na exclusão social, na miséria, enfim?

Parece indicado analisar sob esse prisma, especialmente pela coincidência dos percentuais de percepções dos colaboradores terceirizados sobre a discordância com relação à estabilidade no emprego (44%) e emprego anterior em empresa terceirizada (44%). Tal fato deve ser considerado para que se compreenda a posição assumida por 44% dos terceiros, comprovando que o emprego em empresa terceirizada não é estável, onde a rotatividade no trabalho é constante. Seria então, por esse motivo, que 92% dos colaboradores gostariam de ser um funcionário efetivo da Gradiente?

No cenário brasileiro, a flexibilização do trabalho já ocorre desde a década de 80, através do trabalho sem contrato registrado, do crescimento do trabalho por tempo determinado e tempo parcial, das políticas salariais de acordo com o contexto inflacionário, do *turnover* elevado, da liberdade empresarial para demissões, das horas-extras compulsórias, das férias coletivas, das atribuições indefinidas, do trabalho polivalente, dentre outras, de acordo com BRESCIANI (1997). Nos anos 90, a onda de terceirização praticada pelas empresas ganha um impulso, em nome da *flexibilidade estratégica*, via focalização e conseqüente redução de custos e investimentos. Nesse contexto, a terceirização absorve parte da mão-de-obra excluída das organizações flexíveis via demissões.

As organizações recorrem ao recurso da terceirização por causa dos benefícios para a competitividade, na opinião do empresariado; por outro lado, para o movimento sindical a terceirização fragmenta a classe trabalhadora, além de submeter uma parte da classe trabalhadora a condições precárias de trabalho. Na visão acadêmica, estudos como os de GITAHY (1994) constatam que as relações entre empresas buscam a eficiência, a qualidade e a competitividade; outras pesquisas, como a de RUAS (1993), dão conta de que a terceirização tem como objetivo a redução de custos e ainda torna precários o trabalho e o emprego.

A *precarização do trabalho* é a descrição adequada do que está ocorrendo, ressalta SINGER (1997, p.8), "talvez melhor do que a palavra 'desemprego' ". Com as transformações das tecnologias e da divisão internacional do trabalho, os novos postos de trabalho que estão surgindo não oferecem compensações como as garantidas por leis ou contratos coletivos de trabalho. As empresas preferem, hoje, que a equipe de ex-funcionários constitua pequenas empresas e passem a lhes prestar serviços. Com isso, há uma maior flexibilidade no relacionamento e um menor custo do trabalho para a contratante e os ex-funcionários perdem a estabilidade que tinham.

É importante lembrar que no mercado de trabalho capitalista existe a concorrência entre os compradores e entre os vendedores, e neste caso, os

compradores da força de trabalho são os empresários e os vendedores da força de trabalho são os trabalhadores. No contexto atual, a concorrência entre as empresas obriga-as a reduzir custos e elevar a produtividade do trabalho, o que implica em "reduzir ao máximo a compra da força de trabalho", explica SINGER (1997, p.4). Nesse jogo de mercado, os desempregados funcionam como um estabilizador, assim como uma sobra de mercadoria estocada na prateleira que "evitam que os salários subam" (op. cit).

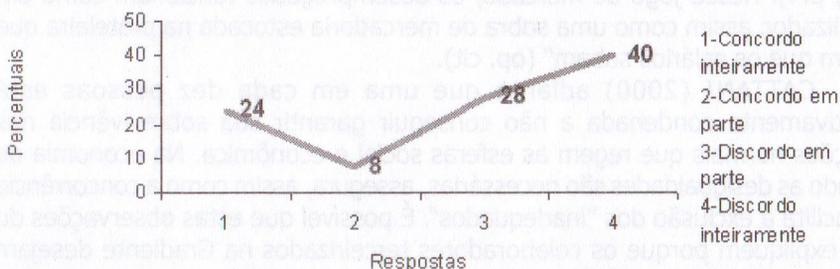
CATTANI (2000) adianta que uma em cada dez pessoas está definitivamente condenada a não conseguir garantir sua sobrevivência nas condições normais que regem as esferas social e econômica. Na economia de mercado as desigualdades são necessárias, assegura, assim como a concorrência que facilita a exclusão dos "inadequados". É possível que estas observações do autor expliquem porque os colaboradores terceirizados na Gradiente desejam ser um trabalhador efetivo. Provavelmente identificam que parte dos colaboradores efetivos está, pelo menos enquanto se mantiver empregada, garantindo, de certa forma, sua sobrevivência, com uma remuneração superior a sua, assegurando parcialmente sua estabilidade, resguardando minimamente a satisfação das suas necessidades e desenvolvendo-se profissionalmente.

A versão mais recente da precariedade do trabalho assalariado é adequada à lógica do capital, da acumulação flexível, como dizem ALVES (1996 e 2000) e HARVEY (1999), e caracteriza-se pela existência de um núcleo produtivo composto por trabalhadores assalariados em tempo integral, com vínculos empregatícios efetivos, e por trabalhadores assalariados subcontratados, formando subgrupos distintos: "empregados em tempo integral com habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho, como pessoal do setor financeiro, secretárias, pessoal das áreas de trabalho rotineiro e de trabalho manual menos especializado" (HARVEY, 1999, p.144). Esses últimos são os subproletarizados, identificados por Antunes(1995), que estão em crescimento acelerado nos últimos anos, como prevê HARVEY (1999, p.144), "a atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores 'centrais' e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custo quando as coisas ficam ruins".

Num contexto de relações precárias de trabalho, DRUCK (2001, p.113) apoiada em estudos realizados por RUAS *et alli*, em 1993, destaca que, diante do conteúdo autoritário das relações de trabalho e da disciplina fabril no país, há dificuldades de implementação das políticas de envolvimento e participação. As possibilidades de motivação e envolvimento dos trabalhadores são, segundo a autora, a estabilização no emprego, melhoria dos benefícios diretos e indiretos e a valorização profissional, através de programas de treinamento e promoção interna.

Na percepção dos colaboradores terceirizados, essa valorização profissional realizada através de treinamentos pode ser analisada pelos resultados apresentados no gráfico seguinte:

PARTICPEI DE TREINAMENTOS NOS ÚLTIMOS SEIS MESES



Fonte: Pesquisa realizada na Gradiente Eletrônica S.A., em abril/2003

Analisando o gráfico, observa-se que 68% (40% +28%) dos colaboradores terceirizados têm suas percepções dentro da área de discordância. Isso mostra a realidade da situação de exclusão a que esses trabalhadores estão submetidos, tendo em vista que a política de desenvolvimento de pessoal parece não alcançar os colaboradores terceirizados, pois, segundo informações da própria Gradiente, no ano de 2002, estiveram em treinamento 3.260 participantes do quadro efetivo, não havendo referência alguma quanto à participação dos terceirizados. No entanto, a empresa garante que os colaboradores terceirizados participam de treinamento de integração, quando são repassadas as informações sobre a empresa, mas sem nenhum conteúdo que possibilite um melhor desempenho de suas funções e muito menos que possibilite a eles uma perspectiva de desenvolvimento pessoal e/ou profissional.

ALVES (2000) chama a atenção para os tipos de treinamento técnico-operacional e, sobretudo comportamental, que vem sendo desenvolvido pelas empresas. Segundo o autor, o caráter ideológico das novas práticas organizacionais sob o novo complexo de reestruturação produtiva pode ser constatado através desses tipos desses treinamentos, com "sentido manipulatório (ou disciplinador), preocupando-se em despertar nos trabalhadores uma postura cooperativa com relação às estratégias gerenciais" (ALVES, 2000, p.232).

Assim como o treinamento, a exigência de uma maior qualificação profissional também não alcança os colaboradores terceirizados. Sabe-se que as mudanças da gestão da produção e do trabalho têm cobrado dos trabalhadores um perfil diferenciado. VALLE (2000a) constata em pesquisa

realizada em indústrias da ZFM que as exigências de qualificação vêm afetando a estrutura ocupacional e que a elevação da escolaridade para a admissão de funcionários é uma realidade. A pesquisa revela que as empresas exigem uma escolaridade superior porque o mercado de trabalho oferece mão-de-obra com escolaridade média, em abundância; as novas capacidades cognitivas e competências sociais são requeridas com os novos modelos de gestão; e ainda porque os trabalhadores com menor nível de escolaridade e qualificação são os mais atingidos com a estratégia de redução de custos dos anos 90, quando há redução do quadro de pessoal.

VALLE (2000) verifica nas pesquisas realizadas em indústrias de bens duráveis da Zona Franca de Manaus, que o trabalho repetitivo e fragmentado está perdendo sua importância, tendo em vista que as habilidades cognitivas e comportamentais passam a ser mais exigidas. De acordo com a pesquisadora

os novos perfis profissionais compatíveis com o avanço da automação e a difusão de novos métodos de organização da produção e de gestão encontram-se associados à maior capacidade de abstração (capacidade para ler, interpretar e decidir) e, fundamentalmente, a certas qualidades subjetivas como responsabilidade, cooperação, interesse, etc. O trabalhador típico do modelo taylorista / fordista vem deixando de ser funcional para os objetivos empresariais (Valle, 2000, p.272).

SILVA (2000), por outro lado, tem como resultado de sua pesquisa sobre as impressões dos trabalhadores na ZFM, uma confirmação da dualidade do mercado de trabalho quando da introdução de novas tecnologias: "Tal dualidade explica-se porque concomitante à qualificação dos trabalhadores dirigidos às tarefas mais complexas cresce a massa de operários empurrados para atividades degradantes" (SILVA, 2000, p.345). A situação na ZFM não é diferente do que ocorre em outras regiões do país. Como assegura GITAHY (1994), na indústria metal-mecânica da região de Campinas-SP, existe na grande empresa uma reduzida e estável mão-de-obra, multifuncional e cooperativa, enquanto nas pequenas empresas há uma similaridade com relação à qualificação, mas os salários são mais baixos, com menos oportunidades de treinamento e benefícios sociais.

No Nordeste brasileiro, DRUCK (2001, p.200) constata junto a uma amostra de 35 empresas subcontratadas pelas indústrias petroquímicas da Bahia que 46% não dispõem de *programas de treinamento* e as que desenvolvem essa prática a fazem em forma de *cursos, estágios e prática em serviço* para o pessoal do "quadro fixo". Para o quadro de funcionários temporários, apenas duas empresas indicaram *cursos* e uma declarou *estágios*

e prática em serviço. Para os prestadores de serviço, apenas *uma* empresa afirma ter utilizado treinamento através de cursos.

Incrementando ainda mais essa segmentação das forças de trabalho, evidencia-se uma tendência para a *qualificação* do trabalho e uma *desqualificação* dos trabalhadores, como garante ANTUNES (1995, p.54), "que acaba configurando um processo contraditório que *superqualifica* em vários ramos produtivos e *desqualifica* em outros". Para o autor, a *desqualificação* e mesmo a *subproletarização* intensificadas, presentes no trabalho precário, informal, temporário, parcial, subcontratado etc. é tão sintonizada com o modo de produção capitalista quanto a *intelectualização do trabalho manual*.

Dos 25 colaboradores terceirizados participantes da investigação e que prestam serviços na Gradiente, 13 possuem escolaridade fundamental (completa ou incompleta), 11 possuem ensino médio (completo ou incompleto) e 1 não respondeu. Entretanto, observa-se no momento da aplicação dos instrumentos de pesquisa, que alguns dos que informam ter escolaridade fundamental incompleta, na realidade são somente alfabetizados, enquanto outros colaboradores identificados com o perfil para responder a pesquisa não tiveram condições de fazê-lo por não terem condições de ler e escrever. Isso mostra que quando se trata de colaboradores terceirizados, os itens escolaridade, capacitação, qualificação, treinamento não são levados em consideração, não são valorizados pelas empresas contratante e contratada. Mesmo porque, pela lógica capitalista, o que importa, muitas vezes, é a realização do trabalho de acordo com o que foi prescrito. A motivação do trabalhador através dos treinamentos, o aproveitamento das habilidades, a satisfação no trabalho são consideradas pelas empresas, apenas para uma parcela de trabalhadores. Para os trabalhadores menos qualificados que executam as tarefas mais rotineiras, incluindo-se os trabalhadores terceirizados, esses requisitos, geralmente, são desconsiderados pelas empresas.

As novas formas de gestão do trabalho implementadas, principalmente a partir da década passada, com o desenvolvimento dos programas de qualidade e produtividade, indicam que as empresas passam, dentre outras, a se preocupar mais com o treinamento de pessoal e com a busca de um melhor relacionamento com os trabalhadores dentro das fábricas, a fim de conseguir a diminuição dos conflitos no ambiente organizacional. O conflito dentro da empresa, como ressalta MOTTA (1995, p.152), é função da reorganização constante da mão-de-obra, gerada por pressões externas e cuja responsabilidade recai sobre os que exercem o papel de gerente. A posição dos colaboradores terceirizados da Gradiente acerca da solução dos conflitos na empresa e tratamento que lhes é dispensado pelos chefias da Gradiente, apresenta-se conforme o gráfico seguinte:

CHEFE RESOLVE BEM OS CONFLITOS VERSUS CHEFE TRATA DE FORMA IGUAL TODOS OS TRABALHADORES



Fonte: Pesquisa realizada na Gradiente Eletrônica S.A., em abril/2003

A história do capitalismo no Brasil, especialmente a evolução do fordismo e a implantação de práticas industriais e de gestão do trabalho nos moldes japonês, mostra que houve modificações acentuadas na década de 80, quando o mercado interno encolheu devido à elevação da taxa de juros de empréstimos externos e o parque industrial brasileiro teve de buscar melhores posições no mercado externo. O alcance e a manutenção dessa competitividade exige novos padrões tecnológicos e organizacionais e, como consequência, eleva-se a procura por trabalhadores mais qualificados, uma maior estabilidade da força de trabalho, formam-se organizações de trabalhadores no interior das fábricas e cria-se mecanismos de negociação coletiva entre empresários e trabalhadores, intermediados pelo Estado.

A década de 80 é diferente da década de 70, quando há uma forte demanda por bens duráveis no mercado interno e uma política salarial que privilegia a classe média, mesmo havendo concentração de renda. No âmbito da força de trabalho, predominava o "uso predatório" dessa força, com elevadas taxas de rotatividade e menor qualificação, além de uma supervisão extremamente arbitrária, autoritária e incipiente organização de trabalhadores por local de trabalho.

Na década de 90, o ambiente é mais favorável ao Modelo japonês, quando as práticas flexíveis de organização da produção e as novas formas de gestão e organização do trabalho assumem uma forma mais "sistêmica e integrada". O processo de modernização industrial no país ocorre num cenário de crise, recessão, desemprego, instabilidade econômica e cultura autoritária das relações industriais, herdadas da ditadura, o que dificulta as transformações, já que intensificam os conflitos nas relações de trabalho (GITAHY, 1994).

Apesar de 72% (36% + 36%) dos colaboradores terceirizados, ou seja, mais de 70%, concordarem que o chefe resolve bem os conflitos, vale lembrar que os conflitos existem em qualquer organização, notadamente nas capitalistas onde capital e trabalho têm objetivos diferenciados, onde o capital domina o trabalho e este é fonte de extração da mais-valia.

Há que se destacar a percepção de (28% = 16% + 12%) dos colaboradores que discordam da asserção de que o chefe resolve bem os conflitos. Se não há um consenso, a explicação pode estar nos diferentes estilos de lideranças existentes na Gradiente. Esses estilos podem variar do democrático ao autoritário. Para MOTTA (1995, p.160) as formas participativas como instrumento de democratização e equalização de poder no nível da tarefa ganha impulso nos anos 60 com a idéia de construção de equipes. Mais tarde, a prática participativa passa a ser vista também como instrumento útil para reduzir a insatisfação individual no trabalho, administrar relações de poder e mobilizar energias individuais para fins coletivos. O que se constata, através da revisão da literatura, é que os trabalhadores são persuadidos a colaborar, a assumir novas práticas sob pena de perder o emprego, de ser excluído ou ver sua atividade ser terceirizada e o que pode parecer democrático, na verdade, é autoritário. MOTTA (1996, p.161) adverte para a acentuação da alienação que faz com que o trabalhador não se sinta parte ativa do processo de decisão e ação, quando seus poderes e sua capacidade de contribuição parecem alijados da organização do trabalho. Na prática essa alienação reflete no nível de produtividade, na falta de iniciativa, na submissão à chefia.

O estilo autoritário que ainda domina grande parte das relações industriais no país e que tem contribuído com a tensão nas relações entre trabalhadores e empresas parece ser alvo das estratégias organizacionais para amenizar os conflitos. CASTRO (1994) cita que o controle tecnológico (ritmo dado pela máquina) tem sido utilizado como um elemento atenuador do conflito nas relações interpessoais; algumas empresas, como é o caso da Volkswagen, subcontratam o trabalho de cronometragem; a Fiat, por exemplo, "conhecida pela forma autoritária de gestão" (Castro, 1994, p.120) passou a desenvolver uma intensa ação em termos de treinamento visando a multiquificação dos seus trabalhadores polivalentes e ainda se voltou para uma política de estabilização da força de trabalho, fazendo a rotatividade tender a zero. Para amenizar as desigualdades de *status*, mudou a denominação de cargos mais estigmatizados pelo autoritarismo.

A análise, ainda no gráfico anterior, indica que 68% (52% + 16%) dos colaboradores terceirizados, ou seja, mais de 60%, concordam que o chefe imediato da Gradiente dispensa a todos um tratamento igualitário e essa seria a atitude ideal. Entretanto, quase 30%, ou seja, 32% (8% + 24%) discordam. Essa tendência, embora minoritária, pode ser confirmada através dos depoimentos dos colaboradores quando interrogados sobre a cordialidade do chefe para com os colaboradores terceirizados:

O Chefe é muito autoritário. Ele se acha o tal, cheio de poder, até já fez algumas colegas chorarem (S: não identificou, AT: serviços gerais/conservação, E: ensino médio completo)⁴.

Os terceiros são tratados com diferença (S: feminino, AT: serviços gerais/conservação, E: ensino médio completo).

A estupidez em pessoa (S: masculino, AT: manutenção, E: ensino médio completo).

Parece claro nos discursos destacados que, se por um lado, os colaboradores percebem um tratamento igualitário, por outro lado há os que, em sua fala, denunciam que esse tratamento pode ser igualitário, sim, mas totalmente desumano: palavras e expressões contidas nos discursos como - *autoritário; cheio de poder; já fez algumas colegas chorarem; tratados com diferença e estupidez em pessoa* - revelam a forma como as relações interpessoais se efetivam na Gradiente. Os discursos evidenciam que as relações capital (representado pela chefia) e trabalho (representado pelos colaboradores) estão estremecidas, chegando ao ponto de o colaborador perder o controle emocional e chorar. Nem conseguiria reagir de outra maneira, tendo em vista que na condição de terceirizado é *tratado com diferença*. Além disso, o estilo autoritário faz do chefe um profissional *cheio de poder*, permitindo-lhe até ser *estúpido* para com o colaborador, provavelmente no sentido de grosseiro e indelicado.

A forma como esses chefes agem denota um comportamento autocentralizador, com uma postura clara de manter a distância social entre eles e os subordinados. A distância social que a posição hierárquica do cargo pode sugerir, "é muitas vezes usadas pelos dirigentes como uma forma de tentar reforçar sua autoridade e liderança", assegura MOTTA (1995, p.212). Essa prática pode ser observada com relação ao distanciamento geográfico entre chefes e subordinados dentro do próprio espaço físico do interior de algumas organizações, quando os *layouts* apresentam salas reservadas para os chefes, ou quando a empresa reserva vagas no estacionamento ou entradas exclusivas para o seu *staff*.

Através do depoimento de um colaborador terceirizado, é possível identificar na Gradiente a presença desse comportamento:

Não conheço o chefe. Ele podia nos visitar mais vezes e quem sabe elogiar ou pedir para melhorar o nosso trabalho e agradecer pelo nosso desempenho (S: não identificou, AT: serviços gerais/conservação, E: ensino médio completo).

⁴ S = Sexo; AT = Área de Trabalho; E = Escolaridade.

Observa-se que o colaborador percebe essa distância física e de relacionamento entre chefe e colaborador e MOTTA (1995, p.214) garante que essa "distância social é a alienação individual da cultura organizacional, ou seja, a prática de evitar participar da experiência coletiva da sua organização". Nesse caso, o colaborador percebe que o dirigente evita participar até mesmo das atividades diárias do trabalho e da própria supervisão, quando diz que ele, o chefe, "*podia nos visitar mais vezes e quem sabe elogiar ou pedir para melhorar o nosso trabalho e agradecer pelo nosso desempenho*". O colaborador se ressentia dessa falta de proximidade, de convivência, de experiência coletiva que gera valores e crenças compartilhadas para definição da cultura organizacional. O isolamento faz com que o chefe "não participe desses valores e, em decorrência, perca a possibilidade de liderar" (MOTTA, 1995, p.214).

Conclui-se, portanto, que na percepção dos trabalhadores terceirizados da Gradiente Eletrônica S.A. o seu dia-a-dia de trabalho é marcado pelas conseqüências das mudanças técnico-organizacionais implantadas pelas empresas do mundo globalizado. Esses trabalhadores sofrem o reflexo da implantação do trabalho flexível, com a intensificação do trabalho precário, da perda dos benefícios sociais, da exclusão dos programas de qualificação profissional tão exigida pelo mercado de trabalho atualmente, e ainda, do autoritarismo nos relacionamentos chefia-subordinado.

Referências

ALVES, Giovanni. Nova Ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho: o Brasil nos anos noventa, In: TEIXEIRA, Francisco J. S. **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, Fortaleza, Universidade Estadual do Ceará, 1996. p. 109-161.

_____. **O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho – Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**, São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

ANTUNES, Ricardo. As metamorfoses no mundo do Trabalho, (II). Dimensões da crise contemporânea do sindicalismo: impasses e desafios (III), In: **adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses do trabalho**. São Paulo : Cortez, 1995. p.39-72.

BRESCIANI, Luis Paulo. Flexibilidade e reestruturação: o trabalho na encruzilhada. In: **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: SEADE, V.11, n.1, jan-mar/1997. p.88-97.

CASTRO, Nadya Araújo. Trabalho e Organização Industrial num contexto de Crise e Reestruturação Produtiva. In: **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: SEADE, V. 8, n. 1, p. 116-132, 1994.

CATTANI, Antonio. Desemprego e degradação social. In: **Trabalho & Autonomia**. 2ª ed., Petrópolis: Vozes, 2000. p. 37-86.

DRUCK, Maria da Graça. **Terceirização: (des)fordizando a fábrica. Um estudo do complexo petroquímico**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

GITAHY, Leda. Inovação Tecnológica, Subcontratação e Mercado de Trabalho. In: **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: SEADE, V. 8, n. 1, 1994. p.114-183.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Trad. Adail Ubirajara Sobral, Maria Stela Gonçalves, São Paulo: Loyola, 1999.

MATTOSO, Jorge. Terceira Revolução Industrial e o Mundo do Trabalho. In: **A Desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1995. p.69-120.

MOTTA, Paulo Roberto. **Gestão Contemporânea: A Ciência e a Arte de ser dirigente**. Rio de Janeiro: Record, 1995.

OLIVEIRA, Selma Suely Baçal de (2002). **A Indústria Eletroeletrônica da Zona Franca de Manaus – um olhar sobre o processo de trabalho e a qualificação dos trabalhadores**. Tese, São Paulo: USP.

RUAS, Roberto. Notas acerca das relações entre trabalho a domicílio, redes de subcontratação e as condições de competição. In: ABREU, Alice de Paiva e SORJ, Bila (Orgs.). **O trabalho invisível. Estudos sobre os trabalhadores a domicílio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1993. p.25-41.

SILVA, Márcia Perales Mendes. Impactos na materialidade e subjetividade dos trabalhadores do Pólo eletroeletrônico: as expressões dos operadores de produção. In: **Expressões do Mundo do Trabalho Contemporâneo: um estudo sobre os trabalhadores do Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus**. Tese, (Doutorado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo: 2000. Mimeo., p.305-429.

SINGER, Paul. Desemprego e Exclusão Social. In: **São Paulo em Perspectiva**, V.11, n. 1, p.88-97, jan./mar. 1997.

VALLE, Maria Izabel de Medeiros. Ambigüidades no processo de reestruturação. In: **Globalização e reestruturação produtiva: um estudo sobre a produção offshore em Manaus**. Tese (Doutorado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro/RJ: 2000. Mimeo., p.261-292.

_____. La zona franca de Manaos y el trabajo industrial em los años 90. In: **Taller-Revista de Sociedade, Cultura y Política**, v. 5, nº15, abr/2001. Buenos Aires: p.89-112.

VIEIRA, Zânia M. R. Aguiar. **Impactos da Terceirização na Cultura Organizacional: um estudo de caso na Gradiente Eletrônica S.A. do Distrito Industrial de Manaus**. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia), Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus: 2003.

www.suframa.gov.br